



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGÉ

**DOS CURRAIS DA TRANCHAM À “PEQUENA NOTÁVEL”:
INTERESSES, OPOSIÇÕES E UTOPIAS NOS PRIMEIROS TEMPOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar**

Mestrado em Educação

Diego Profiti Moretti – RA N.º 13115219
Sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ester Buffa



São Carlos
Dezembro de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH

Diego Profiti Moretti

**DOS CURRAIS DA TRANCHAM À “PEQUENA NOTÁVEL”:
INTERESSES, OPOSIÇÕES E UTOPIAS NOS PRIMEIROS TEMPOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do *Campus* São Carlos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ester Buffa, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

São Carlos
Dezembro de 2020

Todos os nomes de pessoas, de produtos, de empresas, de organizações, logos, marcas, ícones, gráficos ou desenhos citados neste documento são marcas registradas, comerciais ou propriedade intelectual de seus respectivos proprietários e idealizadores, e são aqui incluídos com propósitos sumamente acadêmicos e ilustrativos, em consonância com as disposições da Lei Federal N.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. A presença ou ausência neste documento de nomes de pessoas, de produtos, de serviços, de empresas, de organizações, de documentos ou de *sites* da *internet* não implica qualquer patrocínio, endosso ou não endosso do item citado pelo autor, pela Universidade Federal de São Carlos, por suas unidades acadêmicas ou administrativas ou por quaisquer de seus associados ou colaboradores.

O presente trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

M845c

Moretti, Diego Profiti.

Dois curras da Trancham à “pequena notável”: interesses, oposições e utopias nos primeiros tempos da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar / Diego Profiti Moretti – 2020.

305 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ester Buffa.

Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a Ester Buffa, Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos, Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar.

Bibliografia

1. História da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. 2. História da Educação Superior no Brasil. 3. História de Instituições Escolares. I. Moretti, Diego Profiti. II. Buffa, Ester (Orient.). III. Título.

CDD 370
 CDU 378.4:94(81)

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn) da UFSCar, editada pelo autor.

Bibliotecário responsável pela versão eletrônica: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Diego Profiti Moretti, realizada em 30/11/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Ester Buffa (UFSCar)

Profa. Dra. Marisa Bittar (UFSCar)

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos (UFSC)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedico este trabalho à minha querida mãe, Isabel Cristina Profiti Moretti, de saudosa memória, e também ao meu sábio pai, Jair Moretti, os meus eternos pedagogos.

AGRADECIMENTOS

Nas horas em que se faz necessário agradecer, algo que deveria, de fato, ser feito a todo o momento, penso que finalmente temos a oportunidade de mais profundamente podermos refletir sobre as pessoas que passaram por nosso caminho e que, afinal, nos auxiliam, de uma maneira ou de outra, no caminhar deste progresso eterno que depende dos dias que hoje vivemos e das coisas que hoje sentimos para a sua construção, algo que carregaremos em nossas almas por toda a Eternidade. Como indivíduos humanos, que vivem em sociedade e que são, por definição, seres coletivos, mesmo irmãos e irmãs, mais sábio seria agradecer a todos por tudo, conforme cada minuto de nossa vida vai transcorrendo. Não sendo, no entanto, isso lá muito possível, é sábio aproveitar estes poucos momentos que temos para deixar algo documentado na história, tal como este produto de meus estudos acadêmicos, a fim de rememorar, ainda que timidamente, aqueles que, ao menos nos recônditos mais frescos de nossa memória, tiveram papel relevante nos caminhos que traçamos até chegar ao presente momento.

De tal forma, quero registrar um agradecimento especial, primeiro, aos meus Pais Celestiais, de quem sou fruto e produto, e de quem faço parte absoluta e completamente, por Seu Plano de Salvação e Felicidade e por tudo que dele deriva. Do mesmo modo, agradeço a Jesus Cristo, nosso irmão mais velho, por seu Supremo Sacrifício Expiatório, pelo supracumulado do amor que nos dedica desde antes da fundação deste mundo e por permitir que o que ora produzo não se perca no espaço-tempo de uma morte permanente, mas que exista, e coexista, pelas eternidades sem fim, nas memórias daqueles que a este material tiveram acesso, posto que somos eternos e Eterno tudo será. “Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez” (João 01:03).

Agradeço, ainda, mais que profundamente, aos meus Pais Terrenos, Isabel Cristina Profiti Moretti, de indelével e saudosíssima memória e de quem sinto tanta falta, e Jair Moretti, o homem mais sábio que conheço, que tudo fizeram – e ainda fazem – e certamente sempre o farão – por mim. Sem eles, sem seu amor, literalmente eu nada seria (vide 1 Coríntios 13:02).

Agradeço ao meu querido irmão, Daniel Profiti Moretti, Mestre em Gestão Pública e Administrador Público capaz, por tudo o que me ensina e tudo que sempre me ensinou, por toda a preocupação que sempre teve para comigo, ao compartilhar seus conhecimentos e sabedoria da melhor forma que sua capacidade o permite. Daniel sabe que por mais negros que possam ser os dias, a esperança e a fé são capazes de restaurar

os caminhos e nos permitir atingir os objetivos pelos quais fomos criados. E se isso não sabe, certamente sabe que pode contar comigo para apoiá-lo no que puder, pois de seu lado não sairei, até a consumação dos séculos, e com ele estarei, por todo o sempre.

Agradeço à minha querida esposa, minha companheira e minha cara-metade, Caroline Matos Oliveira Moretti, que me escolheu em minha pequenez e que, a cada dia, me agiganta com seu amor e seu convívio, por suportar toda a preocupação e todo o afastamento que gestar esta obra lhe causou. Prometo-lhe que nos próximos anos tentarei compensar-lhe o tempo roubado por este trabalho, dedicando a ela e à família que construiremos todo o amor, carinho, cuidado e todas as capacidades de minhas mãos e mente a fim de que eles possam ser felizes e plenos, como pleno me sinto ao seu lado. Caroline, quero estar ao seu lado por toda a Eternidade, e por isso lutarei todos os dias de minha vida.

Agradeço àqueles a quem, pelas circunstâncias, não posso mais agradecer. Aos meus bisavôs, vindos nos vapores que traziam, da antiga Itália, as famílias que reconstruiriam esta nação, finda a vergonha da escravidão negra e iniciada a mais desprezível desvalorização destes povos sofridos, abandonados por seus antigos senhores, muitos dos quais tratariam os *oriundi* de semelhante e tão vil forma. Se não fosse por sua coragem e fé, por seu sonho de uma vida melhor, por sua esperança no futuro aqui neste Novo Mundo, não sei que caminhos teriam tomado os meus pés. Obrigado por terem vindo trabalhar nas fazendas de café, enquanto construíam o seu e o meu futuro. Agradeço ainda aos meus avós, de preciosa saudade, e aos meus tios, aos meus irmãos, Andrea e Luiz, aos meus sobrinhos, em especial à pequena Heleninha, a quem tão profundamente amo, bem como aos demais, Lorena, Ana Júlia e Matheus, aos meus sogros, aos meus cunhados, em especial à Renata Finamor Dornelles Moretti, por todo seu apoio e consideração, e à pequena Giovanna, por todo seu carinho e afeto, bem como a todos e a tantos mais que ao meu lado estão, não somente nos ramos de minha árvore genealógica, mas irmanados no amor e na caridade, por tudo o que são, representam e fazem por mim.

Desejo dedicar, ainda, um agradecimento especial, por seu amor, carinho, amizade e mesmo por todo o auxílio que me dedicaram para a realização deste trabalho, aos queridos amigos Andréia Di Camilla Ghirghi Pires Sudano, Aron Affonso Volante, Carolina Palombo Silvano, Everton da Silva Noli, Laureen Lopes Camargo, Leandro Mello Gonçalves (e sua preciosa família), Luciana de Souza Sampaio (a quem devo milhões de agradecimentos, todos extremamente e indiscutivelmente necessários e afetuosos), Natan Henrique Carboni (e família), Olavo Palaoro Júnior, entre tantos outros

que a memória me fará esquecer. A estes, e aos demais, ainda que não citados, o meu mais sincero obrigado.

À Universidade Federal de São Carlos, objeto desta minha pesquisa, agradeço a oportunidade que me concedeu em dar continuidade aos meus estudos, permitindo os afastamentos laborais necessários para que eu pudesse cursar as disciplinas que apoiaram a realização deste presente trabalho, cuja finalidade é retornar à Universidade tudo aquilo que ela me proporcionou primeiro. Agradeço aos gestores da instituição, bem como à Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) e à sua equipe, por apoiarem-me nessa possibilidade e auxiliarem-me a tornar esse momento uma realidade. Infelizmente, como parte das políticas vis de desmonte do serviço público empenhadas pelas sucessivas e desastrosas últimas gestões do Governo Federal, em especial a desprezível gestão corrente, talvez eu faça parte da última geração de pessoas a contarem com tal benefício laboral, motivo pelo qual lhes sou ainda mais grato pelas autorizações e concessões que me foram permitidas, últimas que talvez sejam, para trabalhadores da educação assim como eu.

Desejo agradecer ainda, com muito afincamento e consideração, à minha querida chefe e companheira de trabalho, Rosemeire Gallo Mecca, Coordenadora da Coordenadoria de Apoio a Eventos Acadêmicos (CAEv) da ProEx, por toda a liberdade, auxílio, cortesia, amizade, preocupação e mesmo amor fraternal que sempre me dedicou, desde o primeiro dia em que cheguei à UFSCar como trabalhador, na condição de estagiário, ainda em 2010, durante meus estudos no curso de Pedagogia, e por tudo que ela ainda faz por mim a cada dia de trabalho que compartilhamos juntos na CAEv. Da mesma forma, compartilho meus agradecimentos pelo auxílio e por toda a ajuda recebidos de meus colegas Salvador Marques Júnior e Jônatas Kerr de Oliveira, os “professores pardais” que levam adiante o grande e laborioso encargo que compartilhamos em administrar e disponibilizar, com qualidade, alguns dos espaços para a realização de eventos constituídos pela Universidade.

Ademais, desejo agradecer com profunda gratidão à Prof.^a Dr.^a Luzia Sigoli Fernandes Costa e à colega servidora técnico-administrativa Me. Claudia de Moraes Barros Ramalho, da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar, por todas as suas contribuições, todo seu auxílio e, acima de tudo, toda a sua vontade em levar adiante a construção dos mecanismos sobre os quais poderá ser efetivado um projeto vigoroso e permanente de preservação da memória institucional da Universidade. Certamente estaremos juntos no desejo e na ação de concretizar este importante sonho. Agradeço, ainda, pelas contribuições essenciais recebidas também dos

colegas servidores técnico-administrativos Ricardo Biscalchin, da Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM), Gustavo Nunes Pereira e Rosângela Lopes dos Santos Florian, da Secretaria Geral de Informática (SIn), Nadine Ramos, do Departamento de Informações Institucionais (DeInfo) da Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI), Joel Carlos dos Santos, da Ouvidoria da UFSCar, João Eduardo Justi, coordenador da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), Adriane Cristina de Oliveira Garcia e Aparecida Regina Firmino Canhete, da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), às minhas colegas de ProEx, Maria Cristina Mathias e Angélica Maria Adurens Cordeiro, dos Núcleos de Extensão da UFSCar, e à Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Lana, do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) do campus Sorocaba da UFSCar, sem os quais partes relevantes do presente texto não poderiam ter sido concluídas adequadamente.

Ao Prof. Dr. José Carlos Rothen, agradeço por todo seu auxílio acadêmico, desde antes de minha ingressão no curso de mestrado, bem como por todo o apoio burocrático e administrativo que me foi oferecido enquanto coordenador deste Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), especialmente quanto às necessárias revisões de prazo a fim de conseguir dar conta da conclusão deste projeto. Agradeço também à colega servidora técnico-administrativa Silvana Aparecida Felix, por seu precioso apoio e auxílio constante à frente da secretaria do PPGE, em todas as demandas porventura necessárias. Acrescento, em palavras semelhantes, um afetuoso e especial agradecimento ao colega Edmundo Eduardo Valdes Cerda (*in memoriam*), que também atuou junto à secretaria do PPGE e que muito me auxiliou no início de minha carreira estudantil na pós-graduação.

Estendo especialmente meus mais sinceros agradecimentos ao senhor Jaime Caridá e ao senhor Antônio Caridá, e, por seu intermédio, a toda a Família Caridá, pelo auxílio e pelas valiosíssimas informações que trouxeram à luz a este trabalho graças às entrevistas que me concederam e ao suporte que me ofereceram no levantamento de informações sobre a Fazenda Trancham, de propriedade de sua família e que foi desapropriada para a instalação da Universidade. Sem dúvida alguma, a Família Caridá faz parte da história da UFSCar, ainda que não tenha sido adequadamente reconhecida por isso nestes últimos 50 anos. Espero sinceramente que este texto auxilie a lhes fazer a devida justiça neste quesito e que os ajude a ter sempre consigo o sentimento de que, graças ao seu sofrimento e perda, algo muito grande e especial pôde ser construído em

benefício de nossa sociedade e de nosso país, impactando as vidas de centenas de milhares de brasileiros que por aqui passaram.

Com especial consideração, sou grato ao Prof. Dr. Valdemar Sguissardi por todo o seu valioso trabalho em preservar a memória da UFSCar. Muito poderia dizer ao agradecê-lo e felicitá-lo, mas não posso fazê-lo senão do modo mais abrangente e global possível, uma vez que, sem dúvidas, graças ao seu grande amor e preocupação pela instituição e por sua comunidade, por sua luta pela possibilidade de poder escrever “uma história da Federal”, podemos hoje trilhar caminhos mais suaves, todos nós que temos tentado empreender jornada pelas trincheiras já bravamente abertas pelo Professor nas descobertas de aspectos adicionais deste precioso tema. Não pude ter a oportunidade de trabalhar ao seu lado, como gostaria, no desenvolvimento deste atual projeto, mas espero ter esta oportunidade de fazê-lo em novos estudos futuros, se assim for possível.

É preciso registrar ainda um especial agradecimento ao colega José Carlos Bastos Júnior, Analista Documental da Biblioteca Jurídica da Câmara Municipal de São Carlos, pelo seu cordial e prestativo atendimento, pelo coleguismo que temos desde os tempos em que tomávamos juntos o ônibus ao final de nossas aulas da graduação, e pelo seu hercúleo trabalho em prol da preservação do acervo da hemeroteca existente em nossa Casa de Leis. Coragem e avante neste importante trabalho, “Zé”! Vamos conseguir! Ainda em tempo, estendo um agradecimento imprescindível aos servidores da Prefeitura Municipal de São Carlos e da Câmara Municipal de São Carlos que gentilmente me atenderam na busca de informações e documentos para a confecção deste trabalho, em especial à Sra. Angélica Ramires, Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e à Sra. Luiza Shimada, Chefe da Divisão de Arquivo e Documentação da Fundação Pró-Memória de São Carlos, bem como a Henrique Almeida da Silva, da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, assim como a todos os demais membros de suas respectivas equipes e setores.

Por fim, desejo agradecer aos queridos Professores que tive e que tanto me auxiliaram a chegar até aqui. Em especial, agradeço à minha prezadíssima orientadora, a Prof.^a Dr.^a Ester Buffa, por estar comigo incondicionalmente, acreditando em meu trabalho e jamais duvidando de minha capacidade e potencial. Sem seu apoio, e sem suas palavras de incentivo, este trabalho não se concretizaria. Ademais, quero estender um caloroso e afetuoso agradecimento à Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar e ao Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior, que não só vêm acreditando em mim, me apoiando e me fortalecendo

desde a graduação, como me deram o incrível prazer e a enorme satisfação de serem meus guias informais, ainda que talvez nem saibam disso, durante todo o trajeto deste Mestrado que ora concluo. Acrescento, por fim, um agradecimento especial também ao Prof. Dr. Paolo Nosella, de cujos estudos em parceria com a Professora Ester extraí tanto proveito. Aos demais docentes que tiveram a bondade de compartilhar sua sabedoria e precioso conhecimento comigo, durante as disciplinas do curso que ora se encerra, agradeço-lhes também por toda a sua disponibilidade, pelos ensinamentos compartilhados e por toda a sua dedicação para com a minha formação.

Estendo, ao final, um agradecimento especial à Banca Examinadora deste trabalho, formada pelas Professoras Ester Buffa e Marisa Bittar, a quem renovo meus agradecimentos precedentes e, especialmente, pelo Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, expressando-lhes sincera gratidão por suas excelentes contribuições, por todo o auxílio e pelo carinho de se darem ao trabalho de lerem e contribuírem com esta dissertação que finalmente vem a público. Nossa sessão de qualificação, sem dúvida alguma, será um dos momentos mais inesquecíveis de minha vida, devido à afetuosidade compartilhada pelos presentes, sem perder de vista em mínimo grau o profissionalismo e a ética acadêmica e científica por todos tão almejada, mesmo diante das tantas dificuldades, necessidades e complicações de nossos conturbados dias atuais. Muito obrigado por participarem comigo desta importante jornada.

A todos os(as) leitores(as), encerro agradecendo-lhes por terem tido a paciência e o interesse de colocarem esta publicação à prova, esperando que possam extrair dela algo de positivo. O que foi feito, foi, sem dúvida, o que era possível fazer diante da capacidade, do tempo, das limitações e da energia então disponíveis. Que possa ser de bom proveito a todos aqueles que o apreciarem, para suas próprias pesquisas, para seu prazer e entretenimento, ou, ao menos, para servir-lhes de esperança de que muito mais ainda é possível construir no escopo dos temas aqui tratados. Que tenhamos todos a coragem de seguir em frente, sob a luz mais brilhante ou sob o mais tenebroso breu, conscientes de que a vitória é certa, bastando apenas arregaçarmos as mangas e trabalharmos com afinco para podermos, todos juntos, alcançá-la ao final. Muito obrigado!

Va', pensiero, sull'ali dorate.
Va', ti posa sui clivi, sui coll,
ove olezzano tepide e molli
l'aure dolci del suolo natal!
Del Giordano le rive saluta,
di Sionne le torri atterrate.
O mia Patria, sì bella e perduta!
O membranza sì cara e fatal!
Arpa d'or dei fatidici vati,
perché muta dal salice pendi?
Le memorie del petto riaccendi,
ci favella del tempo che fu!
O simile di Solima ai fati,
traggi un suono di crudo lamento;
o t'ispiri il Signore un concerto
che ne infonda al patire virtù
che ne infonda al patire virtù
al patire virtù!

*“O Coro dos Escravos Hebreus”
(Va', Pensiero), canção do III ato
(A Profecia) da ópera “Nabucco”, de
Giuseppe Verdi (1842).*

*“A Estrada em frente vai seguindo
Deixando a porta onde começa.
Agora longe já vai indo,
Devo seguir, nada me impeça;
Em seu encalço vão meus pés,
Até a junção com a grande estrada,
De muitas sendas através.
Que vem depois? Não sei mais nada.”*

Bilbo Bolseiro, em *O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel*, de J.R.R. Tolkien.

RESUMO

O presente estudo procurou resgatar aspectos importantes da história da Universidade Federal de São Carlos, localizados, temporalmente, antes mesmo de sua instalação efetiva, o que ocorreu somente em março de 1970. Criada a partir dos artigos 11, 12 e 13 da Lei Federal N.º 3.835 de 1960, a UFSCar somente seria instalada a partir de 1968, após uma série de revezes que, por muitas vezes, quase impediram sua efetiva existência. Ao longo de sua história, porém, a Universidade pouco se preocupou com a preservação de sua memória institucional e com o registro da história das pessoas que por ela passaram. Procuramos, diante dessa realidade, realizar, no âmbito do capítulo 1 deste trabalho, um levantamento das parcas iniciativas oficiais de preservação histórica ou de iniciativas pessoais relevantes que se solidificaram como fundamentais para a criação, em anos recentes, de uma Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), primeira iniciativa concreta em direção ao fomento de um sistema efetivo de criação, tratamento e disponibilização de acervos de cunho histórico na Universidade. Na sequência, no âmbito do capítulo 2, nos propusemos à criação de uma narrativa cronológica, à luz de variadas fontes, dos acontecimentos que resultaram na fundação legal da UFSCar. No espaço de oito anos existente entre o primeiro instrumento legal a citar a instituição e a criação da Fundação Universidade Federal de São Carlos, uma série de oposições políticas e acadêmicas se mostrou como obstáculos ao projeto original. Para melhor compreender tais oposições, fazia-se necessário, primeiro, conhecer o ambiente existente e as pessoas envolvidas, o que é apropriado ao método dialético marxista que norteou nossa investigação. Assim, após um breve resumo das condições da educação brasileira, do “descobrimento” à década de 1960, procedemos a uma investigação sobre as vidas públicas de Ernesto Pereira Lopes e de Lauro Monteiro da Cruz, “pais”, por assim dizer, do projeto de uma Universidade Federal em São Carlos. Tendo conhecido seus prováveis interesses, passamos a investigar as oposições ao projeto, provenientes, primeiro, da Universidade de São Paulo, que não queria agregar à nova iniciativa acadêmica sua já bem estabelecida Escola de Engenharia de São Carlos (EESC). Outra oposição, esta de cunho sumamente político, se deu graças às ações de Jânio Quadros, que propôs o cancelamento total do projeto, o que, no entanto, foi revertido por ações de Pereira Lopes e de Lauro Cruz no âmbito do Congresso Nacional. Uma terceira oposição, diferente das demais, procurou não destruir completamente a Universidade, como as intenções precedentes, mas alterar profundamente o seu projeto e forma, levando à capital do Estado de São Paulo a estrutura legal montada para a primeira universidade federal paulista, transformando a Escola Paulista de Medicina (EPM) efetivamente na nova instituição. Vencidas tais oposições, em muito devido à intransigente vontade de Pereira Lopes e à atuação parlamentar de Lauro Cruz, passamos a uma análise dos elementos históricos relacionados à obtenção da Fazenda Trancham, que se tornou a sede do *campus* São Carlos da instituição. Fazemos, assim, um relato histórico dos primeiros dias da universidade, antes mesmo de sua efetiva institucionalização, procurando, com isso, auxiliar nos esforços de preservação da memória própria da UFSCar.

Palavras-chave: História da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); História da Educação Superior no Brasil; História de Instituições Escolares.

ABSTRACT

This work sought to rescue important aspects of the history of the Federal University of São Carlos, Brazil, located in time even before its effective installation, which occurred only in March 1970. Created from articles 11, 12 and 13 of Brazilian Federal Law 3,835 of 1960, UFSCar would only be installed in 1968, after a series of setbacks that, for many times, almost prevented its effective existence. Throughout its history, however, the University has paid little attention to the preservation of its institutional memory and the recording of the history of the people who have passed through it. In view of this reality, we seek to carry out, within the scope of chapter 1 of this work, a survey of the few official initiatives of historical preservation or relevant personal initiatives that have solidified as fundamental for the creation, in recent years, of a Multidisciplinary Unit of Memory and Historical Archives (UMMA), the first concrete initiative to promote an effective system for creating, processing, and making available historical collections at the University. Then, within the scope of chapter 2, we proposed to create a chronological narrative, after research of various sources, of the events that resulted in the legal foundation of UFSCar. In the eight-year gap between the first legal instrument to cite the institution and the effective creation of the Federal University of São Carlos Foundation, a series of political and academic oppositions proved to be obstacles to the original project. To better understand such oppositions, it was necessary, first, to know the existing environment and the people involved, which is appropriate to the Marxist dialectical method that guided our investigation. Thus, after a summary of the conditions of Brazilian education, from the “nation discovery” to the 1960s, we proceeded to an investigation into the public lives of Ernesto Pereira Lopes and Lauro Monteiro da Cruz, the so “parents” of the project of a Federal University in São Carlos. Having known his probable interests, we started to investigate the opposition to the project, first, from the University of São Paulo, which did not want to add to the new academic initiative its already well-established School of Engineering of São Carlos (EESC). Another opposition, this one of a highly political nature, was created thanks to the actions of Jânio Quadros, then President of Brazil, who proposed the total cancellation of the project, which, however, was reversed by actions of Pereira Lopes and Lauro Cruz within the scope of the National Congress. A third opposition, different from the others, sought not to destroy the University, as the previous intentions did, but to profoundly alter its design and form, taking to the capital of the State of São Paulo the legal structure set up for the first federal university in its boundaries, transforming the São Paulo School of Medicine (EPM) effectively in the new university institution. Those oppositions having been overcome, largely due to Pereira Lopes' insistent will and the parliamentary performance of Lauro Cruz. After this, we proceeded to an analysis of the historical elements related to obtaining the Trancham Farm to become the headquarters of the institution's São Carlos campus. Thus, we make a historical account of the university's first days, even before its effective institutionalization, seeking to assist in the efforts to preserve UFSCar's own memory.

Keywords: History of the Federal University of São Carlos (UFSCar); History of Brazilian Higher Education; History of Educational Institutions.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Quantitativo atual de servidores da UFSCar (referência: maio de 2020)	46
Figura 2: Distribuição percentual da população da USP (ano de referência: 2018).....	47
Figura 3: Recursos Humanos da UNIFESP (ano de referência: 2015)	47
Figura 4: Recursos Humanos da UNICAMP (ano de referência: 2018).....	48
Figura 5: Números de servidores docentes e técnico-administrativos da UFABC (ano de referência: 2018).....	48
Figura 6: Números de servidores docentes e técnico-administrativos da UNESP (ano de referência: 2019).....	49
Figura 7: Fotomontagem com algumas das 266 caixas do Arquivo Administrativo do Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH, juntamente com o logo da UEIM..	52
Figura 8: Capa do livro <i>Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar</i> , publicado pela EdUFSCar em 1993.	53
Figura 9: Selos ou logos identificadores das comemorações dos aniversários quinquênios da Universidade	60
Figura 10: Convite para mesa redonda sobre a história da Universidade durante as comemorações de vigésimo aniversário da UFSCar em 1990	63
Figura 11: Convite para exposição fotográfica sobre a história da Universidade durante as comemorações de vigésimo aniversário da UFSCar em 1990.....	64
Figura 12: Nas comemorações dos 20 anos da UFSCar, jornal declara que a universidade é “hostilizada pela classe política de São Carlos”	64
Figura 13: Convite aos ex-alunos da UFSCar para o I Encontro de Ex-Alunos	65
Figura 14: Discurso do Professor Mascarenhas em uma das reuniões de colegiados superiores de 1995	66
Figura 15: A provável última citação institucional ao apelido “Pequena Notável” para uma indicação relativa ao presente da UFSCar	68
Figura 16: O último baile e uma nova identidade visual que não saiu do papel	69
Figura 17: Montagem baseada nas alegações da coluna Torpedos do jornal Primeira Página quanto ao novo logo da UFSCar, de 1999.....	70
Figura 18: Website dedicado aos ex-alunos da UFSCar, como parte das comemorações dos 30 anos da Universidade	71
Figura 19: Screenshots do website dedicado às comemorações dos 35 anos da UFSCar, em 2005	75
Figura 20: Atualização do site sobre a história da Universidade trouxe inovações em relação ao período anterior, mas manteve grande parte dos projetos em andamento	77
Figura 21: Imagens de internet mostram um dos banners instalados em 2010, com ênfase no endereço do site sobre história da UFSCar, e em 2015, sem qualquer referência ao mesmo.....	78

Figura 22: Banner no ginásio de esportes: antes, promovia o resgate histórico do passado (2010), agora convida para a história futura da instituição (2012).....	78
Figura 23: Cartaz da 5ª edição do Seminário de Política de Informação e Memória, realizado em 2019.....	86
Figura 24: Logo das Indústrias Pereira Lopes S. A. em um Termo de Garantia de um Refrigerador Clímax.....	113
Figura 25: Termo de Garantia de um Refrigerador Clímax apresentando imagem estilizada da fábrica das Indústrias Pereira Lopes (IPL) em São Carlos, nos limites da Vila Prado.....	114
Figura 26: Cartaz de divulgação dos Refrigeradores Clímax, das Indústrias Pereira Lopes	116
Figura 27: Logo da Companhia Brasileira de Tratores (CBT).....	117
Figura 28: Comunicação de inadimplência de trabalhador das IPL por ter se ausentado para beber água sem autorização	121
Figura 29: Promoção para concorrer ao sorteio de brindes caso o Deputado Ernesto Pereira Lopes fosse eleito com 6.000 votos em São Carlos	126
Figura 30: Fotografia do descerramento da placa de inauguração do edifício do Instituto de Biologia da Escola Paulista de Medicina, em 1963.....	155
Figura 31: A “Manifestação de 4 de Maio”, defronte ao Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião	173
Figura 32: Montagem com imagens históricas, de produtos e de propagandas da Trancham S. A.....	199
Figura 33: Screenshot de reportagem com o Sr. Jaime Caridá.....	200
Figura 34: Montagem com imagens do Sino da UFSCar.....	218
Figura 35: Pórtico das Primaveras, primeira portaria do campus São Carlos.....	223

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo numérico das forças de trabalho existentes nas universidades públicas federais e estaduais do Estado de São Paulo	49
Tabela 2: Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar quanto à preservação da memória e da história da Universidade	81
Tabela 3: Similaridades biográficas entre Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ✓ AAA-UFSCar - Associação Atlética Acadêmica*
- ✓ AAACSC-USP - Associação Atlética Acadêmica do Campus de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ ABASC - Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos
- ✓ Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ✓ Abinee - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
- ✓ AEB - Associação Evangélica Beneficente de São Paulo
- ✓ AHC - Arquivo de História Contemporânea*
- ✓ AI-5 - Ato Institucional N.º 5
- ✓ ALEF - Aliança Eleitoral pela Família
- ✓ APH - Arquivo Público e Histórico da Fundação Pró-Memória de São Carlos
- ✓ ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- ✓ AsCom - Assessoria de Comunicação da Reitoria*
- ✓ BC - Biblioteca Central (hoje BCo)*
- ✓ BCo - Biblioteca Comunitária*
- ✓ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- ✓ CAASO - Centro Acadêmico “Armando de Salles Oliveira”
- ✓ CAEv - Coordenadoria de Apoio a Eventos Acadêmicos*
- ✓ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ✓ CASTA - Centro Acadêmico "Santo Thomás de Aquino" da Faculdade de Filosofia de Sorocaba
- ✓ CBS - *Columbia Broadcasting System*
- ✓ CBT - Companhia Brasileira de Tratores
- ✓ CC-FUFSCar - Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Carlos*
- ✓ CC-FUFSP - Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Paulo (hoje CC-FUFSCar)
- ✓ CCC - Comando de Caça aos Comunistas
- ✓ CCE - Comércio de Componentes Eletrônicos (CCE da Amazônia S. A.)
- ✓ CCD - Conselho Consultivo e Deliberativo da U. F. S. P.
- ✓ CCS - Coordenadoria de Comunicação Social*
- ✓ CCult - Coordenadoria de Cultura*
- ✓ CD - Câmara dos Deputados
- ✓ CDCC - Coordenadoria de Divulgação Científica e Cultural (depois Centro de Divulgação Científica e Cultural)
- ✓ CEC - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
- ✓ CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas*
- ✓ CeHFi - Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
- ✓ CEPE - Câmara de Ensino e Pesquisa do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo
- ✓ CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão*
- ✓ CFE - Conselho Federal de Educação
- ✓ CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- ✓ CMN - Conselho Monetário Nacional
- ✓ CN - Congresso Nacional
- ✓ CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ✓ CoEx - Conselho de Extensão*

- ✓ ConsUni - Conselho Universitário*
- ✓ Co-USP - Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ COVID-19 - *2019 Corona Virus Disease* (ou Doença do Coronavírus de 2019), doença causada pelo vírus denominado SARS-CoV-2 conforme classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS)
- ✓ CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- ✓ CPEF - Companhia Paulista de Estradas de Ferro
- ✓ CTA - Conselho Técnico-Administrativo do da Escola Paulista de Medicina (EPM)
- ✓ CTA - Conselho Técnico-Administrativo do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo
- ✓ DAC - Departamento de Artes e Comunicação*
- ✓ DBPVA-Ar - Departamento de Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal*
- ✓ DCAm - Departamento de Ciências Ambientais*
- ✓ DCI - Departamento de Ciências da Informação*
- ✓ DCN - Diário do Congresso Nacional
- ✓ DEd - Departamento de Educação*
- ✓ DGTH - Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades*
- ✓ DL - Departamento de Letras*
- ✓ DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
- ✓ EdUFSCar - Editora da Universidade Federal de São Carlos*
- ✓ EESC - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ Eletros - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos
- ✓ Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ✓ ENCALSO (Grupo) - Engenharia e Construção da Alta Sorocabana
- ✓ EPM - Escola Paulista de Medicina
- ✓ EPTV - Empresas Pioneiras de Televisão (ou Emissoras Pioneiras de Televisão)
- ✓ ETRA VIFRA - Empresa de Transporte Vilela Franco
- ✓ FAI-UFSCar - Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico*
- ✓ FCC - Fundo Cristão para Crianças
- ✓ FCMS - Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- ✓ FEE - Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- ✓ Fepasa - Ferrovia Paulista S. A.
- ✓ FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), extinta
- ✓ FFCL-AR - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
- ✓ FFI - *Friendship Force International*
- ✓ FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ FGV - Fundação Getúlio Vargas
- ✓ FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- ✓ FPMSC - Fundação Pró-Memória de São Carlos
- ✓ FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- ✓ FSP - Folha de S. Paulo (jornal)
- ✓ FUB - Fundação Universidade de Brasília
- ✓ FUFSCar - Fundação Universidade Federal de São Carlos*

- ✓ FUFSP - Fundação Universidade Federal de São Paulo (hoje FUFSCar)
- ✓ IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
- ✓ IAU - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- ✓ Ibesa - Indústria Brasileira de Embalagens S. A.
- ✓ ICMC - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ IES - Instituições de Ensino Superior
- ✓ IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
- ✓ IFQSC - Instituto de Física e Química de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ IFSC - Instituto de Física de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ INCC-DI - Índice Nacional da Construção Civil
- ✓ IPB - Igreja Presbiteriana do Brasil
- ✓ IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- ✓ IPIB - Igreja Presbiteriana Independente do Brasil
- ✓ IPL - Indústrias Pereira Lopes S. A.
- ✓ IURD - Igreja Universal do Reino de Deus
- ✓ IQSC - Instituto de Química de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP)
- ✓ KGB - *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (ou Comitê de Segurança do Estado), agência de segurança das nações constituintes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)
- ✓ LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ✓ LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- ✓ MEC - Ministério da Educação e Cultura (hoje Ministério da Educação)
- ✓ MinC - Ministério da Cultura
- ✓ MRO - *Maintenance, Repair and Overhaul Center* (Centro de Manutenção, Reparo e Revisão) da *LATAM Airlines Group S. A.* (antiga TAM Linhas Aéreas S. A.)
- ✓ NIC.BR - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
- ✓ OESP - O Estado de S. Paulo (jornal)
- ✓ ONG - Organização não governamental
- ✓ PDF - *Portable Document Format* (Documento de Formato Portátil)
- ✓ PD - Partido Democrático
- ✓ PDC - Partido Democrata Cristão
- ✓ PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional*
- ✓ Peloplás - Pereira Lopes Plásticos (ou Peloplás S. A. Indústria e Comércio)
- ✓ PESC - Parque Ecológico Municipal de São Carlos “Dr. Antônio Teixeira Vianna”
- ✓ PLI - Pereira Lopes - Ibesa Indústria e Comércio S. A.
- ✓ PLI Par - Pereira Lopes - Ibesa Participações (ou PLI Participações)
- ✓ Pliacel - Pereira Lopes - Ibesa Aparelhos e Componentes Eletrônicos S. A.
- ✓ PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação*
- ✓ PPGERN - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais*
- ✓ ProAd - Pró-Reitoria de Administração*
- ✓ ProEx - Pró-Reitoria de Extensão*
- ✓ ProGPe - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas*
- ✓ ProGrad - Pró-Reitoria de Graduação*
- ✓ PRT - Partido Rural Trabalhista
- ✓ PTN - Partido Trabalhista Nacional
- ✓ PU(s) - Prefeitura(s) Universitária(s)*
- ✓ PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

- ✓ Refripar - Refrigeração Paraná S. A.
- ✓ REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
- ✓ RFFSA - Rede Ferroviária Federal S. A.
- ✓ RU - Restaurante Universitário*
- ✓ S. A. - Sociedade Anônima
- ✓ SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos
- ✓ SAGUI - Sistema de Apoio à Gestão Universitária Integrada*
- ✓ SBA - *American Bible Society* (ou Sociedade Bíblica Americana)
- ✓ SBB - Sociedade Bíblica do Brasil
- ✓ SBBE - *British and Foreign Bible Society* (ou Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira)
- ✓ SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- ✓ SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- ✓ SESC - Serviço Social do Comércio
- ✓ SESI - Serviço Social da Indústria
- ✓ SF - Senado Federal
- ✓ SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas*
- ✓ Sicom - Sociedade Intercontinental de Compressores Herméticos - Sicom Ltda.
- ✓ SIn - Secretaria Geral de Informática*
- ✓ SPDI - Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais*
- ✓ SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (antes Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina)
- ✓ SOC - Secretaria dos Órgãos Colegiados*
- ✓ SRH - Secretaria Geral de Recursos Humanos (hoje Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - ProGPe)*
- ✓ TA(s) - Técnico(s)-Administrativo(s) (servidores públicos)
- ✓ TAE(s) - Técnico(s)-Administrativo(s) em Educação (servidores públicos)
- ✓ TJ-SP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- ✓ TUSCA - Taça Universitária de São Carlos (antes Torneio Universitário de São Carlos)
- ✓ TV - Televisão
- ✓ UDN - União Democrática Nacional
- ✓ UEIM - Unidade Especial de Informação e Memória*
- ✓ UFABC - Universidade Federal do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul)
- ✓ UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- ✓ UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- ✓ UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- ✓ UFPR - Universidade Federal do Paraná
- ✓ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- ✓ UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- ✓ UFSCar - Universidade Federal de São Carlos*
- ✓ UFSor - “Universidade Federal de Sorocaba” (instituição proposta inexistente)
- ✓ U. F. S. P. ou UFSP - Universidade Federal de São Paulo (antiga instituição)
- ✓ UnB - Universidade de Brasília
- ✓ URJ - Universidade do Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil (hoje UFRJ)
- ✓ USP - Universidade de São Paulo
- ✓ UMMA - Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico*
- ✓ UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto

- ✓ UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
- ✓ UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
- ✓ UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo (nova instituição)
- ✓ UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie
- ✓ URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ✓ USAID - *United States Agency for International Development* (ou Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
- ✓ Washington Luís, fazendeiro e político
- ✓ W. C. - *Water Closet* (Banheiro)
- ✓ ZFM - Zona Franca de Manaus

* = siglas descritivas de órgãos, unidades ou atividades pertencentes ou relacionadas à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	26
I – Apresentação e Justificativa	26
II – Referencial Teórico-Metodológico	33
II.I – Estudos pregressos e autores de referência	33
II.II – Sobre as fontes utilizadas.....	35
III – Objetivos	36
III.I – Objetivo geral	36
III.II – Objetivos específicos.....	36
IV – Hipótese do Trabalho.....	37
V – Procedimentos de Pesquisa	37
VI – Observação Importante.....	41
CAPÍTULO 1 – Preservando a Memória da UFSCar: iniciativas, caminhos e experiências	42
1.1 – Afinal, ninguém nunca pensou nisso antes?	42
1.2 – As primeiras iniciativas surgem.....	50
1.2.1 – Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM).....	51
1.2.2 – Livro <i>Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar</i> , de Valdemar Sguissardi	53
1.2.3 – Os aniversários quinquênios da Universidade	60
1.3 – Consolidam-se os caminhos para a preservação da história e da memória da UFSCar	79
1.3.1 – O PDI, o Conselho de Extensão e o advento da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA).....	79
CAPÍTULO 2 – A Construção da UFSCar: os caminhos tortuosos até a “Pequena Notável”.....	92
2.1 – Universidades no Brasil: entendendo sua história e seu contexto	92
2.2 – Onde tudo começou... ..	102
2.2.1 – Ernesto Pereira Lopes	110
2.2.2 – Lauro Monteiro da Cruz.....	129
2.3 – A primeira oposição: a Escola de Engenharia de São Carlos, o Conselho Universitário da USP e o Centro Acadêmico “Armando de Salles Oliveira”, o CAASO	136

2.4 – A segunda oposição: a Vassourinha de Jânio Quadros e sua tentativa de varrer a U. F. S. P. do mapa paulista	145
2.5 – A terceira oposição: a Escola Paulista de Medicina	150
2.6 – A Universidade Federal John F. Kennedy	167
2.7 – Em São Carlos, queremos a Universidade Federal!.....	170
2.8 – Os preparativos finais... ou seriam os iniciais...?	184
2.8.1 – Uma casa para a UFSCar: selecionando um local para o seu <i>campus</i>	192
2.8.2 – A batalha pela Trancham	203
2.8.3 – Sonho realizado, muito trabalho no porvir: Nasceu a UFSCar	216
CONCLUSÃO.....	219
BIBLIOGRAFIA	224
ÍNDICE ONOMÁSTICO	246
ANEXOS.....	256
Anexo 1: Atividades de extensão com temáticas relacionadas à memória e à história institucionais da UFSCar (2002-2020)	256
Anexo 2: Relação de Universidades Públicas Brasileiras.....	262
Anexo 3: Íntegra da entrevista com o Sr. Jaime Caridá, filho de um dos três proprietários da Fazenda Trancham.....	270
Anexo 4: Íntegra da entrevista com o Sr. Antônio Caridá, um dos três proprietários originais da Fazenda Trancham	280
Anexo 5: Ernesto Pereira Lopes: Um Homem, Três Dimensões – pequena “genealogia” explicativa do livro “pseudo-auto-biográfico” de Pereira Lopes.....	292
Anexo 6: Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos	299

INTRODUÇÃO

I – Apresentação e Justificativa

Discorrer sobre a história da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) mostrou-se, com o passar dos meses, desde que se deu a concepção inicial desta pesquisa, um trabalho cansativo, mas, em mesma medida, profícuo. De fato, muito aconteceu no decorrer dos últimos três anos, desde meados de 2017, quando esta pesquisa parecia partir de um absoluto limbo no que se referia à preservação da memória e da história da Universidade, até o momento atual, em que, finalmente, diferentes atores se debruçam sobre aspectos os mais variados desta memória institucional e coletiva, impulsionados por diferentes motivos, mas aparentemente coletivizados em um trabalho organizado que provavelmente resultará em, finalmente, um projeto institucional permanente de preservação da memória desta que é uma das mais bem-sucedidas universidades do país. O texto a que o(a) leitor(a) ora tem acesso é fruto de reflexões e anseios que vêm se estruturando já há vários anos. Suas origens estão relacionadas à história do próprio autor, como, afinal, não poderia deixar de ser, embaralhadas com suas próprias experiências de vida e de trabalho. Outrossim, relacionam-se intimamente com uma certa incompreensão e, porque não dizer, até mesmo com uma aparente revolta que este sentia pelo descaso com que a UFSCar e a sua comunidade tratavam sua própria história e a memória dos caminhos trilhados por tantas pessoas, sem que ninguém os documentasse de modo sistemático. Tal descaso, supomos, decorre de uma presumível falta de interessados, seja pelo expressivo volume de trabalho a repousar sempre sobre os ombros de tão poucos, seja ainda pelo revés de interesses alheios a afastar os parques incautos desejosos em levar a cabo estes nobres estudos, tão logo tenham sido manifestos seus desejos e intenções em fazê-lo.

Nesta obra, então, procurei contribuir, embora de modo bastante inicial e pouco abrangente, sem ainda um aprofundamento maior que por certo se mostrará necessário, e cujos trabalhos, penso, finalmente já se iniciam, com a sistematização e a revisão de aspectos da trajetória histórica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O recorte temporal empregado está localizado ainda antes mesmo da própria institucionalização da Universidade. Procuramos, nesse intento, buscar auxiliar nos esforços de documentação e de preservação da história e da memória da instituição, juntando-nos a outros colegas que, dentro de suas respectivas áreas de pesquisa e de

trabalho, têm tentado empreender semelhante caminho, obtendo os mais variados graus de sucesso em sua hercúlea jornada.

De fato, a documentação da história e da memória de instituições escolares e acadêmicas tem se mostrado uma área em franca expansão dentro das pesquisas em história da educação. Nosella e Buffa (2013, p. 19) corroboram com essa afirmação ao registrarem que “atualmente, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação”. Sguissardi (1993, p. 9), a seu tempo, complementa que “o projeto de recuperação histórica da origem e trajetória das instituições costuma surgir nos seus momentos mais felizes ou de maiores crises. Certamente, mais nestes que naqueles”. Sem dúvida, podemos auferir que o momento atual pelo qual passa a universidade brasileira e, de modo particular, a própria UFSCar, por certo pode ser considerado um período caracterizado por crises de diferentes matizes, origens e comportamentos. À medida que a sociedade evolui, muitos têm questionado o papel da escola no tecnológico e cada vez menos coletivo mundo em que vivemos, onde as relações pessoais, até por haverem sido facilitadas pelo advento das comunicações digitais, estão cada vez mais distantes da conversa olho no olho, do espaço de acolhimento coletivo, situações tão basilares às mais antigas manifestações escolares, talvez desde a antiga Grécia (ou quiçá até mesmo de antes no tempo, como afirma Manacorda em sua “História da Educação”, quando cita o ambiente de aprendizagem existente nas cortes do Antigo Egito¹) até o advento das escolas medievais, de onde surgiram as universidades como as conhecemos, evolução que são das antigas corporações estudantis. Nos incautos discursos de hoje, fatores como os custos de formação de profissionais, a carga pública de impostos dispensados para o financiamento do aparato necessário ao ensino de terceiro grau, a incapacidade de os sistemas públicos acolherem todos os estudantes interessados, entre vários e vários temas que, por muitas vezes, transparecem em palavras vis tais como “fechem!”, “privatizem!”, “não nos fará falta!”, “antro de comunistas!”, “antro de filhinhos de papai!”, “antro de ‘zé-droguinhas’!”, dentre tantas outras manifestações congêneres, demonstram o quanto nossa sociedade desconhece aquilo que ela própria financia, e o quanto despreza algo que, ao mesmo tempo, luta tão insistente e incansavelmente para fazer nela ingressar seus jovens filhos quando chegam “à idade do vestibular”. Enquanto parcela significativa de nossa sociedade se isola no mundo virtual de seus *smartphones* e *laptops*, a pesquisa,

¹ Vide MANACORDA, 2010, pp. 21-52.

fonte do verdadeiro conhecimento, é secundarizada e apontada como lenta e dispendiosa. Ao mesmo tempo em que os interesses de poucos se sobressaem sobre as aspirações aparentes das massas, a Universidade vai sobrevivendo, aos trancos e barrancos, tentando não ser soterrada por governos, administrações, empresas, fundações de apoio, índices de qualidade e toda sorte de aspirações e ocupações difusas, tentando, no entanto, dar continuidade ao seu trabalho de ensino, pesquisa e extensão. Árdua tarefa, poder-se-ia dizer.

De acordo com tais pensamentos, duas reflexões básicas levaram este estudante a se interessar por pesquisar a história da UFSCar como o tema de sua dissertação de mestrado. A primeira delas é um forte sentimento existente neste aspirante a pesquisador de que há um déficit, até então persistente, no registro e na sistematização de uma memória própria da UFSCar. Existem poucas iniciativas documentadas, além da conhecida obra do Prof. Dr. Valdemar Sguissardi², que tratam especificamente dos aspectos relacionados à história desta Universidade. Várias publicações utilizam partes da história da instituição para documentar mais apropriadamente as histórias e as trajetórias de setores, cursos, laboratórios, programas e outras iniciativas desenvolvidas no âmbito da Universidade, ou de pessoas a ela associadas, não podendo tais iniciativas ser apropriadamente qualificadas como tentativas efetivas de registro da história da UFSCar como um todo. Parece-nos não existir, portanto, até o presente momento, qualquer outro documento que tenha por intenção analisar amplamente os primeiros anos da história da UFSCar além da obra de Sguissardi, que será, no âmbito deste trabalho, fartamente citada. Por este motivo, sua publicação de 1993 se constitui, ainda hoje e seguramente, como um documento fundamental e basicamente único de referência quando se busca conhecer a gênese da Universidade Federal de São Carlos e a história de muitas das decisões que contribuíram para que esta instituição tenha-se tornado o que hoje é. Outros volumes também tiveram a história da UFSCar como seu objeto de pesquisa, a exemplo da tese de doutoramento da Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Lana, docente do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) do *campus* Sorocaba da UFSCar, defendida em 2015 junto ao Programa de Pós Graduação em História Social da FFLCH/USP³, contudo, tal documento em específico trata da história institucional desta Universidade em um período compreendido entre 1988 e 2002, fazendo, portanto,

² (SGUISSARDI, 1993).

³ (LANA, 2015).

uma análise de uma fase histórica posterior àquela que motivou-nos no decorrer desta obra. Sob certa medida, a tese de Lana pode ser considerada uma espécie de continuidade temporal ao trabalho de Sguissardi, sob muitos aspectos, ainda que tal ambição não seja expressa pela pesquisadora em questão. Outro documento que se debruça sobre a história da UFSCar é a dissertação de mestrado de Joelma dos Santos, defendida neste Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) em fevereiro de 2014, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Rothen⁴. Embora este documento se utilize de aspectos relacionados com o desenvolvimento histórico da UFSCar, o trabalho da pesquisadora em questão apresenta como foco a avaliação institucional da Universidade, e não a sua história propriamente dita, tendo, assim, apenas a função de qualificar adequadamente o objeto a ser estudado, ou seja, a própria UFSCar. A estes exemplos poderíamos acrescentar ainda muitos outros, se assim se desejasse, embora, de momento, tais notações já nos parecem suficientes aos argumentos em que desejamos nos ancorar.

Do ponto de vista institucional, não havia, por parte da UFSCar, quando do início dos estudos que resultaram nesta pesquisa, quase nenhuma iniciativa sistemática ou duradoura que tivesse por finalidade fomentar alguma preservação efetiva da história da Universidade e das memórias daqueles que passaram por ela, muito embora seja possível identificar o desejo genuíno de fomentar tais iniciativas e de instituir instrumentos e mecanismos de preservação da história e da memória institucionais em documentos e iniciativas precedentes, como se verá no decorrer do capítulo 1 desta dissertação. Uma rara (porém talvez a mais importante) iniciativa recentemente empreendida a respeito deste tema foi a criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), hoje vinculada ao Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi), criada inicialmente como uma unidade vinculada diretamente à Reitoria da Universidade. Instituída pela Resolução N.º 870 do Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar⁵, esta iniciativa, que teve uma de suas origens em uma comissão designada pelo Conselho de

⁴ (SANTOS, 2014).

⁵ “O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe conferem o Estatuto e Regimento Geral da UFSCar, reunido nesta data para sua 225ª reunião ordinária, após análise da documentação constante do Proc. N.º 23112.003741/2016-56, resolve: Art. 1º. Criar, nos termos do inciso X, Art. 4º do Regimento Geral da UFSCar, a Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico na UFSCar, com a sigla UMMA, como unidade multidisciplinar, vinculada à Reitoria. Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário” (Resolução ConsUni N.º 870/2017, de 17/02/2017, disponível em http://www.soc.ufscar.br/consuni/2017/arquivos/225a-reuniao-ordinaria-17022017/deliberacoes_225.pdf).

Extensão (CoEx) da Universidade ainda em 2014⁶, cujos trabalhos foram concluídos em 2016⁷, estava fundamentada sobre determinações advindas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar de 2013⁸. De fato, a UMMA ainda engatinha no processo de criar uma cultura de preservação histórica da Universidade pela própria Universidade, considerando que ainda não foi possível concretizar, até este ponto, nenhum produto publicado de pesquisa ou elaborar um repositório conciso de informações obtidas a partir dos materiais historiográficos até o momento já coletados, adquiridos a partir de acervos os mais variados, esparramados pelas unidades da Universidade ou contidos nos arquivos pessoais daqueles que passaram por ela. No entanto, a criação da UMMA vai ao encontro do expresso desejo de procurar registrar e dar preservação a tudo aquilo que possa ajudar a documentar a história institucional e as memórias daqueles que fizeram parte da comunidade da UFSCar em qualquer período de sua existência, algo que, infelizmente, se perde dia após dia devido à simples falta de catalogação e tratamento adequado de acervos ainda hoje desconhecidos, distribuídos nos mais diferentes locais e detidos pelas mais diversas pessoas, considerando ainda a triste, porém inevitável perda do material humano participante dessa história, conforme vão se adiantando os anos, o que afasta consideravelmente as fontes primárias de qualquer iniciativa que tenha como destino fomentar a preservação da memória da UFSCar como seu foco de estudos. Lutando por espaço físico, pessoal capacitado e verbas auxiliares, a UMMA, enquanto Unidade Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, constituída nos termos da Seção IX do Regimento Geral da UFSCar⁹, por certo terá ainda um grande trabalho a desempenhar, o qual merecerá comentários mais precisos no decorrer do presente texto.

Por mais banal que possa parecer, um dos mais claros registros que revelam a pouca preocupação da UFSCar com sua própria história e que, portanto, se manifestou

⁶ “O Conselho de Extensão da UFSCar (CoEx), em sua 63ª Reunião Ordinária, em 16/10/2014, deliberou por aprovar uma comissão junto à Coordenadoria de Cultura - CCult da ProEx para discutir perspectivas e propostas relacionada à memória da UFSCar, sua preservação, sistematização e difusão, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI” (Deliberação CoEx N.º 135/2014, de 16/10/2014, disponível em <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/deliberacoes/deliberacoes-da-63a-reuniao-do-coex-16-10-2014.pdf>).

⁷ “O Conselho de Extensão da UFSCar (CoEx), em sua 82ª Reunião Ordinária, em 15/09/2016, deliberou por encaminhar à Administração Superior o pleito da criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) na UFSCar, vinculada à Reitoria” (Deliberação CoEx N.º 122/2016, de 15/09/2016, disponível em <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2016/deliberacoes/deliberacoes-da-82a-reuniao-ordinaria-do-coex-15-09-2016.pdf>).

⁸ Vide <http://www.pdi.ufscar.br/diretrizes-gerais-especificas-e-para-gestao-do-espaco-fisico>.

⁹ Vide http://www.soc.ufscar.br/arquivos/regimentos/regimentofinal_ufscar.pdf.

em uma das motivações que justificaram o início do presente estudo, pode ser obtido quando se digita a URL <http://www.historia.ufscar.br/> em qualquer navegador de internet. Onde atualmente é exibida simplesmente a mensagem “*Este site está temporariamente fora do ar. Dúvidas sobre a história da Universidade podem ser esclarecidas pelo e-mail historia@ufscar.br. Participe do processo de atualização do PDI. Acesse www.pdi.ufscar.br*”, funcionou anteriormente, a partir do marco das comemorações dos 35 anos da Universidade, completados em 2005, um *website* dedicado à preservação e à divulgação de depoimentos e relatos de pessoas que participaram da história da instituição. A iniciativa foi renovada em 2010, para as comemorações dos 40 anos da UFSCar, contudo, pouco tempo depois, ainda naquele mesmo ano¹⁰ o material foi retirado do ar, permanecendo registrado na página apenas o texto acima descrito. Mensagens enviadas ao endereço de e-mail ali exposto, no decorrer dos últimos meses, infelizmente não foram respondidas, embora se estime que o endereço de e-mail continue ativo, ainda que provavelmente não esteja sendo monitorado. Outra iniciativa, esta já bem mais recente, que demonstra a aparente incapacidade institucional de lidar com as questões associadas à sua própria história, transparece quando se acessa a URL <http://www.50anos.ufscar.br/>, criada no decorrer do segundo semestre de 2019 em preparação para as celebrações do cinquentenário da instalação da Universidade, a serem realizadas durante o primeiro semestre deste ano de 2020. Em sua seção intitulada “História”, observa-se que a Comissão Organizadora das comemorações foi incapaz, diante do pouco tempo de que dispunha para tal, de compilar sequer as mais básicas informações sobre o surgimento da Universidade, preferindo, diante da necessidade, convidar a comunidade a enviar as suas próprias contribuições individuais, conforme se observa no seguinte extrato:

Ajude a resgatar e documentar a história da UFSCar. Essa contribuição pode vir a partir da reunião de informações, documentos ou fotos; elaboração de reportagens, livros, vídeos sobre a unidade em que você atua, ou sobre outros aspectos da história da UFSCar. Você pode ainda emitir um depoimento pessoal, em texto, áudio, vídeo ou outro formato.

Para que as diversas ações possam ser melhor integradas, sugerimos o contato com a Comissão de Comemoração dos 50 Anos da UFSCar, através do e-mail: 50anos@ufscar.br. (UFSCar, 2019).

Noutra área do mesmo *site*, denominada “Comunidade”, onde, aparentemente, se pretendia resgatar algo próximo àquilo que foi produzido em 2005, nota-se nova

¹⁰ Vide https://web.archive.org/web/20050415000000*/http://www.historia.ufscar.br/.

mensagem indicativa de um porvir que, ao menos até o presente momento, ainda não viu a luz do dia. Os organizadores assim descrevem a iniciativa:

No Portal da Comunidade UFSCar você terá a oportunidade de encontrar cada um dos servidores docentes, servidores técnico administrativos e cada um dos estudantes que tiveram suas vidas transformadas pela Universidade, ao longo dos seus 50 anos. E cada membro da Comunidade UFSCar poderá registrar seu depoimento, suas fotos e suas lembranças.

Portal da Comunidade UFSCar - em desenvolvimento. (UFSCar, 2019).

Seria de se esperar que a Comissão Organizadora dos trabalhos relativos às comemorações do cinquentenário institucional tivesse tido o necessário planejamento e o adequado tempo para preparar, com a devida antecedência, os materiais relativos às festividades, de modo a poder publicá-los ainda antes das cerimônias festivas ocorridas durante o mês de março de 2020. Nota-se, infelizmente, que os mais comuns revezes associados às políticas conduzidas de maneira atabalhoada e pouco efetiva, somados ao desastre momentâneo em que vive a nossa sociedade, devido à pandemia global da doença provocada pelo “novo coronavírus” (COVID-19), provavelmente farão com que estas importantes iniciativas, ainda não efetivadas, acabem tendo como destino o mesmo fim daquela precedente, abandonada há aproximadamente dez anos, ficando ambos os *websites*, <http://www.historia.ufscar.br/> e <http://www.50anos.ufscar.br/>, aguardando o esperado dia em que finalmente poderão contribuir com a propagação efetiva das informações pelas quais foram um dia criados, antes de seu completo abandono.

A segunda reflexão que motivou este estudante a pesquisar sobre o tema, sem dúvida, e como não poderia deixar de ser, é exatamente esta feliz coincidência de datas que se teve em tela. 2018, o ano em que se deu início a esta pesquisa, foi marcado como o ano do cinquentenário do decreto federal que efetivou a criação da UFSCar, legislação esta emitida após oito anos de intensos revezes que quase solaparam a instalação deste importante equipamento público sediado na cidade de São Carlos. O corrente ano de 2020, por outro lado, onde são publicados os resultados da presente pesquisa, tem registrado em suas páginas as comemorações efetivas do cinquentenário da UFSCar, considerando a tradição desta instituição em comemorar o seu aniversário a partir da data de início das atividades de graduação, consideradas como a “instalação” da Universidade, em 13 de março de 1970. Dessa forma, embora este estudante já tenha tentado ingressar neste Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) em anos anteriores, o fato de ter sido bem sucedido em seu pleito apenas no processo seletivo de 2017, com ingresso em

2018, só veio a solidificar o interesse já preexistente de produzir um material de pesquisa sobre este significativo tema. Muito embora não se tenha nenhuma intenção de que este material possa se qualificar como uma pesquisa encomendada ou muito mesmo como uma pesquisa institucional, espera-se que ele possa servir, de alguma maneira, como uma contribuição adicional para os esforços de documentação e preservação da história da Universidade, se constituindo, assim, como mais um passo, por mais pequenino que seja, para o estabelecimento de um esforço duradouro de preservação histórica dos relatos daqueles que ajudaram a construir a primeira e, até então, única universidade federal estabelecida no interior do estado mais populoso do país.

II – Referencial Teórico-Methodológico

II.I – Estudos progressos e autores de referência

Sendo este um estudo de características históricas que busca recuperar aspectos do passado de uma instituição acadêmico-escolar como a Universidade Federal de São Carlos e das pessoas que participaram de sua gênese, buscar-se-á aproximar os métodos de pesquisa aqui empregados àqueles já utilizados previamente, com reconhecido sucesso, por professores deste Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Neste campo, destaca-se o trabalho empreendido pela Prof.^a Dr.^a Ester Buffa, que orientou a presente pesquisa, e pelo Prof. Dr. Paolo Nosella, cujos estudos realizados, frutos de sua parceria, têm produzido, nas últimas décadas, trabalhos muito relevantes de resgate histórico de instituições escolares importantes, especialmente daquelas localizadas no município de São Carlos, Estado de São Paulo¹¹.

Buffa e Nosella vêm defendendo, ao longo de suas pesquisas, que o referencial condutor de seus estudos é o método dialético. Segundo afirmam:

De forma aproximativa e sintética, o método dialético investiga a conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a instituição escolar que cria. Ou seja, o fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa relação. A dialética não é uma relação mecânica que descortina, para

¹¹ Referência às pesquisas que resultaram nas seguintes publicações: BUFFA, E., NOSELLA, P. A Escola Profissional de São Carlos. São Carlos: EdUFSCar, 1998; BUFFA, E., NOSELLA, P. Universidade de São Paulo: a Escola de Engenharia de São Carlos, os primeiros tempos: 1948-1971. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2001; e BUFFA, E., NOSELLA, P. Schola Mater. A antiga escola normal de São Carlos, 1911-1933. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2002.

além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade). Ao contrário, é uma condição recíproca de existência. Ou seja, assim como uma determinada sociedade foi condição para a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar, esta é condição de existência daquela, porque lhe molda suas relações de produção, sem esquecer, porém, que, na produção da escola, a sociedade opera de forma conflituosa, pois suas opostas classes sociais lutam, em opostos campos em favor de escolas que atendam aos seus próprios interesses. (NOSELLA; BUFFA, 2013, pp. 81-82).

De acordo com esta definição, só é possível estudar adequadamente a história da Universidade ao se analisar a sociedade que a institui, a fundamenta e a mantém, ainda mais quando são exatamente as visões dicotômicas, antagônicas e conflituosas nela expressas aquelas que acabam tendo uma influência tão fundamental nos caminhos que a instituição trilhou, desde a letra normativa fundante até a realidade de sua materialidade, e dessa realidade à aurora dos seus primeiros anos, relações fundamentais para a definição dos passos que percorreu até os dias atuais.

Os autores exploram ainda mais claramente sua visão metodológica quando defendem a importância de se considerar o cenário sócio-político-econômico-cultural, ou, em outras palavras, o contexto geral por trás do objeto a ser estudado, devidamente inserido em seu *locus* temporal, de forma a conseguir entender as peculiaridades deste objeto, a partir do todo em que se encontra. Sobre isso, assim se manifestam:

(...) precisamos explicitar o referencial teórico que nos norteia. Defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural. No estudo sobre a antiga Escola Normal de São Carlos, criada em 1911, por exemplo, tentamos resgatar o clima cultural da época da sua fundação, típico de uma sociedade agrária pré-industrial alheia ao mundo do trabalho. No estudo seguinte, sobre a Escola Profissional de São Carlos, criada em 1932, o clima cultural já era outro. Por meio deste trabalho, tentamos mostrar como o processo de industrialização da região favoreceu a criação dessa escola voltada para a formação de profissionais técnicos. Também, no estudo sobre a Escola de Engenharia de São Carlos da USP, criada em 1948, procuramos apresentar como o processo econômico-político de então foi responsável pelo surgimento desta escola, no interior do Estado, em razão de aquela localidade necessitar de engenheiros para seu desenvolvimento tecnológico. Se, de fato, conseguimos relacionar, dialeticamente, o particular e o geral, não cabe a nós dizer, muito embora esse tenha sido nosso objetivo. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 356).

Falando sobre os diferentes modelos de dialética, Dermeval Saviani compreende que é a dialética histórica, notadamente fundamentada em Marx, aquela que é capaz de compreender mais adequadamente as relações sociais e a existência da educação nesse processo.

Quando se pensam os fundamentos teóricos, observa-se que, de um lado, está a questão da dialética, essa relação do movimento e das transformações; e, de outro, que não se trata de uma dialética idealista, uma dialética entre os conceitos, mas de uma dialética do movimento real. Portanto, trata-se de uma dialética histórica expressa no materialismo histórico, que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo. (SAVIANI, 2013, p. 119-120).

Após estas afirmações, talvez caiba ainda mais uma justificativa para a escolha metodológica selecionada como condutora desta pesquisa. Para tanto, as conclusões de Buffa e Nosella certamente se mostram suficientes, quando estes definem ser necessário olhar o dado empírico a ser estudado plenamente inserido no cenário complexo, plural e contraditório que lhe dá seu devido sentido. Entendem eles que:

O fundamental, portanto, em pesquisas sobre instituições escolares, para o método dialético, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios. Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 82).

É exatamente este o foco metodológico que se tentará observar ao longo desta pesquisa, destacando as contradições entre o particular e o geral como fundamentais para a compreensão das contradições endógenas e exógenas que marcaram os primeiros anos de história da UFSCar, antes mesmo de sua efetiva existência. De fato, entendemos ser impossível compreender a história particular desta instituição sem considerar as histórias regional, nacional e internacional do momento histórico abordado, acreditando que tal visão é essencial para dar forma adequada àquilo que está acontecendo internamente ao objeto desta pesquisa.

II.II – Sobre as fontes utilizadas

Este trabalho está baseado em dois tipos de fontes distintos, mas complementares: fontes documentais e entrevistas. Entre as fontes documentais, duas apresentam maior relevância: acervos jornalísticos do período compreendido entre os anos de 1960 e 1971 e informações advindas de fundos do poder público, especialmente relacionadas à legislação e normativas vigentes à época do presente estudo. Ademais, serão fartamente utilizadas citações e explanações oriundas da obra “*Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*”, do Prof. Dr. Valdemar Sguissardi, com algumas

referências cruzadas provenientes de outros volumes relevantes, tal como a obra “EPM/SPDM: histórias de gente, ensino e atendimento à saúde”, da Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Lana Nemi, entre outros. Duas entrevistas com participantes oculares dos acontecimentos relacionados à história da desapropriação das terras que deram origem ao primeiro *campus* da Universidade nos fornecerão informações até então inéditas sobre este evento, estando registradas em sua integralidade nos anexos ao presente volume. Buscaremos, com base nestas entrevistas, compreender um pouco melhor o cenário existente nos anos iniciais percorridos pela instituição, visando entender um pouco melhor o “outro lado” de um relevante acontecimento até então pouco explorado na historiografia própria da Universidade Federal de São Carlos. Em outras palavras, procuramos desvelar a visão de algumas pessoas cujas histórias não se encontram hoje entre aquelas afetadas propriamente à instituição, mas que, mesmo que indiretamente, possuem um vínculo com esta, o que quisemos resgatar por meio do registro de seus relatos.

III – Objetivos

III.I – Objetivo geral

Contribuir para o registro e a preservação da história da UFSCar por meio do estudo de alguns dos eventos ocorridos entre a criação legal e o efetivo nascimento desta Universidade, procurando compreender a visão daqueles que moldaram seus primeiros anos, desde o primeiro anúncio de sua fundação até a sua completa instalação, e as decisões tomadas como parte dos encaminhamentos burocrático-administrativos necessários para a efetivação da nova academia. Em outras palavras, desejamos documentar e organizar uma história dos primeiros anos de existência da UFSCar, a partir da legislação que lhe deu origem, tendo como norte um acompanhamento cronológico e sequencial dos vários eventos e conflitos que ocorreram no processo, usando como recorte temporal os anos de 1960 a 1970.

III.II – Objetivos específicos

1) Identificar, nos marcos normativos e decisórios que deram origem à UFSCar, qual era o modelo de Universidade que se desejava adotar e qual era o papel que esta deveria desempenhar no cenário sócio-político-econômico do Brasil dos anos 1960-1970;

2) Procurar determinar quais eram as intenções e os interesses daqueles a quem foi delegada a tarefa de instalar a nova Universidade, de onde vinham, e como se integraram em torno desse objetivo;

3) Compreender de que forma a instalação efetiva da UFSCar ocorreu e como se deram sua organização estrutural e a implantação de seu primeiro *campus*, diante dos vários eventos ocorridos desde o projeto inicial anunciado em 1960 até sua completa instalação, ocorrida somente em 1970.

IV – Hipótese do Trabalho

A hipótese que permeou os trabalhos desta pesquisa é a de que a criação da UFSCar foi fruto de determinados interesses e iniciativas políticas que se deram em um conturbado momento da história nacional, marcado por instabilidades e crises que acabaram por transformar profundamente não somente nossa sociedade, como também a estrutura que se tinha inicialmente definido para a nova instituição, tornando-a significativamente diferente daquilo que se havia idealizado a princípio. Entendemos que, mesmo diante de conflitos substancialmente incomuns para empreendimentos dessa natureza, muitos deles associados ao cenário sócio-político então existente, a proposta de criação da UFSCar só não foi totalmente abandonada graças à ação incisiva e persistente de seus idealizadores que, por sorte de sua habilidade política, encontravam-se investidos dos poderes necessários para fazer valer sua imposição mesmo diante de tantos revezes e interesses difusos.

Embora a obra de Sguissardi tenha-nos fornecido o rumo para compreendermos muitos destes acontecimentos, nossa hipótese se solidifica graças a algumas descobertas e a novos elementos obtidos no decorrer do desenvolvimento da presente pesquisa, efetivando-se e solidificando-se, assim, as crenças que inicialmente manifestamos.

V – Procedimentos de Pesquisa

Considerando-se o cunho histórico da presente pesquisa, procurou-se empregar conhecimentos e procedimentos metodológicos advindos do estudo de uma bibliografia básica que serviu de fundamento ao presente trabalho, de modo a subsidiar o tratamento adequado das informações granjeadas com base nas fontes selecionadas.

Assim, inicialmente, procurou-se absorver da literatura disponível o cenário histórico-sócio-político do ambiente em que se deu a criação da UFSCar. Para tanto, foi realizado, com o suporte da literatura estudada durante as disciplinas cursadas no decorrer do mestrado, um breve levantamento sobre a história da educação no Brasil e o desenvolvimento da Educação Superior no país, partindo-se de marcos como o ensino jesuítico em Portugal e suas colônias, a expulsão dos membros da Companhia de Jesus do Reino e das colônias portuguesas e o estabelecimento das Aulas Régias, a transferência da Família Real ao Brasil e a subsequente criação das primeiras escolas superiores no novo Reino Unido, o desenvolvimento da educação técnica militar no Brasil Império, até a proclamação da República, passando pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, pela “Reforma Francisco Campos” e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, chegando-se até aos movimentos que resultaram na implantação da Universidade do Rio de Janeiro (hoje UFRJ), em 1920, e da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Esses recortes prévios servem para que possamos melhor compreender o processo tardio como se desenvolveu um sistema educacional em nosso país e como isso também engloba o que hoje conhecemos como ensino superior. Foram então estudados temas como o estabelecimento da Universidade de Brasília em 1961, o golpe militar de 1964, o “Relatório Meira Mattos”, os acordos MEC-USAID, o Plano Atcon e a Reforma Universitária de 1968. Tais leituras se mostraram relevantes para que conseguíssemos descrever como, a partir de meados do século XX, é dada nova fisionomia à organização da educação superior no país, que passa a ser vista como essencial ao progresso e ao desenvolvimento nacional, numa perspectiva tecnicista, ao mesmo tempo em que existem conflitos significativos sobre que tipo de educação deveria ser concedida e a quem ela seria direcionada.

Na sequência, tentamos compreender as aspirações e as atuações políticas dos envolvidos na criação da Universidade, bem como as condições sócio-históricas do período compreendido como “pré-história da UFSCar”, segundo determinou, em 1993, o trabalho prévio de Sguissardi. Procuramos encontrar as motivações que levaram Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz a ter e a manter insistentemente o desejo de estabelecer esta nova instituição universitária no interior do Estado de São Paulo. Procuramos abordar os relacionamentos políticos que se fizeram necessários a fim de garantir a sede da nova instituição em São Carlos, mesmo após vários anos de um cenário incerto e bastante improvável quanto ao sucesso desta empreitada. Para tanto, foram estudadas com mais afinco as biografias de Monteiro da Cruz e, especialmente, de Pereira

Lopes embasadas em documentos e relatos de suas vidas parlamentares. A partir daí, um trabalho de pesquisa documental foi iniciado, adquirindo-se alguns registros advindos dos acervos da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Carlos. Logramos sucesso, também, na obtenção de registros jornalísticos advindos das bases arquivísticas dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Em tais documentos, procurou-se conhecer mais detalhadamente os fenômenos que contribuíram para a instalação da nova instituição, concretizando-se os auspícios de garantir a sede da nova Universidade em São Carlos, mesmo diante das investidas de vários outros municípios paulistas também interessados. Perpassam todos esses elementos, sem dúvida e a todo o momento, as contribuições advindas do trabalho prévio do Prof. Sguissardi. No entanto, tentamos constantemente acrescentar novos elementos ao seu importante trabalho precedente, publicado pela EdUFSCar em 1993, buscando, com isso, poder melhor compreender as características que acabaram se fazendo presentes na nova instituição, baseando-se, sempre que possível, em novos documentos e em fontes até então não explorados.

Por meio de tais estudos, quisemos resgatar alguns aspectos presentes na história da construção da UFSCar, a partir da primeira manifestação de sua instalação, ainda em 1960, até à desapropriação da Fazenda Trancham, em 1969, marco efetivo de sua institucionalidade material ou patrimonial, experiência que se constituiu na garantia do sucesso da campanha de “conquista” da nova Universidade “para São Carlos”, resultando tal feito no início efetivo de suas atividades, em 1970, após tantos desafios.

Procurando sistematizar todo o material pesquisado, organizamos este texto em dois capítulos distintos, contudo, certamente complementares. O primeiro foi intitulado “Preservando a Memória da UFSCar: iniciativas, caminhos e experiências”. Nele, são apresentadas ao(à) leitor(a) algumas das tentativas precedentes de sistematização e institucionalização de órgãos, normas e outros elementos e recursos que almejaram lidar com a preservação da história e da memória da Universidade. Este capítulo culmina com uma organização dos fatos que resultaram no estabelecimento da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar, a primeira iniciativa bem-sucedida e duradoura a consolidar-se tendo como missão a pesquisa e a preservação da história da Universidade. Nesta primeira seção, em especial, também apresentamos a obra do Professor Valdemar Sguissardi, amplamente citada no decorrer deste trabalho, livro que se constitui, certamente, na mais importante iniciativa de documentação da história institucional da UFSCar antes dos elementos que resultaram no estabelecimento da UMMA, empreendidos décadas depois.

O segundo capítulo, intitulado “A Construção da UFSCar: os caminhos tortuosos até a ‘Pequena Notável’” trata, por sua vez, de apresentar cronologicamente aspectos relevantes sobre a construção da Universidade Federal de São Carlos desde seu surgimento, a partir da promulgação da Lei Federal N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, até o início de sua efetiva operação, aos 13 de março de 1970. Neste contexto, estão apresentados dados relacionados à lei que criou a instituição, seguidos de uma análise dos elementos sócio-histórico-políticos que resultaram na demora de oito anos para a efetivação da instalação da Universidade, o que somente ocorreu a partir de 1968. Na sequência, abordamos as muitas disputas, críticas e manifestações contrárias ao estabelecimento da nova Universidade, advindas de instituições como a Escola Paulista de Medicina, hoje parte da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e da Universidade de São Paulo (USP), tanto por parte da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), quanto por parte do Conselho Universitário da USP (Co-USP). Destacamos, ainda, os papéis de algumas pessoas chave para a criação da nova universidade, tanto em âmbito local, quanto em âmbito nacional. Em meio a isso, procuramos demonstrar que os acontecimentos relacionados à criação e ao estabelecimento da UFSCar, então ainda denominada como Universidade Federal de São Paulo (U. F. S. P.), estavam intimamente relacionados com o que acontecia na capital federal (dos momentos finais de sua presença ainda no Rio de Janeiro, até sua efetiva transferência para Brasília), em uma das décadas mais efervescentes do cenário político nacional, envolvendo o período compreendido pelos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio G. Médici.

Antes de prosseguirmos, talvez seja importante dedicar ao(à) leitor(a) algumas palavras quanto ao progresso geral da pesquisa que finalmente publicamos. A primeira versão deste trabalho tinha como proposta procurar entender como se deu – se é que se deu de alguma forma – a participação popular da comunidade são-carlense nos eventos que resultaram na instalação da UFSCar. Embora aspectos dessa participação estejam descritos no decorrer deste texto, não foi possível, diante das fontes ora disponíveis, precisar se tal participação ocorreu de modo efetivo e em que contexto ela existiu, se é que efetivamente existiu. Abandonada esta primeira abordagem, procurou-se entender de que modo a Universidade e sua comunidade foram impactadas pela ditadura militar iniciada a partir do golpe de 1964 e finda em 1985, considerando-se a vivência da recém-instituída comunidade estudantil e os procedimentos técnico-operacionais da instituição, vinculada ao governo através do MEC. Chegou-se, no entanto, ao entendimento de que

uma abordagem dessa magnitude exigiria um levantamento de fontes e um consumo de tempo impraticável para uma atividade de mestrado, dada a sua robustez diante do tempo exíguo disponível a estudos desta natureza, o que exigiu um novo olhar sobre o que poderia ser estudado e descrito nestas linhas. Então, encontrou-se uma terceira via, que resultou no trabalho que ora depositamos, em que se procurou resgatar elementos já anteriormente publicados, notadamente o trabalho de Sguissardi, agregando a estes outra organização, além de novos elementos descobertos a partir de fontes, abordagens e documentos até então inexplorados, com o fito de tentar responder às seguintes questões que, junto aos objetivos acima expressos, motivaram a atual pesquisa: afinal, o que é a UFSCar, como se deu a sua fundação e como ela se encaixa no cenário sociopolítico de então? Que instituição se pretendia construir e que instituição acabou-se de fato se levando a cabo, diante das circunstâncias que se apresentaram? Como a UFSCar foi constituída, ou, em outras palavras, o que tivemos como produto de quase uma década de idas e vindas até que os primeiros estudantes chegassem a esta nascente academia? Do ponto de vista humano, afinal, quem foram aqueles que participaram desta história e como contribuíram com a construção da instituição em seus primeiros dias? O autor espera que este texto possa auxiliar aos(as) leitores(as) com respostas a algumas destas perguntas, de modo satisfatório, graças ao produto desta sua pesquisa, que ora lhes chega às mãos.

VI – Observação Importante

Embora a utilização da sigla UFSP pudesse se mostrar mais correta no âmbito deste trabalho¹², considerando o uso corrente de siglas nos anos 1960 e de acordo com o que foi grafado quando da publicação da Lei Federal N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, optamos por utilizar sempre a sigla U. F. S. P. quando se faz referência à Universidade Federal de São Paulo (que viria a se tornar a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar). No caso das citações, nossa opção foi manter, sempre que possível, o original constante da citação, a menos que tal decisão prejudicasse a correta interpretação do texto.

¹² Em consonância com o que estipula o Manual de Redação da Presidência da República, pp. 57-59, disponível em <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

CAPÍTULO 1 – Preservando a Memória da UFSCar: iniciativas, caminhos e experiências

No presente capítulo, procuraremos explorar as aparentes motivações que levaram a UFSCar, enquanto instituição, e sua comunidade, formada majoritariamente por servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes de graduação e de pós-graduação, a desinteressar-se, nos primeiros anos de sua história, por elaborar mecanismos sob o qual sua memória institucional pudesse ser preservada. Discutiremos as primeiras iniciativas que surgiram, após passadas já duas décadas de atividades acadêmicas, focando-nos nas mais relevantes: o primeiro arquivo institucional (a Unidade Especial de Informação e Memória – UEIM), o primeiro documento profundamente dedicado ao tema (o livro *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*, de Valdemar Sguissardi), o despertar do interesse coletivo pela preservação da memória da Universidade (o advento das celebrações de aniversário da instituição, comemorados a cada cinco anos) e a solidificação desses interesses em documentos e normativas (as intenções expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, as discussões no Conselho de Extensão – CoEx, os eventos organizados pelo Departamento de Ciências da Informação – DCI, pela Biblioteca Comunitária – BCo e pela Coordenadoria de Cultura – CCult, da Pró-Reitoria de Extensão – ProEx), culminando nosso relato, por fim, com a criação do “centro de documentação histórica” da instituição, ou seja, da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico – UMMA).

1.1 – Afinal, ninguém nunca pensou nisso antes?

Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) não foi pródiga em registrar sua própria memória para a posteridade, ou ainda, em documentar, para seu próprio benefício e para o uso dos seus, os caminhos percorridos institucionalmente, bem como, de modo semelhante, fomentar um registro dos passos trilhados por aqueles que dela fizeram parte nos momentos em que dela participaram, e além. Infelizmente, nenhuma iniciativa institucional duradoura de preservação da história e da memória da UFSCar foi empreendida nos seus primeiros vinte anos de existência, ou seja, até o início dos anos 1990. Obviamente que tal constatação não significa que absolutamente nada se tenha produzido em defesa da história e da memória da UFSCar nas primeiras duas décadas de sua realidade, contudo,

visa constatar que, lamentavelmente, as poucas iniciativas precedentes não foram profícuas no sentido de criar mecanismos ou instrumentos de preservação sistemática da memória institucional. Não se efetivaram locais ou recursos onde as pessoas pudessem registrar sua passagem pela Universidade, compartilhar seus acervos, escrever um pouco de sua história por meio de relatos e, assim, preservá-la para uso da Universidade ou dos membros de sua comunidade. Não foram definidos repositórios para informações relevantes de cunho histórico, concatenadas em arquivos, museus e bibliotecas, onde pudessem ser pesquisados de modo organizado e estruturado. Não existem, na UFSCar, formulários para registro documental periódico a serem preenchidos, de forma ordenada, por seus servidores docentes e técnico-administrativos. De fato, é possível dizer que a pouca atenção que foi dada ao tema antes do advento do novo milênio resultou em produtos de pequena disseminação e circulação, iniciativas e materiais que foram, normalmente, produzidos apenas como registros que justificassem as comemorações relacionadas aos aniversários quinquênios da Universidade, de forma a apoiar as festividades então planejadas, uma tradição que se iniciou no aniversário de 20 anos da instituição e que vem sendo mantida até os dias atuais. Mesmo assim, de todos os materiais elaborados antes de 1990, infelizmente bem pouco foi preservado institucionalmente, e quase nada foi possível ser obtido para agregação a este trabalho.

Embora não seja possível precisar com segurança as razões pelas quais nenhuma iniciativa duradoura e sistemática de preservação da história institucional da UFSCar tenha sido bem sucedida no primeiro quarto de século da história da Universidade, o contato cotidiano que o autor destas linhas tem com seus colegas docentes e técnico-administrativos durante seu serviço público diariamente dedicado à Universidade, em especial no convívio com os colegas mais antigos, sugere duas razões principais para este fenômeno. A primeira explicação, muito provavelmente, está relacionada com a diminuta força de trabalho existente na Universidade. Historicamente, a UFSCar sempre teve uma quantidade de trabalhadores menor do que a desejada, e constantemente houve a necessidade de se trabalhar com menos material do que o necessário para a realização de um serviço mais perfeito, incluindo-se aí o “material humano”, ou, em palavras mais adequadas, dos servidores públicos federais alocados ao serviço desta Universidade. Embora não seja do interesse desta pesquisa pormenorizar, em números rigorosamente precisos, o exato cenário de seus “recursos humanos” ao longo das últimas décadas, é conhecida a realidade de que a UFSCar sempre teve um número de docentes relativamente pequeno, em nada além ao minimamente necessário para se levar a cabo a

quantidade de disciplinas de graduação exigidas por cada curso oferecido pela instituição. É também de amplo conhecimento, entre os membros da Universidade, a luta permanente dos departamentos acadêmicos, sempre em busca de obter uma ou duas vagas docentes adicionais diante dos números possíveis de contratações com base nas vagas disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC), o que se observa rotineiramente quando chegam ao Conselho Universitário (ConsUni) pautas relativas ao quociente de distribuição de vagas docentes entre centros e departamentos e a crescente demanda desses profissionais em todos os cursos de graduação oferecidos. A insuficiente força de trabalho docente, mais ainda agravada quando o regime celetista foi substituído pelo estatutário, no início dos anos 1990, momento em que as contratações passaram a ser centralizadas em Brasília, contribuiu para uma considerável diminuição da capacidade dessa categoria de servidores em lidar, mais adequadamente, com um volume de trabalho crescente nas tarefas obrigatórias de sua carreira e jornada junto ao ensino (de graduação e de pós-graduação), à pesquisa (inclusive em atendimento às crescentes demandas apresentadas pelos órgãos reguladores e pelas agências de fomento), e às ações e atividades de extensão universitária, quando finalmente sobram tempo e forças para empreende-las. Além disso, é preciso sempre considerar as funções administrativas acumuladas pelos que se aventuram (ou “são aventureiros”, por força das circunstâncias) às várias posições de gestão nas coordenações de cursos, nos departamentos, nos Centros Acadêmicos e também na Administração Superior da Universidade.

Se não bastasse o número de docentes ser pequeno, estritamente contado e limitado ao essencial, o número de servidores técnico-administrativos, por certo, sempre foi menor ainda. Durante grande parte de sua história, e intensificada tal situação em meados dos anos 1980, a UFSCar contou sempre com uma força de trabalho técnico-administrativa inferior ao seu número total de docentes, o que limitou bastante, em certa medida, a quantidade de serviços possíveis de serem oferecidos, normalmente circunscritos apenas àquilo estritamente vinculado às atividades consideradas essenciais e às rotinas demandadas por órgãos reguladores e de controle. De fato, a UFSCar constantemente demonstra privilegiar o cuidado para com suas atividades fim, em detrimento das atividades meio, de tal maneira que se mostra ser preferível ter colaboradores suficientes para servir aos estudantes nos Restaurantes Universitários do que servidores em número mais adequado para tarefas burocráticas ou administrativas além daquelas sumamente imprescindíveis. Enquanto outras universidades podem orgulhar-se em possuir um número de servidores técnico-administrativos na casa dos

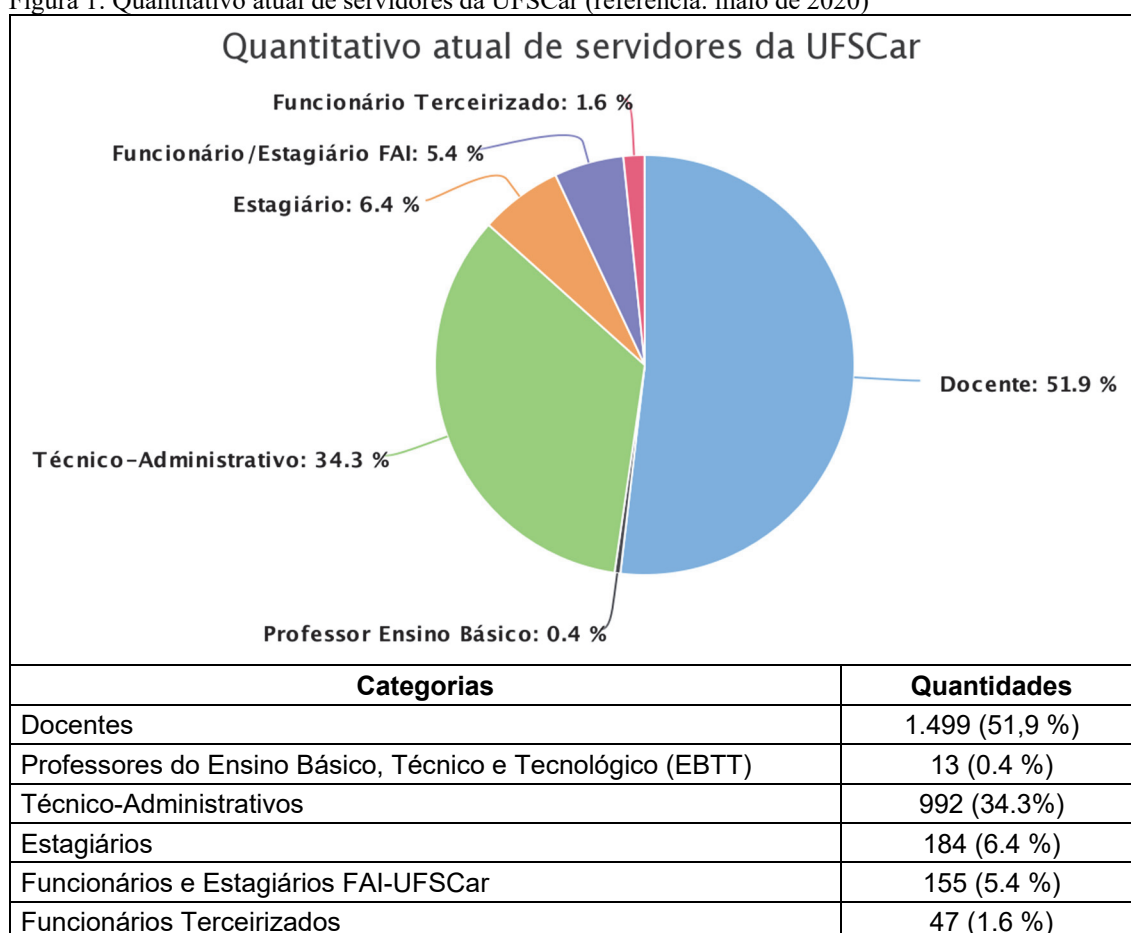
quatro indivíduos para cada docente, permitindo-se maior flexibilidade e qualidade na realização dos mais variados tipos de serviços, a UFSCar, em grande parte de sua história, teve de trabalhar com números próximos à casa do meio servidor por docente, ficando impossibilitada de inovar ou fomentar iniciativas mais elaboradas, fora de uma dura realidade de restrições. De maneira geral, este quadro ainda permanece, mesmo com as contratações havidas a partir de 2002, com a retomada dos investimentos públicos no sistema federal de educação superior e o subsequente advento do REUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras¹³. Tanto tem sido assim, que diferentes gestões da reitoria continuam empenhando esforços, já há décadas, para que a UFSCar seja contemplada com um número maior de vagas para contratação de servidores “TAs”, mesmo reconhecendo sua aparente diminuição, quando se observa a ostensiva substituição das antigas carreiras de níveis mais básicos pela contratação de profissionais terceirizados, vinculados a empresas externas selecionadas por meio de licitação para a exploração comercial desses serviços.

Com o fito de mais facilmente observar este fenômeno, uma confrontação bastante grosseira e bruta de números dos quadros funcionais das universidades públicas paulistas poderá servir de ilustração à hipótese que aqui defendemos. Acreditamos que a disparidade existente na força de trabalho da UFSCar quando comparada àquela presente nas demais universidades do Estado de São Paulo tem um impacto significativo na capacidade institucional que a academia radicada em São Carlos tem de dedicar-se, entre outros afazeres, à preservação de sua própria história e memória organizacionais. Entendemos que se a UFSCar tivesse condições de dispor de um quadro técnico-

¹³ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) foi um instrumento de políticas públicas na área da educação superior desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) com base no Decreto Federal N.º 6.096, de 24 de abril 2007 (vide http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Seus objetivos principais eram contribuir com a ampliação do acesso da juventude aos serviços universitários públicos e garantir recursos de permanência aos estudantes, agindo de forma coordenada para expandir a rede federal de educação superior e, ao mesmo tempo, garantir um maior volume de bolsas assistenciais e recursos de apoio à permanência e ao sucesso acadêmico dos graduandos das instituições públicas, diminuindo os índices de evasão escolar e contribuindo para a interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O grande destaque do programa, iniciado durante a segunda gestão presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, foi a abertura de dezenas de novos *campi* universitários, a criação de algumas novas universidades, bem como a abertura de centenas de novos cursos, com ênfase para o atendimento às demandas de regiões com menor oferta na área de educação superior. A UFSCar teve o seu novo *campus* de Sorocaba (instalado em 2006) como um dos grandes beneficiários do programa REUNI. O curso noturno de Pedagogia do *campus* de São Carlos, onde o autor desta dissertação foi um dos estudantes da primeira turma, é outro dos cursos da UFSCar iniciados como parte da inscrição da Universidade na iniciativa. Ficará para sempre na memória deste estudante a qualificação de sua turma como “a primeira do novo curso REUNI”, em alusão às dificuldades alusivas à expansão de vagas, que trouxe demandas significativas para a instituição, em especial quanto à conclusão de obras, contratação de número suficiente de docentes para acolher a nova demanda e oferecimento adequado de serviços aos estudantes, como os do Restaurante Universitário (RU).

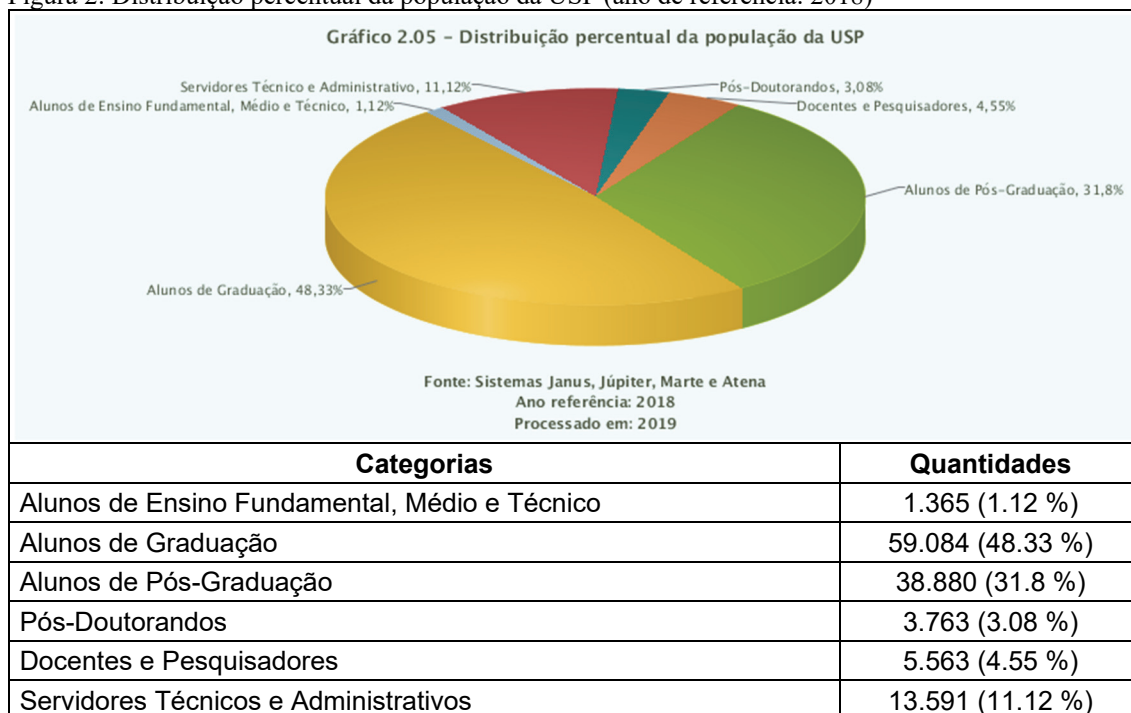
administrativo numericamente maior e qualitativamente mais diverso, talvez poderia, entre muitas outras coisas, fomentar mais facilmente a criação, gestão e disponibilização de repositórios de divulgação de história e memória, tais como museus, arquivos, coleções, seções específicas em suas bibliotecas, entre outros. Os dados a seguir não são reflexivos dos mesmos períodos (embora as informações da UFSCar, pela facilidade e praticidade de acesso a que temos, reflitam a realidade do presente momento), mas são indicativos daquilo que tem transcorrido na área de gestão de pessoas da UFSCar, da USP, da UNIFESP, da UNICAMP, da UFABC e da UNESP nas últimas décadas:

Figura 1: Quantitativo atual de servidores da UFSCar (referência: maio de 2020)



Fonte: Sistema SAGUI (UFSCar, 2020).

Figura 2: Distribuição percentual da população da USP (ano de referência: 2018)



Fonte: Anuário Estatístico da USP: Sistemas Janus, Júpiter, Marte e Atena (USP, 2019).

Figura 3: Recursos Humanos da UNIFESP (ano de referência: 2015)



Fonte: A UNIFESP em Números (UNIFESP, 2016).

Figura 4: Recursos Humanos da UNICAMP (ano de referência: 2018)

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS A UNICAMP EM NÚMEROS	
Informações extraídas do Anuário Estatístico da UNICAMP de 2019 Base de Dados 2018	
RECURSOS HUMANOS	
ATIVOS	9.574
Docentes - Carreira MS	1.865
Docentes - Outras Carreiras	238
Não Docentes	7.471
APOSENTADOS	5.038
Docentes - Carreira MS	1.298
Docentes - Outras Carreiras	191
Não Docentes	3.549
TITULAÇÃO DOCENTES ATIVOS	
Porcentagem de MS - Doutores ou acima	99%

Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP (UNICAMP, 2019).

Figura 5: Números de servidores docentes e técnico-administrativos da UFABC (ano de referência: 2018)

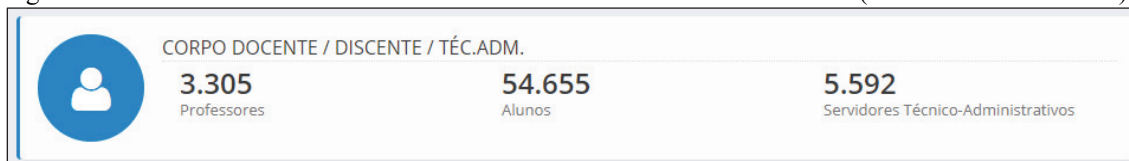
Tabela 4: Número de técnicos administrativos, por campus e classe ¹ , em 2018				Tabela 5: Número de docentes, por centro interdisciplinar de ensino ¹ e classe, em 2018			
Campus	Número de TA			Centro	Classe		Nº de Docentes
	Classe D	Classe E	TOTAL		Efetivo	Visitante	
Santo André	403	223	626	Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH)	Titular	4	
São Bernardo	80	20	100		Associado	94	
					Adjunto	125	
TOTAL	483	243	726		Visitante	19	
				Subtotal CCNH		242	
				Centro de Engenharia e Ciências Sociais (CECS)	Titular	11	
					Associado	111	
					Adjunto	227	
					Visitante	22	
				Subtotal CECS		371	
				Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC)	Titular	5	
					Associado	58	
					Adjunto	99	
					Visitante	19	
				Subtotal CMCC		181	
				Outros		0	
				TOTAL		794	

Fonte: SUGPEPE - informações obtidas em 21/01/2019
 Obs. 1: De acordo com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Fonte: SUGPEPE - informações obtidas em 21/01/2019
 Obs. 1: Conforme localização do gabinete de trabalho do docente

Fonte: UFABC em Números (UFABC, 2019).

Figura 6: Números de servidores docentes e técnico-administrativos da UNESP (ano de referência: 2019)



Fonte: Anuário Estatístico da UNESP (UNESP, 2020).

Tabela 1: Comparativo numérico das forças de trabalho existentes nas universidades públicas federais e estaduais do Estado de São Paulo

Universidade	N.º Docentes	N.º TAs (ou TAEs) ¹⁴	Relação TAs/Docentes
UFSCar	1.499 pessoas	992 pessoas	0,66 TAEs por Docente
USP	5.563 pessoas	13.591 pessoas	2,44 TAs por Docente
UNIFESP	1.557 pessoas	3.985 pessoas	2,55 TAEs por Docente
UNICAMP	1.865 pessoas	7.471 pessoas	4,00 TAs por Docente
UFABC	794 pessoas	726 pessoas	0,91 TAEs por Docente
UNESP	3.305 pessoas	5.592 pessoas	1,69 TAs por Docente
<i>Total</i>	<i>14.583 pessoas</i>	<i>32.357 pessoas</i>	<i>2,21 TAs por Docente</i>

Fonte: o Autor, com dados compilados a partir das figuras precedentes (MORETTI, 2020).

Outra característica provável do aparente desinteresse da UFSCar em documentar sua própria história pode advir das características de sua própria fundação. Como indicado pelo Professor Sérgio Mascarenhas em entrevistas e palestras concedidas à comunidade universitária, desejava-se que a UFSCar fosse uma Universidade inovadora, refletindo constantemente sobre os problemas da humanidade e pensando, então, nas soluções para essas demandas. Havia, portanto, um expresso desejo dos idealizadores da instituição na busca pelo futuro, em um olhar constante à frente, o que, provavelmente, pode ter impedido que a Universidade e a sua comunidade se preocupassem com o presente do seu cotidiano, em preparação para quando este presente se tivesse tornado passado. No capítulo 2 deste trabalho poderemos acompanhar um pouco melhor os desejos de inovação e modernidade que os fundadores da UFSCar tinham em mente empreender na nova instituição.

Infelizmente, no entanto, a Universidade muito perdeu ao não se preocupar com o futuro de seu passado. Não raras são as experiências que vemos hoje de professores e servidores técnico-administrativos que, conforme se afastam do dia a dia de seu trabalho na instituição, se veem em posse de bibliotecas e arquivos de uma vida toda de dedicação, não tendo o que fazer ou a quem destinar esses preciosos registros e documentos. Em alguns, preciosos materiais foram perdidos, em outros abandonados. Há aqueles que foram vendidos ou mesmo doados a outras organizações, mas certamente poucos foram

¹⁴ TAs: Técnicos e Administrativos ou Técnicos-Administrativos (a depender da nomenclatura usada em cada Instituição de Ensino Superior). TAEs: Técnicos Administrativos em Educação, nomenclatura oficial empregada no âmbito do Ministério da Educação e do Governo Federal.

os que encontraram na própria Universidade o seu destino final, em preparação para os dias em que poderão ser organizados, sistematizados, indexados, digitalizados e disponibilizados para todos aqueles que porventura venham a demonstrar algum interesse pelo que contêm.

Uma vez termos compreendido que poucas foram as ações de preservação da história e da memória da Universidade, cabe-nos, então, apresentarmos, ainda que sucintamente, aquelas iniciativas de que se teve notícia, não só para homenagear o seu precioso e, muitas vezes, hercúleo trabalho, como também para destacar as ideias que resultaram destas ações e desvelar a existência dos poucos registros documentados ainda existentes das iniciativas precedentes.

1.2 – As primeiras iniciativas surgem...

Conforme apontamos anteriormente, muito pouco foi produzido visando a preservação da história e da memória institucionais da UFSCar em seus primeiros anos de existência.

Sguissardi aponta, à página 129 de seu *Universidade, Fundação e Autoritarismo*, que uma das primeiras ações do Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Carlos (FUFSCar) foi indicar seus “historiadores”, considerando que “os profs. José Reis e Savério Lia foram designados para ‘documentar a história da Universidade’” (SGUISSARDI, 1993, p. 129). Parece-nos curiosa esta preocupação, antes mesmo da plena instalação da UFSCar, que só viria a surgir, de fato, mais de um ano depois. Ora, tendo a Universidade recebido seus “registradores” logo em uma das primeiras reuniões de seu então colegiado superior, que ainda organizava a instalação da instituição, não seria de se esperar um maior interesse e uma maior organização administrativa quanto ao tema? Infelizmente, a resposta é não, até onde nos foi possível descobrir. Por infelicidade, não encontramos hoje disponíveis quaisquer produtos de preservação histórica que porventura estes professores possam ter vindo a produzir em sua designação, assim como, também, não fomos capazes de encontrar quaisquer outros documentos ou registros que demonstrassem que iniciativas de preservação da memória e da história da Universidade tenham sido efetivadas sistematicamente em seus primeiros anos de existência.

Aos poucos, no entanto, algumas ações foram surgindo. Discorreremos, a seguir, um pouco mais a respeito delas.

1.2.1 – Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM)

Começamos abordando brevemente, e com o devido crédito, a Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFSCar. A UEIM é uma Unidade Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão criada em 1998 por iniciativa do Professor João Roberto Martins Filho, a partir do antigo Arquivo de História Contemporânea da UFSCar, instituído ainda no final dos anos 1970, agregando, posteriormente, variados outros acervos ao seu portfólio. O Arquivo de História Contemporânea do CECH foi a primeira tentativa institucional e, por muitos anos, a única organização formal da Universidade encarregada de documentar e proteger parte da história da instituição, uma vez que tem abrigado o arquivo administrativo do CECH já há muitos anos. Embora muitos dos documentos constantes dos acervos da Biblioteca Central (BC) da UFSCar e dos arquivos próprios da Reitoria, de Pró-Reitorias e de outros setores da Universidade também possam ter sido disponibilizados aos interessados, mediante a demanda, o arquivo administrativo do CECH, aparentemente, foi o primeiro arquivo interno da Universidade disponibilizado para o acesso ao público em geral.

O trabalho da UEIM tem se mostrado precioso, mas pouco dinâmico. Quando se iniciou a pesquisa que resulta na presente dissertação, o autor destas linhas teve a oportunidade de conversar com seu colega servidor técnico-administrativo Ricardo Biscalchin, Bibliotecário Documentalista e um dos dois únicos servidores atualmente alocados na Unidade, a fim de saber sobre a possibilidade de obtenção de fontes para a realização presente pesquisa. Muito devido à falta de recursos financeiros para melhor organizar os acervos, bem como diante do déficit de mão de obra numericamente adequada para a sua gestão, os trabalhos de manutenção e disponibilização dos arquivos e publicações ali alocados ocorrem, basicamente, tão somente quando algum pesquisador, dentre os estudantes de graduação ou de pós-graduação, além dos parques visitantes externos porventura interessados, ali comparecem para dar continuidade às suas próprias pesquisas. Biscalchin destaca que foi possível obter algum recurso por meio de editais (alguns internos, como os da Pró-Reitoria de Extensão, outros externos) ou de outras formas de captação a fim de se organizar alguns dos acervos dentre os vários disponibilizados pela Unidade. Este “trabalho de formiguinha” ainda levará anos até poder ser concluído em face da precariedade das instalações e da falta de servidores especializados. Segundo os registros internos da UEIM, há, na coleção “Arquivo

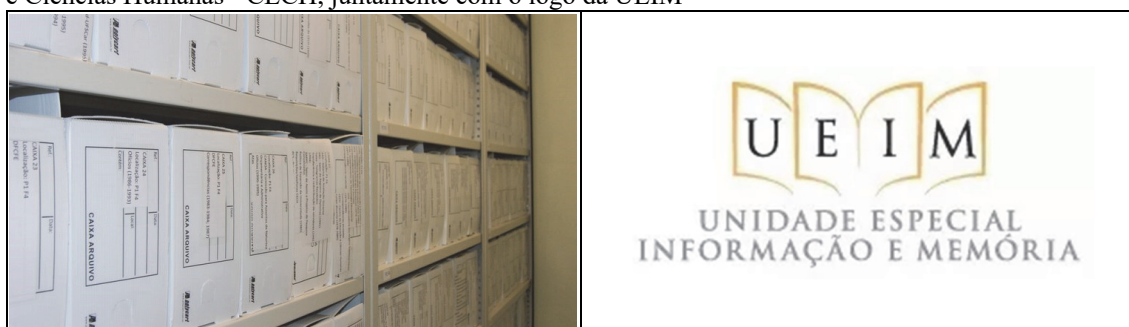
Administrativo do Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH”, 266 caixas plásticas que, conforme registra o *site* da Unidade, contém um:

conjunto documental parcial composto por documentos administrativos diversos produzidos e recebidos pelo CECH. Contém atas, ofícios, correspondências expedidas e recebidas, registros de afastamento, atividades desenvolvidas etc. (UEIM, 2020).

Cabe destacar ainda outro relevante trabalho de resgate histórico institucional que foi realizado pela “equipe” da UEIM há cinco anos, quando das comemorações dos 45 anos da Universidade. Discorreremos mais adequadamente sobre este tema em um dos tópicos a seguir. Por hora, no entanto, registramos que a Unidade produziu, como parte das comemorações que se deram em 2015, a exposição “Memória da UFSCar no acervo da UEIM: imagens e afeto”, coordenada pela Professora Rejane Cristina Rocha, do Departamento de Letras (DL) da UFSCar, reunindo fotografias dos primeiros anos de existência da Universidade, arquivadas no acervo da Unidade. As fotografias então expostas encontram-se disponíveis para visualização ainda hoje, por meio do *website* <http://ueimcech.wix.com/memoriaufscar>.

Embora nenhum item do acervo da UEIM tenha sido efetivamente utilizado no decorrer desta pesquisa, dado o tempo que seria necessário despendido para que se desse conta de uma minuciosa investigação daquele repositório que, apenas em documentos do CECH, compõe um rol de 59 páginas de descritivos genéricos relacionados aos materiais ali alocados, fica neste aspirante a pesquisador um indelével desejo de, no futuro e assim que possível, poder contribuir um pouco mais com o desvendar dos segredos que as caixas brancas do Arquivo de História Contemporânea poderão revelar, se somente mais um pouco de carinho e dedicação puderem ser destinados a esta tão bela parte do prédio do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar.

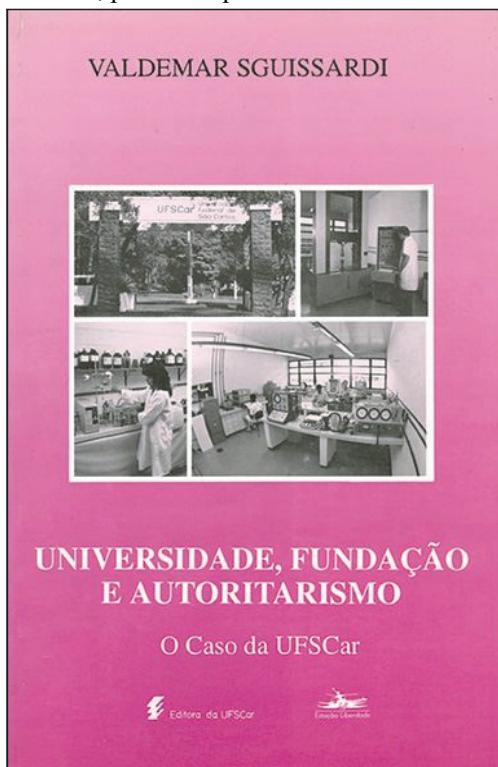
Figura 7: Fotomontagem com algumas das 266 caixas do Arquivo Administrativo do Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH, juntamente com o logo da UEIM



Fonte: UEIM (UFSCar, 2020).

1.2.2 – Livro *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*, de Valdemar Sguissardi

Figura 8: Capa do livro *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*, publicado pela EdUFSCar em 1993.



Fonte: EdUFSCar (UFSCar, 2020).

Outra significativa iniciativa para a documentação da história da UFSCar é o livro “*Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*”, do Professor Valdemar Sguissardi. Esta obra pode, em certa medida, ser reconhecida como uma espécie de “certidão de nascimento” da Universidade, não por ter sido escrita no calor dos momentos em que a história relatada se deu, mas por ter se constituído como o primeiro e, por muitos anos, talvez o único documento que tenha se debruçado exclusivamente sobre a história da instituição, tendo-a como seu objeto de pesquisa e interesse primário. Sem dúvida, embora comecem a surgir lá e cá novas iniciativas de preservação e de documentação da memória da UFSCar, sendo este mesmo

trabalho que o(a) leitor(a) tem agora em mãos uma tentativa de também sê-lo, nenhuma obra recente ou nenhuma outra iniciativa voltada para tarefa congênere conseguiu se solidificar tanto no imaginário da Universidade nem encontrou tamanha penetração nas pesquisas que têm a UFSCar como seu objeto de estudo, quanto a obra publicada em 1993 por Sguissardi, após pelo menos quatro anos de pesquisas intensas nos até então reclusos arquivos da instituição.

Logo na introdução da obra, narra o seu autor que seus interesses em empreender pesquisas na seara histórica da UFSCar vinham já de algum tempo. Sguissardi descreve que:

Buscar a origem do autoritarismo presente nas decisões do CC-FUFSCar a respeito principalmente da escolha dos dirigentes universitários tornou-se uma preocupação bastante significativa das lideranças do movimento em defesa da democratização interna da universidade, isto é, da participação de todos os universitários (docentes, servidores [técnico-administrativos] e estudantes) no processo de decisão da vida acadêmica.

Mas esse desejo não adquiria forma, a não ser através de rápidas reflexões, divulgadas por comunicados das entidades associativas dos docentes, servidores [técnico-administrativos] e alunos. É desse primeiro período meu rápido estudo sobre os conflitos de poder na UFSCar¹⁵. Este texto, contendo alguns traços da história da UFSCar, escrito no calor da hora, como arma de combate, não passou de uma primeira aproximação, impressionista e indignada, de uma problemática muito mais ampla e significativa que a todos desafiava. (SGUISSARDI, 1993, p. 10).

Por este trecho, observa-se a inquietação de Sguissardi, que há pouco se desligara profissionalmente da UFSCar, onde tinha atuado como docente junto ao Departamento de Educação (DEd), com questões que afligiam a comunidade universitária em seus primeiros anos. Motivaram sua pesquisa uma profunda análise e interpretação quanto à estrutura administrativa que foi dada à Universidade, implantada na forma de uma fundação pública, onde não estavam plenamente claras as estruturas burocráticas e de poder inerentes à instituição acadêmica propriamente dita e aquelas designadas à sua fundação mantenedora, o que gerava incompreensões e conflitos significativos quanto aos papéis institucionais a serem desempenhados pela FUFSCar, representada por seu Conselho de Curadores (CC-FUFSCar), e aqueles pertencentes à Universidade e à sua comunidade. Em outras palavras, o autor angustiava-se com a intromissão do CC-FUFSCar na história da própria UFSCar, em seus primeiros anos, o que gerou uma série de descaminhos e conflitos de poderes e interesses os mais diversos. Sguissardi acreditava que os problemas que atingiram a Universidade, na aurora de seus dias, e suas devidas motivações, precisavam ser expostos, não só para mero documento e registro histórico, como também, e especialmente, para escancarar os motivos que levavam à existência de tantos e tão profundos “problemas de gestão” ou “conflitos de administração” em uma universidade localizada no interior do país, ainda tão jovem e tão pequenina. Esperava o autor, com isso, que problemas semelhantes nunca mais voltassem a acontecer, seja com a própria UFSCar, seja com outras instituições que pudessem, mediante este seu exemplo, evitar seguir por caminhos parecidos.

Para atingir seus objetivos, seria necessário a Sguissardi empreender uma ampla descrição da história da Universidade, algo que caracterizasse seu objeto de modo a descobrir por que o modelo autárquico foi preterido pelo fundacional e como foi auferido tanto poder ao CC-FUFSCar. No entanto, ao tentar acesso aos documentos que porventura

¹⁵ O autor, então, referencia, originalmente, a seguinte publicação de sua autoria em nota de rodapé: “Valdemar Sguissardi. A crise de poder na UFSCar: descaminhos de um modelo? *Rev. Educação & Sociedade*, Campinas, v. VII, n. 21, p. 53-82, ago. 1985”. Pelo seu valor histórico, resolveu-se manter, aqui, a referência originalmente apontada.

poderiam fornecer-lhe alguma luz sobre a questão, o autor logo notou que não seria assim tão fácil obtê-los. A introdução de seu livro continua:

O interesse em aprofundar essa hipótese ao lado de outras que pudessem explicar os contínuos conflitos de competências (de poder) entre Fundação e Universidade, na década de [19]80, foi em grande medida amortecido por um fato que retrata os poderes arbitrários do CC-FUFSCar e suas relações com a Universidade. De 1983 a 1989, por imposição explícita dos Curadores da Fundação, esteve proibida a consulta às Atas de seu colegiado, o Conselho de Curadores. A proibição, que atingia a pesquisadores e ao próprio Conselho Universitário da UFSCar, somente foi relaxada quando da posse do reitor Sebastião Elias Kury na presidência do CC-FUFSCar, em 1989, em decorrência da morte do ex-[deputado federal] Lauro Monteiro da Cruz, que por 18 anos (desde 1971) o presidira. (SGUISSARDI, 1993, p. 11).

Este trecho apresenta um novo elemento, na visão do autor, que complementarizará aquelas reflexões que fizemos anteriormente na introdução deste capítulo quando discorreremos sobre o aparente desinteresse institucional da UFSCar e de sua comunidade pela preservação de sua própria história. Indicamos, na ocasião, as hipóteses de que tal desapego ou incapacidade estivessem relacionadas (a) à diminuta força de trabalho disponível na instituição para empreitadas dessa natureza e (b) à visão institucional de um olhar sempre projetado ao progresso e ao futuro, que talvez tenha norteado os pensamentos dos contemporâneos em direção oposta a quaisquer iniciativas de preservação do passado, da história e da memória institucionais. Sguissardi, no entanto, aparenta seguir uma linha de raciocínio divergente daquela que apresentamos, quando sugere que foram a influência direta, o desejo expresso e o interesse consciente do Conselho de Curadores da FUFSCar, ao fechar-se em seu nicho, em seu “núcleo duro”, e não se relacionar abertamente com a comunidade universitária, atuando eles como verdadeiros “*ghost managers*” da instituição (embora todos soubessem que não eram, de fato, tão “*ghosts*” assim), o que acabou por não gerar interesse ou não despertar demanda para nenhuma iniciativa que fosse ao encontro desta necessidade. Numa visão ainda mais radical, talvez o CC-FUFSCar tenha até mesmo cerceado a possibilidade de serem realizados estudos e pesquisas sobre a história da fundação da UFSCar e aquela afeta aos seus primeiros anos, tentando esconder algo de que jamais saberemos, diante dos registros hoje disponíveis nos arquivos da instituição.

Compartilhamos da crença expressa pelo autor de que o Conselho de Curadores da FUFSCar tinha plena capacidade de, se assim o desejasse, mandar cunhar, às suas próprias custas, “uma história” para a UFSCar. De fato, pelas suas palavras e atos, talvez até mesmo o tenham feito, ainda que ingenuamente (ou não), ou despercebidamente (ou

não). Por certo, no entanto, isso se deu nas entrelinhas, sem uma formal manifestação a respeito, ou sem que isso tenha sido feito explicitamente, como se poderá ver mais a seguir, quando compararmos a nulidade de abordagens institucionais quanto à memória de seus aniversários, antes de seus primeiros vinte anos de existência, com aquelas que vieram depois dessas suas primeiras duas décadas. Desta forma, mesmo abstraindo, com base no texto de Sguissardi, o entendimento de que a história da UFSCar não foi registrada de modo mais vívido desde os seus primeiros anos devido à censura e à reclusão de seus dirigentes primeiros e da documentação por eles produzida, tendemos a acreditar que tal sugestão não seja capaz de suplantar completamente as hipóteses anteriormente apresentadas, uma vez que, sendo os Curadores tão poderosos, se efetivamente assim o desejassem, certamente teriam agido para documentar mais apropriadamente a memória da UFSCar em seus primeiros dias, ou mesmo para direcioná-la aos seus próprios interesses e objetivos, por meio da construção de uma narrativa própria que servisse de memória institucional “oficial” para a Universidade, algo semelhante ao que, infelizmente, encontramos fartamente presente na historiografia nacional brasileira.

Sguissardi continua sua introdução relatando o porquê de se “contar a história” da UFSCar. Prossegue o autor:

Além das razões “domésticas” contidas nas linhas e entrelinhas acima, por que registrar, analisar e avaliar um conjunto de fatos que fizeram a história de uma Universidade Federal Fundação?

Antes de tudo, pelo fato de tratar-se de uma universidade instituída como fundação no auge do regime militar-autoritário (1968) e por registrar em sua trajetória uma série de eventos, que ao lado dos que marcaram a história da Universidade de Brasília, revelam talvez a face mais dura desse regime e o que ele representava em termos político-econômicos e sociais, nas suas relações com a universidade pública. (SGUISSARDI, 1993, p. 11).

Acreditamos que esta nossa pesquisa segue, de certa maneira, em paralelo ao que pretendia Sguissardi quando desejou desvelar aspectos da história da UFSCar como reveladores também dos acontecimentos nacionais, e quando destacou o papel que muitos desses acontecimentos tiveram sobre a história institucional da Universidade propriamente dita. Como explicitamos em nossa introdução, não é possível revelar aspectos históricos do micro descolados do macro, e vice-versa. Retomando a citação de Buffa e Nosella a respeito, em sua versão *ipsis literis*:

O fundamental, portanto, em pesquisas sobre instituições escolares, para o método dialético, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios.

Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno. (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 82).

Logo, ainda que por caminhos diversos e de maneiras diferentes, tanto a publicação de 1993, quanto a presente dissertação, publicada vinte e três anos depois, seguem paralelamente ao encontro do que defendia Sguissardi quando propunha – a fim de compreender os fenômenos relacionados ao seu objeto de pesquisa – as seguintes questões:

1) Como se apresentam, do ponto de vista político-econômico, as décadas de [19]60 e [19]70, no país, e como, nesse período, se desenvolve o processo de industrialização e urbanização no Estado de São Paulo, incluindo cidades médias como São Carlos? Como se caracteriza o grupo político-empresarial de Ernesto Pereira Lopes e seu poder político-econômico local, que representaria interesses também nacionais? Como a nova configuração político-econômica do país pós-64 relaciona-se com o Ensino Superior? Como se dá a expansão do Ensino Superior da década de [19]60 especialmente no Estado de São Paulo? (SGUISSARDI, 1993, p. 15).

Os caminhos que nortearam o presente texto e aqueles afetos ao texto de Sguissardi, no entanto, logo se dividem, quando o autor completa, da seguinte forma, os questionamentos que serviam de fio condutor à sua publicação:

2) Por que se adota o modelo jurídico da fundação na universidade brasileira em substituição ao modelo jurídico da autarquia depois de 1961 e especialmente depois de 1964? O que caracteriza e diferencia as fundações das autarquias? Em que contribuíram para a adoção do modelo fundacional os relatórios do Prof. Rudolph Atcon, do Grupo de Trabalho (EAPES) do Acordo MEC/USAID, do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, os pareceres do Conselho Federal de Educação, as opiniões do [General] Meira Mattos, do Sr. Roberto Campos e de diversos outros “personagens” consignadas no Relatório da CPI do Ensino Superior de 1967? Que transformações sofre, e por que razões, o modelo fundacional na universidade pública durante esses 30 anos? (SGUISSARDI, 1993, pp. 15-16).

Assim, este trabalho procurará, no decorrer de seu segundo capítulo, tomar caminho semelhante ao proposto por Sguissardi em sua primeira série de perguntas, buscando respostas a alguns destes seus mesmos questionamentos. Todavia, empreenderemos um caminho um pouco diverso àquele adotado pelo autor de acordo sua segunda série de perguntas, embora, indubitavelmente, o espírito destes mesmos questionamentos também se mostrará presente no decorrer desta nossa pesquisa. Desejamos, com este trabalho, todavia, nos concentrar em algumas questões, tais como: Qual foi o papel dos políticos são-carlenses na gênese da UFSCar? Que demandas locais

encontraram espaço no programa governamental e legislativo nacional, e que interesses nacionais se coadunaram aos interesses locais e regionais no âmbito da criação da nova U. F. S. P.? Qual papel tiveram os acontecimentos externos, aqueles que ocorriam em Brasília, na criação, instalação e efetivação da UFSCar? Compreender o papel que os líderes políticos locais tiveram sob a gênese da nova universidade e a integração dos interesses locais aos acontecimentos nacionais será essencial para que possamos entender a longa espera de oito anos que se fez necessária até que algo concreto finalmente viesse à luz e então se lograsse êxito na empreitada de criação da nova Universidade Federal paulista, mesmo diante dos grandes desafios e da significativa oposição que ocorreu. Faz-se imperioso que registremos, no entanto, que os aspectos relacionados à escolha do modelo fundacional para a gestão da UFSCar não serão novamente tratados no âmbito desta dissertação, devido à direção de pesquisa que lhe demos e à pouca necessidade que vimos em repetir tais explicações, mais do que suficientemente esclarecidas pela obra de Sguissardi. Neste sentido, esperamos poder acrescentar algum novo elemento até então pouco percebido, ainda inexplorado ou mesmo inédito, em complemento a todas as pesquisas precedentes que porventura tenham tido como seu tema ou objeto, no todo ou em parte, a história da educação superior brasileira, ou mesmo a história da UFSCar. A finalidade desses esforços certamente vai ao encontro do que desejava Sguissardi quando afirmou que:

Ao se fazer a “história” do nascimento, implantação e consolidação da Universidade Federal de São Carlos, pretendeu-se, portanto, contribuir para a compreensão de diversos temas que envolvem a história da universidade brasileira nos últimos 30 anos, especialmente durante a vigência do regime militar-autoritário. (SGUISSARDI, 1993, p. 16).

Nossos caminhos, contudo, não se separam por longo tempo. Nesse afã, os objetivos comuns a ambos os trabalhos retornam logo à baila, uma vez o trabalho de Sguissardi aborda alguns elementos sob os quais também nos debruçamos nas páginas a seguir, conforme o autor continua explicando sua obra, indicando que:

Será abordado [ainda] o papel exercido pelo poder político-empresarial local, representado em particular pelo ex-deputado Ernesto Pereira Lopes e seu grupo, na criação e principalmente nas acirradas e frequentes crises vividas pela UFSCar. A história da UFSCar deverá revelar o significado que tem para a elite político-econômica local a “conquista” para a cidade de São Carlos de uma universidade federal, na disputa com cidades de muito maior importância política e econômica no Estado de [São] Paulo. O insólito evento, espécie de dádiva, que políticos plenamente identificados com o regime vigente lograram colocar à disposição da população, sem grandes custos e de modo

aparentemente desinteressado, alimentaria por muito tempo o prestígio político de seus mentores, com as naturais repercussões econômicas e eleitorais... (SGUISSARDI, 1993, p. 16).

Vê-se, portanto, que esta dissertação, como não poderia deixar de ser, está profundamente alicerçada na pesquisa prévia de Valdemar Sguissardi, publicada em 1993 pela então nascente Editora Universitária da UFSCar, a EdUFSCar, se constituindo em um de seus primeiros volumes impressos. Este documento, que acabou se tornando fundamental para o relato da história e da memória institucionais da Universidade, provavelmente se constituiu como a primeira iniciativa permanente e bem-sucedida de fazê-lo, motivo pelo qual tem sido impossível se falar em UFSCar sem citar “*Universidade, Fundação e Autoritarismo*”. Este volume se destacou não somente como uma fonte de consulta extensamente utilizada no âmbito das pesquisas por nós empreendidas, mas também aparece, com relevância, em dezenas de outras obras que tratam de aspectos relacionados à Universidade Federal de São Carlos, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Antes de encerrar este tópico, no entanto, parece-nos ser preciso mencionar que Sguissardi citou ainda mais uma motivação pela qual contar a história da UFSCar se mostrava interessante em 1993, além daquelas já previamente citadas neste texto. Segundo o autor:

Passados os momentos de mais intensa crise e já tendo sido reformulado o Estatuto da FUFSCar, em 1991, que transformou o seu Conselho de Curadores numa espécie de órgão fiscal, a ideia de “contar-se a história da Federal” foi retomada com mais força por ocasião das comemorações dos seus 20 anos de existência. (SGUISSARDI, 1993, p. 11).

A indicação contida nesta citação, de um renovado interesse pela história da UFSCar quando se aproximam as comemorações de seu aniversário, convida-nos a nos debruçarmos um pouco mais, a seguir, sobre o tema dos aniversários quinquênios da Universidade. Verá o(a) leitor(a) que, a partir de 1990 e das comemorações que ali se deram, a UFSCar finalmente começará a se preocupar um pouco mais com a preservação de sua própria história. Será possível se observar também que, aparente e infelizmente, tais preocupações ficarão, ainda por muito tempo, circunscritas apenas aos marcos indicativos do avanço de cada meia década de tempo no calendário gregoriano.

1.2.3 – Os aniversários quinquênios da Universidade

1990 chegara na UFSCar. Era um momento em que se experimentava uma transformação significativa em sua estrutura, com a gigantesca diminuição da influência do CC-FUFSCar sobre a instituição, como indica Sguissardi em *Universidade, Fundação e Autoritarismo*. Ademais, eram dados os passos iniciais rumo à expansão da Universidade, que ganharia, dentro de pouco tempo, seu primeiro “campus fora de sede”, o Campus de Araras. No cenário nacional, vivíamos o florescer da Constituição de 1988, a “constituição cidadã”, e a efervescência das eleições presidenciais diretas, pela primeira vez desde a abertura política, com a chegada ao poder de um aparente “salvador da pátria”, Fernando Collor de Mello. O cenário geral era de retomada, de progresso, de futuro! Esta visão também impactava os acontecimentos no cerne da UFSCar. O novo ano deveria ser um momento de comemorações! A partir daí, portanto, acabou-se construindo na Universidade uma tradição – que ainda é mantida até aos tempos atuais – de se comemorar os aniversários da instituição, sempre a cada meia década.

Figura 9: Selos ou logos identificadores das comemorações dos aniversários quinquênios da Universidade



Fonte: CCS (UFSCar, 1990-2020).

No geral, para estas ocasiões especiais, era preparada uma programação comemorativa que, embora sempre estivesse arraigada sobre um discurso dirigido à busca de um futuro brilhante no porvir, não deixava de realizar também, de certa maneira, um resgate das coisas do passado como alicerce para a sedimentação desse futuro almejado com novo ânimo a cada nova comemoração. Assim sendo, ainda que temporariamente, tais aniversários acabavam trazendo consigo a busca por alguns elementos históricos presentes no passado da instituição, informações que pudessem auxiliar a explicar os rumos tomados até aos momentos do presente de então.

Como dito anteriormente, muito pouco sobrou de iniciativas porventura empenhadas antes de 1990, realizadas, portanto, antes do marco dos 20 anos de existência da Universidade, no âmbito da preservação da memória institucional. Como também exposto, é possível acreditar, até pela falta de material que pôde ser encontrado no decorrer desta pesquisa, que, caso estes marcos tenham sido lembrados em anos anteriores, provavelmente o foram de maneira bastante diferente da forma com a qual se convencionou conduzir tais comemorações a partir de 1990.

Provavelmente, ao raiar a nova década, a UFSCar tinha consigo uma visão diferente a respeito de si mesma, e sua comunidade tinha altos desejos e aspirações para o futuro da instituição. Entre as páginas 237 e 243 de sua obra, Sguissardi apresenta os momentos finais do poderio excessivo e controverso que, segundo afirmava, o Conselho de Curadores da FUFSCar exercia sobre a Universidade, iniciando-se então uma reforma no estatuto da Fundação “cuja primeira proposta (...) foi aprovada ainda em 10 de setembro de 1987, pelo Conselho Universitário, e longamente negociada com o CC-FUFSCar, somente [tendo sido esta] sua reforma aprovada, em definitivo, em 25 de janeiro de 1991” (SGUISSARDI, 1993, p. 242). O autor ainda prossegue:

Foram necessários três anos e meio de negociações. Mas, em especial, foi necessária paciente espera, para que, por sugestão da Reitoria e do Conselho Universitário e ajuda dos novos responsáveis pela área do Ensino Superior do MEC, fossem sendo substituídos os tradicionais membros do Conselho de Curadores por pessoas (...) com estreitas vinculações com a vida administrativo-acadêmica, especialmente da UFSCar.

O novo Estatuto da Fundação, aprovado pela Portaria MEC N.º 1.161, de 04/07/[19]91, em seu Art. 10, remove praticamente todas as causas administrativo-estruturais dos conflitos de competências entre Fundação e Universidade (...).

Isso significava, do ponto de vista legal, a conquista definitiva da maioria de uma Universidade que, por erros de origem não corrigidos, precisou sustentar, por mais de uma década, um combate do qual saía fortalecida na sua luta pela democracia, autonomia e qualidade acadêmica, como em meados de 1991 festejavam todos. (SGUISSARDI, 1993, pp. 242-243).

Segundo o autor, podemos traçar como hipótese que a UFSCar que se constituía a partir de 1984, e cujas últimas “batalhas” rumo “à maioria” se encerrariam em 1991, era muito diferente daquela que começou a se constituir a partir de 1968 e, com mais vigor, a partir de sua instalação definitiva, em 1970. De fato, é possível imaginar que a comunidade, agora “independente”, tinha “motivos para comemorar”, ou, em outras palavras, que estavam desejosos de fazê-lo, ao mesmo tempo em que a Universidade, aos poucos, se ampliava, como se veria, ainda naquele mesmo ano de 1991, com a anexação das atividades realizadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em Araras, Estado de São Paulo.

Em nossas pesquisas, conseguimos encontrar uma certa “ansiedade institucional” por um futuro diferente daquele que até há bem pouco tempo se antevia, com base no passado que começava a ser deixado para trás, em um registro disponibilizado no *YouTube* em 2016 pela Coordenadoria de Cultura (CCult) da Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar. Em um vídeo institucional, criado como parte das celebrações dos 20 anos de existência da Universidade, completados em 1990¹⁶, era possível encontrar, logo em seu título, o lema das comemorações de aniversário para aquele ano — UFSCar: O Conhecimento como Compromisso. Esta máxima é um bom exemplo de como os materiais produzidos para as comemorações dos aniversários quinquênios da UFSCar procuravam recuperar um pouco da história pregressa da instituição, senão para sistematizá-la e documentá-la apropriadamente, ao menos para traçar uma narrativa de continuidade e progresso institucionais, onde o passado servia para justificar os anseios futuros. É o que podemos ver, no caso do vídeo citado, logo em suas primeiras palavras, que são assim declamadas pelo narrador:

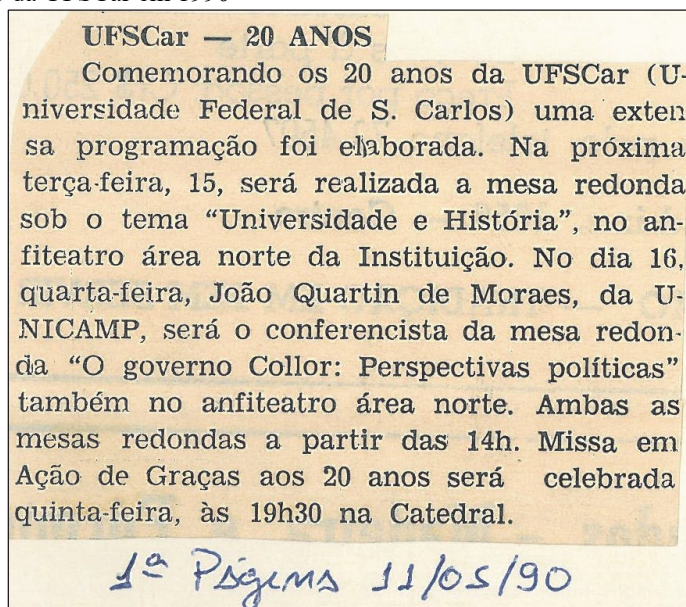
Era uma fazenda. A área onde hoje está a universidade, pertenceu, no passado, a uma fazenda. Muitos sinais dessa origem ainda são preservados. Aí estão as alamedas de flamboyants, algumas construções originais, e o pórtico de entrada, coberto por uma exuberante primavera. Estes sinais são vestígios do passado, é claro, mas são, principalmente, símbolos vivos da convivência do conhecimento contemporâneo com o ambiente do interior do país.

Vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal de São Carlos é uma instituição pública que iniciou suas atividades em 1970. Há 20 anos, a área construída da Universidade não chegava a 10.000 m²; hoje, são mais de 60.000 m² distribuídos numa área de 672 hectares junto aos limites urbanos de São Carlos, cidade a 230 km da Capital do Estado de São Paulo. (UFSCar, 1990, disponível em <https://youtu.be/4SDIPq02nx4>).

¹⁶ Este vídeo foi digitalizado, em conjunto com outros materiais videográficos disponíveis em VHS nos arquivos da Pró-Reitoria de Extensão, graças aos esforços das colegas servidoras técnico-administrativas Maria Cristina Mathias e Angélica Maria Adurens Cordeiro, dos Núcleos de Extensão da UFSCar, que contribuíram com seu tempo e esforços para salvaguardar o material que então se deteriorava.

Embora poucos traços adicionais das comemorações dos 20 anos tenham sobrevivido nos arquivos e nos relicários, é possível se perceber certa dose de conflito entre este anseio pelo novo, por um futuro diferente, uma ansiedade por novos ares, com uma certa animosidade por parte de pessoas ressentidas com esse novo momento que se almejava. Pode-se constatar isso ao se apreciar os registros jornalísticos de então. Dentre as poucas notícias coletadas pelo serviço de *clipping* da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) à época¹⁷, observa-se que apenas duas notas divulgaram atividades que tivessem alguma relação com o resgate histórico da instituição. Por outro lado, uma delas claramente citava os conflitos existentes entre a cidade e a Universidade, prováveis crises decorrentes de um descontentamento das lideranças políticas locais com o novo momento pelo qual a UFSCar passava, corroborando a visão expressa por Sguissardi quanto à ruptura da instituição com representantes das forças políticas locais assentados no CC-FUFSCar. Os recortes a seguir se constituem nas únicas citações encontradas nos arquivos de *clipping* da CCS que indicam algum evento relacionado à história da Universidade durante as comemorações de 1990:

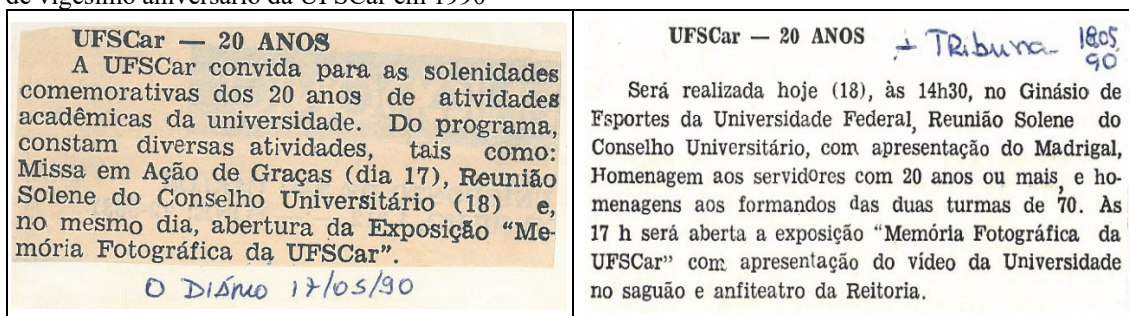
Figura 10: Convite para mesa redonda sobre a história da Universidade durante as comemorações de vigésimo aniversário da UFSCar em 1990



Fonte: Jornal Primeira Página, 11/05/1990 (CCS, UFSCar, 2020).

¹⁷ Foram pouco mais de 20 reportagens publicadas sobre o aniversário da UFSCar em 1990, todas em jornais locais de São Carlos, sendo que a maioria se repetia, *ipsis literis*, em mais de um veículo ao mesmo tempo, sugerindo tratar-se apenas da reprodução de artigos encaminhados à imprensa pela CCS da UFSCar, através de seu serviço de *mailing*.

Figura 11: Convite para exposição fotográfica sobre a história da Universidade durante as comemorações de vigésimo aniversário da UFSCar em 1990¹⁸



Fonte: Jornal O Diário de São Carlos, 17/05/1990 e Jornal A Tribuna de São Carlos, 18/05/1990 (CCS, UFSCar, 2020).

Figura 12: Nas comemorações dos 20 anos da UFSCar, jornal declara que a universidade é “hostilizada pela classe política de São Carlos”



Fonte: A Folha de São Carlos, 18/05/1990 (CCS, UFSCar, 2020).

¹⁸ Esta citação foi publicada de forma quase idêntica em dois veículos de comunicação diferentes, com diferença de apenas um dia entre a divulgação de uma e de outra.

Passados cinco anos, aparentemente os ânimos já se encontravam mais apaziguados, quando se observa que as comemorações relativas aos 25 anos da Universidade, ou seu “Jubileu de Prata”, completados em 1995, não citam quaisquer conflitos entre as pouco mais de 30 citações jornalísticas encontradas nos arquivos da CCS. Entre várias citações relativas à inauguração da gigantesca Biblioteca Comunitária (BCo) e de seu então “Anfiteatro” (agora conhecido como Teatro Universitário Florestan Fernandes), bem como do pequeno e querido Teatro de Bolso, do Departamento de Artes e Comunicação (DAC), aparecem quatro notícias que talvez mereçam maior destaque. A primeira delas, publicada repetidamente em vários veículos e datas diferentes, convida a todos os ex-estudantes da UFSCar para o I Encontro de Ex-Alunos da instituição. A segunda, a seu tempo, apresenta o discurso comemorativo do Professor Sérgio Mascarenhas, um dos fundadores da UFSCar, em uma das várias sessões solenes de colegiados superiores realizadas naquele ano. Ali, Mascarenhas retoma um dos seus sonhos iniciais em ver a UFSCar operando uma “revolução” na área da educação por meio da tecnologia, indicando, inclusive, que a Universidade deveria empreender esforços no lançamento de um satélite próprio a fim de alcançar este nobre objetivo, por meio da comunicação. Veremos, mais adiante, que Mascarenhas imprimiu ideias bastante singulares para a UFSCar, desejando vê-la apta à solução de problemas complexos.

Figura 13: Convite aos ex-alunos da UFSCar para o I Encontro de Ex-Alunos

UFSCAR

UFSCar comemora 25 anos reunindo seus ex-alunos

Nos dias 25 e 26 de agosto, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) estará realizando o I Encontro de Ex-Alunos. A Comissão Organizadora do Evento pretende reunir todos os ex-estudantes, inclusive os da primeira turma, que iniciaram o curso em 1970. O Encontro, que faz parte das comemorações de 25 anos da UFSCar, tem em sua programação a apresentação de bandas, formadas pelos alunos, churrasco e a montagem dos bares tradicionais da cidade frequentados pelos estudantes até hoje.

A Comissão Organizadora afirma que o objetivo é fazer com que todos os participantes relembrem com os velhos amigos o que representou ter estudado na UFSCar, ter morado em repúblicas, frequentar o Forte Apache, o Restaurante Universitário (R.U.) e tantas outras atividades que só se conhece durante a vida acadêmica. Os ex-alunos, também terão a oportunidade de rever a Universidade e conhecer o crescimento do campus, os novos prédios, laboratórios e a Biblioteca Comunitária, com seus 9 mil m², que já estará atendendo estudantes universitários e de 1º e 2º graus da cidade e da região.

Os interessados em participar do I Encontro de Ex-Alunos ou obter mais informações devem entrar em contato com o professor Cordeiro pelo telefone (0162) 74-8202 ou pelo fax 71-3879 e informar nome, endereço, o curso e o ano de conclusão do mesmo.

25 ANOS

Fonte: Jornal Primeira Página, 11/07/1995 (CCS, UFSCar, 2020).

Figura 14: Discurso do Professor Mascarenhas em uma das reuniões de colegiados superiores de 1995

**25 anos da UFSCar:
os novos desafios!**

*Palavras de prof. Sérgio Mascarenhas na Sessão
Comemorativa dos 25 anos da UFSCar 23 de agosto 1995*

<p>Magnífico reitor, autoridades, professores, estudantes e demais presentes. Quando tive privilégio de ajudar a pensar sobre o que deveria ser a UFSCar 25 anos atrás, com um grupo de idealistas da ciência, da tecnologia e da educação, meu pensamento sempre foi para o futuro e os desafios da ciência, educação e pesquisa, como instrumentos sociais. Tive a ventura de propor o curso de Engenharia de Materiais, e agora vê-lo plenamente estabelecido como um modelo no Brasil e na América Latina também com Ecologia e Tecnologia Educacional, que procuramos implantar, sentíamos a intuição de</p>	<p>grandes potenciais. A Ecologia deu certo e hoje ampliou-se da UFSCar para a USP-S. Carlos e para o Brasil. A Tecnologia Educacional resta ainda ser desenvolvida para enfrentar o problema central do desenvolvimento brasileiro: a educação para a criatividade, produtividade e competitividade. Propondo pois a UFSCar na sua maioria de um quarto de século, que para o novo século, enfrente entre outros os desafios de criar um centro de ciências interdisciplinares voltado para os problemas de nossa sociedade e do nosso mundo global. Desafio de criar uma engenharia de</p>	<p>meio-ambiente. Desafio de criar um centro de produção multi-mídia para tecnologia educacional que alimente todo o país e América Latina de material educacional e cultural de alto nível, para combater o lixo e poluição deseducadora e colonizante que degradam atualmente nossa juventude e nosso país. Que a educação pública se alimente da UFSCar como sua fonte de novos métodos, de novas motivações para professores e alunos de todo os níveis. Que a UFSCar venha a ter o seu satélite educacional e cultural em condomínio talvez com outras universidades e centros de cultura</p>	<p>brasileira para os novos tempos. O novo satélite, que vai fazer nascer a universidade global, tem a tecnologia já disponível. Anísio Teixeira, meu grande professor e amigo, sempre dizia que seu sonho seria ver o Maracanã cheio mas para educação e cultura. Hoje seguindo seus sonhos, proponho não o Maracanã, mas o satélite educacional e cultural para o Brasil e América Latina. Não o satélite privado e criador de lucros financeiros astronômicos, mas o satélite que trará a grande metamorfose de nossas sociedades humanizadas e solidárias. Com esperança e confiança, até lá!</p>
---	--	--	---

Fonte: Jornal Primeira Página, 03/09/1995 (CCS, UFSCar, 2020).

A terceira notícia que entendemos ser importante destacar é, talvez, uma das últimas referências oficiais ao uso da expressão “Pequena Notável” como um descritivo atual para a Universidade. Parece-nos ser preciso, antes de mais nada, clarificar o termo e seu emprego no âmbito da UFSCar. A partir de meados dos anos 1970, o uso do “slogan” “Pequena Notável” como alusivo à Universidade Federal de São Carlos passou a ser utilizado quando se desejava destacar aspectos relacionados a uma instituição que cresceu, frente à sua origem pequenina em número de pessoas e recursos e interiorana, localizada fora dos grandes centros nacionais e longe dos maiores núcleos de pesquisa do país.

Ora, como sabemos, este termo não era novo, afinal. A expressão foi cunhada e ficou famosa por descrever a brilhante cantora e atriz luso-brasileira Carmen Miranda, que fez sucesso internacional e, por décadas, serviu como “a cara da América Latina nos Estados Unidos”, apoiando a iniciativa de aproximação política entre a América do Norte e seus vizinhos mais ao sul conhecida como *Good Neighbor Policy*, ou Política de Boa Vizinhança. Esta ação de política externa dos Estados Unidos visava a manter certo controle, senão completamente colonial, ao menos ideológico e comercial, sobre a

América Latina, evitando-se maior influência dos países e culturas europeias no subcontinente, e, mais do que isso, a penetração de ideologias contrárias aos interesses norte-americanos, especialmente aquelas afetas ao comunismo soviético.

A utilização da expressão “Pequena Notável” para se referir à UFSCar, no entanto, nada tinha a ver com Carmen Miranda. O título, de cuja origem pouco conseguimos efetivamente descobrir, passou a ser utilizado em larga escala, em alusão ao rápido progresso que a instituição fazia nos *rankings* de produtividade acadêmica e científica dos anos 1970, colocando a recém-criada Universidade, muito menor do que tantas outras entre suas coirmãs, a frequentemente figurar com certo destaque entre elas. Ademais, como veremos melhor mais adiante, era conhecido o desejo dos fundadores da instituição em dotá-la de características modernas, métodos de trabalho inovadores e uma formatação estrutural, em matéria de cursos e recursos, de maneira tal que a UFSCar pudesse dar conta de solucionar os relevantes problemas do país, ou, ao menos, contribuir significativamente para estas o alcance destas soluções. Mesmo com uma força de trabalho, em geral, muito aquém à ideal, conforme dissemos ao início deste capítulo, a instituição conseguiu formar uma estrutura de pessoal docente invejável, composta, em sua grande maioria, por pesquisadores de elevadíssimo nível, o que resultava em pesquisas de relevância mesmo desde os primeiros anos de sua existência.

Este cartão de visitas adotado para a UFSCar e muito utilizado em seus primeiros anos, acabou, no entanto, perdendo força e significância aos poucos, especialmente a partir da assimilação, pela Universidade, do espólio do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que deu origem ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFSCar e ao *Campus* de Araras, o primeiro fora de sua sede. Parece ser uma crença comum entre os membros da comunidade universitária atual que este apelido não faz mais qualquer sentido em ser empregado como um descritivo para a UFSCar de hoje em dia, com seus quatro *campi* e mais de sessenta cursos de graduação, entre outros relevantes dados numéricos indicativos, especialmente após o período de grande expansão que a Universidade viveu a partir do REUNI, de 2007, motivo pelo qual deixou completamente de ser utilizado hoje em dia. De nossa parte, no entanto, fizemos questão em utilizá-lo no título do presente trabalho exatamente porque tratamos aqui da transição entre o limbo de uma universidade que teimava em se fazer existir e o momento em que ela começa a “brilhar”, tal como Carmen Miranda, em meio à comunidade acadêmica e científica do Brasil dos anos 1970.

Em meados dos anos 1990, porém, a expressão era agora utilizada com uma conotação diversa àquela empregada no decorrer dos anos 1970 e 1980. A partir deste ponto, utilizava-se o *slogan*, já com certa entonação de saudosismo, em alusão ao rápido crescimento que tivera a instituição, rumo à sua consolidação, que soava então como já plenamente conquistada. Assim, publicando um trecho integral da recém-lançada Revista Comemorativa dos 25 Anos da UFSCar¹⁹, o jornal Primeira Página registrou um marco de transição da Universidade, que em breve, não mais se enxergaria deste mesmo modo, pequenina e diminuta, embora sempre “notável”.

Figura 15: A provável última citação institucional ao apelido “Pequena Notável” para uma indicação relativa ao presente da UFSCar

UFSCar: A Pequena Notável

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) completa neste ano, um quarto de século. Iniciada em 1970 em uma antiga fazenda, hoje a UFSCar é um centro de referência internacional, possuindo instalações modernas, laboratórios, um segundo campus na cidade de Araras - SP, além de escritórios regionais em outras cidades do interior paulista.

Com uma área física de 9,78 milhões de metros quadrados, 107 mil metros quadrados de área construída, quase 5000 alunos, 975 técnicos-administrativos e 585 docentes em exercício, “A Pequena Notável” pode ser considerada uma pequena cidade com mais de 7000 pessoas trabalhando, pesquisando e vivendo a instituição. Possui prefeitura, restaurante, atendimento médico, creche, segurança, lanchonetes, agências bancárias, bibliotecas, centro esportivo, editora e alojamento.

Na base da organização acadêmica da universidade estão 27 departamentos reunidos em quatro centros; de Ciências Agrárias, de Ciências Biológicas e da Saúde, de Ciências Exatas e Tecnologia e de Educação e Ciências Humanas.

Com 22 cursos de graduação, totalizando 41 habilitações e 23 cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) a UFSCar se destaca entre as melhores universidades do país, sendo 11 de seus cursos de graduação citados entre os melhores do país, segundo a edição 95 do Ranking Anual da Melhores

Universidades Brasileiras, realizado pela revista Playboy. Já em 1989, a revista inglesa Nature a colocava ao lado das melhores instituições do Brasil. Levantamento do próprio Ministério da Educação, divulgado em julho do ano passado, aponta a UFSCar como a primeira instituição de ensino superior da União em qualificação de corpo docente e terceira entre as 106 pesquisadas, ficando atrás apenas da USP e da UNICAMP.

Além da qualidade e da ousadia em ensino e pesquisa, a UFSCar desenvolve outras ações para divulgar à comunidade o conhecimento produzido. São as chamadas atividades de extensão que incluem desde cursos, palestras, seminários, workshops, conferências e simpósios acadêmicos e científicos, até apresentações culturais de música, teatro, cinema e outros programas como o de atendimento ao deficiente motor, de atendimento a gestantes etc.

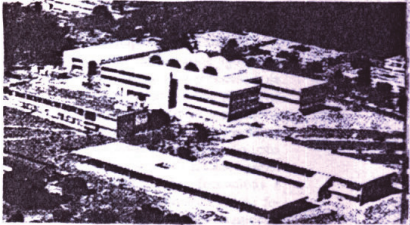
Um outro ato de qualidade, ousadia e pioneirismo é a concepção da nova biblioteca que começará a funcionar em meados deste ano. Pela primeira vez no país, uma universidade federal estenderá seus serviços bibliotecários a alunos e professores de 1o. e 2o. graus, além de atender ao seu público interno, formado por docentes, estudantes e funcionários.

Segundo a diretora da BC,

Lourdes de Souza Moraes, a Biblioteca Comunitária não se propõe a tomar para si as funções das escolares e públicas, nem deixar de exercer sua função de biblioteca universitária: “Pretendemos desenvolver um trabalho de parceria, colocando à disposição da comunidade todos os recursos de informação que a UFSCar dispõe”.

Essas são algumas das razões que fazem da Pequena Notável, motivo de grande orgulho do pessoal da universidade e dos cidadãos de São Carlos.

Fonte: Revista Comemorativa do Jubileu de Prata da UFSCar São Carlos, março de 1995. Gentilmente cedida pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFSCar.



A nova Biblioteca Comunitária da UFSCar

Fonte: Jornal Primeira Página, 05/05/1995 (CCS, UFSCar, 2020).

¹⁹ Ver http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=43445.

A última citação que julgamos interessante destacar, quanto às comemorações de 1995, é bastante curiosa por dois motivos. Primeiramente, registra, provavelmente, o último baile oficial patrocinado pela Universidade, uma prática aparentemente comum aos seus primeiros dias. A seguir, indica a substituição da identidade visual adotada pela instituição, algo que, notadamente, só viria a se concretizar efetivamente quatro anos mais tarde, após várias tentativas de criação de um novo logo para a UFSCar, como se poderá ver um pouco melhor a seguir:

Figura 16: O último baile e uma nova identidade visual que não saiu do papel

Encerramento do Jubileu de Prata

No dia 17 próximo, às 17h, haverá reunião dos Conselhos Universitários, de Ensino e Pesquisa e de Curadores, para o lançamento dos novos símbolos da UFSCar. A reunião será no Anfiteatro da Biblioteca Comunitária da UFSCar. Às 22h, haverá Baile de Encerramento das Festividades, no São Carlos Clube.

Fonte: Jornal Primeira Página, 15/11/1995 (CCS, UFSCar, 2020).

Avançando um pouco mais no tempo, as comemorações dos 30 anos da UFSCar, realizadas no famoso ano 2000, viriam a ter pouco destaque e interesse por parte da imprensa em geral, com apenas 21 citações e pequenas reportagens tendo sido publicadas a respeito, fora uma curiosa série de críticas à Universidade tecidas pela tradicional coluna de “torpedos” do jornal Primeira Página, após a seleção (agora sim) de uma nova identidade visual para a instituição. Sobre isso, afirmaria o Reitor José Rubens Rebelatto ao jornal A Notícia de São Carlos, aos 16 de novembro de 1996²⁰ que, mediante a indicação de uma comissão de especialistas, resolveu contratar, por meio de licitação, o escritório Homem de Mello & Tróia Design, de São Paulo²¹, para criar uma nova logomarca para a Universidade, junto a um novo e completo sistema de identidade visual institucional. Porém, nem a reitoria, nem o Conselho Universitário e nem mesmo a comunidade da UFSCar, chamada a votar em plebiscito pelo ConsUni e declarar sua opinião a respeito, gostaram de nenhuma das três identidades propostas, apresentadas pela empresa contratada no certame. Dessa forma, um concurso nacional foi convocado em agosto de 1998²², oferecendo um prêmio de R\$ 3.000,00 reais ao vencedor, escolhido por

²⁰ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=46974.

²¹ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=46211.

²² Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=45463.

jurados selecionados pela reitoria²³. Após análise, a obra de Luiz Henrique da Silva Cruz, de Ribeirão Preto, São Paulo, foi a marca escolhida²⁴, ficando em exposição na BCo²⁵ por alguns dias enquanto o pessoal da CCS se debruçava sobre a criação de seu manual de regras de aplicação²⁶. Como parte do processo de normatização e disseminação do novo logo, a Coordenadoria de Comunicação Social resolveu incorporá-lo à marca relativa às comemorações dos 30 anos da instituição, a serem comemorados no ano 2000. Tão logo esta marca comemorativa foi divulgada à imprensa, ainda em 1999, a citada coluna de “torpedos” começou a se manifestar sobre o tema, publicando, entre 12 e 20 de dezembro de 1999, uma série de cinco conjuntos de pequenas notas²⁷ criticando a Universidade por não ter notado que seu novo símbolo se tratava de um aparente plágio à marca de um *software* de gerenciamento de e-mails bastante comum naqueles dias, o *Eudora*, da empresa *Qualcomm*. Contudo, embora o jornal insistisse nesta hipótese, nem a Universidade, nem o *designer* vencedor do concurso se manifestaram oficialmente a respeito, e a nova marca acabou sendo utilizada pela instituição até aos dias atuais, embora ainda encontre um grande número de opositores por aí (inclusive mesmo dentro da UFSCar, considerando a expressa recusa de utilização do logo padrão da instituição que algumas pessoas fazem quando precisam realizar a aplicação da marca em alguns de seus *designs* e projetos).

Figura 17: Montagem baseada nas alegações da coluna Torpedos do jornal Primeira Página quanto ao novo logo da UFSCar, de 1999



Fonte: o Autor, com base em imagens históricas disponíveis na *internet* (MORETTI, 2020).

²³ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=45411.

²⁴ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=45901.

²⁵ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=45357.

²⁶ Vide <http://www.ccs.ufscar.br/arquivos/manual-de-uso-da-marca-ufscar>.

²⁷ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=37555; http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=37605; http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=37606; http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=37607; e http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=37610.

Tal como ocorrera cinco anos antes, a UFSCar se preocupou, como parte de suas atividades comemorativas, em trazer para o seio da festa os ex-alunos da instituição. Contudo, a partir das comemorações dos seus 30 anos, pela primeira vez se registrou uma iniciativa concreta visando à criação de um cadastro permanente de egressos, que poderia ser utilizado para que a Universidade mantivesse contato com seus ex-alunos. A iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação, disponibilizada na URL <http://www.exalunos.ufscar.br> e inaugurada no início do ano 2000, foi desativada, sem grande destaque, a partir de 2005, segundo dados da iniciativa *Wayback Machine*, da organização *Internet Archive*²⁸.

Figura 18: *Website* dedicado aos ex-alunos da UFSCar, como parte das comemorações dos 30 anos da Universidade

Alunos Egressos da UFSCar
A Universidade ainda é sua!

Se você se formou em algum Curso de Graduação da UFSCar e ainda não atualizou seu cadastro, faça-o já e reative seu vínculo permanente com a universidade.

Clique Aqui!

Dentre as mudanças e atividades que estão sendo discutidas na UFSCar, das quais você precisa participar, destacam-se:

- Educação Continuada:** Atividades para graduados, que permitam a ampliação e atualização da formação profissional (nas áreas que você escolher).
Manifeste-se a respeito, mantenha-se informado e escolha as atividades de seu interesse.
- Reformulação Curricular dos Cursos:** Redefinição da missão e da filosofia dos cursos de graduação, do [perfil do egresso](#) de cada um deles e das metodologias e condições de ensino e aprendizagem da instituição.
Não deixe de se pronunciar a respeito. Sua experiência integrando a formação desenvolvida no Curso e a vivência posterior, como profissional e como cidadão, é muito importante. Para objetivar seu pronunciamento, escolha um dos [questionários](#) para responder – ver abaixo.
- Ano 2000 – UFSCar 30 Anos:** Durante todo o ano 2000, eventos de diversas naturezas estarão sendo promovidos para comemorar os 30 anos da UFSCar.
Atualize seu cadastro já. Assim, você receberá, como convidado especial, todas as informações sobre a programação e o andamento das atividades comemorativas.
- Participação no Conselho de Coordenação do Curso:** O conjunto dos egressos de seu Curso tem direito a um representante (voz e voto) no respectivo Conselho de Coordenação, que é a instância máxima de deliberação no âmbito do Curso. Mesmo que o representante indicado não possa participar pessoalmente das reuniões, ele será sempre informado oficialmente das pautas e atas, podendo se manifestar em nome dos egressos pessoal ou eletronicamente (nesse último caso, não tendo direito a voto, quando necessário).
Procure comunicar-se com seus colegas egressos, especialmente pelo meio eletrônico (os endereços podem ser encontrados na lista de discussão de seu curso – ver abaixo), para indicar um nome e assim manter-se atualizado e atuante.
Ou, de modo mais abrangente, pela própria lista.
- Listas de Discussão de Egressos:** Estão sendo criadas, a partir desta atualização de cadastro, duas listas de discussão às quais você poderá ser integrado: uma dos egressos de seu Curso e outra dos egressos da UFSCar. Vale destacar que também integrarão as listas os respectivos conjuntos de professores (do Curso – dos vários departamentos que participam do processo de formação – e da Universidade como um todo), além dos respectivos conjuntos de alunos (do Curso e da UFSCar).
Clique no link acima para se inscrever em uma delas ou em ambas.

A Universidade ainda é sua! Colabore para ampliar o alcance deste cadastro e das listas de discussão: comunique-se com todos os colegas dos quais você tem referência, convidando-os a visitar esta página.

Atualize seus Dados

Você quer que seu Curso melhore, inclusive oferecendo Educação Continuada? Então, após atualizar seu cadastro, participe desse processo, preenchendo um dos questionários:

[Questionário Resumido](#) [Questionário Completo](#)

Dúvidas Técnicas e Sugestões: webmaster@power.ufscar.br
Outras Questões: prograd@power.ufscar.br

Melhor Visualização com Netscape 4.x e Explorer 4.x ou Superior
Resolução 800 X 600

Fonte: ProGrad (UFSCar, 2000).

Esta ideia de fomentar um cadastro atualizado para contato com seus ex-alunos, no entanto, continuou a evoluir entre 2000 e 2005. É possível observar que, graças a esta

²⁸ Vide <https://web.archive.org/web/20000902003154/http://www.exalunos.ufscar.br/>.

primeira iniciativa, novas propostas surgiram no sentido de que a UFSCar pudesse agregar ainda mais funções a então lista estática pensada pela ProGrad apenas como um meio de comunicação, ainda na virada do novo milênio. Quando das comemorações dos 35 anos da Universidade, experimentou-se uma tentativa amplificada de preservação da memória institucional por meio do registro de relatos textuais e fotográficos daqueles que participaram de sua história, na condição de discentes ou, como inovação, também de servidores docentes ou técnico-administrativos. Assim, evoluiu-se do contexto de uma simples lista de contatos, em nada diferente a uma *mailing list* de contatos comerciais, como tantas outras semelhantes existentes por aí, para uma iniciativa de utilização ampla desses contatos, mesmo de um chamado ativo à participação, sendo-lhes estendido um convite em que se perguntava a cada um: “quais são as suas memórias sobre a UFSCar?”; “o que a UFSCar é para você?”; .

Como citamos na introdução desta monografia, um novo *site* comemorativo foi criado na URL <http://www.historia.ufscar.br> a partir de 2005. Esse simples fato já demonstrava que a iniciativa, pelo nome do domínio em que foi hospedado, tinha uma previsão de ser mais longa do que algo publicado em um endereço tal como “www.35anos.ufscar.br”. De fato, a equipe organizadora das comemorações foi feliz com a escolha do modelo sob o qual deveriam se concentrar todas as iniciativas da comemoração, aproveitando o momento para, talvez, se começar a produzir uma já almejada estrutura universitária necessária para dar ignição a iniciativas mais duradouras, longevas e efetivas de preservação de sua história. Ao menos, este era o aparente desejo do reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho, o “Barba”, quando declarou ao jornal Primeira Página, em 30 de agosto de 2005:

A UFSCar é uma universidade que eu vi nascer. Ela (UFSCar) é jovem e nós estamos fazendo questão de resgatar a memória desta trajetória. A universidade tem uma integração muito forte com a comunidade. Aqui, nós não queremos só levar à comunidade o que desenvolvemos, mas colocamos os alunos em contato com os problemas da comunidade. (PRIMEIRA PÁGINA, 30/08/2005, s/p.).

Mesmo apregoando um engajamento mais excelente entre universidade e cidade do que aquele existente há quinze anos, a quantidade de notícias jornalísticas produzidas sobre o aniversário de 35 anos da UFSCar foi ínfima, ao menos se considerarmos o acervo de *clippings* da CCS como excelente e realmente completo quanto às citações sobre a Universidade publicadas pela imprensa local, regional e nacional à época. Apenas seis

notícias foram veiculadas no período, sendo que três apresentaram informações sobre a abertura dos eventos, destacando-o, curiosamente, mais pela “inoportuna participação” dos estudantes do curso de ciências biológicas do *campus* de São Carlos, do que pelo evento comemorativo em si. Em 30 de agosto de 2005, diria o jornal A Tribuna de São Carlos que “Estudantes protestam nos 35 anos da UFSCar”²⁹, enquanto o jornal Primeira Página, em sua chamada de capa, afirmava que “Alunos tumultuam comemoração dos 35 anos da UFSCar”³⁰, atenuando depois o título da matéria publicada na página B1, designando-o como “Manifestantes marcam comemorações dos 35 anos da UFSCar”³¹.

A experiência com o novo *site*, no entanto, foi mais promissora, e de certo modo, atingiu alguma longevidade além daquelas as quais iniciativas anteriores tinham alcançado até então. Organizado com várias seções, o *site* retomava projetos anteriormente já realizados, como um cadastro eletrônico de ex-alunos, uma exposição de fotografias antigas, agora em formato virtual, e uma campanha de arrecadação de documentos relativos à história da Universidade, com novos e interessantes projetos, especialmente denominados “Varal da História” e “UFSCar 5x7”. Segundo o próprio *site*, assim se descreviam estes dois projetos e suas respectivas seções:

- Varal da História: Este projeto tem como objetivo o recolhimento de depoimentos individuais sobre a história da UFSCar. Podem participar membros da comunidade acadêmica, moradores de São Carlos e outras pessoas que tenham alguma ligação com a instituição. Os depoimentos serão coletados através de formulários próprios em varais instalados em várias localidades dos *campi* e da cidade de São Carlos e através de formulário eletrônico no *site* www.historia.ufscar.br;
- Exposição UFSCar 5x7: Esta instalação artística apresenta cinco grandes móveis com fotos dos servidores da UFSCar em tamanho 5x7. O objetivo é, por meio de suas imagens e informações como a data de admissão e unidade de atuação, representar a importância do trabalho desenvolvido pelos servidores na história da instituição. Local [inicial]: Saguão da BCo. (UFSCar, 2005).

O mais interessante sobre ambas as exposições, além do fato de que mesclavam experiências “*online*” e “*offline*”, ou seja, participações eletrônicas e participações “*impresas*” em formulários e fotografias itinerantes, foi sua ampla circulação e permanência. Não é possível precisar ao certo se as fichas preenchidas pelos interessados em participar do “Varal da História” foram depois transportadas para o banco de dados

²⁹ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=64463.

³⁰ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=64458.

³¹ Vide http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=64460.

eletrônico (e em que condições isso se deu). Contudo, o simples fato destas iniciativas terem sido bem-sucedidas e acolhidas pela comunidade universitária já demonstra que havia já, nas celebrações dos 35 anos de existência da UFSCar, um anseio coletivo bastante sedimentado no seio da comunidade universitária de então pela preservação de sua história. E que este desejo, graças às comemorações de seu aniversário, poderia ser amplificado conforme a demanda e a capacidade de trabalho disponível para se levar a cabo esta tarefa. Nota-se isso quando se percebe o engajamento que foi preciso para se conduzir tamanho trabalho. A página relativa ao projeto “Casinha da História”, disponível no *site*, informa que:

O projeto (...) foi pensado como mais uma forma de coleta de depoimentos para que cada servidor da UFSCar, aluno ou cidadão que, de alguma forma tenha se relacionado com a Universidade, possa contar o que a UFSCar significa para ele, as histórias que vivenciou na Instituição, o que ganhou e como contribuiu.

A partir da próxima semana será divulgado um cronograma com datas e locais onde a “Casinha da História” estará disponível para gravação. (UFSCar, 2005).

Uma vez que não há relatos sobre estas citadas gravações, nem tampouco um cronograma de coleta de depoimentos tenha sido publicado, segundo as pesquisas disponíveis no *Wayback Machine*, é possível imaginar que a comissão organizadora das festividades não tenha sido capaz de levar adiante esta parte do projeto. Contudo, mais além se verá que um mutirão foi realizado para a feitura de novas fotos, passados cinco anos do projeto original, dando-se continuidade aos dois mais interessantes recursos existentes então, tanto o “Varal da História”, quanto a exposição “UFSCar 5x7”, já no âmbito do quinquênio seguinte.

Figura 19: Screenshots do website dedicado às comemorações dos 35 anos da UFSCar, em 2005

Varal da história

"Alô menina, alô garota, oi abram alas que eu quero passar. O vermelhinho, sinal de guerra. A Federal estremece a Terra!"
Federal, minha vida... A...

UFSCar 5x7

[mais...](#)

UFSCar

35 anos de interação com a comunidade

Apresentação

Eventos

Memória

História
Reitores
Varal da história
Casinha da história
Acervo
Exposição de fotos
UFSCar 5x7
Comemorações

Homenagens

Ex-alunos

Ex-alunos
Paralelos do Ritmo e Jahrets tocarão em festa de confraternização

Ex-alunos
Confraternização acontece no dia 4 de dezembro de 2010

© 2005, UFSCar - Todos os direitos reservados - Resolução mínima de 800x600 - Créditos - Fale conosco

ufscar **Varal da história** **Apresentação • Eventos • Memória • Homenagens • Ex-alunos**

Nelson Takashi Endo – 26/02/2008
Ex-aluno - Ciencia da Computação
"Li o depoimento do Sergio Cintra. Eu ia fazer Fisica em 1975. Abracos a todos." [mais...](#)

Liliane de Queiroz Antonio – 22/08/2007
Ex-aluno - PEDAGOGIA
"Puxa, ler os emails e tentar imaginar como estao o meu "pessoal" , da turma de 85 e meio, é muito emocionante, lembrar do Panda, da Cleide, do Ricardo da Producao, do Carlaio da Producao, do Gringo do..." [mais...](#)

Aninha Arantes – 14/08/2007
Metranda - PPGEES
"Um dos poucos e raros momentos em que eu tenho a sensação - fisica, quase uma contração involuntária do coração - de chegar em casa... Fazer a curva da rodovia e ver o portão da Federal... um..." [mais...](#)

Paulo Roberto Barros Gonzalez – 19/12/2005
Ex-aluno - DEQ
"Sou da segunda turma de engenharia química, ingressei na UFSCar em julho de 77 . Aprendi muito nesta excelente escola seja com os professores seja com os amigos e colegas. Foi uma excelente época da..." [mais...](#)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 >>

Voltar **Participar**

ufscar **Acervo** **Apresentação • Eventos • Memória • Homenagens • Ex-alunos**

Campanha de Arrecadação de Documentos

Colabore com a nossa história

Aproveitando a data festiva, a Universidade está iniciando a Campanha de Arrecadação de Documentos, que tem como principal objetivo promover a interação das comunidades interna e externa no resgate da história da Universidade Federal de São Carlos.

As pessoas ou instituições que possuem algum tipo de documento que possa de alguma forma contribuir com esse resgate, sejam fotos, ofícios, vídeos etc, podem entrar em contato com a Universidade por meio do telefone (16) 3351-8119 ou pelo e-mail historia@power.ufscar.br.

A sua história também faz parte da nossa história.

Voltar

Apresentação · Eventos · Memória · Homenagens · Ex-alunos

UFSCar 5x7

**UFSCar, 35 anos de interação com a comunidade:
você é parte desta história!**

Buscar

(Não utilize acentos no nome)



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 >>

Voltar

Fonte: CCS e SIn (UFSCar, 2005).

Como dissemos, o *website* dedicado aos 35 anos permaneceu ativo no endereço www.historia.ufscar.br desde sua instalação, em 2005. Embora não estivesse sendo ativamente promovido depois de findas as comemorações daquele ano, bem como tenha sido dificultado o acesso ao mesmo graças à supressão de *links* encaminhando os visitantes ao *site* na página inicial do portal da Universidade na *internet*, a iniciativa continuou a receber, vez ou outra, novas contribuições de interessados em seu “Varal da História”. Em 2005, no ano de seu lançamento, a seção de depoimentos recebeu 91 contribuições. Nenhuma contribuição foi encaminhada em 2006, duas foram registradas em 2007, uma em 2008 e sete em 2009. Em 2010, o *site* recebeu 37 contribuições. Há de se destacar, no entanto, que o *site* foi bastante atualizado em preparação para as comemorações dos 40 anos da Universidade, e recebeu uma ampla campanha de divulgação naquele ano. Pela primeira vez na história, a UFSCar definiu um projeto gráfico para toda a sua papelaria institucional, convidando a comunidade a imprimir ofícios e correspondências em um papel de carta padronizado pré-impresso de uso generalizado, fornecido à maioria das unidades da Universidade por meio da Coordenadoria de Comunicação Social. Além disso, gigantescos *banners* dotados com os elementos do projeto gráfico das comemorações foram instalados em locais de grande

circulação de pessoas³², e calendários de mesa foram produzidos e distribuídos a todos os servidores docentes e técnico-administrativos. Em todas essas peças gráficas, constava o endereço do *site* www.historia.ufscar.br, e a divulgação maciça não se deu apenas dentro dos muros da Universidade. Aparentemente, a comissão organizadora empenhou-se muito na divulgação dos eventos planejados para 2010. Um total de 63 notícias e artigos foram publicados sobre as comemorações, segundo os arquivos da CCS, destacando informações as mais variadas, algumas de menor prestígio, como a série de manifestações de alunos do curso de medicina que afirmavam ser impossível estudar sem que houvesse um hospital universitário instalado em São Carlos. Outras, melhores, citavam a ampliação do número de cursos em Sorocaba, a criação de um futuro curso de direito no âmbito do CECH, algo nunca concretizado, e, mais especialmente, uma visão mista de que o resgate histórico que se planejava almejar no âmbito das comemorações dos 40 anos vinha atrelado a uma reflexão mais aprofundada sobre o futuro da Universidade, em preparação para uma série de discussões institucionais que ocorreriam em seu seio a partir da necessidade de atualização de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Figura 20: Atualização do *site* sobre a história da Universidade trouxe inovações em relação ao período anterior, mas manteve grande parte dos projetos em andamento



Fonte: CCS e SIn (UFSCar, 2010).

³² Foram instalados *banners* de lona impressos, alguns deles gigantes, em dois locais da portaria sul do *campus* São Carlos, no ginásio de esportes, no Restaurante Universitário, na fachada do Teatro Florestan Fernandes, nos fundos da Prefeitura Universitária (próximo à portaria norte), nos edifícios de salas de aula teóricas AT-6 (que na época era utilizado para atividades administrativas) e AT-8 (recém inaugurado), além da já tradicional pintura da logomarca na caixa d'água próxima ao "pórtico das primaveras", primeira portaria do *campus*, atividade que vem se repetindo a cada nova comemoração desde, pelo menos, 1990.

Figura 21: Imagens de *internet* mostram um dos *banners* instalados em 2010, com ênfase no endereço do *site* sobre história da UFSCar, e em 2015, sem qualquer referência ao mesmo



Fonte: Google (2020).

A respeito disso, assim se manifestava a Professora Nancy Vinagre Fonseca de Almeida, assessora da reitoria para o desenvolvimento de projetos especiais, conforme descreveu a Revista Kappa, em 1º de junho de 2010:

[P]ara as comemorações dos 40 anos a Comissão [Organizadora] separou três conjuntos de atividades: as de natureza acadêmica, as culturais e as festivas. Dentre elas, a docente destaca as de caráter mais acadêmico, pois servirão de subsídio para a atualização do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). “O principal eixo escolhido para a celebração dessa data foi a projeção do futuro da universidade, considerando a necessidade de debate sobre as novas perspectivas, desafios e demandas colocadas para a universidade pública neste início de século e, particularmente, a expansão por que vem passando o sistema que congrega as instituições federais de ensino superior público”, completa. (Portal K3, 2010).

Figura 22: *Banner* no ginásio de esportes: antes, promovia o resgate histórico do passado (2010), agora convida para a história futura da instituição (2012)



Fonte: Google (2020).

As comemorações dos 40 anos da UFSCar talvez tenham sido, até o presente momento, aquelas mais entusiasticamente voltadas à necessidade de engajamento coletivo em busca da preservação dos relatos e das histórias de vida transcorridas no âmbito da Universidade. Se, nas comemorações dos 35 anos, foram criados os

mecanismos sob os quais poder-se-ia preservar uma memória institucional, mais voltada aos servidores docentes e técnico-administrativos, aqueles “que ficam”, agora, nas festividades dos 40 anos, buscava-se um engajamento de todos, com foco especial aos estudantes, aqueles “que passam”, por mais que, certamente, não se tenha deixado as demais categorias totalmente de lado em momento algum do processo. Porém, por maiores que tenham sido a divulgação, a qualidade dos projetos gráficos, as reuniões comemorativas e tantas outras formas de engajamento, infelizmente a participação da comunidade universitária não foi das mais incisivas. Como poderemos ver no próximo tópico, muito rapidamente o foco na história como base para as festividades que ocorreram em 2010 deu lugar à ênfase em uma reflexão voltada ao futuro e dos próximos passos a serem dados pela Universidade e por sua comunidade. Onde antes o ontem era celebrado, agora, almejava-se novamente, como no princípio, o amanhã.

1.3 – Consolidam-se os caminhos para a preservação da história e da memória da UFSCar

No decorrer deste tópico, analisaremos algumas das várias manifestações surgidas a partir da promulgação de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a UFSCar, que acabaram nos levando a um ponto onde, finalmente, a Universidade pôde contar com uma estrutura específica que lhe permitisse fomentar permanente e significativamente a preservação de sua própria história e memória, por meio da criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA). Para que melhor possamos entender os acontecimentos a serem relatados no decorrer deste ponto, partiremos exatamente do ponto onde paramos no tópico anterior, explicando a guinada estratégica adotada pela UFSCar a fim de procurar criar novos caminhos para a preservação de sua memória institucional e como vários interesses esparsos, emanados de diferentes origens, convergiram e se consolidaram até o advento da UMMA.

1.3.1 – O PDI, o Conselho de Extensão e o advento da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA)

Passadas as comemorações dos 40 anos da UFSCar, em 2010, a comunidade universitária logo foi convencida a voltar seus olhos rumo ao futuro ou, mais adequadamente, ao planejamento estratégico da Universidade. Em poucas semanas, os

banners e outros materiais promocionais espalhados pelos *campi*, contendo o endereço eletrônico *www.historia.ufscar.br* foram substituídos por outros³³. Logo no primeiro semestre de 2011, o foco integral da gestão da UFSCar já tinha sido completamente modificado. Agora, convidava-se a comunidade a contribuir com o processo de atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar, que carecia de revisão, segundo se comunicava à época, devido ao crescimento da Universidade ter-se dado de maneira muito além daquele que originalmente se antevia quando da criação do PDI anterior, o primeiro da Universidade, instituído em 2004, após discussões que remontam a 2002.

O Plano de Desenvolvimento Institucional de 2004, de fato, estava posicionado considerando a realidade de uma Universidade ainda pequena, observado o incipiente crescimento ocorrido entre 1978 e 1990 no número de cursos de graduação, de programas de pós-graduação e mesmo de novos prédios instalados nos *campi*. Por óbvio, não constavam da realidade desse documento a criação do *campus* de Sorocaba, a expansão significativa do *campus* de Araras e, também, das atividades do *campus* de São Carlos, inclusive com a implantação do curso de medicina e as extensivas modificações e expansões acadêmicas e administrativas realizadas como parte da associação da UFSCar ao programa REUNI, do Governo Federal. Além disso, a estrutura administrativa existente à altura da aprovação do PDI de 2004 ainda trazia resquícios da realidade que existia desde o final do período de crises entre a comunidade universitária e o Conselho de Curadores da FUFSCar, com os colegiados superiores estruturados apenas no Conselho Universitário (ConsUni) e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que abarcava dentro de si câmaras temáticas (Câmara de Graduação, Câmara de Extensão, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, etc...) responsáveis pela elaboração das políticas empreendidas, primeiramente, de modo normativo e centralizado pela Reitoria, diretamente a partir das decisões desses colegiados e, depois, num segundo momento, a partir da atuação das recém-criadas pró-reitorias, enquanto órgãos executores dessas políticas, de forma distribuída. O PDI de 2004, portanto, tinha a esperança de corrigir uma estrutura que já se mostrava antiquada para a gestão da UFSCar ao raiar do novo milênio, o que se provou essencial ao acompanhamento do período de expansão das universidades federais promovido pelo governo Lula, a partir de 2002, após um período

³³ Por volta desta mesma época, o *website* foi retirado do ar, permanecendo nele apenas a mensagem que, conforme exposto na introdução desta dissertação, encontra-se publicada neste domínio até o presente momento (vide página 31).

de estagnação e baixa assimilação de verbas, como se observou nos anos dos governos Collor/Itamar Franco e FHC³⁴.

Sob o aspecto histórico ou de preservação histórica, porém, o PDI de 2004 é absolutamente nulo quanto à criação de organismos ou políticas de registro da memória institucional na UFSCar. No processo de criação do novo documento, iniciado a partir de 2002, observa-se que o uso da história da Universidade e das pessoas que dela fizeram parte se constituía apenas como ferramenta para o encaminhamento de iniciativas que tinham como intenção projetar o futuro da instituição, não existindo uma preocupação efetiva quanto ao resgate e à preservação histórica da memória precedente. Acreditamos, no entanto, que o advento das comemorações dos 35 anos, em 2005 e dos 40 anos, em 2010 e as ferramentas tecnológicas e motivacionais constituídas para estas celebrações, especialmente agregadas no *site* www.historia.ufscar.br, talvez tenham auxiliado a impulsionar esta temática nas discussões que aconteceram, a partir de abril de 2011, visando a implantação do novo PDI, aprovado pelo ConsUni em novembro de 2013.

O documento final do novo PDI carrega em si, pela primeira vez em documentos congêneres, pouco mais de uma dúzia de determinações quanto à preservação da memória e da história da UFSCar, de seu patrimônio e de seu entorno. Tem-se, na tabela abaixo, um apanhado item a item dessas descrições, que demonstram o quanto se estimava uma guinada na forma como a UFSCar pretendia preservar sua história:

Tabela 2: Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar quanto à preservação da memória e da história da Universidade

2.24 Promover, incentivar e dar suporte à política de inclusão digital, desenvolvimento, aperfeiçoamento e integração das tecnologias de informação e comunicação em todos os níveis da Instituição e em todos os processos acadêmicos e administrativos, compreendendo-as como favorecedoras do livre acesso ao conhecimento, da inovação, da otimização de recursos e da <u>manutenção da memória da UFSCar</u> .
2.37 Implantar e avaliar permanentemente <u>política de informação, comunicação e memória da UFSCar</u> , que oriente a atuação das unidades envolvidas com a área, bem como da comunidade universitária como um todo, pelo conceito de comunicação integrada.

³⁴ Na nota de N.º 13, à página 45 deste trabalho, discorremos sobre o REUNI, de 2007, que se constituiu como um marco quanto à expansão da educação superior pública federal no Brasil. Na tabela constante do Anexo 2 desta dissertação, conseguimos melhor observar a falta de investimentos na educação superior federal a partir da abertura política, em 1985. Entre 1986 e 2002, apenas quatro Universidades Federais foram criadas. A de São João Del-Rei, de 1986, surgiu a partir da fusão de uma instituição católica com outra municipal, sendo federalizada logo a seguir. A do Amapá, de 1990, surgiu a partir da necessidade de emancipação de unidade previamente pertencente à Universidade Federal do Pará, quando da transformação do então território federal em Estado. A Universidade Federal de Tocantins, de 2000, semelhantemente, se constituiu a partir da fusão de unidades universitárias pré-existentes no norte de Goiás, contemplando o novo estado com uma universidade pública. A Universidade Federal de São Paulo foi criada a partir da antiga Escola Paulista de Medicina que, no entanto, já era uma escola federal há décadas. A partir de 2002, se verá renovado interesse na criação de universidades públicas no âmbito do Ministério da Educação (MEC).

3.1.14 Incorporar no “Perfil do Profissional a ser formado na UFSCar” e na formação dos pós-graduandos os princípios de livre acesso ao conhecimento, comunicação pública da Ciência e Tecnologia e <u>preservação da memória</u> .
3.5.45 Produzir relatórios anuais das unidades acadêmicas da UFSCar, visando o <u>registro da memória da Instituição</u> e a manutenção de indicadores de acompanhamento de sua atuação.
3.6.1 Criar a <u>Pró-Reitoria de Artes, Cultura e Comunicação</u> , integrando e articulando as unidades administrativas e as <u>políticas afetas à área</u> e buscando as condições organizacionais, de pessoal e infra estruturais para sua implementação.
3.6.2 <u>Promover a compreensão da gestão da informação, comunicação e memória como transversal</u> à Universidade, como temas estratégicos e prioritários para a gestão da Instituição, criando e mantendo política de investimento em pessoal e recursos financeiros, bem como de captação de recursos externos, que viabilize a atuação estratégica da UFSCar em Artes, Cultura e Comunicação.
3.6.22 <u>Definir critérios que norteiem</u> a contratação de serviços terceirizados relacionados à <u>gestão da informação, comunicação e memória</u> , visando a preservação do interesse da Instituição e a gestão total dos projetos por seus servidores.
3.6.34 <u>Implementar e manter o Repositório Institucional da UFSCar</u> , em acesso aberto, definindo critérios e mecanismos de certificação/validação dos conteúdos a serem publicados e de preservação da propriedade intelectual, de maneira a disponibilizar de forma integrada os produtos de pesquisa, ensino e extensão da Instituição e <u>garantir a preservação dessa produção e da memória institucional</u> .
3.6.37 <u>Criar condições para o funcionamento de um sistema de arquivos/acervos da UFSCar</u> , com política para <u>gestão de arquivos temporários e permanentes</u> e aprimoramento dos mecanismos de depósito, preservação e acesso a esses arquivos (administrativos, científicos, tecnológicos e artístico-culturais).
3.6.38 <u>Elaborar e implementar política de preservação da memória institucional e de suas relações com a memória da Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura</u> .
3.6.39 <u>Criar e manter</u> condições infra estruturais, financeiras e de pessoal para o funcionamento de <u>um centro de memória voltado à preservação e à disseminação do patrimônio da Universidade</u> , da Educação e da Ciência e Tecnologia.
3.6.40 <u>Realizar diagnóstico das iniciativas de organização de acervos especiais já existentes na Instituição</u> (arquivos, fundos, coleções especiais etc.), objetivando reunir e integrar essas iniciativas, <u>garantir a preservação e permitir o amplo acesso a esses acervos</u> .
3.6.41 <u>Resgatar a história e identidade das localidades onde os campi da Universidade foram implantados e recontextualizar seus edifícios históricos</u> de forma a potencializar sua utilização <u>para atividades voltadas à preservação da memória, geração de conhecimento e promoção da cidadania</u> .
3.6.42 Atuar na promoção de respeito, valorização e <u>preservação do patrimônio histórico</u> local, regional e nacional.
3.6.43 <u>Fomentar atividades de extensão voltadas à promoção da educação sobre o patrimônio histórico e bens culturais</u> nas regiões onde os campi estão inseridos.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional, com destaques do Autor (UFSCar, 2013).

Como curiosamente se observa no documento do novo PDI, a preservação histórica da memória institucional era vista como uma matéria afeta às características de comunicação social da Universidade, unindo “gestão da informação, comunicação e memória como (...) temas estratégicos e prioritários para a gestão da Instituição” (UFSCar, 2013). Antevia-se “Implantar [uma] (...) política de informação, comunicação e memória da UFSCar, que [orientasse] a atuação das unidades envolvidas com a área, bem como a comunidade universitária como um todo, pelo conceito de comunicação integrada” (UFSCar, 2013). Isto deveria ser feito, como se observa, por meio da criação de uma “Pró-Reitoria de Artes, Cultura e Comunicação”, que abarcaria em si estruturas

que hoje estão distribuídas entre o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi), a Secretaria Geral de Informática (SIn), a Pró-Reitoria de Administração (ProAd), no que concerne aos arquivos administrativos da universidade, a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx), no que tange às áreas de cultura (CCult), de administração e de apoio a eventos (CAEv, a unidade em que o autor desta dissertação trabalha), e a Rádio UFSCar, a própria Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), a Assessoria de Comunicação da Reitoria (AsCom) e o que viria a se tornar a futura Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), entre outros setores. Tais encaminhamentos tentavam, em certa medida, agilizar a implantação das diretrizes que começaram a ser escritas ainda no final de 2009, quando, através da Portaria GR N.º 294/09, de 24 de setembro, criava-se uma comissão para a criação de uma Política Institucional de Informação e Comunicação. Ao se observar a minuta desta política³⁵, jamais aprovada, entendia-se que a perspectiva de uma memória institucional passava mais pela preservação de acervos documentais do que por outras iniciativas afetas à preservação histórica, embora o item 3.6.39 do documento anteviesse a criação de um “Centro de Memória da UFSCar”, que, de certa maneira, teria seu papel próximo ao que, hoje, está delegado à UMMA.

É possível crer, no entanto, que o documento final do PDI de 2013, que tinha uma perspectiva inicial de ter suas metas alcançadas em um período de até dez anos (2014-2024), solidificou a percepção da comunidade universitária quanto à necessidade institucional de preservação da história e da memória da UFSCar. Suas metas e diretrizes aparentemente também estavam alinhadas com uma maior importância que se observava, passados já mais de dez anos desde a virada do novo século, com aspectos relativos à preservação histórica e a um renovado interesse pelo contar e pelo fazer história também na universidade, inclusive no âmbito da pesquisa acadêmica formal. Corrobora-se tal afirmação ao se analisar os resultados de pesquisas realizadas no âmbito da UFSCar³⁶ nas

³⁵ A minuta do documento encontra-se disponível em <http://www.ccs.ufscar.br/politica-de-comunicacao>. Curiosamente, este documento, que jamais foi aprovado pelos colegiados superiores da UFSCar e que, portanto, jamais entrou em vigor, subsidiou a criação de documentos congêneres em outras universidades públicas, o que se pode observar ao digitar-se o nome do mesmo em sistemas de buscas pela *internet*, algo que se confirma devido ao relato que profissionais de outras universidades já fizeram aos profissionais da UFSCar a respeito desta utilização.

³⁶ Avaliando rapidamente a produção científica da Universidade segundo o Repositório Institucional da UFSCar, é possível observar o número de produtos decorrentes de pesquisas relacionadas, de maneira geral, com a temática de preservação histórica de algum acontecimento. A simples busca por documentos que apresentem a palavra “memória” em seu título, depositados no RI-UFSCar, apresenta como resultados um único trabalho publicado entre 1992 e 1999, 125 trabalhos publicados entre 2000 e 2009 e impressionantes 1913 trabalhos publicados entre 2010 e 2020, entre dissertações e teses, bem como alguns poucos TCCs. Quando se troca o verbete pesquisado para “história”, os resultados mudam para um trabalho publicado

últimas décadas, embora, com mais tempo e recursos, talvez pudéssemos encontrar paralelos semelhantes em métricas de produtos de pesquisa publicados no Brasil e no exterior relacionados a temas históricos e de memória, no geral, durante os mesmos períodos abordados. Ainda que isso não seja possível no âmbito deste trabalho, ao se analisar os produtos de pesquisa publicados apenas na UFSCar, percebe-se que, a partir de algum momento próximo ao ano 2000, o interesse pela preservação documental de memórias e da história, de maneira ampla, foi intensificado, refletindo-se este interesse em um expressivo aumento no número de teses e dissertações relacionados a temas históricos e de resgate histórico.

Ademais, é possível observar-se que este fenômeno transborda ao âmbito da pesquisa, refletindo-se, de maneira semelhante, também no âmbito das atividades de extensão universitária realizadas na UFSCar no mesmo período. Quando se busca pela produção institucional relacionada ao tema no sistema ProExWeb, que tem sido uma das ferramentas de trabalho mais fundamentais do fazer laboral deste servidor público autor destas linhas, utilizando-se como parâmetro de busca expressões como “história”, “histórico” ou “historicidade”, em meio às atividades enviadas a partir de 2002 (ano inicial da base de dados) até ao presente momento, é possível se encontrar 203 submissões de propostas, entre atividades aprovadas ou não pela ProEx, por diferentes motivos. Da mesma forma, propostas que contenham em seu título a expressão “memória” foram, no mesmo período, da ordem de 71 submissões até o presente momento. Além disso, a ProEx emitiu, em duas oportunidades, sendo a primeira em 2014 e a segunda em 2019, editais específicos com o objetivo de fomentar atividades de extensão relacionadas com a memória e a história da própria Universidade e de setores e organizações a ela associados, em comemoração aos aniversários de 45 e de 50 anos da instituição respectivamente (as atividades aprovadas deveriam ser executadas no ano subsequente ao de sua tramitação, isto é, em 2015 e 2020). Devido à atual pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), a Pró-Reitoria de Extensão ainda não tem ao certo informações precisas sobre quantas atividades vinculadas ao edital comemorativo dos 50 anos serão impactadas, podendo vir a ser adiadas ou até mesmo canceladas. No entanto, o(a) leitor(a)

entre 1992 e 1999, 245 trabalhos publicados entre 2000 e 2009 e expressivos 2788 trabalhos publicados entre 2010 e 2020. Embora estes sejam dados brutos e não tratados, servem-nos bastante como indicadores interessantes sobre como as pesquisas com temática relacionada à história e à memória, de maneira geral, se tornaram mais relevantes nos últimos dez anos, em comparação com períodos precedentes, e, ao mesmo tempo, como esta preocupação também se apresenta em momento congênere àquele em que a comunidade da UFSCar começa, ela também, a se preocupar com sua própria memória institucional e coletiva.

poderá se interessar pelo material que compilamos como o Anexo 1 deste trabalho, que carrega uma lista de todas as atividades extensionistas que (a) tenham relação com a memória e a história institucionais da UFSCar, conforme registradas no sistema ProExWeb, a partir de 2002 ou que (b) tenham sido submetidas e aprovadas no âmbito de um dos dois editais de apoio à realização de atividades de extensão com temática relativa à preservação da memória institucional em comemoração aos aniversários de 45 e de 50 anos da Universidade, respectivamente. A estas atividades, compiladas e oficialmente registradas por meio do sistema ProExWeb, poderíamos ter juntado outras que talvez não tenham sido formalizadas adequadamente, isso porque é de nosso conhecimento que algumas manifestações que poderiam ser consideradas extensionistas e que foram realizadas repetidas vezes no decorrer dos últimos anos infelizmente jamais foram submetidas à ProEx pelos seus proponentes ou executores, ficando, elas mesmas, fora de um arcabouço institucional de preservação histórica de sua realização, o que é uma grande perda para a Universidade, segundo nossa interpretação.

Dentre as atividades de extensão relacionadas à memória institucional, uma delas merece especial destaque devido ao fato de que, de seus resultados, formalizam-se parcialmente as expectativas elencadas nos itens 3.6.38 e 3.6.39 do PDI de 2013 e também na minuta da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória, ou seja, o estabelecimento da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) da UFSCar. Trata-se do ciclo de Seminários de Política de Informação e Memória, realizados em 2010, sob coordenação de Ligia Maria Silva e Souza, da BCo, em 2011, sob coordenação da Professora Ariadne Chloe Mary Furnival, do Departamento de Ciências da Informação (DCI), em 2015, sob coordenação da Coordenadoria de Cultura (CCult) da ProEx, em 2018, em 2019 e neste ano de 2020 sob coordenação da Professora Luzia Sigoli Fernandes Costa, também do DCI, considerando que desde a fundação da UMMA, a Professora Luzia tem também acumulado a coordenação de seus trabalhos. De acordo com o que foi publicado no jornal interno da Universidade, o “Informando”, em edição de 19 de novembro de 2010, quando da realização da primeira edição do evento, assim se compreendia a importância e o interesse expressos por seus organizadores:

Apontar diretrizes para a construção de uma política de informação, memória e comunicação da UFSCar. Este foi um dos principais objetivos do I Seminário de Política de Informação e Memória, realizado entre os dias 28 e 30 de setembro pela Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade, em parceria com o Departamento de Ciência da Informação (DCI).

(...)

A Diretora da BCo também comenta que as temáticas sobre memória foram bastante debatidas durante o Seminário. “O que podemos perceber é que a ideia de memória ainda precisa ser muito trabalhada na cultura do brasileiro. O importante é vermos que há pessoas interessadas nesse assunto, e muitos grupos estão formados para discutir o tema”.

Eliane Colepícolo, bibliotecária da UFSCar, destaca que vários tipos de arquivos estão armazenados em diferentes setores da Universidade, como, por exemplo, documentos históricos e administrativos que contêm informações sobre os cursos, alunos e servidores, guardando assim parte importante da história da Instituição. Para Lígia Silva e Souza, esta é uma realidade que precisa ser trabalhada, principalmente diante do crescimento da UFSCar. “As intenções do Seminário não acabam aqui. Queremos continuar refletindo sobre essa política de informação e memória e, talvez, inseri-la na discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional. A tentativa é a de formar grupos com representantes de vários setores da Universidade, que por meio de um trabalho sistematizado vão atuar no resgate das tantas histórias guardadas que temos sobre a UFSCar”.

O Seminário foi encerrado com o workshop “Reflexões sobre Política de Informação e Memória da UFSCar”, que reuniu os participantes para debater as temáticas abordadas durante o evento. (CCS, UFSCar, 2010).

A Universidade ainda aguarda um levantamento mais completo e minucioso de seus acervos documentais mas, ao menos, graças aos debates e discussões promovidos pelas subsequentes edições dos Seminários de Política de Informação e Memória, bem como pelo trabalho realizado pela Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI), a UFSCar já possui organizada uma relação completa dos tipos de documentos produzidos e arquivados nos diversos setores da instituição, o que, futuramente, poderá ser utilizado pela UMMA com vistas à criação de repositórios adequados às produções que se qualifiquem como material de relevância histórica, a fim de separá-los dos materiais que podem ser descartados, conforme determinam as tabelas de temporalidade emitidas, de tempos em tempos, pelos órgãos de preservação e de controle (como o Arquivo Nacional e a Controladoria-Geral da República, por exemplo).

Figura 23: Cartaz da 5ª edição do Seminário de Política de Informação e Memória, realizado em 2019

Seminário de Política de Informação e Memória
Um resgate da memória dos 50 anos da UFSCar

• Horário: 14h às 17h
• Inscrições: não é necessário realizar inscrição prévia
• Certificados: haverá emissão de certificados

• Contato: Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA)
• Telefone: (16) 3351-8427
• E-mail: memoria@ufscar.br

- 09/09/2019 - Mesa redonda - Prof. Dr. Alvaro Rizzoli, Profa. Dra. Maria Clara Filippini Terardi e Leila Maria Lenk
• Local: São Carlos - Auditório da ADUFSCar
- 16/09/2019 - Mesa redonda - Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Bruna Meira, Patrícia Corrado dos Santos.
• Local: Lagoa do Sino - Auditório do Ciclo Básico II
- 23/09/2019 - Mesa redonda - Profa. Dra. Maria Teresa Mendes Ribeiro Borges, Jose Gioff, Prof. Dr. Jozivaldo Prudêncio Gomes de Moraes.
• Local: Araras - Anfiteatro Araras
- 30/09/2019 - Mesa redonda - Carlos Azevedo Marcassa, Profa. Dra. Rita de Cássia Lana, Prof. Dr. Danilo Trabuco do Amaral.
• Local: Sorocaba - Auditório do CCGT

Fonte: UMMA (UFSCar, 2019, editado).

Outra contribuição que deve ser incluída entre os eventos que resultaram na instalação da UMMA partiu do Conselho de Extensão da UFSCar. Em consonância com as preocupações cada vez mais crescentes dos membros da comunidade universitária quanto à criação de iniciativas de preservação da memória institucional da Universidade, alguns membros do Conselho de Extensão, por repetidas vezes, manifestavam a necessidade de que aquele colegiado tomasse uma atitude mais proativa com a finalidade de contribuir, fazendo sua parte, para que registros valiosos da memória institucional da UFSCar não se perdessem no espaço-tempo do dia-a-dia de tantas coisas que normalmente se tornam prioridade no fazer burocrático da instituição universitária. Os desejos expressos no corpo textual do novo PDI tomavam voz naqueles dias e a memória deste pesquisador se lembra muito bem disso, uma vez que aquelas vozes estiveram também entre os fatores determinantes que levaram este estudante a escolher o presente tema para este seu trabalho acadêmico. Uma dessas vozes, que merecem destaque, foi a do saudoso colega servidor técnico-administrativo Carlos Augusto de Souza Martins Filho, conhecido por toda a comunidade da UFSCar como “Maranhão”.

Carlos Augusto Martins era casado com a também servidora TA Maria de Lourdes Tasso de Souza Martins, que por muitos anos atuou na Secretaria Geral de Recursos Humanos (SRH) da UFSCar, atual Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe), e que era uma pessoa igualmente bastante conhecida entre os servidores da UFSCar até o fim da primeira década deste novo século. Maranhão, em matéria de “ser conhecido” pela comunidade universitária, não ficava atrás de sua esposa. Iniciou seu trabalho na Universidade em 1991, quando as atividades do então Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em Araras foram transferidas para a UFSCar, dando início ao *campus* de Araras da Universidade. Atuou, primeiramente, junto ao Departamento de Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal (DBPVA-Ar), vindo a desenvolver suas atividades, posteriormente, junto aos laboratórios do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) no *campus* de São Carlos. O servidor era um trabalhador bastante engajado. Formado Engenheiro Agrônomo e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPGERN) da UFSCar, volta e meia aparecia nas reuniões do Conselho de Extensão, quando delas participava, munido de informações sobre alguma descoberta de documentos que fizera em pesquisas sobre a história da Universidade. Não raro dizia que tais documentos tinham sido encontrados no lixo, um provável exagero relacionado ao fato de que normalmente os descobria em qualquer lugar, sem a devida catalogação e organização, e por, provavelmente, poder ser capaz de tomar posse deles

enquanto indivíduo, sem que houvesse nenhuma interveniência institucional que o proibisse de fazê-lo.

A ata da 45ª Reunião Ordinária do Conselho de Extensão, de 28 de fevereiro de 2013, assim apresentava uma de suas intervenções naquele colegiado:

A Presidente do Conselho, [Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Simões Martinez,] informou, em função do tema de resgate da memória [da Universidade] ter sido pautado pelo Engenheiro Carlos Augusto de Souza Martins Filho em uma reunião do CoEx, [que] foi dado um encaminhamento sobre esse assunto na reunião de planejamento estratégico da equipe [gestora da UFSCar]. Nessa reunião, concluiu-se que, para resgatar a memória da UFSCar, será necessário investimento na área de pessoas, recursos e projetos em toda a Universidade a médios e longo prazos. A Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Simões Martinez informou que em curto prazo, está sendo elaborado pela servidora Jane Falcoski, [da CCult/ProEx] uma proposta para resgatar a memória da extensão [universitária na UFSCar]. (ProEx, UFSCar, 2013).

Dez meses antes da aprovação do novo PDI, o engajamento do engenheiro Maranhão era tamanho que, devido à sua pressão sobre a Professora Cláudia Martinez, pró-reitora de Extensão à época, e sobre o CoEx como um todo, finalmente foi possível àquele colegiado se movimentar no sentido de conduzir algo visando a preservação da memória da Universidade. Primeiro, em 16 de outubro de 2014, o CoEx nomeou uma comissão para encaminhar aspectos sobre a conservação da memória da Universidade³⁷, depois, em 20 de novembro do mesmo ano, sugeriu que os recursos a serem obtidos por meio de um edital interministerial publicado pelo MEC e pelo antigo Ministério da Cultura (MinC) fossem divididos entre ações que fomentassem a preservação da memória institucional e a produção e circulação artística entre os *campi* da Universidade³⁸. Graças

³⁷ [Item] 3.8 – Nomeação de uma comissão para os aspectos de conservação de memória – A Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Simões Martinez solicitou ao CoEx a apreciação de uma comissão junto à Coordenadoria de Cultura com a equipe já existente para criar propostas para a preservação do patrimônio [de memória] da UFSCar. Após esclarecimentos, a comissão foi aprovada com a seguinte deliberação: “O Conselho de Extensão, em sua 63ª Reunião Ordinária, em 16/10/2014, deliberou por aprovar uma comissão junto à Coordenadoria de Cultura – CCult da ProEx para discutir perspectivas e propostas relacionadas à memória da UFSCar, sua preservação, sistematização e difusão de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI”. (Ata da 63ª Reunião Ordinária do CoEx, disponível em <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/atas/ata-da-63a-reuniao-do-coex-16-10-2014.pdf>). Vide páginas 29 e 30 deste trabalho.

³⁸ A Presidente do Conselho solicitou ao coordenador de cultura, Prof. Dr. Wilson Alves Bezerra, que comentasse sobre o edital “MinC-MEC Mais Cultura nas Universidades”. O professor Wilson informou que o edital foi publicado no mês de outubro com propostas de Universidades Federais de todo o país, com planos de cultura que tenham um recorte coerente e período de execução de 12 a 24 meses. Na reunião realizada para definir o plano de cultura referente à UFSCar foi escolhido dentre os vários eixos apresentados, o eixo da memória e da produção e circulação artística seria o mais viável para a proposta apresentada, (cujo tema motivador é UFSCar Rumo aos Cinquenta Anos) onde o objetivo é poder estabelecer um conjunto de ações extensionistas que podem levar ao resgate, a conservação e restauração

a estes esforços, foi possível alcançar o resultado a qual se deliberou na reunião do CoEx de 15 de setembro de 2016³⁹, conforme segue:

[Item] 3.9 – Apresentação dos resultados dos trabalhos da “Comissão Memória” nomeada pelo CoEx em 16/10/2014 – A Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Simões Martinez lembrou que a comissão foi instituída pelo Conselho de Extensão em 16/10/2014. A Presidente do Conselho agradeceu a presença da Prof.^a Dr.^a Luzia Sigoli Fernandes Costa no CoEx e solicitou que o Presidente da “Comissão Memória”, Prof. Dr. Wilson Alves Bezerra, coordenador de Cultura, relatasse os trabalhos da mesma. O professor Wilson relatou o que foi produzido ao longo dos 2 anos e cinco meses de trabalho da comissão, ressaltando que embora a comissão tenha sido constituída em outubro de 2014, os trabalhos já começaram em abril de 2014. A primeira proposta foi a criação de uma Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA), mas por impossibilidades financeiras [ainda] não houve a criação dessa Unidade. Dando prosseguimento, o professor Wilson ressaltou o apoio institucional da ProEx, com a criação do edital Especial Memória da UFSCar – 45 anos. Nesse edital foram distribuídos recursos financeiros para atividades de extensão nos quatro *campi* da UFSCar, resgatando a história da Universidade em diferentes unidades e resultando em uma exposição nos *campi* de São Carlos, Sorocaba e Araras. O Prof. Dr. Wilson Alves Bezerra informou que apesar da limitação de recursos financeiros, a comissão conseguiu articular pessoas para potencializar o uso de recursos e citou como exemplo, a organização dessa comissão em torno de grupo de pesquisa do CNPQ, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Luzia Sigoli Fernandes Costa (UFSCar) e pelo Prof. Dr. Marcos Tognin (Unicamp) chamado “Patrimônio Cultural Memoria Preservação e Gestão Sustentável”. Dando continuidade aos trabalhos da comissão, em 2015 foi criado o programa de extensão “Programa de Preservação da Memória da UFSCar”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Luciana Gracioso, para reunir e sistematizar atividades em torno da memória. O presidente da Comissão relatou também a digitalização do acervo em VHS da Coordenadoria de Cultura, de eventos dos anos 90, vídeos institucionais e a criação do canal de YouTube. Após a apresentação dos resultados dos trabalhos, o Prof. Dr. Wilson Alves Bezerra solicitou em nome da comissão, a continuidade dos trabalhos, concessão de um espaço para apoiar a comissão, criação de uma Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) e orçamento para suprir as necessidades básicas e manutenção do Edital Especial de Apoio à Realização de Atividades de Extensão sobre Memória Institucional da Universidade. Dando continuidade, o presidente da comissão passou a palavra a Prof.^a Dr.^a Luzia Sigoli Fernandes Costa. A professora Luzia informou que foi produzido um documento por um grupo grande de pessoas, onde é explicitado o desejo de que a Universidade tenha um local para receber seu acervo histórico, ressaltando que a UFSCar fará 50 anos e já acumulou ao longo desses anos documentos e equipamentos de valor histórico. A professora Luzia justificou a importância da criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) para dar continuidade a esse trabalho. Finalizando, a professora Luzia agradeceu a oportunidade e informou que o intuito dessa explanação é solicitar ao Conselho de Extensão um apoio para continuar esses trabalhos, mesmo sabendo da

da memória da Universidade, e desenvolver entre os quatro *campi* ao longo de 24 meses, projetos que possam facilitar a produção artística e cultural entre os diversos polos da Universidade com foco em interagir com a comunidade. (Ata da 64ª Reunião Ordinária do CoEx, disponível em <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/atas/ata-da-64a-reuniao-do-coex-20-11-2014.pdf> f).

³⁹ Vide a Ata da 82ª Reunião Ordinária do CoEx, disponível em <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2016/atas/ata-da-82a-reuniao-ordinaria-do-coex-15-09-2016.pdf> e página 29 deste trabalho.

escassez de recursos no momento atual. A Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Simões Martinez parabenizou o trabalho realizado pela comissão ao longo desses anos. A presidente do Conselho de Extensão recomendou, juntamente com o CoEx, o envio para a administração superior da solicitação de criação da Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico (UMMA) na UFSCar. Em relação ao espaço, a ProEx disponibilizou o espaço dos núcleos de extensão para que as atividades da “Comissão Memória” possam continuar seus trabalhos neste momento. Em relação ao orçamento e manutenção do Edital Memória o CoEx entendeu que esse tema terá que ser discutido e deliberado por este colegiado quando a distribuição de recursos referente ao orçamento de 2017 for aprovada. (ProEx, UFSCar, 2016).

Infelizmente, Maranhão faleceu em 12 de setembro de 2015⁴⁰, mas os esforços que empreendemos juntos no âmbito do CoEx, e que tantos outros empreenderam no âmbito das discussões do PDI, na minuta normativa da CCS, nos seminários de Política de Informação e Memória e em tantos outros locais e fóruns materializou-se com a criação da UMMA em 17 de fevereiro de 2017⁴¹, e vem ainda se materializando, a cada dia, a cada nova conquista empreendida neste propósito.

A UMMA tem, desde então, reunido seu grupo de trabalho, formado por mais de quinze pessoas, com a finalidade de preparar as ações que serão efetivamente empreendidas para a preservação da história e da memória da Universidade, ao mesmo tempo em que dá seus primeiros passos para a criação de seus acervos e repositórios. Primeiramente, promoveu a campanha “Doe 1 minuto do seu tempo para os 50 anos da UFSCar - Levantamento da memória institucional”, angariando um cadastro de mais de cem pessoas que informam serem possuidoras de documentos, fotografias, *memorabilia* e mesmo de memórias vivas a serem desveladas por meio de entrevistas, relativas à UFSCar e à sua vivência no âmbito de sua comunidade universitária. Depois, foi possível obter algum espaço no prédio da Biblioteca Comunitária para abrigar fisicamente as primeiras coleções que serão criadas e os primeiros arquivos a armazenar. Ademais, após ter sua vinculação organizacional alterada da Reitoria para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar, foi possível obter as primeiras duas servidoras permanentes de seu quadro funcional, expandindo o serviço voluntário dos membros do grupo de trabalho para uma presença mais efetiva e constante, visando-se a potencialização das iniciativas e a consolidação da nova unidade no âmbito da Universidade.

⁴⁰ Vide <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/grupo-santa-cruz-informa-notas-de-falecimento-11/67204/>.

⁴¹ Vide nota N.º 5 à página 29 desta dissertação.

Certamente ainda há muito a se fazer, mas diante do cenário aparentemente nulo de esforços que se encontrava quando demos início à preparação desta pesquisa, pode-se observar que muito já foi produzido até aqui. A luta pela preservação da história da Universidade, de sua memória, e especialmente das contribuições que podem trazer a esta história e memória aqueles que passaram pela instituição, no entanto, é constante. Praticamente, podemos dizer que é tão ferrenha e teimosa quanto o foram os esforços daqueles que lutaram pelo estabelecimento da Universidade, como veremos mais adiante, no decorrer do próximo capítulo deste trabalho, esforços esses que se assemelham àqueles que são empreendidos pelos servidores da UFSCar diariamente, por seus colegas de outras universidades públicas e, de certo modo, por cada cidadão deste país.

Visando a poder contribuir com estes nobres esforços, veremos, no capítulo 2 da presente obra, qual era o cenário das universidades no Brasil quando se pensou em criar a nossa Universidade Federal de São Carlos, e, então, como esta nossa UFSCar foi efetivamente concebida.

CAPÍTULO 2 – A Construção da UFSCar: os caminhos tortuosos até a “Pequena Notável”

No decorrer do presente capítulo, abordaremos breve e superficialmente o cenário histórico relativo à evolução da educação no Brasil, do “descobrimento” até aos anos 1960, abordando a criação tardia das universidades em nosso país. A seguir, empreenderemos esforços em tentar compreender a história da UFSCar propriamente dita, tendo como fio condutor de nossa narrativa a obra *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*, de Valdemar Sguissardi, em constante articulação com uma ampla gama de outras fontes, tais como reportagens de jornais, legislações e documentos preparatórios dos textos legais aprovados pelo Congresso Nacional, visando, com isso, obter uma história linear e cronológica dos vários fatos e acontecimentos que resultaram, finalmente, em 1970, à instalação efetiva da Universidade Federal de São Carlos, com o início das aulas de seus primeiros cursos de graduação, aos 13 de março daquele ano.

2.1 – Universidades no Brasil: entendendo sua história e seu contexto

A história da educação no Brasil inicia-se juntamente com a colonização deste Novo Mundo nesta Terra de Santa Cruz. Em 1549, ao fixar-se como Governador Geral, a mando do Rei de Portugal, Dom João III, Tomé de Souza vem acompanhado de um pequeno séquito de padres e irmãos jesuítas sob a direção do Padre Manuel da Nóbrega. Os jesuítas, incumbidos, por decreto real, da missão de catequizar os nativos, tinham como principal dificuldade a mais básica das necessidades: a comunicação. Logo entenderam que antes de poder ensinar a fé cristã, sob os dogmas do catolicismo, aos indígenas locais, necessitariam aprender eles mesmos seu idioma e criar mecanismos de transcrever seu “conhecimento ocidental” à compreensão dos habitantes locais. Educadores jesuítas, entre os quais o Padre José de Anchieta, entendiam que o processo de educação necessitava do diálogo. Daí surgiram os primeiros estabelecimentos educacionais brasileiros, baseados na disseminação de uma “pedagogia brasílica”⁴², que

⁴² O termo “pedagogia brasílica” é proveniente das pesquisas amplamente realizadas por Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior, professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, e de seu Departamento de Educação (DEd). Seus textos relativos ao início do processo de escolarização no Brasil, realizado pelos padres e irmãos jesuítas, se constituem como documentos importantes de estudos e

mesclava o ensino do português, da leitura e da escrita com a catequese, e o aprendizado técnico e agrícola com o canto e a música sacra, ficando os estudos do latim e de algumas outras disciplinas adicionais restritos aos poucos filhos de colonizadores que fossem destinados a retornar às terras pátrias para cursar a Universidade de Coimbra, ou então àqueles que se sentissem inclinados para a vida religiosa, nos seminários, mosteiros e conventos de então. Logo, outras ordens católicas se juntariam aos jesuítas, em maior ou menor grau, estabelecendo escolas, colégios, claustros e casas de ensino, tanto para seus iniciados, quanto para as comunidades que se formavam no entorno de suas missões.

A “pedagogia brasílica”, desenvolvida pelos jesuítas brasileiros, foi logo substituída, devido ao advento e às determinações de implantação do uso global do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Plano e Organização Geral de Estudos da Companhia de Jesus) em todos os estabelecimentos da rede educacional missionária jesuítica, permanecendo esta utilização também como regra educacional na Colônia do Brasil até a expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e de suas colônias, no reinado de Dom José I, por meio do Alvará Régio de 28 de junho de 1759. Com esta expulsão, o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro do Reino, pretendia acabar com a influência religiosa sobre o ensino da mocidade portuguesa, tanto na metrópole quanto nas colônias, implantando estudos com características iluministas e progressistas por todo o Império Português. Estes estudos passaram a ser conhecidos como “Aulas Régias”. No entanto, o baixo número de vagas docentes determinadas às colônias, a demora na realização de concursos públicos para a seleção de professores, a desorganização na nomeação destes e até mesmo certa “competição” entre os professores leigos e os religiosos (tanto os sacerdotes seculares, quanto também alguns ordinários regulares de ordens outras que não os jesuítas) resultou na instalação de uma prática de “aulas” isoladas, ofertadas, normalmente, nas casas dos ministrantes licenciados pela Real Mesa Censória para aplicação de tais estudos, não existindo um sistema escolar, ou mesmo uma escola comum que se empregasse no ensino sistemático de disciplinas curriculares para a formação dos estudantes. Aqueles que tivessem interesse pela vida consagrada ou pelos seminários, normalmente acabavam tendo acesso a estudos superiores oferecidos pelos estabelecimentos religiosos aos quais estavam vinculados (mesmo os jesuítas ainda podiam fazê-lo, ao menos no âmbito da teologia). Aos demais interessados em uma educação superior, após a obtenção de cartas de aprovação nos exames requeridos para

pesquisas no âmbito da história da educação e são estudados como parte dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos pelo PPGE/UFSCar.

cada disciplina cursada isoladamente, era possível pleitear uma vaga na Universidade de Coimbra, exigindo-se a viagem até à Corte para a continuidade de sua instrução. Esta situação permaneceu inalterada até 1808, com a vinda da família real portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, fugindo dos ataques político-militares de Napoleão Bonaparte e de sua nova demarcação política da Europa. Instalando-se no Brasil, a monarquia portuguesa promoveu a antiga colônia ao status de um novo Reino, Unido este ao de Portugal, encerrando-se a fase colonial que já perdurava por estas terras há mais de 300 anos.

Com a vinda da Corte para o Brasil, são instaladas as primeiras escolas superiores do país. Enquanto na América Espanhola já existiam universidades desde o século XVI⁴³, no Brasil, porém, o modelo adotado não foi o da Universidade de Coimbra, mas sim o da criação de cursos superiores isolados e adequados para o atendimento imediato das necessidades de modernização do país⁴⁴. Ora, fazia sentido supor que o Brasil de então

⁴³ O Papa Paulo III, por bula de 28 de outubro de 1538, elevou à categoria de Universidade os estudos gerais até então operados pela ordem dominicana em Santo Domingo, na atual República Dominicana, chamando-a de “*Pontificia Universidad de Santo Tomás de Aquino*”, tendo a Coroa Espanhola formalizado seu reconhecimento 20 anos depois, em 1558, quando passou a ser chamada de “*Real y Pontificia Universidad de Santo Tomás de Aquino*”. Esta Universidade, dissolvida em 1823, foi reinstituída em 1914 como a atual “*Universidad Autónoma de Santo Domingo*” (UASD). A ela se somam as seguintes universidades instituídas ainda no século XVI: “*Universidad Nacional Mayor de San Marcos*” (UNMSM), de Lima, Peru, fundada em 12 de maio de 1551; “*Real y Pontificia Universidad de México*” (URPNE), da Cidade do México, México, também fundada em 1551, sendo-lhe herdeiras a “*Universidad Nacional Autónoma de México*” (UNAM), principal universidade pública do país, e a “*Universidad Pontificia de México*”; “*Real Universidad de La Plata*”, de Sucre, Bolívia, criada em 1552; “*Real y Pontificia Universidad de Santiago de La Paz*”, também localizada em Santo Domingo, República Dominicana, estabelecida em 1558; “*Universidad Santo Tomás*” (USTA), de Bogotá, Colômbia, fundada em 13 de junho de 1580; e “*Universidad de San Fulgencio*”, de Quito, Equador, instituída em 1586. A Coroa Espanhola ainda criaria 13 novas universidades americanas no século XVII e ao menos 10 durante o século XVIII. Nos Estados Unidos, as escolas coloniais britânicas evoluíram, após a Revolução Americana, para suas configurações atuais como Universidades, entre elas *Harvard* (1636), *The College of William & Mary* (1693), *Yale* (1701), *Princeton* (1746), *Columbia* (1754), *The University of Pennsylvania* (1755), *Brown* (1764), *Rutgers* (1766) e *Dartmouth* (1769), embora seja motivo de eterno debate quando e em que circunstâncias estes “*Colleges*” se tornaram “*Universities*”.

⁴⁴ Não podemos nos esquecer de que, desde o início da colonização portuguesa da América, o Brasil (em suas diferentes configurações políticas) era visto como uma (ou uma união de) colônia(s) de exploração. O comércio foi, por mais de 300 anos, restrito às próprias capitânicas/sesmarias/comarcas/províncias internas, que só podiam vender o que produziam à metrópole portuguesa. Não havia, portanto, estrutura ampla e geral para o desenvolvimento local, tampouco havia, em número suficiente, profissionais capacitados para a modernização que se desejava dar ao novo Reino Unido, para que fosse digno de abrigar a Coroa no além-mar. De fato, há de se convir que muitas das “modernidades” implantadas no Rio de Janeiro, tão logo tenha se dado o desembarque da Família Real, em 1808, tardaram a chegar às demais províncias e, por certo, é impensável imaginar que semelhante progresso tenha acontecido também longe dos grandes centros de então, praticamente todos próximos à costa do Atlântico, talvez com exceção de Manaus e Belém, já pontos estabelecidos na região norte do país. É importante lembrar que, à época, mesmo as terras onde hoje se encontra instalada a sede da Universidade Federal de São Carlos não passavam de descampados vazios demarcados como os “Sertões de Aracoara”, ou “Sertões de Araraquara”, cuja ocupação viria a ocorrer somente após o Primeiro Reinado, já no Império do Brasil.

ainda não demandasse mão de obra qualificada, uma vez sendo formado apenas por exploradores e explorados, aglomerados em poucos centros urbanos relativamente distantes uns dos outros, além de um ermo significativo ainda a ser desbravado. A chegada da Corte, no entanto, mudaria tudo. Novos prédios, pontes, estradas demandavam engenheiros. A saúde dos poderosos agora requeria médicos e outros especialistas. O incremento do comércio e a abertura dos portos traziam novas demandas no âmbito da escrituração fiscal e da coleta de impostos, a aplicação e a gestão do sistema legal requeria advogados experientes e sagazes, e toda sorte de novas profissões seriam necessárias para dar vazão ao consumo dos produtos, especialmente britânicos e de suas colônias, que se passaria a consumir por aqui, de agora em diante.

Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto nos explicam que:

O Príncipe Regente D. João, primeiro em Salvador e, depois, no Rio de Janeiro, criou vários cursos superiores profissionais que formavam os quadros para o Estado: cursos militares, como os da Academia Militar e da Academia da Marinha, cursos de medicina e cirurgia e o de matemática que oferecia conhecimentos exigidos tanto pela engenharia militar quanto pela engenharia civil. Foram ainda criados outros cursos não militares com o fito de formar profissionais para a burocracia do Estado, como os de agronomia, química, desenho técnico e economia política.

Acrescentaram-se a esses cursos os destinados a formar profissionais produtores de bens simbólicos, como os de música, desenho, história e arquitetura.

(...)

Se incluirmos nessa relação as duas Academias de Direito – São Paulo e Olinda –, criadas em 1827, teremos o quadro do ensino superior brasileiro no período imperial. (PINTO e BUFFA, 2009, p. 45).

Outro registro importante destacado por estes autores é que “ao longo do século XIX, esses cursos e escolas sofreram transformações, outros foram criados, mas o fundamental é que o ensino superior brasileiro, desde sua criação até a primeira metade do século XX, foi estruturado em estabelecimentos isolados” (PINTO e BUFFA, 2009, p. 46). Como se observa, assim como foi tardia a adoção de um modelo universitário nos Estados Unidos, também foi tardia esta adoção no Brasil, muito embora as motivações, interesses e condições desses processos em ambos os países fossem diversos e pouco relacionados um com o outro.

É relevante destacar que em 6 de agosto de 1834, um “Ato Adicional” publicado pelo Império do Brasil passou a delegar às províncias do império a responsabilidade pela gestão da educação a nível primário e secundário, o que possibilitou o estabelecimento de escolas técnicas, agrárias, industriais e, muito especialmente, Escolas Normais para a

formação local de professores. Entende-se, no entanto, que a formação “normalista” era encarada no âmbito da educação secundária, como os cursos técnicos de hoje em dia, e não existia uma preparação professoral a nível superior. Os cursos superiores, no entanto, continuaram a ser normatizados no âmbito do governo central, no Rio de Janeiro, sendo necessária a acreditação da Secretaria de Estado dos Negócios do Império para a sua instalação e funcionamento.

Chegamos, ao cabo de quase 400 anos de história, finalmente ao período republicano. A Constituição de 1891 é a primeira a formalizar na Magna Carta aquilo que já ocorria desde 1834 quanto à divisão de tarefas relativas à gestão da educação, cabendo à União, sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, legislar sobre o ensino superior, enquanto aos estados ficava designada a administração dos ensinos primário e secundário. Nos primeiros anos do novo regime, ao menos três instituições ditas “universidades” foram criadas, embora, infelizmente, nenhuma delas subsistiu por longo tempo. Luiz Antônio Cunha as define como “universidades de vida curta” em sua obra “A Universidade Temporã”, primeira parte de uma trilogia sobre a história das instituições universitárias no Brasil. Em dois casos, novas universidades que as sucederam no espaço-tempo adotaram para si uma espécie de “espírito de continuidade legítima”, apregoando que tais novas instituições são “herdeiras legais”, ou mesmo “continuidades históricas” de suas antecessoras. O terceiro caso, veremos, trata-se de instituição que foi completamente varrida do mapa após sua dissolução, embora carregasse o mesmo nome de uma das instituições que citaremos mais apropriadamente a seguir.

A primeira dessas instituições foi a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que se orgulha de considerar-se como herdeira legítima de sua predecessora, a “Escola Universitária Livre de Manaós” (futura Universidade de Manaus). Criada nos áureos tempos do ciclo da borracha, que trouxe progresso e riquezas à região amazônica, foi inaugurada em 1909, tornando-se Universidade em 1913. Infelizmente, com o declínio da exploração de látex no norte do Brasil e a conseqüente debandada de recursos materiais e intelectuais, entre tantos outros empreendimentos, também a Universidade não subsistiu. Tendo suas atividades formalmente encerradas após 17 anos, em 1926, esta instituição se dissolveu em três faculdades distintas, das quais duas encontraram seu fim em meados da década de 1940. A Faculdade de Direito de Manaus, no entanto, escapou desta triste sorte, sendo federalizada em 1949. A atual UFAM somente seria inaugurada em 1965, mediante aprovação legal datada de 1962. A ela, inicialmente, seriam

incorporadas a Faculdade de Direito de Manaus e duas outras faculdades pertencentes ao Estado do Amazonas, motivo pelo qual seus curadores decidiram, logo em suas primeiras reuniões, agregar à história da UFAM aquela proveniente de sua predecessora, adotando como marco natal da nova instituição o ano de 1909, de maneira que a nova Universidade já nascia com nada menos do que 56 anos de idade. Tal decisão, a título de comparação, poderia ser encarada como se a UFSCar decidisse comemorar seu aniversário a partir de 1960, e não a partir de 1970, como de costume, unicamente porque se considera herdeira legítima da U. F. S. P., que, de fato, não chegou a ser completamente criada.

Outro caso emblemático é o da UFPR, a Universidade Federal do Paraná, que semelhantemente adota a data de fundação de uma instituição predecessora como sua. Fundada como Universidade do Paraná em 1912, a instituição logo foi contemplada com um expressivo apoio patrimonial e econômico estadual e se cingiu de um elevado número de escolas e faculdades constituintes para os padrões de sua época, além de um curso secundário preparatório e formação e adestramento militares oferecidos *in loco* aos estudantes. Porém, a instituição recém criada não conseguiu subsistir às mudanças impostas pela “Reforma Carlos Maximiliano”, que desconstruía a “Reforma Rivadávia Corrêa”⁴⁵, que lhe tinha proporcionado as condições necessárias para a sua criação. Diante da incapacidade de tornar equivalentes seus diplomas àqueles ofertados pelas escolas superiores federais (que, àquela altura, não eram, nenhuma delas, instituições universitárias), como requeria a nova lei, a Universidade fracionou-se em 1915 em três faculdades distintas, instaladas, no entanto, no mesmo prédio e presididas em conjunto por uma mesma diretoria. Hoje, a Universidade Federal do Paraná alega que as instituições provenientes da antiga Universidade do Paraná jamais deixaram de pleitear sua restauração universitária, o que somente ocorreu em 1946. Em 1950, a nova Universidade do Paraná foi federalizada, transformando-se na UFPR que se tem hoje.

O terceiro dos casos citados por Cunha como “universidades de vida curta” é o da Universidade de São Paulo. Não se trata da USP, criada em 1934, mas sim de uma “primeira” Universidade de São Paulo, criada em 1911 pelo médico positivista Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. Fundada como uma sociedade civil, a instituição contava

⁴⁵ A Reforma Rivadávia Corrêa, de forte inspiração positivista, promulgada em 1911, foi marcada por um processo de total desregulamentação e omissão do Estado quanto às questões educacionais. O ensino secundário não era mais considerado obrigatório, bastando aos candidatos ao ensino superior serem admitidos nos exames vestibulares das instituições as quais desejavam cursar. Passados três anos, em 1915 foi promulgada a “Reforma Carlos Maximiliano”, que restaurou a emissão de certificados de ensino médio como pré-requisito para acesso ao ensino superior e a equiparação dos estabelecimentos estaduais aos federais, entre outras medidas.

com um “sócio capitalista” e outros sócios profissionais liberais em diferentes áreas do conhecimento, tendo como objetivo, segundo Cunha, “oferecer ensino de todos os graus: primário, secundário, superior e ‘transcendental’” (CUNHA, 2007, pp. 180-181). A iniciativa “transcendental” pode ser declarada como uma primeira experiência de extensão universitária, formada por uma “Universidade Popular” aberta ao público, onde se lecionavam, em palestras e encontros, eventos acadêmicos com a finalidade de fomentar a divulgação científica e ampliar as discussões entre ciência e sociedade. Esta Universidade, baseada nos princípios de liberdade positivista, era crítica ao modelo de educação superior baseado na sapiência exclusiva dos doutores e na cátedra a que estes eram investidos. Apregoava-se que este modelo ultrapassado deveria ser renovado pela experimentação coletiva e pela liberdade de estudo e de ensino. No entanto, nem todas as faculdades dessa instituição foram bem sucedidas em agregar para si novos alunos, e os profissionais dentistas formados pela Universidade, justamente os do curso que, numericamente, mais foi capaz de formar estudantes naquela instituição, foram proibidos de exercer suas profissões no âmbito do Estado de São Paulo. Logo, os estudantes da faculdade de medicina desta Universidade viram que poderiam ter destino semelhante, especialmente após a criação da nova Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vinculada ao governo estadual. Sendo uma sociedade privada que funcionava mediante o pagamento de mensalidades dos estudantes, a Universidade de São Paulo não foi capaz de resistir financeiramente à debandada de alunos e à falta de interessados nos seus exames vestibulares seguintes, sendo dissolvida e encerrada em algum momento próximo ao final do ano de 1917.

A escolarização formal, como a educação de uma maneira geral, passava a ser vista menos como um privilégio de poucos, acessível somente às elites, e mais como uma necessidade ampla, conforme o Brasil evoluía sua economia, antes atrelada basicamente ao agronegócio e à produção de matéria prima, e conforme o país avançava rumo à urbanização e ao estabelecimento dos grandes centros. As camadas intelectuais do país passaram a defender que, para o real desenvolvimento nacional, era peremptório que se elaborasse um efetivo plano de educação nacional, que estivesse associado aos planos econômicos e políticos de maneira harmônica, pois somente dessa forma seria possível alcançar o progresso do país, especialmente após o *Crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, a derrocada da República Velha e a Revolução de 1930. Assim, a partir de 1932, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, observou-se um forte movimento de expansão e regulamentação da educação em todos os níveis, o

que causou conflitos entre os defensores de uma “nova escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita” e aqueles que defendiam o tradicionalismo da escola majoritariamente existente até então, católica, tradicionalista, elitizada, privada e basicamente ainda fundamentada nos princípios gerais do *Ratio Studiorum* jesuíta.

Logo após Getúlio Vargas criar, ainda em 1930, o primeiro ministério de educação do país, denominado como Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, aos 11 de abril de 1931 seria promulgado o Decreto-Lei N.º 19.851, que estabelecia um “Estatuto das Universidades Brasileiras”, parte de uma série de normativas que ficaram conhecidas como “Reforma Francisco Campos”⁴⁶. Este decreto instituiu um elevado número de regulamentos que reformavam as instituições de ensino superior existentes no país, dando ênfase para a criação de estabelecimentos universitários a partir de então, desde que organizados segundo as regras estabelecidas pelo governo federal, que deveria reger as instituições de educação superior públicas e inspecionar as privadas antes de prover-lhes “equiparação” às suas próprias. Muitas das determinações desses regulamentos ainda são visíveis na estrutura organizacional das universidades de hoje em dia.

Pouco tempo depois seria promulgada a Constituição de 1934, a terceira na história do país, em resposta à Revolução Constitucionalista de 1932. Esta Carta Magna, de vida tão curta, propunha a criação de um Plano Nacional de Educação, que viria a servir de embrião da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela também designava o governo federal como definidor das diretrizes que deveriam ser adotadas nacionalmente por todas as escolas e organizações de ensino. A Constituição de 1934, porém, logo seria substituída por uma nova, a de 1937, que não foi pródiga em fomentar a expansão do ensino regular no país, resultando ainda em uma educação de elite para os mais ricos, e em uma educação para o trabalho para aqueles mais pobres. Ainda assim, foi durante a ditadura do Estado Novo e o governo despótico de Getúlio Vargas que ocorreu a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, também chamadas de “Reforma Capanema”, que reorganizaram o ensino secundário e viabilizaram a criação

⁴⁶ A Reforma Francisco Campos regulamentaria os ensinos médio e superior, bem como o ensino profissionalizante de segundo grau, contudo, deixava de contemplar a formação de professores (Escolas Normais) e nada dizia a respeito da educação mais básica e elementar, formada pelo ensino fundamental ou primário. Foram os seguintes os Decretos-Leis promulgados a fim de substanciar a Reforma Francisco Campos: 19.850, de 11 de abril de 1931 (criava o Conselho Nacional de Educação); 19.851, de 11 de abril de 1931 (instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras); 19.852, de 11 de abril de 1931 (criava a Universidade do Rio de Janeiro); 19.890, de 18 de abril de 1931 (reestruturação do Ensino Médio Secundário); 20.158, de 30 de junho de 1931 (organização do Ensino Profissionalizante ou Comercial); e 21.241, de 14 de abril de 1932 (revisão das normas sobre o Ensino Secundário).

da instrução profissional oferecida pelo SENAI e pelo SENAC (os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial, respectivamente), núcleos primeiros daquilo que se convencionou chamar hoje como “Sistema S” (em associação ao SESI, ao SESC e a várias outras organizações congêneres), com a consequente reorganização, também, da educação profissional de nível médio.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, uma nova Constituição seria promulgada em 1946. Adotando muitos dos princípios da Constituição de 1934, esta abriria definitivamente as portas para o desenvolvimento da LDB, cujo projeto de lei começaria a tramitar em 1948, demorando-se treze anos em sua fase de discussões e deliberações. Quando finalmente aprovada, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal N.º 4.024/61) já era, sob muitos aspectos, um documento atrasado e desatualizado, mas foi, provavelmente, a primeira iniciativa realmente efetiva e pujante de regulamentação geral para organização e sistematização das políticas nacionais de educação e dos sistemas escolares, que desde os anos 1920 já eram apontados como necessários, por diferentes camadas da sociedade, para o desenvolvimento do país.

Perguntará o(a) leitor(a) mais atento(a): afinal, foram citadas até aqui constituições e normativas, estabelecidas legislações e outros elementos históricos..., mas nenhuma universidade foi criada antes do advento da LDB de 1961? De fato, nota-se que até o início dos anos 1960, entendia-se a educação superior como necessária para a formação profissional de técnicos capacitados para o desenvolvimento nacional, mas não se antevia como necessárias as características usuais de uma universidade, formada pela universalidade das ciências e pela integração de diferentes áreas do conhecimento para a solução conjunta dos problemas técnicos, sociais e políticos da nação, por meio da pesquisa. É por isso que as primeiras instituições universitárias foram, inicialmente, formadas a partir de uma coleção de organismos isolados já existentes previamente que, a partir do advento da nova universidade que comporiam, passaram a ser vistos como instituições independentes sob a administração comum de uma reitoria e de um conselho universitário que os regulasse, mas não necessariamente os integrasse. Para ilustrar tal afirmação, acrescentamos como Anexo 2 a este trabalho uma relação das Universidades Públicas Brasileiras conforme extraída do Sistema E-MEC, do Ministério da Educação, onde se pode observar mais precisamente a data de criação de cada uma dessas

instituições⁴⁷. Dois dos casos mais relevantes quanto a criação de universidades a partir de uma união de instituições acadêmicas preexistentes são exatamente os das duas primeiras universidades elencadas no referido Anexo⁴⁸: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, criada em 1920, inicialmente como “Universidade do Rio de Janeiro” e, mais adiante, rebatizada como “Universidade do Brasil”), e a Universidade de São Paulo (USP, criada em 1934). A esses casos, muitos outros se juntariam, não sendo a praxe a criação de uma universidade “do zero”, como ocorreria, mais adiante, com a UFSCar, mas sim a exceção.

É este o cenário que encontramos instalado quando, em 1960, Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz propuseram a criação da Universidade Federal de São Paulo (U. F. S. P.). Trata-se de um momento de efervescência política e social, onde significativo número de acontecimentos estavam prestes a se desenrolar. Aos ditames da primeira LDB de 1961, uma série de revisões normativas produziriam fenômenos que replicariam, no âmbito da educação, essa efervescência política, econômica e social pelo qual o país passava. Uma vez terminado o governo de Juscelino Kubitschek, e logo

⁴⁷ A presente relação contém uma lista completa indexada pela data do documento que deu origem a cada instituição universitária, em um total, até a presente data, de 114 Universidades Públicas, divididas entre o poder público federal (68 instituições), os estaduais (41 instituições), e alguns poucos municipais (5 instituições). A presente lista desconsidera as 91 instituições universitárias privadas existentes no país, divididas, até o presente momento, em 69 instituições sem fins lucrativos e 22 instituições com fins lucrativos, além de duas instituições descredenciadas que, por conta disso, não se encontram mais em operação.

⁴⁸ Existe ainda hoje um gigantesco debate quando se pretende definir “qual foi a primeira Universidade do Brasil”. Como vimos, UFAM e UFPR pleiteiam esse título por se considerarem herdeiras de universidades que, na prática, deixaram de existir antes de sua (re)criação. Uma outra enorme gama de instituições defende, como sua data fundacional, aquela de criação da faculdade, escola ou instituto acadêmico mais antigo incorporado à instituição quando de sua elevação a Universidade. Outras instituições, em sua maioria aquelas criadas como instituições estaduais ou privadas, tendem a utilizar a data de sua primeira instalação como data inicial da Universidade, antes de sua federalização, o mesmo ocorrendo com algumas poucas instituições privadas que depois passaram a ser estaduais. De fato, não é possível precisar com toda certeza uma “ordem de precedência” entre as instituições públicas de educação superior no Brasil, e especialmente entre as instituições universitárias, embora seja possível tabular algumas das datas importantes dessas instituições, se assim se desejasse. Quaisquer critérios de classificação, no entanto, seriam possíveis, não sendo nenhum melhor do que o outro. No âmbito do presente trabalho, demos o melhor dentre o possível para catalogar e contra-chequear os dados provenientes do Sistema E-MEC, contudo, sabemos que os dados não são de todo precisos, devido à própria introdução que o sistema apresenta para si, ao afirmar que “as informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação”. Considerando que não há uma padronização quanto às precisas datas que constituem a fundação de cada Universidade, certamente as informações constantes do Sistema E-MEC também são, elas mesmas, as mais variadas, e por maiores que tenham sido os esforços de correção e consolidação desses dados, devido ao tempo e às características desta pesquisa, não fomos capazes de apurar tais informações mais detida e adequadamente, podendo existir lacunas e inconsistências as mais variadas no material de pesquisa aqui publicado.

depois, com a renúncia de Jânio Quadros e a ojeriza das camadas dominantes a João Goulart, uma verdadeira panela de pressão encontrava-se prestes a explodir, o que ocorreria a partir do dia 1º de abril de 1964, em um “dia da mentira” que, infelizmente, se provou verdade por vinte e um longos anos. Atendendo aos interesses econômicos dos Estados Unidos, de quem nos tornamos então, ainda mais, periferia econômica e colônia política e cultural, logo veríamos uma Reforma Universitária, promulgada em 1968, produzida com base em argumentos e justificativas que respaldariam os interesses estrangeiros sobre o país, empenhados por membros componentes do novo regime. Foi assim quando o governo militar “aceitou” a ajuda oferecida pela *United States Agency for International Development (USAID)* para auxiliar o Ministério da Educação em um projeto de reforma global da educação brasileira, no que ficou conhecido como “Acordos MEC-USAID”, empenhados entre 1964 e 1968, buscando mover a formação estudantil para um tecnicismo subserviente aos interesses estrangeiros. Foi assim quando o regime delegou ao general são-carlense Carlos de Meira Mattos a elaboração de relatório que tivesse como tarefa a solução da “questão estudantil”, tendo recebido como resposta, entre outras, a proposição da cobrança do ensino superior e a reorganização do ensino aos moldes estadunidenses. Foi assim quando Rudolph Atcon elaborou parecer em que se defendia uma educação empresarial, baseada em rendimento e eficiência, em detrimento a uma formação social, humana e política dos indivíduos em consonância com a promoção do desenvolvimento também para o trabalho.

Deste mesmo cenário histórico, ao menos 35 das 114 instituições universitárias públicas nacionais podem dizer-se também herdeiras, mas poucas (talvez exceto pela UnB, que serviu de modelo a este processo) provavelmente sejam tão filhas dos acontecimentos dos anos 1960, e de tudo o que ali se sucedeu, quanto a Universidade Federal de São Paulo, que deveria, segundo seus idealizadores, ser instalada em São Carlos.

2.2 – Onde tudo começou...

Em 1960, o Estado de São Paulo ainda não tinha uma universidade federal para chamar de sua. Para alguns, a existência da Universidade de São Paulo (USP) era tida como territorialmente suficiente, uma vez que demandas adicionais poderiam ser supridas pela criação de escolas superiores isoladas, enquanto outros pensavam que iniciativas diversas não se faziam necessárias para se evitar competição, pregando a expansão da

USP ao invés da criação de novas estruturas universitárias no mesmo Estado. Por outro lado, a questão dos excedentes do vestibular e o fato de que São Paulo já se constituía como a maior unidade da federação em número populacional sempre eram argumentos presentes nos discursos daqueles que requisitavam maiores investimentos federais na educação superior paulista.

Enquanto se debatiam entre os círculos de poder, a imprensa e a opinião pública de então quais encaminhamentos deveriam ser dados na busca de soluções para tais questões, um insólito acontecimento saltou aos olhos dos possivelmente mais atentos observadores do Diário Oficial da União em sua edição de 13 de dezembro de 1960. Composto os artigos 11, 12 e 13 da Lei Federal N.º 3.835, que, segundo sua ementa, “[Federalizava] a Universidade da Paraíba e [dava] outras providências”, havia algo que não se encaixava com o restante do texto que então era sancionado. Entre determinações exclusivas quanto à composição e organização da agora Universidade Federal da Paraíba, esses três artigos “intrusos” em um texto sobre um tema absolutamente diverso, assim versavam sobre outra instituição que, por meio daquela mesma lei, também estava sendo criada:

Art. 11. Fica criada a Universidade Federal de São Paulo (U. F. S. P.) com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 12. A universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior.

- a) Escola Paulista de Medicina (Lei N.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956);
- b) Escola de Engenharia de São Carlos (Decreto N.º 41.797, de 8 de julho de 1957);
- c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (Decreto número 45.776, de 13 de abril de 1959);
- d) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (Decreto número 41.557, de 22 de maio de 1957);
- e) Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André (Decreto N.º 42.706, de 29 de novembro de 1957).

Parágrafo único. São transformados em estabelecimentos federais de ensino superior os estabelecimentos referidos nas letras b e e deste artigo, sem ônus para a União e mediante a incorporação ao patrimônio desta dos bens imóveis em que funcionam as escolas, de propriedade do Governo do Estado de São Paulo e da municipalidade de Santo André, Estado de São Paulo, bem como suas atuais instalações.

Art. 13. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta lei, o Poder Executivo, enviará ao Congresso Nacional mensagem nos termos constitucionais, para atender ao disposto nos artigos anteriores. (BRASIL, 1960).

A Lei Federal N.º 3.835 de 1960 parecia surgir em um momento propício quanto à expansão das atividades educacionais mantidas pela União. Contudo, os artigos enxertados na referida lei aparentemente não faziam qualquer sentido quando considerados o local em que se escolheu inseri-los e a maneira como isso foi feito, “em boa hora”, como afirmaria Sguissardi (1993, p. 12), agregados em legislação alheia, por mais associada que seja em seu tema geral. Conforme determinava a legislação vigente já àquela época, a criação de uma nova instituição universitária federal deveria ser proposta por meio de um Projeto de Lei, a tramitar pelo Congresso Nacional para posterior sanção presidencial. O rito de criar uma nova Universidade por força de lei, portanto, faria sentido se fosse apreciado isoladamente, em lei especificamente elaborada para tal finalidade, exatamente como se fazia no proposto procedimento de federalização da atual UFPB. Contudo, pegando carona na legislação dedicada à assimilação, pela União, da academia existente na Paraíba, fez-se necessário trazer ao artigo 13 da norma uma justificativa de que tal encaminhamento seria temporário ou precário, indicando-se para breve o envio de outro projeto de lei, este sim apto à finalidade que se almejava, isto é, à instalação efetiva da U. F. S. P., a fim de se ratificar esta determinação anterior. Em outras palavras, uma lei complementar seria necessária posteriormente para formalizar, em rito próprio e correto, o apressamento que se deu ao enxertarem-se os artigos 11, 12 e 13 na Lei N.º 3.835, significando tal ação, desde sua gênese, que o encaminhamento dado ao caso tinha um propósito e uma demanda bastante específicos no espaço-tempo, algo que não poderia esperar os trâmites corretos para a proposição de uma lei própria e específica para a criação da U. F. S. P., encaminhada de forma menos apressada e, talvez, mais negociada entre todos os atores envolvidos, ou, talvez, poderia se perder o seu propósito e a sua viabilidade para sempre.

Para que seja possível entender mais adequadamente os acontecimentos que se darão no decorrer dos próximos oito anos, parece-nos ser importante destacar um pouco mais a característica alienígena destes artigos 11 a 13 da lei que federalizava a Universidade da Paraíba. O Diário do Congresso Nacional (DCN) do dia 29 de junho de 1960, em sua página 4298⁴⁹, apresentava o Projeto de Lei N.º 2.007 de 1960, que lhe havia sido encaminhado pelo Poder Executivo em 21 de junho daquele mesmo ano, acompanhado da exposição de motivos em que o Ministro Interino da Educação e Cultura à época, o Professor José Pedro Ferreira da Costa, tecia comentários favoráveis à

⁴⁹ Vide <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29JUN1960.pdf#page=18>.

federalização da academia paraibana. No texto ali publicado não havia nenhuma menção a qualquer outra iniciativa que não a de federalização da universidade existente naquele estado nordestino. O “Dossiê” do processo de tramitação do proposto PL 2007/1960 confirma-nos isso, quando nos mostra mais detalhes sobre a tramitação do novo texto legislativo. Pelo documento digitalizado dos arquivos da Câmara dos Deputados, em sua página 94⁵⁰, verifica-se a ocorrência de uma reunião da Comissão de Educação e Cultura (CEC) daquela Casa de Leis, realizada em 6 de julho de 1960, onde o relator designado pela Comissão, o Deputado Federal Lenoir Vargas⁵¹, tecia belos comentários quanto à viabilidade técnica, normativa e “cultural” de se acolher a proposta do Executivo (diga-se, do MEC) de federalizar a Universidade da Paraíba, instituída poucos anos antes. Entre as suas palavras, escritas em um português há muito esquecido, que comove qualquer leitor moderno da dilapidada língua pátria, passados, no entanto, apenas sessenta anos desde a sua redação, constava o registro de duas propostas de emendas à norma em tramitação, encaminhadas pelos deputados Celso Brant⁵² e José Humberto, propostas essas que estavam plenamente relacionadas à Universidade da Paraíba e que não apresentavam qualquer destaque especial ao tema geral da lei então em trâmite.

Aos 20 de julho, em nome da CEC, o Deputado Lauro Monteiro da Cruz solicitava esclarecimentos ao MEC, por meio da Mesa Diretora da Câmara, conforme registram os termos constantes da página 108 do Dossiê do PL 2007/1960. Ainda não se tratava de nenhum esclarecimento sobre tema alheio à Universidade da Paraíba, mas demonstrava-se já alguma preocupação com uma compreensão mais efetiva quanto ao modo como a nova universidade, a ser mantida pela União, deveria ser organizada e gerida. A seguir, passados quase dois meses desde a chegada do projeto original do Executivo à Câmara, aos 25 de agosto de 1960, finalmente se tem em tela a primeira aparição textual de uma Universidade Federal de São Paulo. Em um documento esparso, arquivado erroneamente e, portanto, digitalizado fora de ordem, obtém-se o resultado-síntese dos debates empreendidos no âmbito da CEC naquele dia, em que se discutiram as emendas a serem

⁵⁰ Vide https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205296&filename=Dossie+-PL+2007/1960.

⁵¹ Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD) desde 1959, eleito por Santa Catarina, foi membro da Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, conforme se lê na biografia disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/131294/biografia>.

⁵² Deputado Federal pelo Partido Republicano (PR) desde 1959, eleito por Minas Gerais, viria a ser, em 1961, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para estudar o “problema universitário no Brasil”, conforme se lê na biografia disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/130737/biografia>.

efetivamente incluídas no projeto de lei que seria, então, encaminhado para apreciação do Plenário da Câmara, para subsequente votação. A página 1 daquele documento aparece como sendo a página 109 do arquivo digitalizado, enquanto a página 2 encontra-se “perdida” como sendo a página 97 do mesmo arquivo em PDF, retomando-se o documento, em sua página 3, na página 110 do arquivo digitalizado do Dossiê. Organizando-se as páginas na ordem de sua emissão a fim de dar ao documento sua correta organização, têm-se as seguintes palavras, seguidas do subsequente e curioso encerramento rápido e brusco do documento:

(...)
(PÁGINA 97 DO PDF)

(...)
{VIII}

Acrescente-se os seguintes artigos e parágrafos:

Art. - Fica criada a Universidade Federal de São Paulo (U. F. S. P.), com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único - A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativo e disciplinar, na forma da Lei.
(PÁGINA 110 DO PDF)

Art. - A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Escola Paulista de Medicina (Lei 2.712, de 21 de janeiro de 1956);
- b) Escola de Engenharia de São Carlos, ~~área rabiscada~~ (Decreto 41.797, de 8 de julho de 1957);
- c) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (Decreto 45.776, de 13 de abril de 1959);
- d) Faculdade de Farmácias e Odontologia de Araçatuba (Decreto 41.557, de 22 de maio de 1957);
- e) Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André (Decreto 42.706, de 29 de novembro de 1957);

§ - São transformados em estabelecimentos federais de ensino superior os estabelecimentos referidos nas letras b a e deste artigo, sem ônus para a União, e mediante a incorporação ao patrimônio desta dos bens imóveis em que funcionam as escolas, de propriedade do Governo do Estado de São Paulo e da Municipalidade de Santo André, Estado de São Paulo, bem como suas atuais instalações.

Art. - Dentro de 60 dias, a partir da data de publicação desta lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional Mensagem nos termos constitucionais, para atender ao disposto nos artigos (constantes desta emenda).

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 1960

ARNO ARNT
Presidente em Exercício

LENOIR VARGAS
Relator, vencido quanto às emendas II e VIII.
(BRASIL, 1960).

Observa-se, portanto, que o Deputado Lenoir Vargas, relator indicado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara, não só se viu contrariado quanto à inclusão do item de número oito às discussões da peça normativa, item este que incluía, como emenda, a criação de outra universidade (a U. F. S. P.), além da federalização da futura UFPB, conforme determinava o texto original que deliberavam, como fez então questão de registrar, na sua condição de relator, sua contrariedade com o encaminhamento proposto pelo conjunto dos presentes ao fazer constar, próximo à sua assinatura, textualmente o seu desagravo, antes que o documento fosse entregue para apreciação do Plenário. A página seguinte do “Dossiê” (página 111) assim registra, em inteiro teor, a síntese dos trabalhos da reunião daquele dia:

CÂMARA DOS DEPUTADOS
 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em sua 8a. reunião ordinária, realizada em 25 de agosto de 1960, presentes os Srs. Arno Arnt, Lauro Cruz, Norberto Schmidt, Badaró Junior, Manuel de Almeida, Dirceu Cardoso, Lenoir Vargas, Celso Brant, Antônio Carlos e Waldemar Pessoa, resolveu:

- aprovar o Projeto 2007/60, de acordo com o parecer do relator e com restrições dos Srs. Lauro Cruz e Dirceu Cardoso e adotar as emendas abaixo, oferecidas nesta Comissão:

- EMENDA I - com restrições do Sr. Lauro Cruz;
- EMENDA II - contra o parecer do relator e do Sr. Celso Brant e restrições dos Srs. Lauro Cruz, Waldemar Pessoa, Arno Arnt e Dirceu Cardoso;
- EMENDAS III - IV, V, VI e VII - por unanimidade;
- EMENDA VIII - contra o parecer do relator.

Sala da Comissão em 25 de agosto de 1960

ARNO ARNT
 Presidente em Exercício

LENOIR VARGAS
 Relator, vencido quanto às emendas II e VIII.
 (BRASIL, 1960).

Mais uma vez, o Deputado Lenoir Vargas enfatizava seu desacordo com a inclusão da proposta de emenda de número oito da pauta, mas infelizmente não há registros, no Dossiê, quanto aos motivos precisos que o levaram a tal decisão. Apenas três declarações de voto constam do documento, nas suas páginas subsequentes. A primeira, do Deputado Lauro Monteiro da Cruz, diz que este votava “com restrições o Projeto 2007/60 e as emendas I e II, em virtude dos mesmos não atenderem integralmente às exigências da Lei 1.254, de 4 de dezembro de 1950” (BRASIL, 1960, p. 112), enquanto que uma segunda, do Deputado Dirceu Cardoso, afirmava que votava “com restrições o

Projeto 2007/60, em virtude da forma por que se procedeu ao colhêr o pronunciamento da Comissão de Educação e Cultura” (BRASIL, 1960, p. 113). A terceira declaração, assinada pelos Deputados Arno Arnt, Dirceu Cardoso e Waldemar Pessoa indicava que as restrições que tinham à aprovação da emenda de número dois eram congêneres àquela apresentada pelo Deputado Lauro Cruz em sua exposição acima citada.

Embora, infelizmente, a documentação integral do processo de tramitação do PL 2007/1960 não se encontre disponível, bem como já não estejam mais entre nós nenhum dos deputados que participaram da presente reunião da CEC para dela se lembrarem, é possível perceber que a inclusão do texto que viria a se constituir como os artigos de 11 a 13 da Lei N.º 3.835/60 não foi tão amistosa na Comissão de Educação e Cultura da Câmara como o foi nas demais comissões daquela Casa por onde tramitou, ou mesmo no Senado Federal, onde foi brevemente avaliada e rapidamente aprovada sem ressalvas, tendo sido logo devolvida ao Executivo para sanção e publicação, o que viria a ocorrer em 13 de dezembro. Os anais da Casa de Leis infelizmente não trazem ao presente a íntegra de todos os acontecimentos, não sendo possível precisar adequadamente como, de que forma ou de que maneira se deram as discussões quanto ao enxerto da emenda número oito no texto original do PL 2007/1960, as opiniões e debates ocorridos entre os membros da Comissão e o *lobby* necessário para que o Deputado Lauro Cruz conseguisse convencer quase a totalidade de seus pares quanto à viabilidade e razoabilidade de levar adiante proposta tão diversa do texto da norma que se desejava então aprovar.

De fato, a ata oficial da reunião da CEC de 25 de agosto, publicada no Diário do Congresso Nacional (DCN) apenas em 11 de outubro de 1960⁵³, é extremamente superficial quanto às discussões e debates que ali se deram, não havendo nela esclarecimentos mais precisos do que aqueles já fornecidos na síntese do parecer da comissão, conforme citamos na página anterior. Esclarece-se, pelo texto do DCN, que o projeto de federalização da Universidade da Paraíba foi votado e aprovado por unanimidade, mas com restrições, pelos presentes. As restrições são as mesmas já citadas no âmbito do documento síntese acima descrito. Depois, votaram-se, como destaques, as emendas ao texto, explicando-se cada voto em contrário, conforme a necessidade⁵⁴. Ao

⁵³ Vide as páginas 7 e 8 do arquivo digitalizado disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11OUT1960.pdf>, que se referem às páginas 7123 e 7124 do Diário do Congresso Nacional, ano XV, número 168, edição de 10 de outubro de 1960.

⁵⁴ É interessante aqui registrar que o Deputado Lauro Monteiro da Cruz reconheceu que uma das faculdades a serem integralizadas no bojo da Universidade da Paraíba, a Escola de Serviço Social da Paraíba, tinha manifestado o seu desejo de não se juntar à nova instituição educacional que se federalizava, não sendo ela

discorrerem sobre a emenda de número 6 dentre aquelas apresentadas pelo Deputado Lauro Cruz (que se constituía como a emenda de número 8, no cômputo geral de todas as emendas apresentadas ao projeto), este foi o resultado das deliberações:

Encaminhadas à apreciação do relator [o Deputado Lenoir Vargas], Sua Excelência emitiu parecer verbal favorável às cinco primeiras e contrário à última. Submetidas a votos, foram tôdas aprovadas. O relator foi vencido quanto à última emenda. (BRASIL, 1960).

Valdemar Sguissardi, nas páginas 77 e 78 de *Universidade, Fundação e Autoritarismo*, relata os mesmos acontecimentos afirmando ainda que a criação da UFSCar “teve algo em comum com o nascimento e a estruturação da Universidade de Brasília” (SGUISSARDI, 1993, p. 77). Isso porque, na mesma reunião de 25 de agosto, o Professor Darcy Ribeiro teve acento, convidado a discorrer sobre o projeto de lei de criação da UnB. Por curiosidade, e para que possamos compreender as possíveis similitudes entre o projeto que se construía para a UnB e aquele que se estimava para a U. F. S. P., é importante verificarmos o que diz o trecho de abertura da ata daquela reunião da CEC, conforme publicada no DCN:

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA [DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA], REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1960

Às quinze horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e sessenta, presentes os Srs. Arno Arnt, Lauro Cruz, Norberto Schmidt, Badaró Júnior, Manoel de Almeida, Dirceu Cardoso, Lenoir Vargas, Celso Brant e Antônio Carlos, reuniu-se a Comissão de Educação e Cultura, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça para assistir à explanação do Prof. Darcy Ribeiro a respeito da Fundação Universidade de Brasília, de que trata o Projeto N.º 1.861-60. Estiveram também, presentes à reunião o Sr. Oliveira Brito, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e demais membros daquele órgão. O Sr. Arno Arnt, no exercício da presidência, após participar aos presentes o motivo da reunião, concedeu a palavra ao Prof. Darcy Ribeiro, a fim de que Sua Senhoria iniciasse a sua exposição. Dentre outras coisas, o orador declarou que: 1º) a idéia da Fundação da Universidade de Brasília, nasceu da necessidade de dotar a Capital do país, de um assessoramento cultural à altura da sua importância; 2º) o trabalho de elaboração do projeto foi realizado durante dois anos por um número superior à 30 professores; 3º) já em 1964, a Universidade poderia admitir 2.000 alunos, número que cresceria a 10.000 num programa de expansão até 1970. A seguir, o visitante reportou-se à estrutura da Fundação, valendo-se de um quadro mimeografado, previamente distribuído aos presentes, o qual vai transcrito ao

mesma também federalizada nem integralizada na Universidade que se reformava, motivo pelo qual o deputado solicitou a exclusão da emenda que incluía esta escola superior no bojo da nova universidade federal. Essa informação é relevante uma vez que ali o deputado manifestava sua concordância com o desejo expresso por aquela instituição, enquanto, logo na sequência, imporia, na emenda por ele apresentada, várias instituições paulistas no bojo da nova U. F. S. P., sem as haver consultado previamente. Esta simples procedência foi um dos algozes que fizeram com que a instalação da U. F. S. P., futura UFSCar, demorasse anos para ser concretizada.

pé desta ata. Terminada a sua exposição, o Prof. Darcy Ribeiro foi argüido pelos Srs. Lauro Cruz, Celso Brant, Pedro Aleixo, Salvador Losacco e Dirceu Cardoso. às dezessete horas e quinze minutos, encerrada a primeira parte da reunião, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos, reiniciando-os às dezessete horas e trinta minutos, na sala desta Comissão, com a presença dos Srs. Arno Arnt, Lauro Cruz, Norberto Schmidt, Badaró Júnior, Manoel de Almeida, Dirceu Cardoso e Waldemar Pessoa. ORDEM DO DIA - Foram examinadas as seguintes proposições: PROJETO N.º 1.861-60 que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília - Aprovado por unanimidade o parecer do relator, Sr. Lauro Cruz, favorável ao projeto e às emendas adotadas pela Comissão de Constituição e Justiça. - PROJETO N.º 2.007-60 que federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências (...). (BRASIL, 1960).

Com o fito de melhor podermos compreender as motivações de Lauro Monteiro da Cruz por trás de sua tempestuosa atitude que marcou o estabelecimento inicial da UFSCar, precisamos conhecer mais adequadamente quem são os personagens que foram protagonistas dessa história. Lauro Monteiro da Cruz, de certo, não era o interessado final no tema, mas fez valer a vontade de um grande aliado seu, o também Deputado Federal Ernesto Pereira Lopes. Nos tópicos a seguir, seremos capazes de compreender um pouco melhor quem são estes deputados, quais eram as suas relações e, acima de tudo, tentar desvelar os interesses que tinham por trás da ideia empenhada de criarem, no Estado de São Paulo, a sua primeira Universidade Federal.

2.2.1 – Ernesto Pereira Lopes

O homem que viria a ser conhecido como médico, empresário industrial e político – “um homem, três dimensões”, como diria o título de sua “pseudo-auto-biografia”⁵⁵ –, nasceu em São Paulo, capital, aos 29 de março de 1905, filho do imigrante português Francisco Pereira Lopes e de Clélia Pereira Lopes, filha de italianos. Formou-se em medicina em 1929 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Faculdade

⁵⁵ Em 1994, pouco depois de seu falecimento, foi publicada uma biografia de Pereira Lopes intitulada “*Ernesto Pereira Lopes: Um Homem, Três Dimensões*”, impressa em edições em capa dura e em brochura por uma editora denominada “Editora JMJ Ltda.”, de São Paulo, com edição de Célia Valente e de Fabio Humbert e prefácio de Lourival Kiçula. A obra é escrita em primeira pessoa, como se Ernesto Pereira Lopes narrasse suas memórias de sua própria consciência, conforme bem descreve a nota dos editores que acompanha o volume, afirmando que “embora esteja apresentado sob a forma de autobiografia, com Ernesto Pereira Lopes evocando a história de sua vida, nem tudo o que está registrado neste livro foi dito diretamente por ele” (VALENTE; HUMBERG, 1994). Procurando compreender mais apropriadamente em que condições se deu a escrita deste livro, foi possível compor uma verdadeira “genealogia” de pessoas e empresas que, de uma maneira ou de outra, estiveram associadas à vida de Pereira Lopes. Por curiosidade e porque acreditamos que o(a) leitor(a) poderia se interessar por este tema, considerando-se o fato de que Ernesto Pereira Lopes foi o “pai” da ideia original de criação da UFSCar, resolvemos descrever esta “genealogia” proposta na forma do Anexo 5 a esta obra, a seguir.

de Medicina da USP, onde também conheceu sua esposa, Aracy Leite Pereira Lopes, uma das duas únicas estudantes mulheres de sua turma, formada por 48 rapazes, segundo sua biografia⁵⁶. No terceiro ano do curso, Ernesto Pereira Lopes exigiu que sua *fiancée* se desligasse da graduação, afirmando à namorada que “ou você vai embora da faculdade para a sua casa e espera que eu me forme para nos casarmos ou terminamos o namoro” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 22). Dona Aracy, como viria a ser conhecida pelos populares são-carlenses, “largou o curso”, para a tristeza de seu pai, o farmacêutico Francisco Alves Leite. Afirmaria Pereira Lopes, logo depois: “Que pecado cometi!” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 22). O casal casou-se logo após a formatura do jovem médico de apenas 24 anos de idade, mudando-se para a cidade de São Carlos, “a conselho de Antônio Militão de Lima”, amigo da família (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 22).

Ao mudar-se para o interior, Ernesto Pereira Lopes enfrentou uma vida laboral de grande demanda, a ponto de clinicar por períodos longos e sem os cuidados devidos para com a própria saúde. Passados dez anos em São Carlos, a pedido de seu pai, o jovem médico resolveu retornar à São Paulo, na esperança de poder encontrar uma vida mais pacata, graças à grande variedade de médicos disponíveis na capital do Estado. No entanto, sua biografia afirma que elevado número de pacientes são-carlenses, ao visitar a capital, passava em seu consultório para uma avaliação com seu médico de confiança. Além disso, outro significativo contingente de pacientes, residentes paulistanos com parentes na região central do Estado, eram por estes aconselhados a procurá-lo, dada a qualidade de seu atendimento, de modo que não houve, mesmo na cidade grande, a paz e a tranquilidade esperadas pelo jovem médico. Pereira Lopes afirmava com orgulho ter trazido para o interior inovações tecnológicas e práticas em medicina, como o suporte clínico e administrativo de enfermeiras (que também eram responsáveis pelo recolhimento dos valores das consultas àqueles pacientes que pudessem pagar, autorizando o atendimento gratuito aos mais pobres) e a instalação de um equipamento de Raios X, até então inexistente na cidade. Tais recursos, posteriormente, foram transferidos para o consultório do amigo Dr. Romeu Santini, outro médico radicado em São Carlos, quando do retorno do Dr. Ernesto para a cidade em que nasceu.

⁵⁶ A biografia de Dona Aracy publicada no *website* da Prefeitura Municipal de São Carlos no verbete sobre o Centro Municipal de Educação Infantil que leva seu nome afirma que havia três moças na turma, ao invés de duas. O texto também indica que ela nasceu em Franca, enquanto em *Um Homem, Três Dimensões* é dito que ela nasceu em Patrocínio Paulista. Vide <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/educacao/157319-cemei-aracy-leite-pereira-lobes.html>.

Conta o médico que, ainda em São Carlos, alistou-se às fileiras paulistas daqueles que lutaram durante a Revolução Constitucionalista de 1932, tornando-se primeiro tenente de infantaria. Promulgada a Constituição de 1934, elegeu-se vereador em São Carlos em 1935, pelo Partido Democrático, atuando como presidente da Câmara por algum tempo. “Com o advento do Estado Novo”, dizia, “afastei-me” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 36). Em 1947, no entanto, já em São Paulo, foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), dividindo seu tempo “apertado” “correndo, do consultório para a Assembleia, da Assembleia para o escritório. E ainda ia ver doentes em casa” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 38).

Um trecho relevante de sua biografia, responsável por, aparentemente, explicar os interesses de Pereira Lopes em lidar com tantas atividades concomitantemente, demonstra o espírito que o movia nesse propósito:

Fui médico, empresário, político. Durante um bom período de minha vida, exerci essas três atividades ao mesmo tempo. Embora parecessem completamente estranhas, tinham, na origem, algo em comum. Era a profunda necessidade que eu sentia de prestar algum tipo de ajuda aos mais desprovidos. Eu não tinha atração pela medicina propriamente dita, mas pelo conhecimento do Homem que ela me proporcionaria. Sempre fui muito católico e como médico teria condições de oferecer algum tipo de conforto aos meus semelhantes. Aos poucos, fui percebendo que era uma atividade muito particular. (...)

As doenças poderiam ser vistas como problemas passageiros. A miséria, o desemprego, a fome me preocupavam mais.

Achei que me tornaria mais útil na atividade empresarial: criar empregos poderia ser uma saída para proporcionar bem-estar a um maior número de pessoas. Ao invés de tratar o doente sem cobrar a consulta, entendi que era preferível evitar que houvesse doenças causadas pela degradação humana. (...) Logo entendi, porém, que essa questão só se resolveria com uma participação mais abrangente, porque nosso alcance era – naturalmente – limitado. Por isso, voltei-me para a política. Assim tinha a oportunidade de melhor contribuir para a sociedade. Intervenções governamentais têm o imenso poder de beneficiar a vida de milhares e milhares de brasileiros de uma só vez. Para mim, a melhor definição de política é a de Aristóteles: ele dizia que é a arte, a ciência e a virtude de promover o bem comum. Não de ganhar dinheiro. Pelo menos antigamente, era o melhor caminho para ficar pobre. (VALENTE; HUMBERG, 1994, pp. 29-30).

Ernesto Pereira Lopes certamente não ficou pobre em sua atuação política. Logo, daria continuidade às três “carreiras” que escolheu para si, investindo, junto aos seus irmãos José e Octávio e ao cunhado Oswaldo Britto, nos negócios fabris propostos por seu irmão mais novo, Mário Pereira Lopes, utilizando-se, para isso, dos recursos que lhes foram legados como herança pelo seu agora falecido pai, somados aos conhecimentos de engenharia de Mário, formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), em

São Paulo. Nasciam assim as Indústrias Pereira Lopes S. A. (IPL), que surgiram produzindo pequenos motores, rádios simples e outras diminutas peças, partindo para a produção de fogões elétricos e a gás ainda bastante rudimentares, até que, em 1945, as operações das oficinas que mantinham foram consolidadas, necessitando-se de mais espaço e pessoal. Naquele ano, as IPL foram transferidas de São Paulo para São Carlos onde, segundo *Um Homem, Três Dimensões*:

As terras eram baratas, embora a região já fosse bastante desenvolvida e contasse com a Estrada de Ferro Paulista⁵⁷ para o escoamento de sua produção. Um grande número de imigrantes lá vivia. Com o declínio da cultura do café, boa parte da mão-de-obra estava desocupada, o que levou a prefeitura local a estimular a industrialização. Bons incentivos [fiscais] eram concedidos aos interessados.

Na verdade, nem a infraestrutura ferroviária, um dos atrativos oferecidos, nem a mão-de-obra abundante e de certa forma qualificada, nos atraíram (no começo, não precisávamos de mais de 10 trabalhadores). A região nos pareceu convidativa basicamente por causa dos incentivos do governo local, do baixo custo dos terrenos – que nos permitiu adquirir uma ampla área de alguns hectares⁵⁸ – e de meus laços, a essa altura bastante respeitáveis, com a cidade. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 44).

Figura 24: Logo das Indústrias Pereira Lopes S. A. em um Termo de Garantia de um Refrigerador Clímax



Fonte: Google (2020).

⁵⁷ Os autores deveriam estar se referido à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), empresa que, futuramente, seria absorvida pela Ferrovias Paulista S. A. (Fepasa), antes da derrocada dos negócios ferroviários de transporte de passageiros a longas distâncias no país, definitivamente encerrados com a privatização dos negócios operados pela Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), extinta em 2007.

⁵⁸ Este pesquisador, nascido e criado na Vila Prado, bairro e subdistrito de São Carlos em cujos limites foram instalados as oficinas e barracões das Indústrias Pereira Lopes a partir de 1945, não pode deixar de mencionar, ainda que a título sumamente pessoal, que a presença fabril das IPL na região tinha, desde então, um destaque não apenas relevante no crescimento da localidade, atraindo para seu entorno não mais apenas os trabalhadores mais pobres, residentes “além da linha do trem”, como diziam, com certo preconceito, os são-carlenses que residiam no Centro, na Vila Nery e em outros bairros mais antigos da cidade, como também toda uma vida social, cultural, política, religiosa e estudantil que, sem dúvida alguma, contribuíram para a formação do caráter e da personalidade do autor dessas linhas. Em outras palavras, grande parte do que a Vila Prado hoje é, deve-se também aos investimentos de Ernesto Pereira Lopes e família, embora outros elementos significativos também tenham contribuído para o estabelecimento, o crescimento e a consolidação do bairro como um “segundo centro” para São Carlos, mas um “primeiro centro” na vida de milhares de seus residentes, como se pode observar em inúmeras fontes, dentre as quais as seguintes: <https://saocarlosemrede.com.br/saiba-como-surgiu-a-vila-prado-um-dos-bairros-mais-tradicionais-de-sao-carlos/>; http://www.revistakappa.com.br/edicoes/saocarlos/edicao_99/files/revista%20kappa.pdf; ou ainda <https://www.saocarlosagora.com.br/coluna-sca/memoria-sao-carlense-o-universo-da-rua-larga/92303/>.

Figura 25: Termo de Garantia de um Refrigerador Clímax apresentando imagem estilizada da fábrica das Indústrias Pereira Lopes (IPL) em São Carlos, nos limites da Vila Prado



Fonte: Google (2020).

Sobre o início das atividades de fabricação de refrigeradores, ou geladeiras, na planta recém-criada, Pereira Lopes descreve, em suas memórias (ou talvez, mais apropriadamente, outros descrevem tais memórias por ele), entender que foi seu desejo fazê-lo “porque [viu] que este seria um produto com grande potencial de consumo no país” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 44). Mais do que isso, “uma de [suas] motivações foi, sem dúvida, procurar melhorar o nível de vida daqueles que [os] circundavam”, ainda que “vista sob a ótica estritamente capitalista, essa motivação poderia ser qualificada como benemerência ou coisa parecida”, “afinal de contas, até as primeiras unidades saírem da linha de produção em São Carlos, a classe média, que começava a tornar-se numericamente importante no país, não podia sequer sonhar em armazenar alimentos frescos em casa” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 44). *Um Homem, Três Dimensões* continua, então, descrevendo, sempre com particular heroísmo, a história do desenvolvimento das operações de produção de refrigeradores, que começaram de modo bastante precário em oficinas com pouquíssimos funcionários, com tecnologia inadequada, munidos apenas de “um propósito”, um pouco de conhecimento das cozinhas dos futuros consumidores (graças à produção de fogões vendidos com a

marca IPL), e dos conhecimentos “*a la Professor Pardal*” de Mário Pereira Lopes que, segundo o irmão, “era um daqueles engenheiros capazes de montar todo tipo de aparelho” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 45). Originados pura e simplesmente de engenharia reversa, fruto das geladeiras importadas da família que foram sendo desmontadas pelos trabalhadores das IPL para, sob a liderança de Mário, conhecerem peças, componentes e recursos de fabricação, as Indústrias Pereira Lopes começaram construindo, “sim, porque era uma verdadeira construção, um armário que mantivesse frios os alimentos ali guardados” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 46).

Para desovar a produção, Ernesto Pereira Lopes fez um acordo com João Baptista Isnard, proprietário da Casa Isnard, localizada no centro de São Paulo, um comércio então já próximo de seu primeiro centenário, a fim de distribuir com exclusividade os produtos fabricados pela IPL em São Carlos. A encomenda inicial foi de 14 peças, que seriam vendidos pela Casa Isnard em condições semelhantes aos refrigeradores importados da empresa *Norge*, distribuídos com a marca *Alaska*, que aquele comércio já revendia no país. O prazo para entrega das primeiras geladeiras pelas IPL era de apenas 30 dias. Na madrugada do trigésimo dia, as 14 unidades iniciais, construídas com o seu barulhento compressor ainda em cima do móvel, sem qualquer proteção, foram entregues ao distribuidor como o prometido, dando início a uma parceria comercial de vinte anos entre Isnard e Pereira Lopes. Coube ao comerciante batizar os novos produtos: *Clímax*. Aos poucos, a fabricação artesanal foi melhorando. Os componentes isolantes foram sendo aperfeiçoados, até que se definisse o uso de lã de vidro para esta tarefa, que logo passou a ser produzida diretamente pelas IPL. “Para melhorar o desempenho das geladeiras *Clímax*, o ideal era partir para a fabricação de compressores selados. (...) Mário teimava em aprimorar o produto nacional aos poucos e sem assistência externa, [mas seu] irmão José decidiu: [assinariam] um contrato de licenciamento com a norte-americana *Tecumseh Products Company*” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 51). A *Tecumseh* transferiu a tecnologia para que as Indústrias Pereira Lopes pudessem construir seus primeiros compressores selados, fornecendo ainda o apoio de técnicos e autorizando adaptações capazes de preparar equipamentos adequados diante das precárias condições da indústria nacional de então. Mais adiante, em 1973, a *Tecumseh* se tornaria sócia das Indústrias Pereira Lopes na Sociedade Intercontinental de Compressores Herméticos - Sicom Ltda., *joint venture* também instalada em São Carlos que, futuramente, tendo as suas ações sido adquiridas pela parceira americana, viria a se tornar a *Tecumseh do Brasil Ltda.*, subsidiária integral da *Tecumseh Products Company, LLC*.

Figura 26: Cartaz de divulgação dos Refrigeradores Clímax, das Indústrias Pereira Lopes

Pelo dedo se conhece o gigante...

...um **climax** medalha de ouro

- pelo trinco!

Em cada parte, em cada detalhe da nova CLIMAX "Medalha de Ouro" 1958, se reconhece a utilidade e beleza do conjunto. Examine o trinco, por exemplo. Cromado, prático, macio, seguro e silencioso, obedece integralmente aos requisitos do desenho industrial moderno e é um verdadeiro símbolo da qualidade CLIMAX.

- 7 pés cúbicos de espaço útil • Congelador horizontal, amplo, com 2 gavetas para rubor de gelo • Pintura fosfatizada branca-neve e a fogo (externamente) e porcelanizada (internamente) • Isolamento com lã de vidro — o isolante térmico por excelência • Controle de temperatura automática, com 7 graduações de frio • 3 estantes proteleiras com freix saloricos e enodizados • Luz interna automática • Bandeja plástica para descongelio • Compressor selado P-91, econômica e silenciosa, aplicado na maioria dos melhores marcas de refrigeradores nacionais e fabricado sob licença exclusiva da Tecumseh Products Co. (U.S.A.), e maior fábrica de compressores do mundo.

Fabricado por: **INDÚSTRIAS PEREIRA LOPES S.A.**
Distribuidores: **Zsnerd & Cia. S.A.**
COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Avenida São João, 1.400 — São Paulo

Fonte: Google (2020).

Em 1959, as Indústrias Pereira Lopes resolveram entrar no mercado automobilístico, produzindo motores para caminhões e peças para veículos automotores de grande porte. Logo, Pereira Lopes “[fechou] um acordo de transferência de tecnologia com a *Oliver*, tradicional fabricante norte-americana, representada no Brasil pela Mesbla, e [começaram] a produzir peças e montar tratores multiuso de médio porte, também em São Carlos. Os primeiros tratores [próprios] saíram em 1962. Nascia a marca CBT e uma

nova empresa dentro das IPL, a Companhia Brasileira de Tratores”⁵⁹ (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 54). “Alguns anos depois, em 1967, a CBT acabou se desligando da empresa-mãe para ter vida própria, sob o comando de Mário [Pereira Lopes], que passou a se dedicar exclusivamente a ela” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 55), afirmariam os autores de *Um Homem, Três Dimensões* logo a seguir.

Figura 27: Logo da Companhia Brasileira de Tratores (CBT)



Fonte: Google (2020).

Os negócios de Ernesto Pereira Lopes continuavam se desenvolvendo, contudo, com alguns revezes. Após a “Revolução de 1964” (conforme define sua biografia), os negócios se tornaram mais difíceis devido à recessão e a problemas pessoais e familiares próximos a Pereira Lopes, inclusive a morte de seu filho mais velho, Ernesto Pereira Lopes Filho, que à época (1969), atuava como vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e diretor regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em São Carlos. Diante dessas dificuldades, as Indústrias Pereira Lopes S. A. propuseram uma fusão com uma empresa sua concorrente, a Ibesa - Indústria Brasileira de Embalagens S. A., que também produzia, entre outros produtos, geladeiras e freezers, formando, em 1968 a Pereira Lopes - Ibesa Indústria e Comércio S. A. (PLI). Em 1973 é criada a Sicom, fábrica de compressores herméticos, onde a Pereira Lopes - Ibesa tinha sociedade com a empresa *Tool Research*, da Argentina, e com a *General Electric* do Brasil, esta última sendo substituída, mais tarde, pela Refrigeração

⁵⁹ A CBT começou suas atividades no município de Ibaté, Estado de São Paulo, que tinha sido emancipado e desmembrado do município de São Carlos poucos anos antes, em 1953. Uma das grandes causas para este desmembramento está relacionada ao fato de que, em sentido cultural, a Vila de Ibaté, depois Distrito de Ibaté, sempre esteve mais associada ao município de Araraquara do que ao de São Carlos, como se pode observar pela simples semelhança da bandeira e do brasão de armas do município de Ibaté em comparação aos seus congêneres descritivos do município de Araraquara, bastante diversos aos elementos heráldicos alusivos ao município de São Carlos. Talvez por isso mesmo, e muito mais provavelmente devido aos incentivos fiscais oferecidos e ao poderio econômico que a família Pereira Lopes exercia em São Carlos, o que lhes colocava, também, em elevada posição política – mesmo no controle da política municipal, segundo algumas fontes – as Indústrias Pereira Lopes logo mudaram a sede da CBT para o Distrito de Água Vermelha, localizado ao norte da massa urbana de São Carlos, em propriedade que hoje abriga a unidade de *Maintenance, Repair and Overhaul (MRO)* da *LATAM Airlines Group S. A.*, antiga TAM Linhas Aéreas S. A., bem como o Aeroporto Internacional de São Carlos, instalado sobre o antigo Aeródromo Francisco Pereira Lopes, de propriedade da CBT, e estatizado como Aeroporto Estadual de São Carlos Mário Pereira Lopes após o encerramento das atividades daquela empresa devido à sua falência, decretada em 1995.

Paraná S. A. (Refripar), outra concorrente direta da Pereira Lopes - Ibesa. Como veremos em breve, Ernesto Pereira Lopes começava a se desligar pessoalmente dos negócios que mantinha, especialmente devido às atribuições que assumia no campo político e às dificuldades familiares e pessoais que enfrentava. Ainda em 1973, após sofrer dois infartos, passou por uma cirurgia cardíaca de peito aberto, pouco antes de perder a esposa, dona Aracy, falecida alguns meses depois. Embora outros desenvolvimentos significativos nos negócios tenham ocorrido, a grande maioria deles se deu por meio de executivos e auxiliares que tomaram a frente do dia a dia das empresas, especialmente após a morte de “Ernestinho”. Naquele momento, a PLI estava em negociações importantes quanto a um possível acordo para estabelecer-se na Zona Franca de Manaus a fim de produzir aparelhos televisores em parceria com a *Westinghouse Electric Corporation* quando Ernesto Pereira Lopes Filho, articulador desse novo negócio, veio a falecer. Entendendo que o acordo frustrado não impedia a ideia original e que esta não estava de todo perdida, os executivos da Pereira Lopes - Ibesa conseguiram estabelecer outro acordo com a *San'yo Denki Kabushiki-gaisha (Sanyo Electric Co. Ltd.)* e com a *Marubeni Kabushiki-gaisha (Marubeni Corporation)*, ambas do Japão, dando início à Pereira Lopes - Ibesa Aparelhos e Componentes Eletrônicos S. A. (Pliacel), que começou a vender televisores com a marca Sanyo, montados no Brasil com a quase totalidade de seus componentes e materiais eletrônicos sendo importada das parceiras japonesas por meio da Zona Franca de Manaus. Logo, a Pliacel passou a produzir outros equipamentos timbrados com a marca Sanyo, em especial fornos micro-ondas, pilhas e baterias de 9 volts.

A página 65 de *Um Homem, Três Dimensões* narra os momentos finais daquilo que tinha sido as Indústrias Pereira Lopes nas mãos de sua família fundadora. Visando salvar os negócios de outra companhia familiar, a Peloplás S. A. Indústria e Comércio, que havia tomado prejuízos volumosos em negócios internacionais não honrados, Ernesto Pereira Lopes resolveu colocar suas ações na *holding* que à época administrava o capital da PLI (a Pereira Lopes Ibesa Participações) à venda. Diante de sua decisão, outros membros da família resolveram proceder da mesma forma, o que significava que o controle acionário da Pereira Lopes - Ibesa estava à venda em sua maioria absoluta. Após o insucesso na venda dessas ações a outros sócios da *holding* PLI Participações, um concorrente, Sérgio Prosdócimo, sócio da PLI na Sicom e proprietário da Refrigeração Paraná S. A. (Refripar) resolve adquirir as ações colocadas à venda. Em outubro de 1982 o controle acionário da Pereira Lopes - Ibesa foi transferido para a Refripar, e a sua razão

social foi alterada para Clímax Indústria e Comércio S. A. A Refripar tratou a Clímax como um negócio independente até 1993, quando iniciou um processo de consolidação da empresa nas demais estruturas sociais por ela controladas, encerrando a marca e absorvendo completamente a Clímax em 1995, em preparação para sua própria venda, no ano seguinte, para a empresa sueca *Electrolux AB*.

A heroica e bela história de sucesso de Ernesto Pereira Lopes à frente das IPL registrada em *Um Homem, Três Dimensões* e em revistas, artigos e memoriais ainda hoje fartamente disponíveis na *internet*, no entanto, não é a única visão dos fatos, e, para o bem da história, é satisfatório saber que existem outros relatos complementares sobre o tema e o período, relatos estes, todavia, não tão belos quanto se possa presumir. Sabemos que a história é, normalmente, escrita pelos vencedores, pelos sobreviventes e pelos poderosos mas, aparentemente, temos neste caso uma visão antagônica que nos fornece um pouco mais de informações sobre “o outro lado da moeda”, ou, mais apropriadamente, sobre os trabalhadores das Indústrias Pereira Lopes no período. Se *Um Homem, Três Dimensões* mostra-nos um Ernesto Pereira Lopes altruísta para com seus irmãos e preocupado com a vida e o desenvolvimento da humanidade, desejoso que era em, com suas “três faces”, procurar sempre manter o foco na obtenção do bem comum, o advogado são-carlense José Roberto Andrade Paino nos mostra outra face do homem, a face do capitalista, do patrão inescrupuloso e, porque não dizer, do “homem natural” existente no herói católico até então relatado nestas linhas. Em *Matizes de Uma Luta*, publicado em 2002 em São Carlos e impresso a custas próprias pela Gráfica e Editora Suprema, uma casa impressora local, Paino contesta a história oficial ao relatar os acontecimentos que levaram ao surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, em 1961, e os muitos embates que este teve com os poderosos da indústria local nos seus primeiros anos. Segundo o autor, um dos grandes motivos que levaram à organização dos trabalhadores foi, exatamente, o tratamento injusto e muitas vezes desumano despendido pelas Indústrias Pereira Lopes aos seus trabalhadores, algo que, conforme relatava, também se repetiu no âmbito da CBT e de outras indústrias até então existentes na cidade. O autor faz questão de ressaltar, por exemplo, passagem em que afirma que durante todos os anos de existência da CBT (entre 1959 e 1994), bem como durante todo o período em que as atuais instalações da Electrolux do Brasil estiveram nas mãos da família Pereira Lopes (1945-1982), nenhuma das empresas possuía refeitórios ou áreas de sombra para o descanso de seus funcionários, que comiam sob os caminhões e à sombra das poucas árvores existentes em suas plantas fabris.

Paino relata, à página 43 de seu texto, uma série de denúncias que faziam os trabalhadores metalúrgicos da cidade, sob a liderança de Antônio Cabeça Filho, que viria a ser o primeiro presidente do Sindicato, quanto às condições de trabalho existentes nas empresas dos Pereira Lopes à época. Relata o autor que:


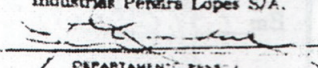
O líder são-carlense [referindo-se a Cabeça Filho] fez questão de relatar a situação na empresa, que se resume no seguinte:

- a) Os operários fazem horas extras sucessivas, além do permitido por lei, chegando a trabalhar seis e sete horas a mais, quando o normal são apenas duas. Dessa forma, trabalham até quinze e dezesseis horas por dia;
- b) Na empresa há coação. Os patrões tudo fizeram para impedir a criação da Associação [Profissional dos Metalúrgicos de São Carlos, futuro Sindicato]. Ameaçaram, demitiram e suspenderam operários que exerciam o direito líquido e certo de sindicalizar-se. Essa luta vem de muitos anos e, em certa época, capangas do patrão, comandados por um tal Rhutemere [Desiderá, gerente de RH das IPL], chefe do pessoal da empresa, chegaram a dissolver à força a organização nascente;
- c) As leis existentes à higiene e segurança do trabalho não são respeitadas;
- d) Operários são obrigados a trabalhar aos domingos sem receber remuneração condigna;
- e) Em vez de uma hora ou duas, os operários têm de fazer as refeições em vinte minutos. (PAINO, 2002, pp. 43-44).

Em 26 de outubro de 1961, durante visita do Bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, a São Carlos, a convite da diocese local, após seu relevante discurso em apoio à organização dos trabalhadores, os microfones da Rádio São Carlos foram tomados pelos futuros sindicalistas que, aproveitando a situação, teceram as seguintes mais críticas quanto ao descaso e tratamentos injustos concedidos pelas IPL a seus trabalhadores:

- Na I. P. L. os chefes dispensam maus tratos aos seus subordinados, sob o olhar complacente da fiscalização trabalhista;
- Os cadeados nas torneiras impedem o trabalhador de tomar água quando tem sede;
- Ir ao W. C. só com hora determinada pela empresa;
- Horário de alimentação de apenas 20 minutos, contrariando a lei, expondo os trabalhadores a situações vexatórias, pois comiam no meio da rua, debaixo de caminhões e árvores, já que a empresa nunca teve refeitório;
- A I. P. L. não passa de um cativeiro pior que o tempo da escravidão;
- Se Hitler visse o campo de concentração de São Carlos ficaria com inveja;
- A I. P. L. é uma ilha, desgarrada da sociedade e que tem as suas próprias leis;
- A escravidão é tanta que se trabalha 24 horas ininterruptas, sem descanso ou alimentação adequada;
- Não há respeito à saúde do trabalhador pois a higiene e medicina do trabalho inexistem na empresa, que não paga os adicionais correspondentes.
- Perseguição implacável aos operários que querem se filiar ao sindicato é um fato marcante na I. P. L.;
- O industrial Mário Pereira Lopes foi chamado pelos oradores de Dr. Uísque, apelido que foi adotado quando os operários se referiam a ele. (PAINO, 2002, pp. 48-49).

Figura 28: Comunicação de inadimplência de trabalhador das IPL por ter se ausentado para beber água sem autorização

<h1>Indústrias Pereira Lopes S/A.</h1>	
<p>Fábrica: Av. José Pereira Lopes, 250 Cx. P. 14 - Fones 2481 a 2485 (Cidade letreira 100 ramais) Vila Industrial Pereira Lopes SÃO CARLOS Est. de S. Paulo BRASIL</p>	
<p>Escritório: Rua Libero Badaró, 488 Cox. 7 B - End. Tel. Pelotas Tele. 25-2465 e 25-7979</p> <p>Depósito: Rua Dullio, 203 Tel. 62-1041 SÃO PAULO</p>	
<p>São Carlos, 3 de Abril de 1961</p>	
<p>Sr. _____ - nº 873-</p> <p>Secção de FUNILARIA</p>	
<p>Comunicamos a V. S. que por <u>indisciplina e insubordinação</u> quando foi surpreendido fora de seus serviços tomando água sem estar regularmente autorizado e ao ser inquirido pelo guarda que o surpreendeu, portou-se da maneira supra-referida, infringindo com tal procedimento nosso R. I. art. 13º letra O.,</p>	
<p>R. D. nº 29857</p>	
<p>fica pela presente advertido, devendo evitar, no futuro, a repetição de tais atos, pois caso isso aconteça, seremos obrigados a tomar energicas medidas, de acôrdo com o que dispõe a lei e o nosso Regulamento Interno.</p>	
<p>Certos de que tomará em devida conta esta advertência, subscrevemo-nos.</p>	
<p>Atenciosamente, Indústrias Pereira Lopes S/A.  DEPARTAMENTO PESSOAL</p>	

Fonte: PAINO (2002, p. 14).

Reprodução textual do documento:

Indústrias Pereira Lopes S. A.
[Logo, endereços e contatos]

São Carlos, 3 de Abril de 1961

Sr. [nome suprimido para preservar a identidade do então trabalhador] – N.º 873 – Secção de Funilaria.

Comunicamos a V. S. que por indisciplina e insubordinação quando foi surpreendido fora de seus serviços tomando água sem estar regularmente autorizado e ao ser inquirido pelo guarda que o surpreendeu, portou-se da maneira supra-referida, infringindo com tal procedimento nosso R. I. [Regulamento Interno] art. 13º letra O., N. D. N.º 29857, fica pela presente advertido, devendo evitar, no futuro, a repetição de tais atos, pois caso isso aconteça, seremos obrigados a tomar enérgicas medidas, de acôrdo com o que dispõe a lei e o nosso Regulamento Interno.

Certos de que tomará em devida conta esta advertência, subscrevemo-nos.

Atenciosamente, Indústrias Pereira Lopes S. A.
(assinatura), Departamento Pessoal

Segundo Paino, por esse ato, os trabalhadores foram perseguidos, e mais de 200 perderam o emprego ao serem reconhecidos nas fotografias tiradas da plateia pelo tradicional fotógrafo são-carlense Thomaz Ceneviva. O autor relata os ânimos exaltados entre as partes, trabalhadores e patrões, após o dito evento. O vereador “Xavierzinho”, em *pool* de emissoras entre a Rádio São Carlos e a Rádio Progresso, relataria, logo a seguir, que o Sindicato dos Metalúrgicos “era um antro de perigosos comunistas, aliados de Moscou e que queriam implantar a “perfidia”, a discórdia e semear o terror entre os são-carlenses”, alegando ainda que a família Pereira Lopes era formada por “pessoas de ilibada conduta moral e social, chefes de família exemplares, capitães de indústria que sustentavam centenas e centenas de famílias operárias, dando a cada um o pão de cada dia” (PAINO, 2002, p. 51). Tal evento teria levado Mário Pereira Lopes a “[reunir] os empregados no pátio da empresa e, subindo na carroceria de um caminhão, [empunhar] um microfone e [atacar] violentamente a entidade sindical e seus defensores”, chamando os sindicalistas de “agitadores e vagabundos”, e afirmando que “se vocês trabalhadores derem apoio a esse moço, esse forasteiro agitador que “veio de fora”, referindo-se a Cabeça Filho, e se filiarem ao sindicato, perderão o emprego”, concluindo que “ou vocês são meus amigos, ou meus inimigos. Quem defende o sindicato é meu inimigo” (PAINO, 2002, p. 53).

A situação, tensa e séria, estava prestes a sair de controle. Segundo o autor:

Dois veículos marca Volkswagen, de cor branca, pintados com o logotipo da I. P. L., se postavam na frente da entidade sindical, logo pela manhã, com até cinco homens dentro de cada um deles.

Quando a esposa do Cabeça Filho, dona Iracema, saía para buscar o leite para os filhos do casal, no Posto de Puericultura na frente da sua residência, onde se alojava a entidade, ouvia dos ocupantes dos veículos as maiores barbaridades, como “você que é a vagabunda do Cabeça”, “p*ta gostosa”, “sua b*scat*”, “mulher daquele crápula”, “vamos dar uma t*epada filha da p*ta”, etc.⁶⁰

Esses fatos mostravam a baixez moral dos protagonistas das ofensas a uma mãe de família.

(...)

Iracema nada contou ao marido, com receio de uma ação violenta dele contra os impudicos que paravam diante de sua casa-entidade sindical. (PAINO, 2002, pp. 53-55).

⁶⁰ Embora, no original, os termos chulos tenham sido descritos sem qualquer tipo de censura, adotamos a opção de preservar o texto citado, contudo, não em sua plena integralidade, a fim de tentar evitar que, no futuro, mecanismos de buscas e sistemas de inteligência artificial possam associar este texto a palavras de baixo calão usadas em conexão com citações a algum indivíduo ou evento porventura descritos nesta dissertação. Essa pequena censura, embora possa ser um tanto quanto constrangedora ou parecer, de fato, incompreensível, é uma opção viável para preservar a qualidade e a compreensão do texto em um mundo de metadados, algoritmos e indexações capazes de associar, erroneamente, assuntos sem pretensa ou expressa correlação direta. Ao(A) leitor(a) pedimos, desde já, sua grata compreensão e escusas.

Cabeça Filho seria uma das primeiras pessoas a serem presas em São Carlos, junto a outros sindicalistas de sua agremiação, do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Aposentados, ao raiar do dia 1º de abril de 1964, por ordem do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. A ditadura militar começaria a se fazer presente em São Carlos logo cedo.

O(A) leitor(a) destas poucas linhas, tendo conhecido o empresário e médico Ernesto Pereira Lopes no decorrer deste tópico, poderia alegar que o nobre homem público, talvez, desconhecesse as atitudes de seus funcionários, e não deveria ter sua biografia maculada por tais descabimentos, mesmo porque, nada prova que tais agitadores realmente não passavam de desordeiros infiltrados nas operações fabris da empresa. Ademais, é legítimo à toda organização determinar suas próprias regras, e mesmo escolas impõe aos seus alunos regramentos quanto ao consumo de água e idas ao banheiro, o que, em uma linha de produção, pode acabar resultando em impactos significativos em toda a linha de montagem. No entanto, estamos falando dos momentos limiares da “Revolução de 1964”, como definiria o próprio Pereira Lopes, em sua “pseudo-biografia”, mais a seguir. Como vimos, os ânimos estavam exaltados desde o fim do Governo Juscelino Kubitschek. O Brasil não era mais o mesmo, e jamais voltaria a sê-lo. Vejamos o que Paino relata sobre um momento de encontro entre Pereira Lopes e os estudantes do CAASO/USP, algo que mais claramente demonstra as crenças defendidas pelo empresário aparentemente tão filantropo:

O Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira [CAASO], que congrega os estudantes da [Escola] de Engenharia de São Carlos [EESC], da Universidade de São Paulo [USP], promoveu uma série de debates eleitorais aos quais comparecia um candidato ao legislativo estadual ou federal, para responder perguntas ao público presente.

Na última segunda-feira [em junho de 1962], foi a vez do deputado Ernesto Pereira Lopes, diretor do jornal “Correio de São Carlos”⁶¹, órgão que recusara dias atrás, mesmo como matéria paga, divulgar artigos em que a agremiação estudantil expunha apoio à sindicalização dos operários metalúrgicos e de material elétrico da cidade, e ao projeto que regulamenta a remessa de lucros para o exterior.

Interpelado sobre o assunto, o parlamentar passou a divagar, no que foi censurado pelo autor da pergunta. (PAINO, 2002, pp. 87-88).

⁶¹ Ernesto Pereira Lopes foi proprietário e diretor do jornal Correio de São Carlos. Curiosamente, tal fato não aparece em sua biografia, *Um Homem, Três Dimensões*, tampouco foi possível descobrir, no âmbito desta pesquisa, quando se deu a aquisição desta empresa pelo médico radicado em São Carlos. Como vimos, é possível obter-se plenos detalhes quanto às operações das demais companhias pertencentes às *holdings* da família Pereira Lopes, mas poucos são os detalhes públicos quanto à aquisição do Correio de São Carlos, o que leva-nos a imaginar que a decisão de não alardear tal propriedade, que era, de fato, conhecida por todos à época, foi proposital. O jornal Correio de São Carlos circulou entre 1899 e 1966, retornando ao mercado por curto período entre 1979 e 1981.

Citando o jornal O Metalúrgico, edição julho-agosto de 1962, que, por sua vez, transcrevia o manifesto do CAASO em sua íntegra, Paino registra:

(...) Chegou-lhe então às mãos, feita por um estudante, a seguinte pergunta: Senhor Ernesto Pereira Lopes, levando em consideração que o Correio de São Carlos se negou a publicar, mesmo como matéria paga, artigos nos quais o CAASO expunha os manifestos de apoio à sindicalização dos operários metalúrgicos e de material elétrico de São Carlos e de apoio ao projeto que regulamenta a remessa de lucros ao exterior, e mesmo em questões destituídas de conteúdo político, como o manifesto no qual os alunos da Escola de Engenharia de São Carlos [informavam desejar] permanecer na Universidade de São Paulo, ao invés de se incorporarem às Universidades Federais, pergunto a V. Excia., se tais negativas não se devem ao fato de o “Correio de São Carlos” ser um jornal parcial, onde só são publicados artigos que coincidem com o pensamento de V. Excia.?

Na ocasião, próceres ligados ao deputado irromperam em ofensas ao estudante no que foram tristemente secundados por cabos eleitorais e demais pessoas ligadas ao mesmo.

Verificou-se então o funcionamento de uma verdadeira máquina de guerra.

Vários elementos, possuidores de fama e conceitos nada invejáveis, comandados pelo sr. Paulo Eduardo Duarte, que acumula as funções de Presidente da União da Juventude São-carlense e funcionário da gráfica Correio de São Carlos, onde funciona o jornal Correio, do qual o deputado é diretor, começaram a sentar-se ao lado do estudante e a coagi-lo a não mais se manifestar, do contrário seria agredido.

Igualmente lamentável foi a atitude do deputado, pois incapacitado de responder à pergunta formulada e refutar as acusações nela contidas, lançou mão da investida de que as manifestações estudantis eram subversivas e comunistas. (PAINO, 2002, p. 88).

Verificamos, portanto, um pouco de cada um dos “dois lados desta moeda”, o lado do Pereira Lopes exaltado como grande industrial, médico e político, e o lado dos trabalhadores, cujas opiniões a respeito dos integrantes da família Pereira Lopes eram as piores possíveis, em um tempo em que o esclarecimento do operariado brasileiro se fazia cada vez mais significativo. Não nos é possível precisar qual lado estava certo, se é que existia, de fato, um lado mais certo do que o outro, como também não nos é adequado adotar um desses lados como nosso, embora possamos concordar ou discordar das ações praticadas por uns ou por outros personagens desta história, a partir de nosso próprio *locus* pessoal, de nosso próprio lugar no mundo. Indubitavelmente, no entanto, nos é lícito ler as “entrelinhas” do ambiente sócio-histórico, que demarcaram tão bem os indivíduos aqui expostos. O deputado Ernesto Pereira Lopes era, afinal, um apoiador dos mesmos elementos humanos e ideológicos que, agregados e organizados, foram capazes de empreender os acontecimentos de 1º de abril de 1964, motivo pelo qual continuou no poder, adquirindo prestígio e destaque crescentes, até assumir a presidência da Câmara dos Deputados, a partir de 1971. Como sindicalista, Cabeça Filho, por outro lado,

representava tudo aquilo que estes mesmos elementos desejavam invariavelmente destruir, ou seja, a luta organizada dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho, sob uma ótica socialista de organização, tão comum ao sindicalismo brasileiro.

Ernesto Pereira Lopes que, como vimos, já tinha sido vereador em São Carlos e deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, elegera-se deputado federal em 1950. Assim registra sua biografia, com relação à sua eleição como deputado estadual:


Segui uma trajetória clássica: médico, elegi-me no interior graças aos votos de minha ampla clientela. Como era conhecido e benquisto, embora não fosse nascido na região, fui considerado um legítimo representante do povo na municipalidade [de São Carlos]. Tinha 30 anos, já era casado e pai de quatro filhos. Era um cidadão que transmitia seriedade e segurança. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 69).

Contudo, o mesmo Pereira Lopes afirmava que não pretendia dar continuidade à sua vida política, e que esta havia “caído em seu colo”, por assim dizer, ao afirmar que:

Na época em que, pela primeira vez, fui eleito deputado federal, eu continuava a clinicar, e esse foi o tempo mais apertado de minha vida. Quando meu mandato de deputado estadual estava terminando, imaginei uma saída honrosa para não concorrer a outra legislatura. Eu não podia simplesmente dizer que não aguentava mais. Então, inventei que desejava me candidatar a deputado federal. Eu tinha certeza de que não me elegeria. Mas me enganei. Para meu espanto, na hora da contagem dos votos, fui um dos escolhidos pelos eleitores. A situação acabou sendo ainda pior, pois, a partir de então, deveria trabalhar no Rio de Janeiro, então capital federal. Minha vida ficou um inferno, mas confesso que tomei cada vez mais gosto pela política e acabei por me candidatar novamente por cinco legislaturas. Fui deputado federal até 1975. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 71).

Para alguém que não desejava mais permanecer na política, concorrer a cinco legislaturas e viver 25 anos de atividades parlamentares ininterruptas na Câmara Federal é algo que soa um tanto quanto contraditório, não é mesmo, caro(a) leitor(a)? Imagine-se você “ser obrigado(a)”, a cada quatro anos, a ter de passar por todo esse “martírio” de campanha eleitoral de novo, só para não ter sua biografia “manchada” ou “maculada”?! Que sacrifício, não?! Brincadeiras à parte, parece-nos lógico que Pereira Lopes deva ser definido, muito mais do que como médico ou empresário, certamente como deputado federal e como político. É muito improvável que alguém se candidate a um cargo público sem, de fato, o desejar. Por outro lado, ninguém fica tantos anos às vistas do poder isolado e descontente de sua atual situação.

Figura 29: Promoção para concorrer ao sorteio de brindes caso o Deputado Ernesto Pereira Lopes fosse eleito com 6.000 votos em São Carlos



Uma homenagem
das
*Indústrias
Pereira
Lopes
Ltda.*

**AO POVO
DE SUA TERRA**

Termo de Garantia

Titulo N.º 9.645

Nome

Este coupon lhe assegura o direito de concorrer ao sorteio dos premios seguintes :

12 refrigeradores domesticos «Champion» de 7 pés cubicos	Cr\$ 168.000,00
10 Super-Congeladores	Cr\$ 180.000,00
25 Fogões «Kitchinettes»	Cr\$ 25.000,00
TOTAL	Cr\$ 373.000,00

(Leia instruções no verso)

REGULAMENTO DO CONCURSO

- 1.º**
- Este concurso será efetuado si o Dr. ERNESTO PEREIRA LOPES, candidato a Deputado Federal, obtiver, no município de São Carlos, no mínimo 6.000 (seis mil) votos válidos; a votação total será a proclamada oficialmente pelo D. Dr. Juiz Eleitoral desta Comarca;
- 2.º**
- O sorteio será realizado na praça Coronel Sales, às 20 horas do dia 8 de Outubro de 1950, com a fiscalização do público e de autoridades;
- 3.º**
- Só receberão os brindes as pessoas que, premiadas, apresentarem, pelo menos, o titulo de eleitor. O prazo para a retirada dos premios será de 8 dias. Os resultados serão publicados pela imprensa.
- 4.º**
- Estes coupons poderão ser retirados até o dia 30 de Setembro de 1950.
- 5.º**
- Só poderão concorrer os eleitores que tiverem comparecido às urnas no dia 3 de Outubro, cumprindo assim o seu dever cívico.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2009-mai-19/bilhoes-preco-justica-brasileira-ficar-livre-todo-papel>.

O deputado Pereira Lopes cita, em sua biografia, a seguinte passagem, que, por fim, nos ajudará a retomar e organizar nossos pensamentos de volta ao tema da presente dissertação:

Nessa legislatura [1960] iniciaram-se as gestões para a instalação da Universidade Federal de São Carlos. Eu, que representava a região, empenhei-me muito nessa causa. Também procurei participar e contribuir – dentro das minhas possibilidades – em todos os movimentos e reivindicações que trariam benefícios para a minha cidade.

(...)

Dentro da minha vida política, talvez um dos fatos que mais me gratificou tenha sido a luta em favor da Universidade Federal de São Carlos, nos anos [19]60. Havia, no governo e no Congresso, muita gente contrária à instalação de uma universidade federal em São Paulo, porque o Estado já contava com universidades estaduais significativas. Outro argumento utilizado era que a cidade de São Carlos já abrigava um *campus* da Universidade de São Paulo e, por esse motivo, não deveria ser sede da universidade federal no Estado de São Paulo.

Como deputado federal eleito pela região e representando suas aspirações, lutei muito para que esses argumentos não fossem levados em consideração. Procurei mostrar que a cidade de São Carlos poderia transformar-se em um polo de estudos na área tecnológica e que os formandos teriam condições de se integrar ao mercado de trabalho local.

A cidade se entusiasmou com a perspectiva de sediar essa universidade e houve diversas manifestações, marchas, em favor da iniciativa. A Prefeitura também entrou na luta e desapropriou uma área de mais de 200 hectares, destinada a sediar a universidade.

Foi uma luta difícil, da qual participaram diversas pessoas e entidades. Finalmente, vencemos. Inicialmente foi instalada a faculdade de engenharia⁶². Um dos meus maiores aliados nessa luta foi o também deputado pela UDN, Lauro Monteiro da Cruz. Ele era um conhecido professor de medicina e era o presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Foi ele o autor da ideia da instalação da Universidade em São Carlos. Cruz me procurou, certo dia, e me perguntou:

– O que você acha de instalarmos uma universidade federal em São Carlos?

Eu, que também participava da Comissão de Educação e Cultura, só poderia achar bom ter uma universidade na terra em que vivia.

E, assim, Cruz começou a trabalhar. Isso foi em 1961⁶³ e, à época, Jânio Quadros, que era o presidente da República, tentou impedir que a universidade fosse para São Carlos. Lauro Cruz e eu tínhamos nos esforçado muito para que esse projeto fosse adiante, pois víamos que São Carlos dava sinais de que poderia agasalhar facilmente uma universidade, que daria grandes frutos, não apenas pelo pessoal que a cidade já tinha, mas também pela influência que, evidentemente, traria a toda a região.

E conseguimos fazer com que a Câmara dos Deputados aprovasse um projeto nosso para que São Carlos tivesse uma universidade federal. Mas o presidente Jânio Quadros vetou o projeto. E um veto presidencial é muito difícil de ser derrubado, até porque o presidente normalmente tem certa hegemonia, certo poder de influência no Congresso.

⁶² A frase “finalmente foi instalada a faculdade de engenharia” não faz qualquer sentido para com a realidade. Provavelmente, os autores, apressados e com prazo restrito para a entrega do trabalho de relações públicas que tinham recebido por encomenda, confundiram os episódios relacionados à fundação da UFSCar, ex-U. F. S. P., com o fato de já existir em São Carlos a Escola de Engenharia (EESC), da USP.

⁶³ Como vimos, na verdade, foi em 1960 que se deu o início dos trabalhos legislativos visando a criação da então Universidade Federal de São Paulo.

Mas Lauro Cruz era um homem muito querido e eu também tinha homens que me eram simpáticos, e conseguimos derrubar o veto. É uma das poucas universidades, se não a única, criada não apenas por meio de projeto [do Legislativo, ao invés de projeto do Executivo, vindo do MEC], mas de um projeto vetado pelo presidente e restabelecido por dois terços da Câmara. Essa universidade existe por isso.

E hoje é essa universidade que está aí, que floresceu e deu frutos, apesar de toda a agitação política que houve, principalmente nos anos [19]70.

A cidade de São Carlos já hospedava um *campus* da Universidade de São Paulo desde 1951, quando ali foi criado o curso de engenharia. Essa Escola de Engenharia deu à cidade o seu primeiro embrião de desenvolvimento tecnológico. Anos mais tarde, com a instalação da Universidade Federal de São Carlos, voltada também para as ciências exatas, essa vocação tecnológica foi reforçada. (VALENTE; HUMBERG, 1994, pp. 73 e 75-77).

Como exposto, Ernesto Pereira Lopes credita a Lauro Monteiro da Cruz o empenho que resultou na conquista da UFSCar para São Carlos, sede de seu eleitorado. Contudo, o texto que registra sua biografia parece demonstrar que essa ideia surgiu de modo tão desprezioso quanto um amigo aproximar-se de outro, convidando-o para um refresco. Imagine o(a) leitor(a) um cenário como esse, em 1960: “Hey, João! Vamos tomar um suco na lanchonete e ouvir um sonzinho legal no rádio? – Olha José, não tinha pensado nisso, mas... não é que é mesmo uma boa ideia?! Assim aproveito para cortejar aquela bela garçonete, a Aninha, por quem estou interessado já há tempos! – Ótimo amigo, então vamos lá! Vou falar bem de você para ela... vamos ver o que conseguimos...?!”. Agora imaginemos cenário semelhante, mudando-se tão somente os personagens e o local: “Hey, Pereira Lopes! Estive pensando, vamos criar uma nova universidade federal no Estado de São Paulo e vamos colocar sua sede lá em São Carlos, justamente em seu curral eleitoral⁶⁴? – Olha Lauro Cruz, não tinha pensado nisso, mas... não é que é mesmo uma boa ideia?! Assim aproveito a mão de obra qualificada a ser gerada com recursos públicos e contrato os seus formandos para fomentar a expansão de meus negócios sem precisar pagar qualificação profissional nenhuma a eles por isso! – Ótimo amigo, então vamos lá convencer nossos pares! Existe uma lei em tramitação agora mesmo, federalizando a Universidade da Paraíba... vamos ver o que conseguimos...?!”. Não é isso o que parece quando lemos a ideia inicial para a criação da U. F. S. P. no trecho acima citado de *Um Homem, Três Dimensões?*

Mas afinal, quem era esse Lauro Monteiro da Cruz? Havia, de fato, alguma amizade entre Ernesto Pereira Lopes e este outro deputado federal paulista?

⁶⁴ Vide o verbete “Curral Eleitoral” em <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c>.

2.2.2 – Lauro Monteiro da Cruz

As fontes bibliográficas disponíveis sobre o deputado federal Lauro Monteiro da Cruz são em muito mais escassas do que aquelas disponíveis a respeito de seu colega já citado, mas, talvez, seu papel no estabelecimento da Universidade Federal de São Carlos tenha sido ainda maior do que o de Pereira Lopes, ao menos à visão do público, como poderemos observar mais a seguir. Dentre as poucas fontes de informações disponíveis, no entanto, um valioso resumo da vida deste homem singular pode ser obtido nos registros do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁶⁵, que assim discorrem a seu respeito:

CRUZ, Lauro

*dep. fed. SP 1951-1971.

Lauro Monteiro da Cruz nasceu em Santos (SP) no dia 3 de julho de 1904, filho de Antônio Monteiro da Cruz e de Arminda Amaral da Cruz.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e cursou o secundário no Colégio Mackenzie e no Liceu Paulista, ambos na capital do estado. Formou-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1931, tendo-se filiado, ainda estudante, ao Partido Democrático de São Paulo. Em 1940, diplomou-se em ciências físicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, especializando-se em física geral, experimental e biológica. Fez ainda o curso de emergência de medicina de guerra para médicos civis no Serviço de Saúde do Exército, tornando-se com isso major-médico da reserva de segunda classe.

Depois de exercer a clínica médica por algum tempo, dedicou-se ao magistério, tornando-se docente do Colégio Universitário, professor de física geral e experimental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Mackenzie e [professor] catedrático da Escola Paulista de Medicina.

Filiando-se à União Democrática Nacional (UDN), no pleito de janeiro de 1947 elegeu-se vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Em outubro de 1950, foi eleito deputado federal por São Paulo na mesma legenda. Deixando a Câmara Municipal, iniciou seu novo mandato na Câmara Federal em fevereiro de 1951. Reeleito nos pleitos de outubro de 1954 e de 1958, a partir de 1961 tornou-se presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Em outubro de 1962 voltou a eleger-se deputado federal por São Paulo, dessa vez na legenda da coligação formada pela UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Rural Trabalhista. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional N.º 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), em cuja legenda mais uma vez foi eleito deputado federal no pleito de novembro de 1966. Ainda nesse ano deixou a presidência da Comissão de Educação e Cultura, e em 1971 encerrou seu mandato.

Na Câmara dos Deputados, Lauro Cruz dedicou especial atenção ao campo da assistência social, da educação e da saúde, tendo sido o autor de projetos de lei e de assistência à maternidade, de criação do instituto de aposentadoria e pensões dos professores do ensino privado e de regulamentação da profissão de assistente social.

⁶⁵ Vide <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-monteiro-da-cruz>.

Foi presidente durante 20 anos da Associação Evangélica Beneficente de São Paulo, mantenedora de sete instituições de assistência social, e sócio honorário da Sociedade Bíblica do Brasil, da Sociedade Bíblica Americana e da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira. Foi também presidente do Conselho de Curadores da Universidade Federal de São Carlos e do Fundo Cristão para Crianças.

Faleceu em São Paulo no dia 23 de abril de 1989.

Foi casado com Ida Osório Teixeira da Cruz, com quem teve dois filhos. Viúvo, contraiu segundas núpcias com Maria Carolina Funck Monteiro da Cruz.

Além de diversos artigos científicos, publicou O quadro leucocitário em clínica — contribuição para o seu estudo por um novo método gráfico (1932), Método gráfico para o serviço de hemograma e Tratamento das anemias pelo ferro reduzido. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 71).



O *site* da Associação Evangélica Beneficente (AEB) apresenta, muito brevemente, a indicação de que Lauro Monteiro da Cruz foi o segundo presidente desta instituição, criada em 1928 como “Sociedade União e Trabalho Vila Samaritana”, dedicada originalmente a abrigar pessoas acometidas de tuberculose e prover-lhes tratamento médico e alimentação, passando depois a ser responsável por escolas, hospitais e uma grande rede de suporte e apoio aos mais necessitados em vários estados do país. O Dr. Cruz, como era chamado, atuou como presidente da AEB por quase trinta anos, entre 1935 e 1964, sendo responsável por uma expressiva expansão e consolidação da instituição, especialmente para fora do escopo único voltado ao tratamento de doentes tuberculosos. Em 1953, graças à sua atuação parlamentar, Lauro Monteiro da Cruz também foi capaz de aprovar um projeto de lei que autorizava, pela primeira vez, a importação de bíblias evangélicas estrangeiras, em português, sem que fosse necessária uma burocrática autorização de importação, com o pagamento de pesadas taxas, ao Banco do Brasil, algo que devia ser repetido a cada nova encomenda importada dos Estados Unidos ou da Grã Bretanha. Tal atitude levou Lauro Cruz a ser homenageado pela Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), conforme narra o livro *História da Bíblia no Brasil*, de Luiz Antônio Giraldi, publicada por aquela entidade. Mais tarde, o deputado Lauro Cruz acabaria por se tornar sócio honorário daquela instituição, assim como também de suas congêneres americana e britânica.

Há, ainda, uma pequena quantidade de artigos científicos e dissertações de mestrado, em sua quase totalidade relacionada às áreas de história e de teologia ou ciências da religião, que cita Lauro Monteiro da Cruz por seu papel como líder leigo e presbítero na Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, ao afirmar sua participação eclesiástica no âmbito da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), seu trabalho no estabelecimento político, administrativo, normativo, missionário e nas

obras de caridade da IPIB, na propagação das crenças e na diferenciação da fé professada pela IPIB em relação àquela da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), de onde esta denominação se desligou, ainda em 1903, e no seu papel como parlamentar evangélico em um momento em que a comunidade protestante começava a, como a católica, adotar posições políticas efetivas para a defesa de seus próprios interesses religiosos, algo que tem perdurado até aos dias atuais.

Infelizmente, não é possível esclarecer com maior precisão quais eram as afinidades existentes entre Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz, como efetivamente se conheceram ou qual era o nível de amizade existente entre os dois, especialmente, como já dito, diante da limitação de material bibliográfico a respeito de Lauro Cruz disponível em diferentes acervos pesquisados, inclusive na *internet*. Tudo nos leva a crer que tal indisponibilidade de fontes de consulta esteja relacionada com uma postura pessoal reservada e mais afeta à vida privada do que à fama no dia a dia do fazer parlamentar do presbítero e médico que se tornou deputado. Existem, no entanto, algumas características das biografias de Ernesto Pereira Lopes e de Lauro Monteiro da Cruz que são interessantemente similares e convergentes, fazendo-nos imaginar a possibilidade de que os futuros deputados tivessem já se conhecido mesmo antes de iniciadas as suas respectivas carreiras políticas no Congresso Nacional. Vejamos um comparativo dessas similitudes biográficas:

Tabela 3: Similaridades biográficas entre Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz

A respeito de Ernesto Pereira Lopes:	A respeito de Lauro Monteiro da Cruz:
 <p data-bbox="352 1664 671 1693">Fonte: Brasil (Câmara, 2020)</p>	 <p data-bbox="922 1664 1241 1693">Fonte: Brasil (Câmara, 2020)</p>
- Cristão Católico Romano;	- Cristão Evangélico Presbiteriano Independente;
- Nasceu em São Paulo, São Paulo, em 29 de março de 1905;	- Nasceu em Santos, São Paulo, em 3 de julho de 1904;
- Faleceu em São Carlos, São Paulo, em 31 de julho de 1993, aos 88 anos de idade;	- Faleceu em São Paulo, São Paulo, em 23 de abril de 1989, aos 84 anos de idade;
- Inscreveu-se nas forças paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932, sendo nomeado ao posto de 1º Tenente de Infantaria;	- Participou do Curso de Emergência de Medicina de Guerra para Médicos Civis do Serviço de Saúde do Exército, sendo nomeado Major-Médico da Reserva de 2ª classe;
- Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo (da USP) em 1929;	- Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo (da USP) em 1931, com

	doutorado em medicina pela mesma instituição em 1940; - Ainda em 1940, formou-se Bacharel em Ciências Físicas pela hoje extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP;
- Pouco tempo após os estudos, ingressou nas fileiras do Partido Democrático;	- Pouco tempo após os estudos, ingressou nas fileiras do Partido Democrático;
- Atuou, por aproximadamente cinco anos, como docente assistente voluntário na 2ª Cátedra de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da USP;	- Lecionou física e biologia no Colégio Universitário, física geral e experimental na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e ocupou a Cátedra de Física Biológica na Escola Paulista de Medicina (EPM) até 1966, quando se aposentou, embora tenha se licenciado a partir de 1950 para o desenvolvimento de suas atividades legislativas;
- Ingressou na União Democrática Nacional (UDN) onde, em 1947, elegeu-se Deputado Estadual. Já tinha sido vereador em São Carlos (1935) pelo Partido Democrático;	- Ingressou na União Democrática Nacional (UDN) onde, em 1947, elegeu-se Vereador em São Paulo;
- Em 1950, elegeu-se Deputado Federal pela UDN, por São Paulo;	- Em 1950, elegeu-se Deputado Federal pela UDN, por São Paulo;
- Atuou no ARENA após a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo;	- Atuou no ARENA após a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo;
- Fez parte da União Interparlamentar Cristã;	- Fez parte da União Interparlamentar Cristã;
- Em sua carreira parlamentar, apresentou apenas 6 Projetos de Lei à Câmara dos Deputados;	- Em sua carreira parlamentar apresentou 56 Projetos de Lei à Câmara dos Deputados;
- Presidiu, por alguns anos, a divisão brasileira da <i>Friendship Force International</i> ⁶⁶ , hoje denominada Associação da <i>Friendship Force</i> Brasil.	- Presidiu, por alguns anos, a divisão brasileira do Fundo Cristão para Crianças, atual <i>ChildFund</i> Brasil ⁶⁷ .

Fonte: o Autor (MORETTI, 2020).

⁶⁶ A *Friendship Force International* (FFI) é uma instituição criada pelo reverendo presbiteriano David Wayne Smith e patrocinada pelo então governador do Estado da Georgia, Jimmy Carter. Teve suas origens em 1973, quando Smith, que estava em missão no Brasil, organizou uma série de intercâmbios de jovens americanos para o Estado de Pernambuco, ao mesmo tempo em que jovens pernambucanos foram enviados para a Georgia, para visitas de poucas semanas. Os participantes dos intercâmbios, designados “jornadas”, eram alojados em residências dos habitantes locais, compartilhando de seu convívio e hospitalidade. Em 1º de março de 1977, já como Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter apresenta o programa para os governadores americanos, que são encarregados de disseminar a ideia e encontrar lideranças que pudessem presidir os trabalhos em seus respectivos estados. Semelhantemente, lideranças internacionais eram escolhidas para apoiar os trabalhos em áreas de origem, facilitando os intercâmbios e organizando os “clubes” de apoio às “jornadas”. Ernesto Pereira Lopes foi um desses facilitadores e presidiu a *Friendship Force* no Brasil. Por seu trabalho, foi convidado a comparecer à Casa Branca, sede do governo norte-americano, onde foi homenageado por Jimmy Carter e sua esposa, Rosalynn Carter. À página 97 de *Um Homem, Três Dimensões* é possível observar-se um bilhete, emitido em papel timbrado governamental, em que se lê: “*To my friend Periera López (sic), we missed you on this visit and remember you with love as our brother in Christ. Jimmy Carter, Rosalynn Carter*”. Informações sobre a *Friendship Force* estão disponíveis em seus websites <https://www.thefriendshipforce.org>, ou <https://brasil.thefriendshipforce.org>.

⁶⁷ O Fundo Cristão para Crianças surgiu da obra missionária do Dr. J. Calvitt Clarke e de sua esposa Helen, enviados pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos para socorrer crianças chinesas desalojadas pela Segunda Guerra Sino-Japonesa de 1937. Fundada em 1938 como *China's Children Fund*, a organização expandiu suas atividades, mudando de nome para *Christian Children's Fund* em 1951 e, novamente, para *ChildFund International*, em 2009, após adotar um método de trabalho menos focado em aspectos religiosos cristãos, mediante uma associação prévia realizada com onze outras instituições congêneres, de diferentes partes do mundo, ainda em 2002, chamada *ChildFund Alliance*. No Brasil, a organização existe desde 1966 e é focada na distribuição de recursos em auxílio a instituições que cuidam de crianças carentes. Informações adicionais podem ser obtidas nos websites <https://www.childfund.org>, ou <https://www.childfundbrasil.org.br>.

Como se observa, ambos eram médicos, formados pela mesma escola superior, tiveram treinamento militar, ingressaram jovens na política e participaram das mesmas agremiações partidárias. Mas, talvez, tenha sido a profissão religiosa, curiosamente uma característica que os distinguiu entre si, associada a uma aversão comum à esquerda e ao medo então existente à constante ameaça do comunismo, um “monstro demoníaco” sempre presente no discurso político da direita de então, os fatores que mais os tenham ligado, aproximando estes dois parlamentares paulistas e trazendo-os para uma parceria de trabalho e amizade pessoal que perdurou pelo resto de suas vidas.

Podemos auferir isso ao analisar brevemente o artigo “Interface entre o Religioso e o Político: o golpe civil-militar de 1964 e a Igreja Presbiteriana do Brasil”, de Márcio Ananias Vilela, onde o autor explora a visão daquela comunidade protestante calvinista quanto à “Revolução de 1964”, indicando que:

A aprovação e apoio ao governo começavam efetivamente a ser volumosos na imprensa presbiteriana, a partir do mês de maio [de 1964]. Grupo que se torna dominante na Igreja Presbiteriana do Brasil e no comando do jornal [Brasil Presbiteriano], implementando outra orientação religiosa e política ao jornal, em grande medida diferente da que existia, onde predominava a visão de que a igreja deveria ter uma ativa participação política e social frente às reformas que o país necessitava. São matérias elogiosas à nova situação política do país: exemplo dessa perspectiva foi a divulgação de uma mensagem de congratulações ao governo, intitulada Representação ao Sr. Presidente da República. A matéria, dirigida ao Presidente Marechal Castelo Branco, foi apresentada na Câmara dos Deputados pelo parlamentar do estado de São Paulo, Lauro Monteiro da Cruz, [pertencente à Igreja Presbiteriana Independente,] solicitando orações dos presbiterianos ao novo governo. (VILELA, 2014, p. 75).

Na introdução desse mesmo artigo, o autor afirma ainda sobre uma particularidade especificamente relevante da comunidade presbiteriana, que a separava de outros ramos da fé protestante de inspiração calvinista ou reformada instalados no país, uma vez que preferiam manifestar-se abertamente sobre questões políticas e, mesmo, tomar partido em apoio ao novo regime. Diz o texto:

Analisar este periódico nos permite entender certas particularidades da Igreja Presbiteriana frente ao Golpe civil-militar de 1964. Especificidades que a diferem de instituições religiosas como a Igreja Metodista, cuja cúpula praticamente não se manifestava em relação ao Golpe (...). (VILELA, 2014, p. 73).

Na Representação acima citada, apresentada à Câmara dos Deputados por Lauro Monteiro da Cruz, “o Sínodo [da Igreja Presbiteriana], respeitosamente, [declarava] que

[dirigia] a Deus orações em favor do mais alto magistrado da República” (Representação ao Sr. Presidente da República. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 8, p. 1, maio de 1964; apud VILELA, 2014, p. 75) e compara o Presidente Marechal Castelo Branco ao Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, quando pede “que a espada de Caxias, — fulgurante e impávida —, reviva nas mãos austeras de V. Excia., como garantia e penhor da defesa das instituições democráticas da República” (Representação... apud VILELA, 2014, p. 75). Vilela indica, ainda, que:

Com o uso político da fé e posicionamento político da Igreja Presbiteriana do Brasil, almejava-se a salvação democrática como um projeto de pacificação dos embates existentes no Brasil nos idos de 1964, reconhecendo-se inclusive o autoritarismo como prática necessária na defesa da nação e legalidade democrática contra a possível subversão comunista. (VILELA, 2014, p. 75).

Parece-nos, portanto, que, se não restasse plenamente clara a aversão política de Lauro Cruz à esquerda diante de suas associações partidárias, que reconhecidamente apoiaram o regime instaurado em abril de 1964, suas relações religiosas declaram então, ainda mais precisa e abertamente, o seu pensamento político a este respeito. Dirá o(a) leitor(a) mais alerta que o texto de apoio ao General Castelo Branco, publicado no periódico *Brasil Presbiteriano*, no entanto, indicava o pensamento da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), e que Lauro Cruz professava fé na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), uma dissidência denominacional daquela primeira, cujo veículo oficial se chama *O Estandarte*. No entanto, os princípios conservadores, neste momento, aparentemente se faziam presentes em ambas as instituições reformadas, que procuravam reaproximar-se após os cismas que resultaram em suas separações, muito embora tal reaproximação não tenha resultado na reunificação das denominações até hoje ainda separadas.

Ernesto Pereira Lopes, semelhantemente, associava-se ao conservadorismo anticomunista por viés religioso. Em seu artigo “A Ação Política da Igreja Católica na Ditadura Militar: O Caso de São Carlos (SP)”, Emanuelle Kopanyshyn indica-nos que “a Igreja Católica de São Carlos também se envolveu direta e indiretamente nas questões eleitorais” (KOPANYSHYN, 2015, p. 33), onde:

O bispo de São Carlos, dom Ruy Serra, propôs à sua diocese o modelo da *Aliança Eleitoral pela Família (ALEF)*, que substancialmente agia como uma entidade suprapartidária ligada à diocese para congregar candidatos ligados a questões religiosas, sobretudo as ligadas ao combate ao comunismo e ao

divórcio e em defesa de prerrogativas do ensino religioso no campo educacional. (KOPANYSHYN, 2015, p. 33).

Em seu artigo, Kopanyshyn ainda afirma que:

Em 1962, a ALEF, com objetivo de orientar os votos dos fiéis são-carlenses, indicou uma lista de candidatos aos pleitos do governo do estado de São Paulo, Assembleia Legislativa e Câmara Federal. A lista foi aprovada pelo bispo diocesano e enviada, via boletim mensal da cúria, a todas as paróquias da diocese, onde os padres deveriam repassar o levantamento feito pela entidade a seus fiéis. As chamadas nos boletins diocesanos traziam os dizeres: “A Aliança Eleitoral Pela Família, já amplamente aprovada e abençoada pelo Episcopado, será valioso instrumento na orientação do eleitorado”.

Após as eleições, foi enviada outra lista, agora dos nomes dos eleitos dentre aqueles que haviam sido indicados e se comprometido com a ALEF de todo o estado de São Paulo. (...)

Ernesto Pereira Lopes, “cabeça” da UDN em São Carlos, estava na lista da ALEF e já se destacara nas eleições legislativas federais, em grande parte porque conseguia arcar com os custos da campanha a âmbito regional, e se elegeu como deputado federal em três mandatos (SGUISSARDI, 1993, p. 30). Durante o regime militar, Lopes filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pela qual foi deputado federal em mais dois mandatos. Era líder de um importante grupo de industrialistas e sócio de um jornal na cidade, o *Correio de São Carlos*, conhecido pelo forte combate ao comunismo.

Segundo René Dreifuss (1987), o grupo empresarial de Ernesto Pereira Lopes teria sido um dos patrocinadores da ação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) na articulação da campanha para a derrubada do presidente João Goulart em 1964. O político era ainda tido como um católico assíduo aos eventos religiosos, amigo pessoal do bispo dom Ruy Serra e generoso nas doações que fazia às obras da diocese (PAINO, 2002). (KOPANYSHYN, 2015, p. 34).

Corroborando as descrições acima, afirmaria Ernesto Pereira Lopes, em sua biografia:

Sempre fui muito religioso e essa característica não poderia deixar de se manifestar em minha atividade política. Com outros políticos que comungavam dos mesmos princípios, formamos um grupo que se reunia para debater e para orar.

Desde os primeiros dias da constituição do Grupo Parlamentar de Liderança Cristã, em Brasília, nos anos [19]60, participei desse magnífico movimento, que reunia homens determinados a exercer suas funções públicas dentro dos princípios do cristianismo. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 74).

Tal afirmação se coaduna, ainda, com outro trecho, presente na mesma página, um parágrafo antes, onde Pereira Lopes (ou seu *alter ego*) claramente determina seu posicionamento quanto à Revolução de 1964, declarando que:

A Revolução de 1964 foi, em minha opinião, necessária naquele momento que o país vivia. Eliminou-se a possibilidade de uma crise institucional de maiores

proporções. Houve necessidade de algumas medidas duras, mas sempre me coloquei entre os que advogavam a necessidade de as liberdades democráticas prevalecerem. (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 74).

Fez-se, portanto, uma rápida descrição a respeito dos “pais” da Universidade Federal de São Carlos. Não é possível conceber plenamente em que circunstâncias a ideia surgiu, ou quais foram os efetivos porquês de Ernesto Pereira Lopes parecer um tanto quanto “de escanteio” no processo de criação da Universidade Federal de São Paulo, dando papel protagonista a Lauro Monteiro da Cruz nos assuntos afetos à criação da nova Universidade, a ser sediada em pleno “curral eleitoral” de Pereira Lopes. Contudo, é impossível negar o fato, declarado pelo próprio deputado radicado em São Carlos em sua biografia, e corroborado extensamente por Sguissardi e por tantos outros, de que Pereira Lopes é o autor primeiro da proposta de criação da U. F. S. P., certamente o mentor intelectual daquilo que viria a ser a futura UFSCar. Acreditamos que o papel de Lauro Cruz nesse processo tenha sido decisivo por conta de sua membresia na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, comissão esta que ele mesmo viria a presidir entre 1961 e 1966, mas não é possível saber quais eram precisamente os interesses que se irmanaram entre os deputados no sentido de apoiarem-se mutuamente nessa ideia. O que veremos, no entanto, a seguir, é que a proposta dos amigos e colegas legisladores não passaria assim tão facilmente como provavelmente estes esperavam, agregando-se aos artigos 11, 12 e 13 da Lei Federal N.º 3.835, de dezembro de 1960 muito mais polêmicas e críticas do que o esperado presente de Natal que se pretendia fornecer (ou não) à comunidade são-carlense ao término daquele ano.

2.3 – A primeira oposição: a Escola de Engenharia de São Carlos, o Conselho Universitário da USP e o Centro Acadêmico “Armando de Salles Oliveira”, o CAASO

Valdemar Sguissardi é claro ao afirmar que “a cidade de São Carlos esteve estranhamente ausente deste acontecimento — que iria marcar sua vida cultural-educacional e também político-social daí em diante — até ser surpreendida pelas manchetes dos jornais da capital do Estado (O Estado de São Paulo, OESP, e Folha de São Paulo, FSP), no dia 27 de dezembro de 1960” (SGUISSARDI, 1993, p. 79). De fato, a primeira manifestação quanto à instalação da U. F. S. P. não foi uma grande reportagem comemorativa publicada nos jornais da cidade, alardeando “mais uma conquista de nosso

deputado federal, o Dr. Pereira Lopes”, uma reportagem comemorativa de oito minutos, cheia de entrevistas de, no máximo, 12 segundos (cortadas cirurgicamente na sala de edição) no “Jornal da EPTV – Primeira Edição” (que, convenhamos, nem existia na época – aliás, nem o jornalístico e nem a própria emissora de TV), ou ainda nem mesmo uma grande faixa de tecido branco de algodão, cheia de furinhos arredondados, pintada à tinta por grandes mestres letreiros regionais como José de Oliveira, o “Zé Pintor”⁶⁸, exibindo dizeres tais como “A população de São Carlos saúda os dep.s Pereira Lopes e Lauro Cruz pela conquista da Universidade Federal para a nossa gente!”, estendida sobre a Avenida São Carlos à altura da Catedral, ou mesmo do Mercado Municipal, defronte à Praça dos Voluntários. Não. Nenhuma dessas populares iniciativas marcou a cidade como um “presente de Natal” pela chegada da UFSCar. Nenhuma missa de ação de graças na Igreja Santo Antônio, na Vila Prado, nenhuma palavra noticiosa ou festiva na Rádio Progresso ou na Rádio São Carlos, nenhuma conversa de botequim no Café Dona Júlia ou aonde quer que fosse. A notícia do surgimento de outra escola superior em São Carlos se deu pela imprensa estadual, mas diferentemente do que afirmou Sguissardi, ocorreu, de fato, dois dias antes do Natal de 1960, em uma pequenina nota de onze linhas publicada em reportagem que versava sobre a abertura das inscrições para o vestibular da USP, em que se dizia:

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

O Conselho Universitário deverá reunir-se extraordinariamente no próximo dia 26, às 10 horas, a fim de discutir medidas para resguardar os interesses da Universidade de São Paulo face á recente criação da Universidade Federal de São Paulo, pela lei federal 3.835, publicada no “Diário Oficial” da União de 13 do corrente. (CONSELHO Universitário, 23 dez. 1960, p. 13).

Outra diminuta nota, quase idêntica, apareceu na edição de Natal, dois dias depois, logo abaixo da mensagem festiva do governador do Estado, Carvalho Pinto, constando dessas poucas linhas o seguinte texto:

Universidade Federal de São Paulo

O Conselho Universitário da USP deverá encaminhar, em reunião a realizar-se amanhã, às 10 horas, medidas necessárias para “resguardar os interesses da Universidade de São Paulo diante da criação da Universidade Federal de São Paulo”. A Universidade Federal foi criada pela lei 3.835, publicada dia 13 último. (UNIVERSIDADE Federal de São Paulo, 25 dez. 1960, p. 19).

⁶⁸ Sobre o profissional letrista José de Oliveira, vide <http://www.lugardotrem.com.br/search/label/Z%C3%A9%20Pintor>.

Sguissardi, no entanto, tem razão ao afirmar que foi somente em 27 de dezembro que ocorreu a primeira ampla manifestação quanto à criação da U. F. S. P., a partir da publicação de um “manifesto do Conselho Universitário da USP, repudiando a incorporação da Escola de Engenharia de São Carlos - EESC à nova universidade” (SGUISSARDI, 1993, p. 79). Até então, a notícia não tinha tido grande circulação, e certamente pairavam dúvidas a respeito entre os poucos que tiveram acesso às pequenas notas anteriores. O autor, apropriadamente, discorre que:

Tanto a tramitação e aprovação da Lei 3.835, no CN, quanto sua homologação pelo pres. da República, em 13 de dezembro de 1960, foram ignoradas pela população são-carlense. Durante os quatro meses decorridos da aprovação da emenda [de Lauro Monteiro da Cruz ao Projeto de Lei N.º 2.007/60] na Comissão de Educação e Cultura da Câmara à sanção presidencial [por Juscelino Kubitschek] nem mesmo o jornal *Correio de São Carlos*, de propriedade do deputado federal e industrial Ernesto Pereira Lopes, publicou qualquer matéria a respeito.

Dir-se-ia que era próprio do deputado Lauro Monteiro da Cruz não fazer alarde de suas iniciativas. Mas este comportamento não era normalmente esperado de seu grande aliado e principal beneficiário dos desdobramentos da aprovação dessa lei, deputado Ernesto Pereira Lopes. Tampouco se poderia esperar sigilo de tantos deputados e seus assessores em relação a uma matéria que para ser aprovada, conforme declarações aos jornais de Ary Pinto das Neves, pres. da Câmara Municipal, e do próprio dep. Lauro Monteiro da Cruz, contara com o apoio unânime de toda a bancada paulista na Câmara e no Senado Federais e do Governo do Estado, através de sua Assessoria Técnica Legislativa.

(...)

A ausência de São Carlos na tramitação da lei que autoriza a criação da UFSCar mostra que ela não foi uma reivindicação nem da população são-carlense nem de grupos organizados locais. Teria sido, de fato, obra da iniciativa pessoal de Lauro Monteiro da Cruz, articulado com o tradicional político-empresário são-carlense Ernesto Pereira Lopes, que contou, para sua rápida aprovação no Congresso Nacional, com o indispensável aval do governador Carvalho Pinto e da bancada federal paulista. (SGUISSARDI, 1993, pp. 79-80).

De fato, à página 15 da edição de 27 de dezembro, O Estado de S. Paulo publicaria, em inteiro teor, reportagem intitulada “A USP contra a lei que cria a Univ. Federal de S. Paulo”. Igualmente, a Folha de S. Paulo o faz, também integralmente, à página 8 de sua edição de mesma data, tendo como manchete “Manifesta-se oficialmente contra a Universidade Federal o Conselho Universitário”. Em ambas as publicações, tomou-se a opção, incomum para a época, mas não totalmente inédita, de publicar-se o parecer completo que foi recebido pelo Conselho Universitário da USP de uma comissão designada por aquele mesmo colegiado, dias antes, para apreciar a questão. Estas publicações, em inteiro teor, nos dois maiores jornais do Estado de São Paulo, certamente resultaram em que a comunidade local viesse a descobrir o que se desenrolava no meio político já desde meados do primeiro semestre daquele ano. Em outras palavras,

finalmente o assunto chegava aos ouvidos da comunidade são-carlense e, da mesma forma, aos demais interessados no tema, espalhados por todo o Estado.

Sguissardi avalia que:

É surpreendente que o deputado Lauro Monteiro da Cruz, há 10 anos atuando na Comissão de Educação e Cultura [da Câmara], relator nessa época do projeto de lei que se transformaria na Lei 4.024 (a LDB) e considerado um dos maiores especialistas em questões de legislação educacional no Congresso Nacional tenha sido o proponente de artigos de lei que iriam provocar tão vivas e justificadas reações. É surpreendente que o seu faro político, de seu parceiro Ernesto Pereira Lopes e dos assessores de ambos não os tenha alertado para o previsível e inevitável confronto.

Dada a pressa e aparente oportunismo da apresentação da emenda propondo a criação da U. F. S. P. pelo dep. Lauro M. da Cruz, em agosto de 1960, ele não teria de fato se aconselhado com nenhum dos responsáveis pela EESC/USP. Segundo vários depoimentos de contemporâneos, não havia nenhum movimento em São Carlos e na própria EESC que sugerisse insatisfação em relação a sua filiação à USP e muito menos vontade de ser federalizada. (SGUISSARDI, 1993, p. 81).

Tal afirmação faz sentido, quando se observa diretamente o teor do parecer concedido pela comissão do Conselho Universitário da USP ao próprio colegiado que a instituíra, publicado, como dito, nos jornais da capital paulista, onde, entre outras duras expressões, assim se deliberava sobre o assunto:

Em matéria educacional há, se não nega, competência correspondente do Estado e da União, sendo lícito a esta criar, nas unidades federadas, escolas ou universidades federais.

Portanto, se a União deseja ampliar seu sistema de ensino, criando a Universidade Federal de São Paulo, que o faça, mas respeitando a autonomia do Estado de São Paulo, sendo ilícito retirar da organização local por ato de arbítrio uma escola superior integrante de seus serviços educacionais. E retirar, como retirou, á socapa, ignorando o Estado de direito, sob o qual vivemos, e as mais mezinhas garantias constitucionais.

(...) Não ficou, contudo, apenas nisto, esse malsinado ato federal. Além de integrar, à revelia do Estado, na U. F. S. P. a Escola de Engenharia de São Carlos, transformando-a em estabelecimento federal de ensino superior, consagrou a lei N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960 um verdadeiro confisco, quando estabeleceu que essa transformação se opera sem ônus para a União, mediante a incorporação ao patrimônio desta dos bens imóveis em que funciona a escola — que se declara, na lei, como de propriedade do Estado de São Paulo — bem como de suas atuais instalações.

Jamais se viu tamanho disparate, que não exalta o Legislativo, que elaborou a lei, nem recomenda o Executivo, que a sancionou e fez publicar.

Se a todos — pessoas físicas e pessoas jurídicas — é assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização, em dinheiro, e se a própria Constituição não admite o confisco, nada existe que possa justificar o ato da União tomando conta de bens do Estado, sem indenização. (A USP contra a lei que cria a Univ. Federal de S. Paulo, 27 dez. 1960, p. 15).

No dia 28 de dezembro, tanto a Folha de S. Paulo quanto O Estado de S. Paulo publicaram editoriais categoricamente aversivos à nova Universidade Federal, apoiando os argumentos do Conselho Universitário da USP e destacando a ingerência da União sobre assuntos internos do Estado quanto à questão da apropriação, pelo ente federal, do patrimônio estadual da EESC. Os arquivos da Folha encontram-se, infelizmente, ilegíveis, sendo preservados apenas os trechos que Sguissardi publicou à página 83 de *Universidade, Fundação e Autoritarismo*, mas os arquivos do “Estadão” são capazes de nos fornecer uma visão mais ampla das críticas que, em editorial, se fazia à instalação da U. F. S. P., sob o aspecto técnico e sob o político, quando se observam estas suas duras palavras:

Habitados à política fantasista e irresponsável do governo da União, nada que dele nos venha neste fim de mandato pode modificar o juízo que sobre ele elaboramos. Não foi, entretanto, sem um vivo sentimento de indignação que tomamos conhecimento da lei que acaba de criar aquilo a que o Legislativo e o Executivo nacionais insistem em chamar de Universidade Federal de São Paulo. E isso porque se trata de uma medida indefensável do ponto de vista educacional, político, moral e jurídico.

Passamos mais de um século sem ter uma única Universidade. Foram precisos esforços enormes e a conjugação de uma série de boas vontades e competências aplicadas à solução de problemas de extrema complexidade para que surgisse a primeira — a de São Paulo — graças, sobretudo, à visão de Armando de Salles Oliveira. E precisamente porque raras pessoas no País faziam a menor ideia do que é realmente uma Universidade, a partir de então não houve Estado que não desejasse também possuir a sua numa emulação ridícula e primária. O resultado é o que aí está, a lamentável proliferação de Institutos que são verdadeiras colchas de retalhos e de Universidade só têm o nome. O fato de estar mais do que provado que a Universidade de São Paulo continua, vinte e seis anos após a sua fundação, a ser a única que se aproxima dos ideais universitários pela orgânica, pelo espírito e pela qualidade técnica, não impede que por esse Brasil fora as Universidades surjam como cogumelos. Se outros motivos e bem poderosos não houvessem para condenar a sua criação, bastaria o absurdo que resulta da própria localização das futuras faculdades, separadas umas das outras por centenas de quilômetros. Mais de uma vez temos dito nestas colunas que uma Universidade é um corpo vivo, com tradições muito suas, com uma alma própria. Que força e que coesão pode ter essa esdrúxula Universidade Federal em que não há interdependência e intercâmbio possíveis? Nenhuma.

(...)

Sancionando tal Lei deu-nos, portanto, o sr. Juscelino Kubitschek mais uma prova da sua completa incapacidade para exercer a chefia do Executivo.

A situação é sem dúvida grave, (...) um caso delicadíssimo, criado pela inconsciência e irresponsabilidade conjugadas do Legislativo e Executivo federais. (INTERVENÇÃO ilegítima da União em São Paulo, 28 dez. 1960, p. 3).

Sguissardi rememora que o jornal O Estado de S. Paulo teve papel atuante e significativo para o estabelecimento da USP, ainda na década de 1930, sendo um de seus proprietários, o jornalista Júlio de Mesquita Filho (cunhado do então interventor do

Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira) um de seus fundadores e grande defensores e incentivadores. De fato, Júlio de Mesquita Filho viria a ser homenageado com seu nome dado à Universidade Estadual Paulista, a UNESP, quando de sua criação. Esta característica, portanto, por si só já é significativa em descrever a condição de expressa oposição que o “Estadão” ofereceu à iniciativa empenhada por Lauro Cruz e Pereira Lopes desde o princípio. Mas Sguissardi vai mais além ao interpretar que “com a proposta de incorporação da EESC à U. F. S. P. feria-se (sic) os brios de um Estado (se assim se pode falar) que nem sempre tem convivido amistosamente com a federação” (SGUISSARDI, 1993, p. 82), de tal maneira que “acoimar a criação da Universidade Federal de São Paulo de fundada em “objetivos políticos”, naquele momento, era desfazer de qualquer outra motivação mais nobre que pudesse(m) ter tido seu(s) idealizador(es)” (SGUISSARDI, 1993, p. 83). A Folha de S. Paulo, que, aparentemente, à época, tinha uma publicação mais simples e um menor número de páginas impressas a cada edição, porém, também se mostrou contra as primeiras iniciativas de instalação da U. F. S. P., como se pode observar pelo dito editorial de 28 de dezembro, provavelmente indicando tal discordância devido à localidade escolhida como sede da nova empreitada, a ser instalada fora dos grandes centros urbanos de então, em área de menor influência da grande mídia paulistana.

Ainda no dia 28, uma “comissão” são-carlense se dirigiu à capital do Estado, com o fito de “cumprimentar o dep. Lauro Monteiro da Cruz”. “Tal comissão”, afirma Sguissardi, “era formada pelos srs. dep. Ernesto Pereira Lopes, prof. Ary Pinto das Neves, pres. da Câmara Municipal e prof. Antônio Stella Moruzzi, vereador e diretor do Instituto de Educação” (SGUISSARDI, 1993, p. 84). O autor afirma, no entanto, que “de fato, essa comissão tinha objetivos que ultrapassavam os meros cumprimentos ao deputado Lauro M. da Cruz. Era necessário tomar urgentes providências para superar os problemas criados com a reação da EESC e do Conselho Universitário da USP contra a incorporação dessa Escola à UFSCar” (SGUISSARDI, 1993, p. 84), uma vez que “o pleito da USP e [da] EESC era considerado justo, mas não poderia inviabilizar a própria [nova] Universidade” (SGUISSARDI, 1993, p. 84). De fato, a oposição crescia a olhos vistos, e a recém-criada congregação da EESC preparava-se para recorrer à justiça, se preciso fosse, para reaver a manutenção da Escola de Engenharia na estrutura da USP. O CAASO, da mesma forma, manifestava-se contrário à decisão através de uma publicação aberta de sua diretoria, divulgada em 3 de janeiro de 1961 nos jornais locais. De fato, se não fossem as férias escolares, talvez maiores manifestações tivessem sido vistas entre os estudantes

da organização conhecida pelas suas cores amarelo e preto, inimiga ferrenha, desde então, da instituição que viria a se pintar de vermelho e branco, depois de resolvidos os imbróglis de sua fundação, ao menos no que concerne ao âmbito acadêmico-desportivo⁶⁹.

Como resultado desta primeira “visita de cortesia”, no dia 6 de janeiro de 1961 uma pequena peça noticiosa foi publicada no “Estadão”, sob a manchete “S. Carlos: nota sobre a criação da Universidade”, de autoria “do correspondente”. Dizia a publicação:

SÃO CARLOS, 5 - O presidente da Câmara Municipal, vereador Ari (sic) Pinto das Neves, distribuiu hoje um comunicado à imprensa, reportando-se aos entendimentos que precederam a votação, no Congresso Nacional, do projeto de criação da Universidade Federal de São Paulo, com sede em São Carlos. Declara a nota que o apoio da bancada paulista resultou de conversações prévias com a Assessoria Técnico-Legislativa. Segundo o presidente da Edilidade, o projeto permitirá à União dar uma contribuição maior ao desenvolvimento do ensino superior em nosso Estado. (S. CARLOS: nota sobre a criação da Universidade, 06 jan. 1961, p. 12).

Naquele mesmo “Dia de Reis”, no entanto, novamente se fez apresentar a comissão são-carlense enviada a São Paulo, ficando decidido, após uma série de reuniões, que uma saída para a crise com a USP seria alterar o texto da Lei Federal N.º 3.835, retirando desta a citação à EESC e incorporando, em seu lugar, uma citação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos. Esta faculdade foi criada por meio da Lei Estadual N.º 5.015, de 6 de dezembro de 1958, enxertada em legislação afeta à incorporação, pelo Estado de São Paulo, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, até então uma instituição privada. A Faculdade de Filosofia de São Carlos,

⁶⁹ Parece-nos não ser necessário esclarecer isso a um(a) leitor(a) que porventura se interesse pela história da UFSCar (ou pela da USP em São Carlos), mas talvez seja importante clarificar mesmo assim que as cores “dourado e azul escuro”, modernamente substituídas pelo “amarelo e preto”, são aquelas utilizadas para representar academicamente os estudantes da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), da USP, congregados no Centro Acadêmico “Armando de Salles Oliveira”, o CAASO. Com o desmembramento da EESC nos atuais Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC), Instituto de Física de São Carlos (IFSC), Instituto de Química de São Carlos (IQSC) e Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), a organização estudantil da USP São Carlos continuou concentrada no CAASO, ao invés da criação de novos centros acadêmicos para cada nova unidade. A divisão atlética do CAASO, formalmente denominada como Associação Atlética Acadêmica do *Campus* de São Carlos da USP (AAACSC-USP), desde a instalação da UFSCar, em 1970, tem como seu grande adversário desportivo exatamente a “Federal”, cuja Associação Atlética Acadêmica (AAA-UFSCar), há décadas, adotou como suas cores estudantis o “vermelho e branco”, além do verde, cor tradicional da mais antiga logomarca da Universidade (vide página 70 deste trabalho), utilizada sempre em associação ao seu mascote, o “Dragão Verde da UFSCar” – o mascote do CAASO/USP é o porco. A rivalidade desportiva entre as instituições se manifesta anualmente, desde 1979, na TUSCA, a Taça Universitária de São Carlos, cuja 40ª edição, ocorrida em 2019, consagrou mais uma vez a AAA-UFSCar como campeã, o que ocorre pela 35ª vez (a AAACSC/CAASO foi campeã da taça apenas nos anos de 2007, 2009, 2012 e 2013, com outra instituição atlética sendo vitoriosa em 1987 – o evento não aconteceu nos anos de 2000 e 2020).

no entanto, ainda não havia sido instalada⁷⁰. De fato, infelizmente, jamais viria a sê-lo⁷¹. Embora tal faculdade nominalmente ainda fosse um “patrimônio” do Estado, acreditavam os membros da comissão, assim como o deputado Lauro Cruz, que seria mais fácil convencer o governo estadual da viabilidade de transferência à União de um ente ainda não efetivamente normatizado e sem qualquer patrimônio tangível, servidores e estudantes, do que uma escola já tradicional e consolidada como a EESC. A faculdade de filosofia, no entanto, era necessária, segundo os enviados são-carlenses, para servir de embrião à U. F. S. P., de modo que não ficasse instalada na cidade apenas a reitoria da universidade, sem qualquer curso superior ou instituto acadêmico que a ela fizesse companhia, uma vez que não faria qualquer sentido a administração central da instituição ficar isolada de quaisquer de seus colégios constituintes. Continua, então, Sguissardi:

Lauro M. da Cruz esteve com o governador Carvalho Pinto e, de comum acordo com este, manteve entendimentos com o reitor da Universidade de São Paulo. O governador determinou ao Grupo de Trabalho que então estudava a situação do Ensino Superior Paulista, presidido pelo prof. Almeida Júnior, que buscasse uma fórmula conciliatória para satisfação de todos os interessados. Segundo o relato do prof. Ary Pinto das Neves, a mesma Comissão [municipal] retornou a São Paulo em 6 de janeiro de [19]61 para um encontro com o prof. Almeida Júnior. O governador acatava a sugestão de não incorporação da EESC e de instalação imediata da Faculdade de Filosofia, que deveria [ser federalizada e] constituir-se no núcleo da Universidade Federal. (SGUISSARDI, 1993, p. 85).

⁷⁰ Em 6 de dezembro de 1958, o Governo do Estado de São Paulo promulgava a Lei Estadual N.º 5.015, que “[incorporava] ao sistema estadual de ensino superior, na qualidade de instituto isolado, [a] Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, [até então] mantida pela “Associação de Ensino de Ribeirão Preto”, e [dava] outras providências” (SÃO PAULO, 1958). Os artigos 31 e 32 desta lei, no entanto, tratavam de outra instituição universitária, apresentando o seguinte texto: “Artigo 31 - Fica criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos, na qualidade de instituto isolado do sistema estadual de ensino superior. Parágrafo único - O estabelecimento de ensino de que trata este artigo manterá inicialmente os seguintes cursos: 1 – Matemática; 2 – Física; 3 – Química; 4 – História Natural; 5 – Geografia e História; e 6 – Ciências Sociais. Artigo 32 - Fica o Governador do Estado autorizado a designar um professor universitário para responder pela direção da escola, de que trata o artigo anterior, até a constituição do respectivo quadro de pessoal” (SÃO PAULO, 1958). Esta nova faculdade seria criada em complemento às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras criadas em Araraquara (Lei Estadual N.º 3.842, de 16 de abril de 1957) e em Rio Claro (Lei Estadual N.º 3.895, de 7 de junho de 1957), e instaladas em 1959, expandindo, assim, a oferta de cursos superiores na região central do Estado. As faculdades de Araraquara e de Rio Claro foram logo instituídas, sendo futuramente absorvidas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a UNESP, mas a de São Carlos jamais seria formalizada (vide SGUISSARDI, 1993, p. 85). Quanto à “Associação de Ensino de Ribeirão Preto”, fundada em 1924, uma vez destituída de sua faculdade primeira, teria seus ativos remanescentes adquiridos pelo professor Electro Bonini ainda em 1959, dando origem à Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), instituição privada ainda hoje mantida por essa associação naquela cidade.

⁷¹ Sguissardi se pergunta, à nota 16, no rodapé da página 85 de *Universidade, Fundação e Autoritarismo*: “A ideia de instalação da Fac. de Filosofia, na verdade, jamais é retomada. Teria a experiência da FFCL da USP desaconselhado essa solução face à nova estrutura que se desenhava para as novas universidades a partir do projeto da UnB: institutos básicos ou centrais e faculdades profissionalizantes?” (SGUISSARDI, 1993, p. 85).

Como se pode observar, uma vez a cidade de São Carlos tendo descoberto a “sua Universidade”, não havia mais nenhum tempo a se perder. Era preciso vencer rapidamente a questão com a USP e iniciar de modo célere os preparativos para início de suas efetivas atividades. Conforme afirmou Sguissardi, “essa comissão [de enviados são-carlenses] era a primeira iniciativa de um movimento que [iria] lutar pela instalação da Universidade Federal de São Carlos” (SGUISSARDI, 1993, p. 85). “A reação contrária da EESC”, continua o autor, “de seu Diretório Acadêmico, [o CAASO, e] do Conselho Universitário da USP, deixava as lideranças e o poder público são-carlenses preocupados [de] que a lei pudesse ser revogada ou [de] que sua sede pudesse ser reivindicada por outras cidades de muito maior projeção que São Carlos, como virá a ocorrer nos anos seguintes” (SGUISSARDI, 1993, p. 85). Temendo tal revés, uma correspondência enviada pela Câmara Municipal ao governo do Estado, fartamente republicada nos jornais locais, reivindicava o cumprimento urgente da promessa de campanha do governador Carvalho Pinto quanto à pronta instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos, criada ainda no governo de seu antecessor, Jânio Quadros, bem como o encaminhamento de um projeto de lei que tratasse de sua pronta transferência para a União, a fim de que esta pudesse ser logo encampada pela estrutura da U. F. S. P. Ademais, Lauro Monteiro da Cruz, convidado a falar na Câmara Municipal (também com farta comunicação da imprensa local), explicou sobre a sua intenção em fazer com que a U. F. S. P. fosse instalada em São Carlos, repetindo por várias vezes que a escolha da cidade foi puramente técnica, relacionada à sua posição geográfica central no Estado, ao bom clima que a cidade tinha⁷² e à presença consolidada de organizações acadêmicas importantes na cidade, como o Instituto de Educação e a própria EESC, em nada tendo a ver tal escolha com a pessoa de Ernesto Pereira Lopes, seu grande colega de partido e de bancada, ou mesmo com pretensões pessoais que pudesse ter no âmbito da política local, consciente, segundo dizia, de que os votos regionais eram e continuariam sendo direcionados a Pereira Lopes, defensor “nato” da região em Brasília. Ainda segundo Sguissardi, “a essa época o dep. Lauro Monteiro da Cruz considerava [ser] importante criar-se uma universidade *multicampi*, com institutos, faculdades, [e] unidades

⁷² Infelizmente, aquele clima bom que tínhamos por estas terras ainda à época da infância do autor destas linhas vem se perdendo, dia a dia, graças ao aquecimento global e aos problemas ambientais típicos da modernidade. Onde estão aquela brisa geladinha, constante refrigério das tardes de sol, ou aqueles ventos gostosos de outono onde, enquanto crianças, soltávamos pipas e corríamos atrás de bolas de capotão? O sol escaldante do verão e o ar seco e sujo do inverno não fazem mais jus ao clima delicioso daqueles doces e saudosos tempos antigos.

distribuídas por diversas cidades do Estado [, e] essa ideia corporificava-se no teor do artigo 12 da Lei [3.835]: uma universidade com sede (reitoria) em São Carlos, com unidades distribuídas de início por quatro outras cidades do Estado”⁷³ (SGUISSARDI, 1993, p. 87).

Ocorre, porém, que nem tudo estava resolvido. De onde menos se poderia imaginar, vinha à tona um novo revés a malograr o projeto da U. F. S. P.

2.4 – A segunda oposição: a Vassourinha de Jânio Quadros e sua tentativa de varrer a U. F. S. P. do mapa paulista

Jânio Quadros havia sido governador do Estado de São Paulo entre janeiro de 1955 e janeiro de 1959. Menos de dois meses antes do final de seu governo, foi criada, sob sua sanção, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Carlos. Como vimos, havia a esperança de que esta viria a “salvar” a situação da Universidade Federal de São Paulo, após a específica recusa da USP em ceder a Escola de Engenharia de São Carlos ao patrimônio da União. Contudo, o papel de Jânio nessa história ainda não havia de todo terminado.

Após desligar-se do governo de São Paulo, Jânio Quadros elegeu-se deputado federal pelo Paraná, cargo que manteve entre março de 1959 e janeiro de 1961, embora não tenha efetivamente atuado na função devido a uma longa viagem ao exterior. Em meados de 1960, retornando ao país, começou a empreender campanha para a presidência da República, utilizando como *jingle* a famosa “Vassourinha”⁷⁴, sendo eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) em outubro daquele ano para substituir Juscelino Kubitschek. Assumiu em janeiro de 1961 como primeiro presidente da República a

⁷³ Quis o destino que, ao invés de São Paulo, Araraquara, Araçatuba e Santo André, a condição *multicampi* da UFSCar se consolidasse, a partir de 1991, com a instalação de unidades em Araras, Sorocaba e Buri (praticamente em conurbação com Campina do Monte Alegre), ficando claro nos Planos de Desenvolvimento Institucionais desenvolvidos desde então o desejo institucional de realmente dar continuidade a esta condição de uma universidade distribuída em *campi* dispersos, ao contrário de um modelo concentrado em um único *campus*. No futuro, tal decisão viria a criar grande celeuma com a comunidade sorocabana, que até o presente momento não viu deslanchar os desejos político-eleitorais e ufanistas de alguns, desejosos em ver o *campus* local (e possivelmente também o *campus* Lagoa do Sino, de Buri), serem desmembrados da UFSCar para o nascimento de uma “Universidade Federal de Sorocaba”, ou “UFSor”.

⁷⁴ Assim dizia a famosa música de campanha de Jânio Quadros, composta por Maugeri Neto e Fernando Azevedo de Almeida: Varre, varre, varre vassourinha! / Varre, varre a bandalheira! / Que o povo já 'tá cansado / de sofrer dessa maneira! / Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! / Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado! / Alerta, meu irmão! / Vassoura, conterrâneo! / Vamos vencer com Jânio! Vide <https://www.youtube.com/watch?v=dQYygeIuDPA>.

tomar posse no parlatório da Praça dos Três Poderes, em Brasília, e, conforme entrou para os anais da história brasileira, renunciaria ao cargo logo a seguir, em agosto daquele mesmo ano, esperando, com isso, retornar à presidência fortalecido politicamente, o que jamais aconteceu.

Mesmo tendo sido presidente da República por menos de sete meses, sua atuação como chefe de governo foi conturbada e extremamente polêmica, e suas ações contribuíram significativamente para os acontecimentos que resultaram, em abril de 1964, na instauração do regime militar no Brasil. Embora tenha tido um mandato pequenino, deixou sua marca também na história da U. F. S. P. quando, de surpresa, aos 18 de fevereiro de 1961, emitiu determinação para que seu ministério providenciasse o que fosse necessário para a revogação do artigo 12 da Lei 3.835, compartilhando a informação com a grande imprensa para que dela tivessem ciência e a publicassem, se assim o desejassem. Assim, a Folha de S. Paulo divulgou, naquela data, a seguinte nota:

Jânio contra a Universidade Federal

BRASILIA 17 (FSP) - O presidente da República manifestou hoje a sua opinião contrária à criação da Universidade Federal de São Paulo, cuja sede seria na cidade de São Carlos. O sr. Jânio Quadros solicitou providências ao sr. Quintanilha Ribeiro para elaboração de mensagem ao Congresso a fim de revogar o art. 12 da lei n.o 3.835, que trata do assunto. É o seguinte o memorando ao chefe da Casa Civil:

“1) A lei n.o 3.835, de 13 de dezembro de 1960 não consulta, no art. 12, o interesse público. Não pode e nem deve o governo federalizar a Escola de Engenharia de São Carlos, um dos melhores institutos da Universidade de São Paulo. Essa federalização invade aquela Universidade e mutila-a.

“Quanto aos demais institutos, não podem nem devem também ser federalizados, não só porque do fato decorrem ônus, para as quais a União não está preparada, como, ainda, porque a nova Universidade iria distrair os parcos recursos indispensáveis a outras regiões e a outros institutos.

“O Estado de São Paulo, o seu governo, as suas municipalidades, as suas entidades privadas têm, mais do que quaisquer outros, possibilidades de manter escolas superiores, sem que isso signifique, é óbvio, a ausência de auxílios federais. Uma coisa são os auxílios; outra, a federalização.

“2) Elabore mensagem ao Congresso Nacional, revogando o art. 12, suas letras e seus parágrafos”. (JÂNIO contra a Universidade Federal, 18 fev. 1961, p. 4).

O “Estadão” não ficou para trás e também divulgou reportagem sobre o assunto, da seguinte forma:

Revogação do ato que federalizou a Escola de São Carlos

DA SUCURSAL

BRASÍLIA, 17 (“Estado”) - O presidente da República determinou hoje ao seu gabinete civil a elaboração de mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional, para a revogação do diploma legal aprovado em dezembro último que dispõe sobre a federalização da Escola de Engenharia de São Carlos.

É o seguinte o texto do memorando enviado ao gabinete civil: “Exa.:

[*A seguir, é publicado o mesmo texto do memorando que descrevemos acima, com pequenas variações gráficas, conforme também se vê em SGUISSARDI, 1993, p. 87*]

a) J. Quadros”. (REVOGAÇÃO do ato que federalizou a Escola de São Carlos, 18 fev. 1961, p. 6).

Aparentemente, havia grande interesse em Jânio por dar a questão U. F. S. P. por encerrada, embora suas motivações não nos sejam completamente claras. Após o pedido do presidente, seu gabinete providenciou a requisição solicitada sem demora. Contudo, se a publicação dessa determinação já escandalizava a comunidade são-carlense e preocupava os deputados Pereira Lopes e Lauro Cruz, que agora teriam de levantar uma universidade “do zero” caso quisessem dar continuidade à sua empreitada, a publicação efetiva da Mensagem ao Congresso Nacional “surprenderia” ainda mais a todos os interessados (para usar palavras de Sguissardi, 1993, p. 88). Aos 3 de março de 1961, o governo encaminhava ao Congresso Nacional a Mensagem N.º 107/61. Transformada, em 22 de março, em Projeto de Lei, sob o número 2.797/61, foi-lhe dada a seguinte ementa: “Revoga os artigos 11 e 12 e parágrafo único da Lei 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que criou a Universidade Federal de São Paulo, constituída de diversos estabelecimentos de ensino superior do Estado de São Paulo”. Portanto, se antes a nova U. F. S. P. teria de ser criada a partir do nada, sem unidades pré-existentes, agora ela jamais veria a luz do dia, sendo completamente revogada e dissolvida. Como motivo para tal decisão, assim discorre o Ministro da Educação, Brígido Tinoco, em sua exposição de motivos ao Executivo, constante do Dossiê de tramitação do Projeto de Lei na Câmara⁷⁵:

Brasília, 1º de março de 1961

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

A Lei n. 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, nos seus artigos 11 e 12, criou a Universidade Federal de São Paulo, constituída de diversos estabelecimentos de ensino superior do Estado de São Paulo.

A criação da Universidade Federal de São Paulo, de que cogita a citada Lei, não consulta, no entanto, aos interesses do ensino e nem a União está em condições de arcar com os novos ônus decorrentes da federalização de tantos estabelecimentos de ensino superior.

O Estado de São Paulo tem meios para manter escolas superiores, não havendo necessidade de se transferir encargos dessa natureza para o Governo Federal, que tem de atender a outras regiões do país carentes de recursos para manutenção de seus estabelecimentos de ensino.

Na Universidade Federal de São Paulo foi incluída até mesmo, a Escola de Engenharia de São Carlos, um dos melhores institutos da Universidade de São Paulo, desagregando-se, assim, patrimônio da referida Universidade estadual, sem a sua anuência.

⁷⁵ Vide https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1203252&filename=Dossie+-PL+2797/1961.

Tôdas essas razões recomendam o encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional com o propósito de revogar os artigos 11 e 12 da Lei n. 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, pelo que tenho a honra de oferecer à consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei.
Respeitosamente, Brígido Tinoco. (BRASIL, 1961).

De fato, a possibilidade de dissolução da U. F. S. P. seria grande, caso não estivessem seus fundadores estrategicamente a postos, segundo bem colocava Sguissardi à página 89 de seu relato. Com Lauro Cruz na Comissão de Educação e Cultura e Pereira Lopes na Comissão de Orçamento e Finanças, o Projeto de Lei do executivo poderia ser barrado durante sua tramitação. E, de fato, o foi. Lauro Monteiro da Cruz, ao receber o PL 2.797/61 na comissão de que fazia parte, propôs um projeto substitutivo que, em seu lugar, “[propunha] a transformação da U. F. S. P. em Fundação (FUFSP), com estrutura semelhante à prevista para a Universidade de Brasília, de cujo projeto de lei, então tramitando no Congresso, era ele [mesmo] o relator” (SGUISSARDI, 1993, p. 89). Ademais, “a maioria dos artigos do substitutivo era idêntica à maioria dos artigos do projeto desta universidade [, a UnB,] transformado na Lei 3.998, de 15/12/[19]61” (SGUISSARDI, 1993, p. 89), porém, “diferentemente do que irá ocorrer com a UnB, o “patrimônio”, com cujos rendimentos a UFSCar se sustentaria, “complementados anualmente pela União”, não são [ali] definidos”⁷⁶ (SGUISSARDI, 1993, p. 89).

Jânio renunciaria aos 25 de agosto de 1961, assumindo em seu lugar, aos 8 de setembro e à revelia de muitos, João “Jango” Goulart. A história nacional é farta em documentar os acontecimentos do período, que culminaram com o advento do golpe cívico-militar de 1964 e da conseqüente ditadura militar que perduraria por 21 anos no país. A oposição ferrenha que Jango e suas propostas reformistas sofreram, somadas às movimentações do meio castrense e ao verdadeiro pânico social para com possíveis “ataques comunistas à soberania e à democracia nacionais” viriam a manchar as páginas

⁷⁶ Um dos motes de *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar* é exatamente a adoção do modelo fundacional para a UFSCar, a partir do momento de sua efetiva implantação, em 1968. Sguissardi trata, em sua publicação, de traçar exatamente um paralelo entre o modelo fundacional e o autárquico para universidades federais, considerando serem os anos 1960 um momento de relativa efervescência na expansão do ensino superior público brasileiro, algo que se consolidaria com o advento da pós-graduação nos anos 1970. O livro deixa claro que, àquela altura, segundo a legislação de sua época, a experiência do modelo fundacional adotado pela UnB se constituía exatamente na possibilidade de que, sendo uma fundação e recebendo um patrimônio, uma universidade fundacional pudesse gerir esse seu patrimônio para, em seu benefício financeiro, angariar recursos próprios que desonerassem o orçamento público da União, ou, em outras palavras, somente seriam supridos fundos pela União às fundações universitárias além daqueles a própria universidade pudesse ser capaz de gerar por si mesma, com a exploração de seu próprio patrimônio. Cabe destacar, no entanto, que nem a U. F. S. P., neste momento, nem a UFSCar, quando de sua efetiva instalação em 1968, recebeu a indicação de um patrimônio para ser gerido por sua fundação mantenedora.

de, provavelmente, milhares de publicações a respeito desse relevante período nas décadas subsequentes. Embora os meios políticos, de maneira geral, estivessem consternados com outros assuntos, a tramitação do projeto da U. F. S. P. continuou a ocorrer no Congresso Nacional, ainda que a passos muito mais lentos.

Na Câmara dos Deputados, Lauro Monteiro da Cruz, apesar de vislumbrar uma universidade diferente sob o modelo fundacional, ainda insistia em uma instituição *multicampi* para a universidade que teimava em criar. Segundo a Folha de S. Paulo deveriam integrar a nova versão da U. F. S. P.:

Escola Paulista de Medicina, Escola de Enfermeiras do Hospital de São Paulo⁷⁷, Faculdade de Medicina de Campinas — cuja instalação é autorizada no projeto —, Faculdade de Direito de Sorocaba, Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André, [e] Conservatório Dramático e Musical de São Paulo⁷⁸. (DEVERÁ ser em São Carlos a sede da Universidade Federal, 21 nov. 1961, p. 9).

Após significativas buscas, pudemos auferir que o Dossiê do PL 2.797/61⁷⁹ foi anexado ao do PL 2.569/61⁸⁰. Nele, encontramos a íntegra do projeto de lei substitutivo que foi proposto por Lauro Cruz, perdido em uma miríade de emendas e ofícios, de tal forma que a edição de 21 de novembro da Folha de S. Paulo se constitui como um resumo bem melhor dos artigos constantes daquela legislação em tramitação. Sguissardi afirma que este substitutivo foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura em novembro de 1961, tramitando pelas demais comissões pertinentes até o final de 1962, chegando finalmente à ordem de votação com previsão de apreciação pelo plenário em abril de 1963 (SGUISSARDI, 1993, p. 91). Enquanto todos aguardavam os próximos passos do processo de tramitação, o “Estadão” publicava, em setembro de 1963, uma pequenina nota que dizia:

O ministro da Educação, que está passando o fim de semana em S. Paulo, manterá nesta Capital vários entendimentos políticos pertinentes à sua pasta.

⁷⁷ A Escola de Enfermagem de São Paulo, criada junto ao Hospital São Paulo e à Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1937, viria a adotar o nome de Escola Paulista de Enfermagem em 1968, passando a fazer parte integrante da EPM a partir de 1977.

⁷⁸ Fundado em 1904, infelizmente encerrou suas atividades em 2009.

⁷⁹ Vide nota N.º 75 à página 147.

⁸⁰ Vide https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1203114&filename=Dossie+-PL+2569/1961. Esse projeto de lei tinha originalmente como intenção a federalização do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, mas acabou sendo encampado como parte do projeto substitutivo da criação da U. F. S. P. proposto por Lauro Cruz.

Entre outras coisas, o ministro veio tratar da composição do Grupo de Trabalho da Estruturação da Universidade Federal de São Paulo, integrado por quatro professores universitários e dois estudantes, um destes representando a UNE e, outro, a UEE. (MAGALHÃES PINTO: terceira força não tem ainda candidato adequado, 1º set. 1963, p. 3).

Mais um capítulo se iniciaria na saga pela qual passava a instalação da UFSCar. Não bastasse a oposição da USP, uma nova escola agregada à U. F. S. P. no âmbito da lei que lhe deu origem também atuaria fortemente para alterar os rumos do projeto proposto por Lauro Cruz e por Pereira Lopes.

2.5 – A terceira oposição: a Escola Paulista de Medicina

A Escola Paulista de Medicina (EPM), embrião da moderna Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), também se opôs fortemente à U. F. S. P., mas de uma maneira diferente às demais oposições que registramos anteriormente. Seria bastante viável supor que não faria sentido àquela comunidade acadêmica encontrar-se subordinada a uma reitoria localizada no interior do Estado de São Paulo, em detrimento da capital, onde aquela tradicional escola médica já se encontrava ativa e consolidada. No entanto, mais do que isso, como confirma Jaime Fernando dos Santos Junior na obra organizada por Ana Lúcia Lana Nemi, “EPM/SPDM: histórias de gente, ensino e atendimento à saúde”⁸¹, um fator em específico foi fundamental para que se concretizasse tal oposição, como se observa a seguir:

Em uma reunião convocada em “caráter de urgência”, os docentes debateram sobre a tal incorporação [da EPM à nova U. F. S. P.]. Para o professor Otto Bier era “humilhante para a Escola Paulista de Medicina incorporar-se à Universidade cuja Reitoria se localizasse em cidade do interior admitindo que essa localização tivesse obedecido a motivos de ordem política”. (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 92, grifo nosso).

⁸¹ O capítulo “A Universidade Invisível: A criação e a “dissolução” da U. F. S. P. (1950-1968)” (pp. 93-180) da obra “EPM/SPDM: histórias de gente, ensino e atendimento à saúde”, publicada em 2013, apresenta, sob a ótica da EPM, atual Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), de seus historiadores (*campus* Guarulhos) e de sua comunidade em geral, os mesmos acontecimentos abordados por esta dissertação. Em uma viável comparação, assim como Sguissardi acabou se constituindo como uma espécie de “historiador primeiro da UFSCar”, Ana Lúcia Lana Nemi e sua equipe de estudantes, dentre os quais se inclui Jaime Fernando dos Santos Junior, poderiam ser encarados, da mesma forma, no âmbito daquela instituição. O presente tópico, portanto, se constitui como uma versão resumida do capítulo contido na obra citada, com uma ou outra rara adição de informações mais afetas aos acontecimentos sob a ótica da UFSCar, em especial advindos da obra de Sguissardi ou dos jornais da época. Acreditamos, contudo, que o(a) leitor(a) que tiver real interesse na história das Universidades Públicas paulistas não poderá se furtar em apreciar, com o devido interesse, o material ora citado.

Muito embora a falta de diálogo prévio dos instituidores da nova Universidade com a EPM tenha tido algum peso na oposição que se presenciou, algo semelhante ao que já havia acontecido no âmbito da EESC/USP, bem como a localização interiorana da nova instituição tivesse sido outro fator determinante, foi, por certo, a falta de participação e influência política da comunidade daquela Escola nos acontecimentos que se desvelavam o fenômeno que mais gerou incômodo entre os dirigentes da EPM. Observa-se que a oposição da Escola, ao menos inicialmente, não tinha propriamente a ver com a localização física da Reitoria da nova Universidade (tanto que a EPM não solicitou sua exclusão formal do projeto da U. F. S. P., como a EESC havia feito), mas sim com o papel que a EPM deveria desempenhar na nova instituição universitária e a influência que ela deveria ter sobre a universidade então nascente. Por certo, se dependesse unicamente do diretor da Escola Paulista de Medicina, o Prof. Dr. Marcos Lindenberg, esse papel e essa influência deveriam trazer àquela escola médica o devido prestígio que ela merecia, contribuindo também para a sua expansão e consolidação no âmbito do sistema federal de ensino, do qual já fazia parte, e, se possível, ainda agregar outros benefícios àquela casa de formação em medicina.

A EPM foi fundada nos anos 1930 como um projeto particular de um grupo de médicos preocupados com a formação da mão de obra afeta à sua classe profissional no âmbito do Estado de São Paulo, diante das dificuldades apresentadas pelo elevado número de excedentes que havia para esta carreira, sendo que poucos eram capazes de conseguir uma admissão junto à academia médica da USP. Organizada a partir de 1933, a EPM foi federalizada por meio da Lei N.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956, embora o movimento que levou à federalização da Escola Paulista de Medicina não tenha sido capaz de atingir semelhante sucesso quanto à federalização de seu hospital universitário, o Hospital São Paulo, que ainda hoje é administrado por uma associação médica independente. À ocasião do advento da Lei N.º 3.835/60, portanto, a EPM era a única das escolas vinculadas por Lauro Cruz à nova Universidade que já se constituía como um patrimônio federal. Até por conta disso, pode-se dizer que a Escola Paulista de Medicina foi, na prática, a única das unidades citadas pela dita legislação que, efetivamente, fizeram parte integrante da U. F. S. P., ou, até mesmo mais do que isso, pode-se auferir que a EPM foi, de fato, ela mesma “a U. F. S. P.”, ainda que por apenas um breve período de tempo.

Sguissardi relata que:

Enquanto o substitutivo de Lauro Monteiro da Cruz tramitava no Congresso Nacional, por decreto de 22 de janeiro de 1962 e a fim de garantir a movimentação das verbas da Escola Paulista de Medicina, o diretor dessa Escola, prof. Marcos Lindenberg, foi designado para responder pela Reitoria da U. F. S. P. Atribuiu-se por esse decreto ao Conselho Técnico Administrativo da mesma Escola Paulista de Medicina as funções de Conselho de Curadores da nova Universidade. (SGUISSARDI, 1993, p. 92).

Até onde pudemos localizar, o texto mencionado por Sguissardi trata-se, na verdade, do Decreto Federal N.º 1.107, de 30 de maio de 1962, que viria a ser republicado no ano seguinte, agora sim em 22 de janeiro, mas do ano de 1963, na forma de um “decreto sem número”, a fim de ter revalidados os seus efeitos jurídicos. De toda forma, este decreto N.º 1.107, assinado por Tancredo Neves, na condição de Primeiro-Ministro do governo parlamentarista adotado à época para dirimir as tensões sociais relacionadas à posse de Jango, assim dizia:

DECRETO N.º 1.107, DE 30 DE MAIO DE 1962.

Incumbe o Diretor da Escola Paulista de Medicina de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade de São Paulo, para o fim de movimentar dotação global.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando da atribuição que lhe confere o art. 18, item III, do Ato Adicional à Constituição Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica o Diretor da Escola Paulista de Medicina, com sede na cidade de São Paulo, incumbido de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo, criada pela Lei N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, para o fim de movimentar a dotação global da Escola Paulista de Medicina, constante da lei orçamentária para o corrente exercício, na rubrica da referida Universidade Federal de São Paulo, podendo praticar todos os atos decorrentes do movimento da dotação.

Art. 2º Fica o Conselho Técnico Administrativo da Escola Paulista de Medicina autorizado a funcionar como Conselho de Curadores, para os fins apontados no artigo anterior.

Art. 3º O disposto no presente Decreto cessará quando a Universidade Federal de São Paulo fôr devidamente regulamentada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de maio de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

TANCREDO NEVES

Antônio de Oliveira Brito. (BRASIL, 1962).

Esse encaminhamento, num primeiro momento, teve como finalidade meramente prover um arranjo burocrático que permitisse à EPM a capacidade de gerenciar os recursos federais a ela alocados a partir do ano fiscal de 1962. Entendemos assim por que a aprovação da lei que criava a U. F. S. P. (Lei 3.835/60) ocorreu três dias após a

aprovação da Lei N.º 3.834, de 10 de dezembro 1960⁸², cuja ementa “estimava a receita e fixava a despesa da União para o exercício de 1961”. Ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1961 foi aprovada sem interferir no âmbito dos recursos do orçamento da União a serem designados à EPM, logo, naquele ano a Escola Paulista de Medicina pôde gerenciar seu próprio orçamento sem interferência legal da U. F. S. P., o que já não mais poderia ocorrer a partir de 1962⁸³. Acreditamos, no entanto, que se em 1962 este arranjo teve por finalidade apenas viabilizar a gestão patrimonial e financeira da EPM, a partir de 1963 ficaria mais evidente que a direção da Escola, em negociação próxima com oficiais governamentais no Estado e na União, tinha, na verdade, o efetivo desejo de tentar encampar a sede da nova universidade para a capital paulista, transformando aquela escola médica em seu núcleo central, ainda que associada a unidades localizadas em outras cidades do interior do Estado.

Como vimos no final do tópico anterior, em setembro de 1963 o ministro da educação havia estado em São Paulo para organizar a instalação da nova universidade. Antes mesmo que qualquer encaminhamento normativo ou regulatório mais preciso a respeito do tema houvesse sido emitido, aos 24 daquele mês O Estado de S. Paulo publicaria reportagem sob a manchete “Instituto de Biologia da Universidade Federal de S. Paulo”, em que se dizia que:

Ao se inaugurar o edifício do Instituto de Biologia da Escola Paulista de Medicina [em 14 de setembro], no programa de comemorações do trigésimo aniversário do importante centro de ensino médico, o professor Otto Bier pronunciou o seguinte discurso:

“A inauguração deste edifício é de singular importância para a Escola Paulista de Medicina. Parece, à primeira vista, que se trata apenas de novas instalações para algumas cadeiras básicas da Escola. Se assim o fosse, porém, por que razão haveria de inscrever-se na placa inaugural: Instituto de Biologia da Universidade Federal de São Paulo?”

⁸² O Anexo da Lei Federal N.º 3.834 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834.htm, ou diretamente em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/anexo/Anl3834-60.pdf) cita especificamente as dotações e despesas previstas no âmbito da Escola Paulista de Medicina para o ano de 1961 em suas páginas 244 e 298.

⁸³ O Anexo da Lei Federal N.º 3.994, de 9 de dezembro de 1961, que “estimava a receita e fixava a despesa da União para o exercício financeiro de 1962” (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3994.htm, ou diretamente em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/anexo/Anl3994-61.pdf) cita as dotações a serem transferidas para a Escola Paulista de Medicina (EPM) e a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC – como se esta já fosse um ente federal) no ano de 1962 em sua página 244. A revogação do Art. 12 da Lei N.º 3.835/60 iria exigir a alteração do texto constante do Anexo da Lei 3.994/61, o que foi feito por meio da Lei Federal N.º 4.250, de 8 de agosto de 1963, que alterou a norma original ao transferir recursos da União para a EPM, por meio da U. F. S. P. e, na condição de “cooperação financeira com as seguintes universidades estaduais, etc. – 2) Universidade de São Paulo”, dotou à EESC os recursos a que teria direito se tivesse sido federalizada no âmbito da Universidade Federal de São Paulo.

É que se trata, na realidade, de algo mais significativo, ou seja, do passo inicial da Escola no sentido de sua integração à Universidade.

A *cellula mater* que hoje inauguramos, a Secção Biomédica do Instituto, servirá imediatamente ao ensino básico da Escola Paulista de Medicina e, em futuro próximo, a outros cursos de formação profissional ou de licenciatura em ciências biomédicas, que se venham a criar na Universidade. Em estágio posterior, completar-se-á o Instituto de Biologia pela Secção de Biologia Geral e instalar-se-ão os demais Institutos Centrais da Universidade que, em funcionamento harmônico, propiciarão a diversificação de cursos tão necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico do País”. (INSTITUTO de Biologia da Universidade Federal de S. Paulo, 24 set. 1963, p. 14).

A placa a que o Professor Otto Bier se refere, marco da inauguração do novo edifício, é exatamente a que aparece na imagem a seguir, sendo descerrada pelo Professor Marcos Lindenberg, então diretor da EPM. Esta imagem⁸⁴, disponível no *website* comemorativo dos 85 anos da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), exatamente a instituição responsável pela administração do hospital-escola da EPM, o Hospital São Paulo, registra a primeira vez em que, em público, as intenções de alguns dos membros da comunidade acadêmica da EPM foram reveladas, corroborando as palavras do Prof. Otto Bier de que se tratava “do passo inicial da Escola no sentido de sua integração à Universidade”. De fato, a partir daí e por algum tempo, a EPM passaria a ditar os rumos daquilo que viria a ser a U. F. S. P., e o Prof. Lindenberg, mais do que um “responsável pela reitoria” da nova universidade, a cada dia mais se constituía como um “reitor de fato” da nova instituição.

⁸⁴ A mesma imagem, mantida pelo acervo do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi/Unifesp) ilustra o Jornal da Unifesp “Entrementes” (número 13, ano 4, abril de 2016, pp. 08-09), em reportagem intitulada “Comissão da Verdade Marcos Lindenberg encerra os trabalhos”. Tal comissão teve como responsabilidade, no âmbito das Comissões da Verdade estabelecidas nos órgãos públicos durante os governos de Dilma Rousseff, averiguar os danos, prejuízos e violências cometidos pela Ditadura Militar aos membros da comunidade da EPM a partir de 1964. A mesma publicação, em sua primeira edição (número 1, ano 1, junho de 2013, pp. 08-09), relatava o início dos trabalhos desta comissão, destacando a história do Professor Marcos Lindenberg, sua carreira na EPM, como veio a se tornar diretor da instituição, e, por consequência, “Reitor em exercício da U. F. S. P.”, como tentou fazer com que a EPM se integrasse à Universidade, e, então, como as suas ações à frente da EPM e da U. F. S. P. o levaram a ser investigado pelos órgãos de repressão da ditadura como “subversivo”, resultando em sua aposentadoria compulsória em setembro de 1964 e em uma vida cujos últimos anos foram vividos praticamente em cárcere privado até sua morte, em 1979. Estas publicações encontram-se disponíveis em https://www.unifesp.br/reitoria/dci/images/DCI/jornal_entrementes/bimestrais/entrementes_13_abr_2016.pdf (edição de abril de 2016) e em https://unifesp.br/reitoria/dci2/images/DCI/jornal_entrementes/bimestrais/entrementes_1_jun_2013.pdf (edição de junho de 2013), respectivamente.

Figura 30: Fotografia do descerramento da placa de inauguração do edifício do Instituto de Biologia da Escola Paulista de Medicina, em 1963



Fonte: <https://www.spdm.org.br/85anos/> (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, 2018).

Reprodução textual da placa:

[Imagem do Brasão d'Armas da República]

Universidade Federal de São Paulo

— Instituto de Biologia —

--/--

Inaugurado em 14 de setembro de 1963

--/--

Presidente da República

João Belchior Marques Goulart

Ministro da Educação e Cultura

Paulo de Tarso Santos

--/--

Responsável pela Reitoria da U. F. S. P. e Diretor da Escola Paulista de Medicina

Marcos Lindenberg

Esta afirmação confirmar-se-ia, pouco tempo depois, em dezembro de 1963, quando a mesma ocasião inaugural foi apresentada no âmbito do vídeo comemorativo do 30º aniversário da EPM⁸⁵, registrando-se que:

⁸⁵ Na nota anterior (84) acima, citamos a reportagem intitulada “Comissão da Verdade Marcos Lindenberg encerra os trabalhos”, publicada no Jornal da Unifesp “Entrementes” (número 13, ano 4, abril de 2016, pp. 08-09). Esta reportagem, escrita pela Prof.^a Ana Lúcia Lana Nemi, informa-nos de que “A inauguração [do Instituto de Biologia da U. F. S. P.] marcava os 30 anos de fundação da escola e as comemorações propostas pelo seu diretor [, Prof. Marcos Lindenberg,] incluíram um filme, intitulado *Uma Escola de Médicos*, dirigido por J. B. Duarte e Szankovski. As citações a J. B. Duarte referem-se, na verdade, a Benedito

(...) a partir deste momento, a Escola Paulista de Medicina transcende o seu destino original de escola médica para se constituir no núcleo da Universidade Federal de São Paulo (...) e o Diretor da Escola, agora investido da responsabilidade de Reitor, reflete os anseios de milhões de brasileiros, ao afirmar que esta será uma universidade nova, aquela em que o povo não se sentirá um estrangeiro, mas, realidade única e razão mesma de sua existência. Aquela Escola Paulista de Medicina será a universidade do povo, em todos os pontos do país, e levará o Brasil ao seu magnífico destino histórico. (DUARTE, B. J. e SZANKOVSKI, E., 1963; vide a partir de 7 min., 27 sec.).

Pela apreciação de tais acontecimentos, não restam dúvidas de que a EPM não só se via como parte da nova universidade criada a partir das intenções de Lauro Monteiro da Cruz e de Ernesto Pereira Lopes, como passou, diante das várias tentativas até então frustradas de instalação da U. F. S. P., a tentar obter para si o protagonismo nas tarefas de organização da nova instituição, de tal maneira que, mediante os adequados *lobbies* políticos, se tornasse viável àquela Escola abrigar, até mesmo, a reitoria então proposta para São Carlos, ou, senão isso, ao menos se constituir como uma espécie de núcleo central da nova universidade.

Antes de prosseguirmos, no entanto, é preciso dizer que a situação de ingresso da EPM na U. F. S. P. não era aceita de modo orgânico ou homogêneo por todos os seus membros constitutivos. A Professora Ana Lúcia Lana Nemi explicou esta situação da seguinte forma:

Se o texto da película de Duarte e Szankovski permite afirmar a inserção de Lindenberg nos debates desenvolvimentistas da época, a leitura das atas da congregação revela outras possibilidades de entendimento dos desejos da comunidade epemista no momento de fundação da U. F. S. P. No mesmo sentido, se em uma primeira visada parecia ser assertivo considerar um grupo mais progressista afeito à U. F. S. P. e um grupo mais conservador contrário à U. F. S. P. – grupos que se dividiriam entre os que sofreriam as agruras do golpe de 1964 e aqueles que apoiariam o golpe –, os depoimentos recolhidos e os outros documentos estudados complexificaram as tintas desta narrativa.

Houve apoiadores do golpe que defendiam a formação da U. F. S. P. e a inserção da EPM nela, e houve aqueles para quem o golpe significou a possibilidade de sepultar a experiência da U. F. S. P. O relatório que entregaremos à comunidade nos próximos meses pretende enfrentar esta complexidade de interpretações possíveis e, a partir da reconstrução da experiência da escola nos anos anteriores ao golpe, durante a ditadura, nos anos de luta pela abertura e nos primeiros anos após a queda do regime militar,

Junqueira Duarte, que é descrito por Márcia Regina Barros da Silva, “em conjunto com seu amigo e colaborador de longa data, o fotógrafo Estanislau Szankovski”, como o “mais conhecido realizador de documentários científicos no Brasil” (vide “Uma Escola de Médicos: Benedito Junqueira Duarte e o cinema científico” in Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, pp. 06-18, jan. a jun. de 2019, disponível em https://www.sbhcc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2856). Márcia Regina Barros da Silva destaca ainda que o vídeo em questão “foi uma produção encomendada para celebrar os 30 anos da fundação da então Escola Paulista de Medicina (EPM), que ocorrera em 1º de março de 1933” (ibid.).

compreender trajetórias e ações estabelecendo um diálogo com a Unifesp que queremos para os dias de hoje. (NEMI, 2016, p. 08).

Dessa forma, por mais que houvesse conflitos na comunidade da EPM quanto a integrar, ou não, o projeto da U. F. S. P., ainda assim o Prof. Marcos Lindenberg prosseguia adiante em seu papel de líder da universidade que se tinha até então, apoiado por membros do governo federal que acreditavam na centralidade daquela escola médica nesse projeto. Tal apoio governamental transpareceria mais evidentemente aos 4 de outubro, quando o Ministério da Educação publicaria os resultados da visita ministerial que citamos anteriormente na forma da Portaria Ministerial N.º 383. O Estado de S. Paulo assim divulgaria a notícia desse fato, alguns dias depois:

Em estudos a Universidade Federal de São Paulo
BRASÍLIA, 7 (Estado) - O ministro da Educação criou grupo de trabalho para estudar a estrutura jurídica, administrativa e financeira da Universidade Federal de São Paulo, cujo relatório conclusivo deverá ser apresentado, dentro de 60 dias. (EM ESTUDOS a Universidade Federal de São Paulo, 8 out. 1963, p. 12).

Segundo Jaime Fernando dos Santos Junior, o Prof. Marcos Lindenberg já havia sido informado pelo ministro da educação Paulo de Tarso Santos, ainda em 1º de agosto, que um grupo de trabalho seria criado para “estudar a instalação da U. F. S. P.”, isso porque o ministro tinha interesse em agregar à Universidade, à revelia do projeto substitutivo que tramitava na Câmara, ao menos uma outra unidade acadêmica, a ser instalada em Barretos⁸⁶. A indicação de um dos membros do grupo de trabalho deixava claro este interesse político-pessoal do ministro de então, ao indicar o Prof. Roberto Frade Monte, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, nascido em Barretos, para compor o grupo. Santos Junior apresenta os membros deste grupo de trabalho da seguinte forma:

O grupo era formado pelo diretor da Escola Paulista de Medicina, Marcos Lindenberg; pelo professor da Escola de Engenharia de São Carlos, Paulo de Camargo e Almeida; pelo professor da então [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras -] FFCL da USP, Fernando Henrique Cardoso⁸⁷; pelo professor da

⁸⁶ Vide SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, pp. 136-139.

⁸⁷ Em três ocasiões diferentes durante o ano de 2019 tentamos entrar em contato com a Fundação Fernando Henrique Cardoso, procurando obter uma entrevista com o ex-presidente da República, cuja finalidade seria melhor poder compreender os acontecimentos ocorridos no seio do grupo de trabalho citado. Em uma das ocasiões, foi-nos fornecido o contato da Sr.^a Deise Mendes, daquela Fundação. Infelizmente, porém, jamais recebemos qualquer resposta e nenhuma forma de contato foi positiva, o que muito nos entristece, considerando que a visão de Fernando Henrique Cardoso poderia ter sido bastante interessante e contributiva para desvelar os acontecimentos de então.

Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Angarita Silva; pelo professor da Faculdade de Filosofia [, Ciências e Letras] de Araraquara, Fausto Castilho; pelo professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie [que já citamos], Roberto Frade Monte; e pelos estudantes José Carlos Seixas e Sylvio Barros Sawaya⁸⁸, respectivamente representante da União Nacional dos Estudantes e presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo. É interessante observar que a FFCL de Araraquara e a EESC voltaram a fazer parte da história da U. F. S. P., desta vez enviando representantes para estudar sua organização. (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 139).

O grupo de trabalho reunia-se com regularidade e comunicava suas decisões publicamente, como se pode observar pela edição de O Estado de S. Paulo de 10 de outubro de 1963, à página 12. Decorridas várias das reuniões deste grupo, o Prof. Lindenberg apresentou a intenção de tentar “sustar a tramitação” do projeto substitutivo de Lauro Monteiro da Cruz que propunha “a instalação da (...) sede [da universidade] em São Carlos” (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 140). Para tanto, viajou a Brasília para articular a questão politicamente. Porém, para seu revés, Paulo de Tarso Santos acabara de ser exonerado por Jango, que indicava Júlio Furquim Sambaqui como ministro interino da educação e cultura, o que começaria a embaralhar o cenário certo que até então se antevia.

Como sabemos, o conturbadíssimo governo de João Goulart tinha dificuldades em organizar-se administrativamente, devido aos vários problemas políticos que rondavam o momento. Era uma época instável, onde tudo poderia mudar, de uma hora para outra, muito rapidamente. Em meio a essa confusão governamental instaurada, inicialmente Júlio Sambaqui refletiu quanto à possibilidade de prover uma revogação total dos artigos que previam a instalação da U. F. S. P., eliminando-a completamente, como já tentara previamente o governo de Jânio Quadros, sendo barrado graças ao substitutivo que ainda tramitava na Câmara. Logo, no entanto, o ministro mudaria de ideia, decidindo-se a conduzir as coisas à sua própria maneira. Se até então a U. F. S. P. estava segura nas mãos da EPM e de sua comunidade, que pretendiam revogar quaisquer estruturas normativas que ainda a atrelassem a faculdades pré-existentes ou à sua cidade original, sem dissolvê-la completamente, de modo que lhe fosse possível garantir seu protagonismo no âmbito da nova instituição, a partir de 31 de dezembro de 1963, graças ao advento dos Decretos de N.º 53.372 e N.º 53.373, o governo federal alteraria drasticamente tudo aquilo que se

⁸⁸ Os então estudantes José Carlos Seixas e Sylvio Barros Sawaya, futuramente, se tornariam docentes da USP, nas áreas de medicina e de arquitetura e urbanismo, respectivamente. Hoje, ambos já se encontram aposentados.

tinha em discussão ou em tramitação até então, solapando os desejos manifestos pela EPM:

DECRETO N.º 53.372, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1963.

Autoriza a Universidade Federal de São Paulo a criar e instalar cursos preuniversitários e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A Universidade Federal de São Paulo fica autorizada a criar e instalar, para funcionamento no ano letivo de 1964, os cursos preuniversitários, de acordo com estudos a serem elaborados naquela Universidade, até o limite de duas mil vagas.

Art. 2º Durante o ano letivo de 1964, a Universidade providenciará a organização e instalação dos Institutos Centrais da Universidade, destinados a cargos superiores e intermediários.

Art. 3º A Universidade utilizará enquanto julgar necessário, as construções da Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo.

Art. 4º Os recursos para o funcionamento em 1964, serão fornecidos pelo Fundo Nacional do Ensino Médio, além de outros postos à disposição pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF., em 31 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Júlio Furquim Sambaquy. (BRASIL, 1963).

DECRETO N.º 53.373, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1963.

Designa os membros que devem integrar o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados Marcos Lindenberg, Professor catedrático da Escola Paulista de Medicina; Paulo de Camargo e Almeida, Professor catedrático da Escola de Engenharia de São Paulo (sic – o certo seria São Carlos); Fernando Henrique Cardoso, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo; Fausto Castilho, Professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara; Antônio Angarita Silva, Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas; Roberto Frade Monte, Professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie; Sylvio Barros Sawaya, Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade de São Paulo, e José Carlos Seixas, Representante da União Nacional de Estudantes, para, sob a presidência do primeiro, integrarem o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo, destinado a:

a) Promover e estudar a estrutura jurídica, econômica, financeira, administrativa, didática e disciplinar da Universidade Federal de São Paulo, criada pela Lei N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960, e apresentar ao Ministro da Educação e Cultura o resultado deste seu trabalho, dentro de 180 dias da publicação do presente Decreto;

b) Elaborar, dentro de quinze (15) dias da publicação deste Decreto, o seu Regimento Interno e publicá-lo no Diário Oficial União;

c) Apresentar ao Ministro da Educação e Cultura o projeto de Estatuto da Universidade, a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho que se trata êste artigo será o responsável pela reitora da universidade Federal de São Paulo, até sua estruturação definitiva.

Art. 2º As atribuições cometidas ao Conselho Técnico-Administrativo, da Escola Paulista de Medicina; como Conselho de Curadores, na forma do Decreto de 22 de janeiro de 1963, passam a ser da exclusiva competência do Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo constituindo por êste Decreto.

Art. 3º Ao Presidente do Conselho, ouvido êste, competirá a criação e instalação de instituto de ensino e pesquisa, e órgãos complementares.

Art. 4º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, D.F., em 31 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Júlio Furquim Sambaquy. (BRASIL, 1963).

Já não havia mais espaço para São Carlos ou Barretos, Campinas ou Sorocaba, Araraquara ou Santo André. A bola da vez estava com São Bernardo do Campo, que “corria por fora”, mas, aparentemente, conseguira atingir primeiro a “linha de chegada”. A universidade, agora, não mais utilizaria as instalações da EPM ou a verba daquela escola, passando a constituir ela mesma cursos pré-universitários próprios que funcionariam com verbas originalmente empenhadas para a manutenção do Ensino Médio, antes mesmo de dar início às suas funções primeiras de educação universitária de nível superior. Além disso, o Conselho Técnico-Administrativo da EPM, que até então desempenhava, de forma delegada, o papel de Conselho de Curadores da U. F. S. P., passava a ser sumariamente substituído pelo grupo de trabalho criado em 4 de outubro, agora investido de superpoderes afetos tanto às tarefas de planejamento e normatização, quanto também às tarefas relacionadas à execução e à gestão, sendo, a partir daí, rebatizado e reinstituído como Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD) da universidade.

Não é difícil imaginar que esta decisão ministerial resultou em uma revolta significativa entre os membros dirigentes da Escola Paulista de Medicina, que se viram, de uma hora para outra, alijados dos plenos poderes que tinham até então na nova instituição. Como afirmaria Jaime Fernando dos Santos Junior:

No início de 1964, poderíamos perceber a atuação de três forças distintas que lutariam por impor os seus projetos, em uma guerra pela universidade. Uma seria Marcos Lindenberg e o Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD [ex grupo de trabalho de 4 de outubro]); a outra, os membros da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo (CTA) da EPM; e, a última, mas não menos

importante, o deputado Lauro Monteiro da Cruz. (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 143).

Logo na primeira reunião do CCD da U. F. S. P. a que presidiu, o Prof. Lindenberg comunicaria aos seus colegas que pediria sua exoneração do cargo de diretor da EPM, devido às incompatibilidades entre os cargos que agora desempenhava, o que de fato fez, na primeira reunião da Congregação da Escola Paulista de Medicina que aconteceu a seguir, apenas alguns dias depois. Em resposta a estes encaminhamentos, o CTA da EPM fez publicar nos jornais⁸⁹ uma manifestação de repúdio ao modo como as coisas se desenrolavam, à revelia de sua participação e envolvimento. Tal manifesto seria lido, integralmente, no Plenário da Câmara, pelo Deputado Lauro Monteiro da Cruz, que aproveitou a oportunidade de seu discurso para tecer as mais duras críticas contra Jango, seu governo e os inúmeros erros que as decisões de dezembro de 1963 carregavam consigo, em especial quanto à completa desconsideração da legislação vigente afeta à aprovação de atos dessa natureza, destacando as ilegalidades aprovadas em forma de decretos pelo Executivo ao findar do ano anterior. A todas estas reações, somou-se o pedido formal do Conselho Técnico-Administrativo da EPM ao MEC, em que se solicitava a revogação dos atos normativos que vinculavam aquela escola à U. F. S. P., de modo que esta pudesse utilizar as verbas destinadas à universidade no âmbito do ano de 1964, senão todas, ao menos aquelas designadas para uso da EPM dentro do orçamento geral da universidade.

O novo CCD da U. F. S. P. sabia que enfrentava grande oposição, contudo, como afirmaria o Prof. Antônio Angarita Silva, “ou o Conselho fica num simples ativismo ou projeta, ao menos no papel, a Universidade” (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 147). Decidido a “colocar a mão na massa”, o CCD deu continuidade aos seus trabalhos. Em 5 de janeiro de 1964, a Folha de S. Paulo publicava, em manchete da página 9 de seu caderno dominical de variedades, que o “Colégio da Universidade Federal tem Duas Mil Vagas”, instruindo os candidatos quanto às datas em que teriam início as inscrições de seu processo seletivo⁹⁰. O Estado de S. Paulo publicaria, aos 30 de janeiro de 1964:

Instalada ontem a Reitoria provisória da Univ. Federal
Do correspondente e do serviço local

⁸⁹ Vide também reportagem da Folha de S. Paulo de 12 de janeiro de 1964, p. 7, intitulada “EPM condena criação do Conselho Consultivo da U. F. S. P.”.

⁹⁰ Com modificações, a mesma reportagem seria republicada na edição de 15 de janeiro (p. 8), sob o título “Universidade Federal de SP Terá 2 Mil Vagas Este Ano”.

SÃO BERNARDO DO CAMPO, 29 – O ministro da Educação, sr. Júlio Sambaqui, em cerimônia realizada hoje às 11 horas, nas dependências da Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo, declarou instalada ali a Reitoria da Universidade Federal de São Paulo. Durante a reunião realizada nas dependências da Escola Técnica Industrial, o sr. Júlio Sambaqui afirmou que o seu Ministério dispõe de verba de 225 milhões de cruzeiros para acelerar as obras daquele estabelecimento. Esclareceu ainda que as obras da Universidade Federal serão iniciadas, erguendo-se em terreno a ser doado pela Prefeitura de São Bernardo, havendo para a execução do estabelecimento, verba de um bilhão de cruzeiros.

Adiantou o ministro da Educação que a Universidade Federal funcionará provisoriamente nos pavilhões da Escola Técnica Industrial, inicialmente instalando-se o Colégio Universitário nos próximos 2 ou 3 meses e, posteriormente, os Institutos. Assegurou ainda que na "próxima semana providenciará a liberação de verbas para as obras" da Escola Técnica. A Municipalidade local deverá doar área de um milhão de metros quadrados, localizada no Haras "V-8".

DOCUMENTO

Durante a reunião foi assinado um documento pelos srs. Júlio Sambaqui; Lauro Gomes, prefeito de Santo André; Higino Batista de Lima, prefeito de São Bernardo do Campo; professores Marcos Lindenberg, Armando Hildebrand, Roberto Prado, Paulo Camargo e Almeida, Antônio Augurita Silva, Fausto Castilho, José Carlos Seixas e Silvio Barros, estabelecendo normas para funcionamento da universidade.

(...)

ATRIBUIÇÕES

Declarou o ministro da Educação que mantivera, no Rio, conversações com membros da Congregação da Escola Paulista de Medicina a respeito do decreto que criou o Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD) da Universidade Federal de São Paulo. Esse decreto determinou que, doravante, compete ao Conselho exercer as atribuições do Conselho Técnico e Administrativo da Escola Paulista de Medicina, como Conselho de Curadores da Universidade Federal. Tal disposição causara desagrado à Congregação da EPM, mas o ministro informou que se chegou a um acordo. Agora, todos os estudos e decisões sobre a Universidade Federal cabem, efetivamente, ao Conselho Consultivo e Deliberativo.

TERMO DE POSSE

Ao término da reunião, o sr. Júlio Sambaqui deu posse ao prof. Candido de Oliveira como representante especial do Ministério da Educação para fiscalizar as atribuições da União no recente convênio estabelecido com prefeituras municipais e indústrias para ministrar ensino primário.

O ministro da Educação veio ontem do Rio de Janeiro, em companhia do sr. Lauro Gomes, com quem almoçou, logo após a reunião efetuada na Escola Técnica de São Bernardo do Campo. Regressou, ontem mesmo, ao Rio de Janeiro. (INSTALADA ontem a Reitoria provisória da Univ. Federal, 30 jan. 1964, p. 14).

Reportagem semelhante apareceria também na Folha de S. Paulo à mesma data (SAMBAQUI instala a Universidade Federal de São Paulo [FSP], 30 jan. 1964, 2º Caderno, p. 3). Ainda, aos 4 de fevereiro, a Folha publicaria o resultado das discussões do CCD quanto à forma de ingresso dos estudantes na instituição, apresentando muitas das características inovadoras à época que se pretendiam adotar para a formação ali oferecida (U. F. S. P., sem vestibulares, é experiência nova no ensino [FSP], 4 fev. 1964, p. 10). A Folha, ainda à carga, publicaria, aos 12 de março, reportagem apresentando as

diretrizes que se pretendia adotar na nova universidade com vistas a um ensino moderno e diferente daquele que ofereciam as demais instituições de então (A ESTRUTURAÇÃO da U. F. S. P. está pronta mas será debatida [FSP], 12 mar. 1964, p. 9). Em 15 e em 22 de março de 1964, O Estado de S. Paulo publicaria os excertos dos editais de inscrições de estudantes para vagas no Ensino Médio oferecido pelo Colégio Universitário (EDITAL... [OESP], 15 mar. 1964, p. 38 e EDITAL... [OESP], 22 mar. 1964, p. 41). Como se observa, o CCD não diminuiu seu volume de trabalho, outrossim, empenhou-se freneticamente em realizar uma ampla gama de tarefas, todas elas necessárias para o bom funcionamento da nova universidade, promovendo desde pequenas reformas às instalações físicas adaptadas da Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo, que eram inauguradas a medida em que ficavam prontas, sem demora e sem pompas, até a elaboração de minutas de estatutos e regimentos que normatizassem a estrutura e o funcionamento da nova instituição, antes de distribuí-los como “conclusões parciais e provisórias” que careceriam ainda de amplo debate, tudo isso sem deixar de receber e processar as solicitações de matrícula de estudantes secundaristas que se candidatavam para estudos no Colégio Universitário. Todavia, era já o final de março de 1964. Em menos de uma semana, tudo mudaria mais uma vez, e o frenesi dos trabalhos do CCD não subsistiria.

Segundo Jaime Fernando dos Santos Junior, Fernando Henrique Cardoso sugeriu aos seus colegas no CCD que era “chegado o momento de dar-se cumprimento aos princípios enunciados no primeiro trabalho apresentado pelo conselho”, devendo se “designar imediatamente, [alguém] para encarregar-se da promoção de reuniões com vários grupos intelectuais para debates dos problemas da Universidade” (SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, p. 150). A “revolução” instaurada em 1º de abril de 1964, no entanto, marcaria bruscamente o fim dos trabalhos do CCD da U. F. S. P., que não mais seria capaz de se reunir a partir desta data. Em poucos dias, o novo regime atenderia aos anseios de Lauro Cruz⁹¹, anteriormente expressos na Câmara dos Deputados, quanto à

⁹¹ Jaime Fernando dos Santos Junior acredita que o apoio e a influência de Lauro Monteiro da Cruz e de Ernesto Pereira Lopes foram determinantes para que os líderes do regime de exceção, logo em seus primeiros dias, já atuassem para diminuir o poder concedido a Marcos Lindenberg e ao CCD da U. F. S. P. (vide SANTOS JUNIOR *in* NEMI, 2013, pp. 151-152). Embora esteja claro que estes foram apoiadores de primeira hora da ditadura militar, não é possível crer que as motivações de ambos tenham sido assim tão determinantes ao regime “revolucionário”, a ponto de serem atendidas em apenas 12 dias desde instaurada a “revolução”. Ranieri Mazzilli ainda presidia formalmente o país na ocasião, e era presidente da Câmara dos Deputados, tendo pleno conhecimento de seus pares e de suas intenções neste caso. Mesmo assim, nos parece muito mais sensato imaginar que a promulgação do Decreto N.º 53.885 tenha se dado mais devido a motivos operacionais do que devido a motivos políticos, afinal, a EPM precisaria utilizar seus recursos, e certamente reclamaria se não mais pudesse fazê-lo. No entanto, caso a promulgação do Decreto N.º 53.885 tenha se dado primordialmente por motivos políticos, faz bem sentido imaginar que a aposentadoria

ilegalidade dos decretos de dezembro de 1963 e, aos 13 de abril de 1964, por meio do Decreto N.º 53.885, ainda assinado por Ranieri Mazzilli, são revogados os Decretos de N.º 53.372 e N.º 53.373, fazendo com que a EPM pudesse voltar a ter o direito de gerenciar seus próprios recursos, desvinculando-se, ao menos em um primeiro momento, e ainda que não completamente, da U. F. S. P., e sendo novamente capaz de dar os primeiros passos de volta ao caminho de sua efetiva autonomia. Os projetos do CCD da U. F. S. P. são, então, todos desarticulados, de maneira tal que não se instalou o Colégio Universitário, as instalações físicas retornaram às mãos da Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo, e o sonho de uma universidade federal no ABC se veria postergado até 2005, quando foi então criada a Universidade Federal do ABC (UFABC). Da mesma forma, a EPM não viria a integrar-se novamente a uma universidade antes de 1994, quando ela mesma se tornou o núcleo principal da “nova” Universidade Federal de São Paulo, agora sob a sigla de UNIFESP.

Por ainda mais alguns meses, a Escola Paulista de Medicina continuaria vinculada formalmente à U. F. S. P., mas o primeiro ministro da educação do governo militar de Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, retomaria a ideia de seus predecessores de dissolver completamente a universidade por meio da revogação dos artigos de 11 a 13 da Lei 3.835/60⁹². O Projeto de Lei N.º 2.155/1964 determinava tais encaminhamentos e promovia a autonomia da EPM, que passaria a ser, de novo, um estabelecimento isolado de ensino superior pertencente à União, sob a figura administrativa de uma autarquia. Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz não poderiam aceitar que, depois de tanto trabalho, a instalação da U. F. S. P. viesse a “dar com os burros n’água”, logo agora quando o maior foco de oposição à proposta original extinguiu-se, portanto, deram início a um incisivo processo de negociação com o ministro Suplicy de Lacerda. O ministro, no entanto, já havia encaminhado ao Congresso Nacional a mensagem presidencial que se tornara o PL 2.155/1964. Na condição de relator da Comissão de Finanças, quando da tramitação do projeto pela Câmara, Ernesto Pereira Lopes foi enfático:

Para que bem se esclareça esta Comissão quanto aos dispositivos que se pretende sejam revogados, permitimo-nos anexar a este parecer a Lei N.º 3.835

compulsória e subsequente demissão de Marcos Lindenberg, em outubro de 1964, por ter sido considerado subversivo pelo novo regime, talvez fosse mais sugestiva para tal situação do que os deputados citados por Jaime dos Santos em suas considerações a respeito.

⁹² Vide a página 11 (exposição de motivos) do Dossiê do Projeto de Lei N.º 2.155/1964, que resultou na Lei Federal N.º 4.421, disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1196049&filename=Dossie+-PL+2155/1964.

de 13 de dezembro de 1960, através da qual bem se pode avaliar como se criou a Universidade de São Carlos. Com peculiaridades próprias das Universidades atualizadas, o que denota que estamos pretendendo acompanhar a evolução pedagógica superior - e aí está a Universidade de Brasília que tem conseguido os melhores resultados - não nos podemos ater, apenas, ao art. 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação quando determina que as Universidades devem constituir-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos.

Esse argumento não pode invalidar outros tantos que ditara a criação, como se fez, da Universidade Federal de São Paulo, com sede na cidade de São Carlos. Em seu brilhante parecer, o ilustre Relator da matéria na douta Comissão de Educação e Cultura, historia com profundo conhecimento e irreprochável análise o que representará não só para São Paulo, senão para o Brasil a fixação daquele centro de cultura em São Carlos. Tomamos, assim, a liberdade de ler para que se esclareçam melhor os Senhores Deputados a parte do relatório que se faz imprescindível.

A estrutura de Fundação, nos moldes em que se organizará a Universidade Federal de São Paulo, análoga a de Brasília, bem demonstra a larga visão da Lei que a amparou.

Não tem, pois, qualquer fundamento que justifique a extinção pura e simples desse Instituto Universitário, que em futuro próximo terá fatalmente, em institutos centrais em um mesmo *campus* facilitado o grandioso e indispensável intercâmbio entre seus professores, o uso comum de laboratórios, bibliotecas etc., com isso afastando a possibilidade de novos e desnecessários dispêndios.

Concordamos com a retirada da Escola Paulista de Medicina da Universidade, dando-se-lhe nova estrutura e, ainda, maior autonomia.

Entretanto não nos conformaríamos com a extinção da Universidade cuja sede é São Carlos, porque seria tamanho erro, que dêle muito teríamos que nos penitenciar mais tarde.

(...)

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 4 de agosto de 1964.

Pereira Lopes, Relator. (BRASIL, 1964, Dossiê PL 2.155/1964, p. 48).

Ao final de um processo de tramitação que envolveu várias emendas, tanto na Câmara quanto no Senado, o PL 2.155/1964 foi aprovado, sendo promulgado nos termos da Lei Federal N.º 4.421, de 29 de setembro daquele ano. A autonomia da EPM estava, enfim, restaurada, sem que se tenha revogado completamente a criação da U. F. S. P. O Prof. Marcos Lindenberg, em sua condição de “comunista subversivo”, foi apontado como o grande culpado por tudo o que aconteceu, sendo demonizado por ambos os lados entre os “epemistas”: aqueles que desejavam a integração da EPM na U. F. S. P. o culpariam por ter perdido a melhor oportunidade que a instituição tivera para isso. Os opositores a essa proposta, o culpariam porque todos os encaminhamentos dos últimos anos em nada resolviam os grandes problemas financeiros da Escola e de seu hospital universitário, o Hospital São Paulo, que jamais seria federalizado até aos dias atuais. Ana Nemi completa:

No dia 4 de outubro de 1964, o jornal Última Hora publicava carta na qual o professor Marcos Lindenberg (1901-1979), já então aposentado

compulsoriamente pela ditadura⁹³, indagava aos leitores sobre o que teria sido feito da Universidade Federal de São Paulo, então chamada de U. F. S. P. Afastado das funções que exercia na recém-criada universidade, o professor se dirigia "à coletividade paulista", denunciando o "inadmissível descaso" com o qual se tratava o problema da instituição e o "açodamento com que os órgãos diretivos da EPM e o então Ministro da Educação e Cultura aplicaram-se à desarticulação e à anulação do que vinha sendo feito", com prejuízo para o ensino superior e para a pesquisa no Brasil. (NEMI *in* CARDOSO e CARDOSO, 2017, edição eletrônica, s/p.).

As palavras do catedrático, ditas ao vento, não encontraram qualquer respaldo no “alto comando da revolução”, como assim pedira Lindenberg, ao final de sua carta, e sua U. F. S. P. nunca viria à luz. Vivendo uma vida reclusa, abandonado pela instituição que ajudou a criar, o Professor Lindenberg não teria novamente, ainda em vida, o respeito de seus pares, vindo a falecer em 1979, sem poder retornar à EPM⁹⁴. A placa citada nas páginas 154 e 155 deste trabalho, instalada na inauguração do Instituto de Biologia da Universidade Federal de São Paulo, atual Edifício Antônio Cechelli de Mattos Paiva, sede do curso de Ciências Biomédicas da UNIFESP, “simplesmente não se encontra mais [lá], (...) jamais [sendo novamente] encontrada nos espaços da escola”⁹⁵.

⁹³ Conforme nota 84 à página 154 deste trabalho.

⁹⁴ Novamente, vide a nota 84 à página 154.

⁹⁵ Mais uma vez, vide a nota 84 previamente citada. Aqui, no entanto, pedimos desculpas ao(à) leitor(a) para acrescentar, ainda, uma nota pessoal: este trabalho, desde seu princípio, tem destacado o descaso que a UFSCar tem tido com a sua própria história e memória, o que, supomos, não deve ser lá muito diferente se comparado a outras instituições congêneres, muito embora apreciar a cultura organizacional de cada instituição universitária a respeito da conservação de suas próprias histórias e memória seja um trabalho simplesmente impossível de se realizar em uma pesquisa acadêmica, a menos que esta seja exatamente a proposta de pesquisa expressa em determinado trabalho que se tenha em mente promover. A UNIFESP, no geral, tem demonstrado, por repetidas vezes, o seu interesse em empreender o resgate de sua memória, e a busca da “Comissão da Verdade Professor Marcos Lindenberg” pela placa de inauguração do Instituto de Biologia da U. F. S. P. é uma atitude louvável, sendo incomensuravelmente triste saber que este pedaço tangível da história já não se encontra mais disponível entre nós. Todavia, a cada dia, outros elementos físicos da história acadêmica brasileira somem, sem que ninguém deles sinta falta ou procure encontrar os motivos tácitos por trás das decisões burocrático-administrativas ignorantes que, por muitas vezes, levam gestores mal informados ou pouco cuidadosos a tomar decisões maléficas para a preservação da memória institucional e coletiva. Desde 2014 ocorre uma grande reforma no Restaurante Universitário do *campus* São Carlos da UFSCar, reforma esta que, aparentemente, ainda está longe de terminar. Em algum momento durante esta reforma, as placas de bronze que marcavam a inauguração e as subseqüentes reinaugurações deste importante espaço coletivo foram removidas, uma vez que, no lugar em que estavam instaladas, hoje existem janelas, colunas e outras estruturas impeditivas para tal instalação. Contudo, ao invés de estas peças terem sido reinstaladas em outros lugares, tais placas simplesmente também sumiram da exibição pública, como aconteceu no caso da U. F. S. P. Este estudante lembra-se de parar para ler a maior dessas placas, por inúmeras vezes, enquanto encontrava-se nas filas para acesso às refeições fornecidas pelo RU. Aluno de graduação entre 2009 e 2013, estagiário na instituição em 2010 e servidor técnico-administrativo desde 2011, não raramente este aspirante a pesquisador realizava suas duas refeições do dia (almoço e jantar) naquele espaço. Incontáveis foram as vezes em que passamos diante daquela placa, descerrada em 1979, que, com alegria e, ao mesmo tempo, com expresso triunfo, indicava que a **conquista** do Restaurante Universitário do *campus* São Carlos foi uma **vitória** dos estudantes, bem como dos servidores docentes e técnico-administrativos que, desde o início da operação da universidade, em 1970, lutavam por ter um lugar

2.6 – A Universidade Federal John F. Kennedy

Antes de partirmos para um próximo tópico, tomemos algumas poucas linhas do presente trabalho para destacar brevemente um fato bastante curioso ocorrido na história da U. F. S. P. Este acontecimento se deu durante o período em que destacamos, acima, a oposição da EPM à efetiva instalação da nova Universidade nos moldes inicialmente projetados por Pereira Lopes e Lauro Cruz. Contudo, por ter se dado em paralelo, não tendo, em nada, interferido nos assuntos previamente abordados, e por significar um fato mais apropriadamente curioso do que, efetivamente, significativo, vale a pena nos debruçarmos sobre ele sem “atrapalharmos” a relevante história anteriormente apresentada. É de amplo conhecimento que o Presidente dos Estados Unidos da América, John F. Kennedy, foi assassinado em Dallas, Texas, aos 22 de novembro de 1963, em um dos fatos que marcariam a história nos anos 1960 e que, até hoje, levantam questionamentos sobre conspirações, envolvimento da URSS, inimigos políticos, agentes da KGB etc. Sendo o Brasil de então um país alinhado econômica e politicamente

mais adequado e confortável para realizar as suas refeições – ao menos um lugar melhor do que o antigo “Forte Apache”, que ficava situado próximo às atuais instalações do Departamento de Artes e Comunicação (DAC) da Universidade. A memória deste autor não se recorda exatamente de todas as palavras que ali estavam registradas, mas as decisões ignorantes de gestores despreparados e inescrupulosos, dotados dos mais danosos vieses ideológicos, que permitiram a retirada de tal placa de sua instalação original, sem que houvesse sido posteriormente reinstalada em lugar de ampla vista e passagem, impedirão que as futuras gerações de estudantes e servidores da UFSCar tenham, ao menos, o mesmo vislumbre da história passada que tivemos ao imaginar, pelo texto polido sobre um fundo enegrecido de bronze antigo, toda a luta pela qual uma comunidade inteira se viu engajada, em busca da conquista de um nobre objetivo comum. Não é possível saber que fim deram às antigas placas do RU. Não sabemos se, um dia, estas serão reinstaladas, junto a uma possível placa indicativa da atual reforma, que, como dito, parece que jamais se encerrará, embora o restaurante continue em plena operação e em sua capacidade máxima de funcionamento. Não sabemos se tais placas ainda existem, se estarão perdidas em algum dos galpões da Prefeitura Universitária (PU) ou se foram, simplesmente, jogadas no lixo. Ao(A) leitor(a), pedimos sinceras desculpas por este desabafo, que tem apenas a finalidade de ilustrar que, seja na EPM do início do período da ditadura militar, seja na UFSCar, locupletada por uma administração infelizmente despreparada e incapaz, que, por certo, não deixará saudade alguma, a preservação das memórias daqueles que vieram primeiro pode, sob repugnantes olhares vis, ressaltar mais ideias políticas ou sectárias de pessoas vistas como inimigas, do que os passos coletivamente caminhados por pessoas que, àquela época, em outro período, pensavam, por algum motivo, diferentemente dos poderosos dos dias atuais. Como pesquisador, desejo insistir em uma frase que sempre digo quando converso sobre história com familiares e amigos: Não se pode vestir com roupas de hoje aos homens que viveram no passado. Que, no futuro, a diferença não mais seja vista como balbúrdia, e que a liberdade de pensamento, princípio dos mais basilares quando se reflete sobre aqueles afetos a uma casa de sabedoria, como o é a universidade, não mais venha a contribuir para que se destruam os poucos rastros daqueles que nos antecederam, unicamente por causa das vendas dogmáticas e ideológicas que hoje nos cobrem os olhos, impedindo-nos de enxergar da mesma maneira ao mundo como aqueles antes enxergavam. Que sejamos capazes de preservar, no porvir, todas as placas que, um dia, foram instaladas antes, e que possamos construir novos murais em que as histórias que construímos juntos possam ser apreciadas, embelezadas, acolhidas e bem-vindas. Não precisamos honrar os que nos precederam em altares para termos respeito por sua história e pelo que contribuíram a algo que, juntos, usufruímos hoje aqui. Que nenhuma outra placa seja, jamais, removida das paredes da UFSCar.

aos Estados Unidos, é de se imaginar que a notícia do passamento do presidente americano, no pleno exercício de sua função, tenha causado uma comoção significativa também nesta parte mais ao sul do continente americano.

Por certo, como pudemos observar até aqui, as casas legislativas do país, no geral, e também a Câmara dos Deputados, em particular, produzem uma quantidade significativa de propostas e projetos de lei, as quais nem todas atingem o sucesso em serem aprovadas. Nossos legisladores, nas mais diferentes esferas, com suas sugestivas ideias, gastam significativo tempo de suas legislaturas elaborando homenagens, leis e decretos de conagração, participando de sessões em memória de personalidades falecidas e realizando discursos em saudação ou tributo aos mais variados vultos de significativa (ou relativa) importância. Não era de se espantar que os deputados da 42.^a legislatura tivessem, portanto, a ideia de homenagear o presidente recém-falecido. De autoria do Deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno⁹⁶, o Projeto de Lei N.º 1.518/1963 foi submetido à Câmara, tendo por finalidade “dar a denominação de “John F. Kennedy” à Universidade Federal de São Paulo”, cujo projeto substitutivo encontrava-se ainda em tramitação, com previsão de votação em 1964.

O Dossiê do PL 1.518/1963⁹⁷ indicava que, além de Cunha Bueno, Lauro Cruz era também autor da peça normativa. Os autores, portanto, assim justificavam sua iniciativa:

O Povo brasileiro tem oferecido demonstrações inequívocas do extraordinário prestígio que o Presidente J. F. Kennedy gozava em todos os setores da opinião pública. Inúmeros Deputados Federais e Senadores da República já expressaram os sentimentos de dor e de veneração da alma nacional, não só através de discursos, mas também oferecendo [à] consideração do Congresso brasileiro proposições que visam a perpetuar a memória do eminente homem público justamente considerado o líder democrático de maior projeção no mundo contemporâneo.

Permitimo-nos recordar que o Chefe do Executivo norte-americano, desde o início de sua vida pública, sempre prestigiou as universidades de seu País. Eleito, uma de suas primeiras preocupações foi convocar os principais líderes das congregações universitárias a quem confiou as tarefas de numerosos

⁹⁶ Cunha Bueno, filho do também deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno, foi deputado federal por sete legislaturas seguidas, entre 1975 e 2003. Malufista e monarquista, um dos maiores feitos de sua carreira política foi a de liderar, no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, como membro da Comissão da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo, a aprovação da emenda que incluiria, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a realização de um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo a serem adotados no Brasil, também conhecido como o Plebiscito de 1993, sendo um dos criadores do *slogan* da campanha monarquista “Vote no Rei!”. Ao longo da carreira, foi autor de 2.268 projetos de lei, dentre os quais o que acima destacamos.

⁹⁷ Vide https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1197238&filename=Dossie+-PL+1518/1963.

planejamentos da maior importância e da maior responsabilidade, não só no âmbito da vida norte-americana, mas no setor Internacional.

John Fitzgerald Kennedy indiscutivelmente vinculou a sua extraordinária personalidade a permanente preocupação com o problema universitário, dando provas exuberantes da sua confiança e da sua fé na filosofia de equacionar os problemas sociais em termos científicos que realmente pudessem conduzir a humanidade a uma evolução tranqüila e segura. Pessoalmente e indiretamente, através da "Aliança para o Progresso", beneficiou inúmeros institutos de ensino superior do Brasil, inclusive de São Paulo.

Isto pôsto, embora reconhecendo perfeitamente oportunas e justas as homenagens que estão sendo tributadas pelo Congresso Nacional, pelo Governo da República, pelos Governos dos Estados e dos Municípios à memória do grande vulto, parece-nos indispensável vincular o nome de John F. Kennedy a um estabelecimento de ensino superior. A Universidade Federal de São Paulo, cujos destinos na história do ensino superior do País estão antecipadamente assegurados pela projeção que fatalmente terá na paisagem universitária do Brasil, acreditamos seja o instituto apropriado para concretizar a homenagem da inteligência brasileira ao Presidente que tombou.

Sala das Sessões, 25 de Novembro de 1.963.

CUNHA BUENO

LAURO CRUZ. (BRASIL, 1963).

Tal iniciativa, porém, teria vida curta. Aos 14 de julho de 1964, assim se manifestaria a Comissão de Constituição e Justiça da Casa:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto N.º 1.518/63 - Dá a denominação de John F. Kennedy à Universidade Federal de São Paulo.

Autor: Dos Srs. Cunha Bueno e Lauro Cruz.

Relator: Dep. Nelson Carneiro.

PARECER

Todos estamos de acôrdo em que o Brasil preste homenagem à memória do grande presidente John F. Kennedy, campeão da liberdade neste século. Na sessão de hoje, esta Comissão, entretanto, aprovou o Projeto N.º 1.850/64, que denomina John Kennedy a rodovia BR-22, de que foi relator o nobre deputado José Burnett. A homenagem visada pelos nobres deputados Cunha Bueno e Lauro Cruz - e com a solidariedade de todo o país - fica assim prestada, de modo definitivo.

Meu voto, pois, é pelo arquivamento da proposição.

Brasília, em 14 de julho de 1964.

NELSON CARNEIRO – Relator. (BRASIL, 1963).

Em 1967, o Deputado Cunha Bueno solicitaria o desarquivamento do processo, para que voltasse a ter sua petição tramitada, agora em momento mais oportuno. Sem maiores esclarecimentos, contudo, o projeto foi definitivamente arquivado no dia 1º de abril de 1971, quando a UFSCar já existia há pouco mais de um ano. Foi assim que deixou de existir (sem sequer ter existido) a Universidade Federal John F. Kennedy.

2.7 – Em São Carlos, queremos a Universidade Federal!

Findas as oposições da EESC/USP, da própria USP, através de seu Conselho Universitário, bem como as de sua comunidade, em especial por meio do CAASO, encerrados os conflitos políticos durante os governos de Jânio Quadros, João Goulart e também aqueles que se manifestaram nos primeiros momentos do regime “revolucionário”, e, por fim, passados os conflitos com a EPM, suas lideranças e comunidade, a U. F. S. P. estava, novamente, por um fio. Contudo, encontrava-se agora, ao menos, em uma posição mais confortável do que outrora estivera, considerando não haver novos “inimigos” aparentes desejando sua completa dissolução ou, então, desejosos em retirar das mãos de Pereira Lopes e de Lauro Cruz (diga-se, a instalação em outra cidade que não São Carlos) o controle sobre a nova instituição universitária.

Sguissardi registra que:

Os primeiros meses de 1964 marcaram profundamente não apenas a vida política do país. Significaram a retomada do movimento contra a extinção e pela efetiva implantação da Universidade Federal de São Paulo com sede em São Carlos.

A simples observação das manchetes dos jornais da cidade nos dias e meses que se seguiram à tomada do poder pelos militares era suficiente para convencer até aos mais céticos que o movimento agora teria enormes chances de vitória. O maior líder político e empresário local, Ernesto Pereira Lopes, esbanjava prestígio nos meios “revolucionários”. Uma manchete (com foto ao lado) informava que o “Dep. Pereira Lopes lidera movimento para a escolha do novo Presidente [da República] (Correio de São Carlos, 04/04/1964, p. 1). Um são-carlense, cel. Meira Mattos, além de liderar o avanço de sua guarnição de Cuiabá sobre Brasília, quando do golpe militar, passara a ocupar posto de relevo junto ao novo governo do mal. Castelo Branco, que o designava como seu representante em solenidades especialmente de São Paulo.

No dia 12 de maio de 1964, o Correio de São Carlos, estampava a manchete “São Carlos (e toda região) em luta contra a extinção da Universidade Federal”. O jornal informa que se inicia um amplo movimento visando solicitar do novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, que impeça a extinção da Universidade Federal de São Paulo, que teria sido instalada em cidade do ABC, em frontal desacordo com a lei que determina que sua sede seja [em] São Carlos.

(...)

Dezenas de telegramas foram enviados ao ministro. Os deputados Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz com ele mantiveram audiência. Comissão de autoridades municipais também se dirigiu a Brasília para defender os “interesses da cidade, região e Estado”... (SGUISSARDI, 1993, pp. 98-99).

Vê-se, portanto, que as forças políticas de São Carlos despertaram para um “*sprint*” final, acreditando ser “agora ou nunca” a solução quanto à instalação definitiva da Universidade. Sabiam que, se não fosse no âmbito do novo regime, não poderia mais

ser vitoriosa sua proposta e seu pleito. Até por conta disso, visando a legitimar sua posição e deslegitimar as posições conflituosas anteriores, os oficiais são-carlenses adotaram sabiamente o discurso ideológico corrente ao seu favor. Sguissardi explica que o Prof. Antônio Stella Moruzzi, diretor do Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião, encarregado por Pereira Lopes de coordenar as investidas locais pela instalação da universidade, em entrevista à imprensa local, dizia, “ao referir-se à instalação da U. F. S. P. determinada pelo Governo de Goulart na região do ABC, (...) [que] além de considerar este ato ilegal, declarava que o mais grave era o fato de tê-lo feito “com orientação nitidamente comunista”...” (SGUISSARDI, 1993, p. 99).

A carga continua. Após a promulgação da Lei N.º 4.421, declarando a independência da EPM em relação à U. F. S. P., “o dep. Lauro Monteiro da Cruz prepara memorial a ser entregue, juntamente com o dep. Ernesto Pereira Lopes, ao ministro da Educação. Confia-se que a “atuação firme e decidida” do ministro Suplicy de Lacerda do “governo democrático” do mal. Castelo Branco, acabará com as ameaças à existência da U. F. S. P.” (SGUISSARDI, 1993, p. 99). Outro memorial, assinado por todos os vereadores de São Carlos, também seria enviado ao ministro da educação e ao presidente da República, denunciando os atos do governo Goulart, embora nada dissessem sobre a atuação da EPM a seu favor. Além disso, Sguissardi aponta que:

As mesmas autoridades locais, deputados, prefeito, vereadores, diretores de Escolas, que lideram o movimento, no dia 28 de junho desse ano, praticam mais um ato significativo para o seu sucesso futuro: homenageiam de forma solene ao “Herói da Revolução Democrática de 31 de Março”, Cel. Meira Mattos⁹⁸. Sessão Solene da Câmara Municipal, banquete no Grande Hotel, discurso do senador Moura Andrade, fotos de página inteira do homenageado ao lado do deputado Ernesto Pereira Lopes, mostram a importância estratégica dessa festividade. Poucos porta-vozes seriam tão credenciados como Meira

⁹⁸ O futuro General Carlos de Meira Mattos viria a ser o autor do Relatório Meira Mattos, que citamos ao início deste capítulo, onde se propunha uma ampla reforma do modelo universitário brasileiro, aproximando-o do tecnicismo esperado pelos militares, bem como do modelo norte-americano de educação superior. Nascido em São Carlos e descendente direto de seus fundadores, Meira Mattos teve um papel atuante nos encaminhamentos que resultaram no golpe militar de 1964, atuando, como ele mesmo afirmava, na “conspiração” que levou à “revolução”. Uma interessantíssima entrevista a respeito de sua vida e de sua proximidade com o General Castelo Branco pode ser encontrada no Arquivo de Depoimentos da História Política Nacional elaborado pela TV Câmara, em parceria com o Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação daquela Casa de Leis, disponível em <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/depoimentos/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>. Curiosamente, essa entrevista, que relata muito sobre os feitos militares do general são-carlense, nada fala sobre seu envolvimento no estudo de políticas educacionais que resultaram no seu famoso “Relatório Meira Mattos”, de 1968, indicando que tal relatório, para seu autor, não era visto em nada além do que uma mera “missão” militar, tal qual qualquer outra que, como integrante castrense, com bravura, ainda que relativa aos nossos olhares modernos, tentara este desempenhar a contento de seus superiores, procurando, sempre que possível, compactuar sua visão com as deles, o que é muito comum neste meio. Meira Mattos viria a falecer aos 26 de janeiro de 2007, com 93 anos de idade, em São Paulo capital.

Mattos para encaminhar o pleito de S. Carlos ao “comando revolucionário”. Na Câmara Municipal, [este] descendente do conde do Pinhal, fundador da cidade, recebeu o título de “Embaixador de São Carlos”. (SGUISSARDI, 1993, p. 100).

Essas investidas políticas, contudo, aparentemente não surtiram muitos resultados. O ano de 1965 não trouxe qualquer novidade quanto à instalação efetiva da U. F. S. P. Pelo contrário, aquele ano foi palco do arquivamento definitivo do projeto substitutivo de Lauro Monteiro da Cruz que ainda tramitava no Congresso Nacional. O projeto foi vetado após ter sido rejeitado em votação ocorrida em sessão conjunta da Câmara e do Senado, tendo sido, antes disso, bastante descaracterizado durante o processo de sua tramitação, graças a uma verdadeira enxurrada de emendas parlamentares a ele apensadas.

Provavelmente, o ambiente em Brasília ainda não era completamente favorável às propostas de Ernesto Pereira Lopes e de Lauro Monteiro da Cruz quanto à nova universidade. O que se sabe é que os deputados continuaram atentos ao ambiente que se tinha em Brasília, permanecendo prontos para agir quando fosse necessário. E quando julgaram procedente voltar à carga, o fizeram com grande clamor, acionando diretamente ao vereador Prof. Antônio Stella Moruzzi para que encabeçasse e conduzisse os trabalhos, no âmbito local. Assim, aos 4 de maio de 1966, sem dúvida alguma com o envolvimento (por mais discreto que fosse) de Pereira Lopes e de Lauro Cruz, articulados com as lideranças são-carlenses, ocorreu uma manifestação cuja fotografia tornou-se histórica no marco dos acontecimentos que resultaram na criação efetiva da UFSCar. Um grande encontro envolvendo praticamente todos os estudantes secundaristas da cidade, grêmios estudantis, alguns poucos empresários e entidades as mais diversas, entre tantos outros que por ali passavam, resolveu reunir-se, mediante chamamento da direção do Instituto de Educação, nas escadarias do próprio estabelecimento, transbordando pela Avenida São Carlos e atingindo também as vias laterais da escola. Organizada com o apoio do Centro Cívico 22 de Março e do Movimento Educativo da Mocidade Brasileira, a juventude são-carlense exigia: Queremos a Universidade Federal! E a queremos em nossa cidade!

Figura 31: A “Manifestação de 4 de Maio”, defronte ao Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/acervodigitalfotograficofpmc/46891022714/in/album-72157706501677491/> (Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2016).

O jornal Correio de São Carlos, que, como sabemos, era de propriedade do deputado Pereira Lopes, cobriu o evento destacando os vários pronunciamentos dos participantes⁹⁹. Se, até então, a população de São Carlos assistia apartada aos acontecimentos que se desenrolavam entre os poderosos, obtendo informações somente por meio da imprensa ou das notícias “de botequim”, a partir de agora era convidada a participar ativamente, engajando-se de forma a garantir que o projeto se firmasse, evitando que fosse para outra localidade (pois, certamente, ainda havia outras cidades interessadas em se tornar sede da U. F. S. P., com ou sem a agremiação de instituições educacionais preexistentes) ou que, pior, por infeliz revés, deixasse completamente de existir, como já se tentara tantas vezes antes.

Em relação ao evento de 4 de maio, Sguissardi acredita que “as lideranças políticas e educacionais descobririam que a mobilização da opinião pública local talvez fosse o argumento, a cartada que estava faltando” (SGUISSARDI, 1993, p. 103). Utilizando a opinião pública a seu favor, Pereira Lopes esteve na Câmara Municipal da cidade, onde garantiu que “São Carlos terá uma autêntica universidade federal”. Sguissardi complementa dizendo que:

Do mesmo modo que Ernesto Pereira Lopes, também o dep. Lauro Cruz foi convidado a fazer uma palestra na Câmara de Vereadores local sobre o tema que a todos preocupa. Nessa ocasião (05/06/[19]66), em nome da EESC/USP, o professor Arquimedes Dante Martinelli oferece o apoio dessa Escola à campanha. O professor Sérgio Mascarenhas, da EESC, e uma de suas mais expressivas lideranças, solidariza-se com o dep. Lauro Cruz. (SGUISSARDI, 1993, p. 103).

Estaría formada, portanto, a “equipe” que finalmente conduziria a UFSCar à sua realidade. O apoio da EESC, que vinha, agora, depois de anos de frontal oposição, foi fundamental para oferecer as mentes necessárias por trás da organização que se pretendia dar à nova universidade — afinal, com a derrocada do substitutivo de Lauro Cruz e com a “emancipação” da EPM, a U. F. S. P. não tinha mais nenhuma escola que dela fizesse parte constituinte, devendo ser criada, muito provavelmente, a partir do zero — e para viabilizar o apoio necessário no meio científico para “chancelar” a ideia de uma nova universidade no interior do país, afinal, se o pessoal da USP estava participando, provavelmente a intenção não seria mais somente uma aventura qualquer de políticos interessados em sua próxima reeleição, como vinha sendo alardeado desde 1960, mas

⁹⁹ Vide SGUISSARDI, 1993, pp. 102-103.

passaria agora a se constituir como um ambiente viável para atrair as mentes necessárias a fim de se viabilizar o projeto: cientistas experientes, docentes capazes, pessoal técnico qualificado e, acima de tudo, estudantes desejosos em se engajar em uma formação bem-sucedida, por mais difíceis que fossem os caminhos a seguir.

Sguissardi relata que, dois dias após a fala de Lauro Cruz na Câmara Municipal, uma nova delegação são-carlense se dirigiu a Brasília, dessa vez composta pelo próprio prefeito, Antônio Massei, vereadores, educadores locais e, pela primeira vez, professores da EESC/USP. Lá, tiveram audiência com o então ministro da educação, Pedro Aleixo, receberam o formal apoio ao seu pleito por parte dos deputados Cunha Bueno (que já citamos anteriormente) e Ulysses Guimarães, e foram recebidos pelo membro do Conselho Federal de Educação (CFE), Prof. Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (SGUISSARDI, 1993, p. 103). Voltaram de lá esperançosos de que a “coisa”, agora, passaria definitivamente “a andar”. E como andaria!

Ao final de 1966, o agora ministro Moniz de Aragão afirmaria que os estudos de implantação da U. F. S. P. estavam já em fase final, utilizando-se, inclusive, como norte, o que dispunha o novo Decreto-Lei N.º 53, de 18 de novembro daquele ano. No início de 1967, a notícia era de que tais estudos, agora em fase de conclusão, indicavam que a nova U. F. S. P. deveria englobar novamente a EESC e também uma Faculdade de Medicina do Estado, que Sguissardi acreditava ser a de Sorocaba. Em 17 de abril, segundo o Estadão, uma comitiva de deputados paulistas, dentre os quais Pereira Lopes e Lauro Cruz, se reuniu com o novo ministro da educação do governo Costa e Silva, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, pedindo uma solução para o crescente problema dos excedentes no Estado de São Paulo, o que deveria ser feito por meio da imediata instalação da nova universidade. Em 5 de maio, Costa e Silva nomeia Pereira Lopes, Lauro Cruz e o assessor do governo paulista, Paulo Ernesto Tolle, para compor uma comissão de estudos visando estruturar a U. F. S. P. Aos 17 de maio, o Estadão publicava que, em visita ao Conselho Universitário da USP, Tarso Dutra ouvira de alguns membros daquele colegiado uma defesa quanto à mudança da nova instituição de São Carlos para Bauru, que assim como a primeira, fazia também seus estudos e planejamentos visando ter ali instalada a nova universidade federal. Já no dia seguinte, o mesmo jornal publicava notícia relatando que o ministro da educação, em visita a São Paulo, recebeu comissões de estudantes de medicina de Sorocaba e de Botucatu, que apresentavam reivindicações. Enquanto os de Botucatu queriam ver instalados os equipamentos do Hospital de Clínicas daquela cidade, pronto, mas ainda não inaugurado, os de Sorocaba reivindicavam a federalização de sua

faculdade, que passava por sérios problemas. O ministro da educação prometeu encaminhar a questão por meio da inclusão da faculdade de Sorocaba, federalizada, no âmbito da U. F. S. P. Em 28 daquele mês, O Estado de S. Paulo publicava nota dizendo que o prefeito de Jundiaí pedia a instalação de um *campus* da U. F. S. P. naquela cidade, prometendo a doação de terrenos para atingir esse objetivo. Dois dias depois, em editorial, o Estadão fazia uma defesa quanto à necessidade de se criar uma nova universidade do zero, sem a agremiação de escolas preexistentes, mas que isso fosse feito de forma prudente, especialmente quanto ao tamanho inicial que a universidade deveria ter, uma vez que eram gravíssimos os problemas financeiros pelos quais passava o Ministério da Educação. Enquanto tudo isso acontecia, Lauro Cruz, Pereira Lopes, Antônio Massei e vereadores são-carlenses se reuniram com o governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, obtendo deste a sua palavra de que apoiaria a São Carlos, e a nenhuma cidade mais, como sede da nova instituição. Ao mesmo tempo, os deputados federais solicitaram a Massei o seu máximo empenho em conseguir a desapropriação de uma área para a instalação do novo *campus*, sendo-lhes prometida uma área de, no mínimo, 200 alqueires, bem como um andar inteiro do edifício recém-construído do Colégio Diocesano, da rede La Salle, para ser utilizado enquanto o novo *campus* ainda não estivesse operacional.

O volume de notícias não parecia mais parar de crescer. Como aponta Sguissardi às páginas 106 a 110 de seu *Universidade, Fundação e Autoritarismo*, uma dessas notícias, infelizmente bastante equivocada, teria repercussões muito singulares. Em 23 de junho foi propalada, com grande equívoco, notícia que indicava que o presidente da República, Costa e Silva, tinha assinado decreto estabelecendo a Universidade Federal de São Paulo com sede em São Carlos. A jornalista local que registrou tal feito, no entanto, fez tal divulgação sem compreender que aquilo que de fato tinha acontecido era, na realidade, a simples saída do processo correspondente à criação da U. F. S. P. do MEC, com tramitação para a Presidência da República. Em outras palavras, o “decreto” que indicaria o início das atividades da nova universidade para o início de janeiro de 1968 era ainda, na realidade, uma simples minuta, que iria, por certo, carecer ser avaliada pela assessoria legislativa da Presidência, pela procuradoria jurídica e por toda uma gama de trâmites burocráticos prévios antes de sequer poder restar sobre a mesa presidencial do Palácio do Planalto, aguardando sua vez de ser apreciada e, só então, assinada e sancionada. A divulgação precipitada da notícia pela assessoria de imprensa do MEC e a inocência da jornalista local, no entanto, deram início a uma enorme gama de

manifestações de políticos e autoridades são-carlenses a publicações jornalísticas de impacto nacional e, especialmente, a manifestações de tristeza e perda por parte das dezenas de cidades paulistas que acreditavam terem perdido, em definitivo, seu sonho por uma universidade federal em seu meio.

Sguissardi relata a euforia que se deu em São Carlos, a partir do “decreto *fake*” de junho de 1967:

Ignorando-se a falsidade das informações, em São Carlos festeja-se a grande “conquista”. A imprensa esmera-se em explorar o significado desse acontecimento e não deixa de ressaltar o esforço dispensado por suas lideranças políticas locais e estaduais. Cada vez mais desponta como grande responsável por essa “conquista” o deputado Pereira Lopes, seguido do dep. Lauro Cruz, dep. estaduais Antônio Vicente Botta e Antônio Donato, gov. Abreu Sodré, pref. Antônio Massei, pres. da Câmara de Vereadores e [demais] vereadores, dentre eles, merecendo destaque, o vereador Antônio Stella Moruzzi.

A grande festa foi organizada para o dia 24 de junho de 1967. As festividades incluíam: às 6 horas “Alvorada” com badaladas dos sinos, apito de sirenes das indústrias e fogos de artifício; reunião na Prefeitura Municipal de alunos de todos os colégios, munidos das respectivas fanfarras, “quando deverão cantar externando seu entusiasmo e sua alegria”; às 9hs, em frente à Prefeitura Municipal, “grande concentração para a maior passeata de todos os tempos e jamais vista nesta cidade”; às 10hs, “novamente deverão soar as sirenes, tocar os sinos em conjunto com estridente barulho de buzinas dos veículos. Novamente fogos de artifício enfeitarão, dando colorido e beleza aos céus de S. C.”; às 17 horas missa solene na Catedral.

(...)

As faixas agradeciam a Costa e Silva, Pereira Lopes e Lauro Cruz. (SGUISSARDI, 1993, p. 109).

Em 27 de junho de 1967, a Folha de S. Paulo publicaria uma reportagem indicando o possível mal entendido, ao mesmo tempo em que rememorava, por assim dizer, a “história” da U. F. S. P., acompanhada de relatos e fotografias das comemorações ocorridas em São Carlos, ainda que relativas a uma notícia equivocada. O mesmo jornal, no dia seguinte, publicaria um grande editorial em que relembra o envolvimento da EPM na nova universidade e a desgraça que atingiu a seu “ex-reitor”, o Prof. Lindenberg, esperando não ter de ver atitudes semelhantes agora que a universidade finalmente se institucionalizava. O Estado de S. Paulo publicaria um editorial semelhante no dia 29 do mesmo mês.

Ainda no dia 28, enquanto o Estadão publicava um resumo das mesmas informações, a Folha registraria os encaminhamentos de uma reunião ocorrida em 17 de maio (que, como vimos acima, na página 175, envolveu estudantes de Sorocaba e de Botucatu), onde se definiu, por unanimidade, prover os seguintes encaminhamentos:

2) implantação da Universidade Federal de São Paulo, progressivamente e a longo prazo a partir de 1º de janeiro de 1968 (...); 3) localização da sede da Universidade na cidade de São Carlos, não com a preocupação de resolver a disputa entre diversas outras cidades, como Bauru, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Presidente Prudente, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul e Vera Cruz Paulista, mas, sobretudo, para aproveitar: a) a solução já fixada no art. 11 da Lei 3.835, de 13/12/[19]60, em pleno vigor; b) o oferecimento por parte da Prefeitura [Municipal] e da Câmara de Vereadores de São Carlos, dos prédios necessários à instalação da Universidade e, ainda, de uma área de terra de cerca de 200 alqueires para as futuras construções da mesma; 4) revestimento da Universidade com a estrutura fundacional, desenvolvendo-se a sua constituição legal e instalação através do decreto-executivo, tendo como matriz a já citada Lei 3.835 e os precedentes firmados na instituição das fundações educacional, hospitalar e zoobotânica de Brasília (...) 5) integração inicial, na UFESP (sic): a) da Escola Paulista de Medicina, que já é uma instituição federal de ensino superior sediada em São Paulo; b) da Faculdade de Medicina de Sorocaba¹⁰⁰; c) de uma escola de ensino superior de São Carlos e de outras escolas particulares, na condição de agregadas, sem ônus para a União (...). (SGUISSARDI, 1993, p. 112).

Vê-se logo que a indefinição quanto à inclusão de instituições já existentes à nova universidade ainda pairava, e de forma oficial, sobre o projeto da U. F. S. P., uma vez que a proposta do MEC continuava a sugerir este tipo de encaminhamento. Ademais, ainda existiam outras instituições acadêmicas sonhando com sua inclusão na U. F. S. P., como forma de solucionar muitos de seus problemas, especialmente financeiros. Observa-se isso em pequena nota publicada no Estadão em 1º de julho de 1967:

A Frente de Trabalho do Centro Acadêmico "Santo Thomás de Aquino" (CASTA) prossegue os contactos políticos e administrativos com o objetivo de incorporar a Faculdade de Filosofia de Sorocaba à Universidade Federal de São Paulo, que teve sede recentemente instalada em São Carlos.

Ainda na semana passada, o presidente do CASTA, Antônio dos Santos, que vem promovendo gestões junto ao Ministério da Educação, recebeu do sr. Carlos Louzada, oficial de gabinete do presidente da República e que levou ao ministro Tarso Dutra o pedido de Sorocaba, telegrama no seguinte teor: "Comunico que o ministro da Educação toma tôdas providências a fim de atender a reivindicação da federalização. Existem por parte do Governo todo o interesse em solucionar o problema".

Os alunos da Filosofia pretendem intensificar, no período das férias, o movimento sustado agora devido ao período de provas. (RIO PRETO: Faculdade planeja mais cursos, 1º jul. 1967, p. 11).

Em 29 de agosto de 1967, o diretor de ensino superior do MEC, Epílogo de Campos, indicava ao Estadão que a nova universidade viria a ser integrada novamente pela EPM, com a possibilidade de integração, também novamente, pela EESC, e que seria

¹⁰⁰ A antiga Faculdade de Medicina de Sorocaba é hoje denominada Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FCMS-PUC-SP), tendo sido assumida pela Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP, e integrada na universidade católica como seu centro de estudos médico-hospitalares, oferecendo, além do curso de medicina, também o curso de enfermagem.

constituída, além destas duas unidades semiautônomas, de institutos básicos de biologia, de física, de química e de matemática, que teriam a responsabilidade de agregar disciplinas a todos os futuros cursos de graduação. Ademais, esperava-se poder dotar a U. F. S. P. de um modelo *multicampi* semelhante ao existente na Universidade da Califórnia, formado por uma administração central e unidades descentralizadas dotadas de um substancial nível de autonomia acadêmica, administrativa e financeira, adotando-se, ainda, a possibilidade de obtenção de recursos estrangeiros para sua manutenção, citando-se, pela primeira vez, os Acordos MEC-USAID¹⁰¹ como auxiliares na obtenção de recursos que viessem a complementar o orçamento da União empregado na manutenção desta e de outras universidades federais. O mesmo jornal publicaria em 24 de setembro que o processo revisado referente à criação da U. F. S. P. já estava nas mãos do ministro da educação, esperando despacho com o presidente da República.

O despacho não veio em 1967, mas tudo indica que os encaminhamentos continuavam ocorrendo nos bastidores, isso porque, em 4 de novembro, no dia do aniversário da cidade, o Estadão publicava reportagens de página inteira comemorando o feito e citando a “chegada” da Universidade Federal. Nessa citação, indicava-se que:

(...) No orçamento da União já foram consignados para tal fim NCr\$ 5.000.000,00, contando-se ainda com recursos de 9 milhões de dólares, correspondentes ao empréstimo de 100 milhões negociado pelo governo federal com o BID [- Banco Interamericano de Desenvolvimento].
O "*campus*" universitário será construído numa área de 200 alqueires, na periferia da cidade: as instalações serão construídas em diferentes fases, mas para os quatro institutos [iniciais, de física, química, biologia e matemática] já foram adaptados os edifícios necessários, aguardando-se apenas a execução, no começo do próximo ano, das instalações definitivas para as faculdades, institutos centrais, laboratórios e demais dependências. (SÃO CARLOS, 110 anos de progresso, 4 nov. 1967, p. 12).

Enquanto os estudantes de Sorocaba continuavam suas solicitações de federalização de sua faculdade de medicina, convidando o ministro da educação e o diretor de ensino superior do MEC a visitarem e conhecerem as instituições de educação superior daquela cidade (vide SOROCABA quer reaver coelhos [OESP], 6 dez. 1967, p.

¹⁰¹ Os Acordos MEC-USAID foram uma série de convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a *United States Agency for International Development (USAID)*, ou Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, onde o governo norte-americano propôs à administração educacional brasileira uma série de modificações administrativas, empreendidas entre 1964 e 1967. Essas proposições tiveram um impacto significativo em reformas que foram realizadas tanto nos ensinamentos fundamental e médio, quanto também no ensino superior. Das atuações dos técnicos da USAID, e do relatório final publicado no âmbito destes convênios, vieram muitas das ideias que foram aplicadas a partir da Reforma Universitária de 1968.

15), Pereira Lopes e Lauro Cruz prometiam à imprensa que “Costa [e Silva] vai regular a U. F. S. P.”, em reportagem de 17 de dezembro publicada no mesmo jornal, que dizia ainda que:

“Dentro de poucos dias será assinado pelo presidente da República o decreto de estruturação da Universidade Federal de São Paulo, com sede em São Carlos” - declarou o deputado Mauro (sic) Monteiro da Cruz, patrono dos formandos dos cursos clássico e científico do Instituto de Educação “Dr. Álvaro Guião”, diplomados ontem em São Carlos.

(...)

O deputado Mauro (sic) Monteiro da Cruz informou, ainda, que o ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, deverá ir a São Carlos para verificar “in loco” a possibilidade de serem iniciados, no próximo ano, os trabalhos de estruturação da Universidade.

Quanto às providências oficiais para o funcionamento da instituição, informou ainda o deputado Mauro (sic) Cruz que “as diretrizes básicas para o seu funcionamento já foram tomadas”, e que “consta do orçamento da União para 1968, a verba de 5 milhões de cruzeiros novos, para as despesas necessárias”. O parlamentar disse, também, que em seguida à assinatura do decreto de estruturação da Universidade, o presidente da República nomeará o respectivo Conselho Diretor. O deputado informou, ainda, que os primeiros institutos da nova Universidade a entrar em funcionamento deverão ser os de Matemática, Física e Química, “além de, provavelmente, uma Faculdade de Educação”. (COSTA vai regular a U. F. S. P., 17 dez. 1967, p. 44).

1968 chegou cheio de promessas para a U. F. S. P. Foi, no entanto, no âmbito da educação superior, o ano da implementação de uma ampla Reforma Universitária que modificaria profundamente as universidades e faculdades existentes no país. No âmbito social e político, 1968 viria a ser também o ano da infeliz promulgação do Ato Institucional N.º 5, responsável pelo recrudescimento do regime ditatorial que, a partir de agora, se constituía efetivamente como repressor e perseguidor dos concidadãos que pensassem diferente dos filauciosos castrenses investidos no poder.

Logo em 23 de janeiro, tanto a Folha de S. Paulo quanto o Estado de S. Paulo publicaram reportagens insinuando que o ministro da educação, Tarso Dutra, “nada sabia sobre a U. F. S. P.” (TARSO nada sabe sobre a Universidade Federal de SP [FSP], 23 jan. 1968, p. 6), e que, por esse motivo, era “contestado” por Lauro Monteiro da Cruz (TARSO Dutra é contestado [OESP], 23 jan. 1968, pp. 3 e 46). Segundo as reportagens, em visita à Câmara, o ministro da educação respondeu a questionamento do Deputado Lurtz Sabiá, que indagava quando a nova universidade seria instalada, recebendo, como resposta, a informação de que a lei de 1960 que criava a U. F. S. P. havia sido revogada por meio da lei de 1964 que restaurava a autonomia da EPM. Segundo o ministro, esperava-se confirmação do Executivo se a lei de 1960 seria restaurada ou não. Ademais, afirmava o dirigente do MEC: “posso informar que até agora, nada consta sobre o local

onde possa vir a funcionar a U. F. S. P.”. Lauro Monteiro da Cruz apressou-se a demonstrar que o ministro estava errado em seus comentários, criticando a fala equivocada que expressava o desconhecimento do dirigente máximo da educação quanto a um tema tão importante no âmbito de sua pasta.

Contudo, finalmente as confusões, os equívocos, as oposições, as interferências e as reações adversas à U. F. S. P. chegariam a um aparente fim aos 22 de maio de 1968, quando, tendo se passado 2.718 dias desde 13 de dezembro de 1960, o Decreto Federal N.º 62.758 regulamentaria a Lei federal N.º 3.835/60, instituindo a Fundação Universidade Federal de São Paulo (FUFSP). Assim dizia o decreto:

DECRETO N.º 62.758, DE 22 DE MAIO DE 1968

Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1º. É autorizada a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo, que terá por objetivo instalar progressivamente e manter na forma estabelecida neste decreto, a Universidade Federal de São Paulo (UFSP), criada pela Lei N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960 (art. 11).

Art. 2º. A fundação, com sede e fôro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, de acôrdo com a Lei número 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição de seu ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, do qual serão partes integrantes o estatuto e o Decreto que o aprovar.

§ 1º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da Fundação.

§ 2º Os atos referidos no parágrafo anterior compreenderão o tombamento, a avaliação e todos os que se relacionarem com a integração, mediante escritura pública, no patrimônio da Fundação, sem ônus para esta, aos bens e direitos enumerados no artigo 4º desta Lei.

Art. 3º. São fins da Universidade Federal de São Paulo a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

§ 1º Na consecução de seus objetivos, a Universidade ministrará todos os cursos necessários, visando à formação e ao aperfeiçoamento inclusive em nível pós-graduado, dos recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira.

§ 2º A Universidade se empenhará, ainda, no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico-social do País, na medida de suas possibilidades ou em colaboração com as entidades públicas ou privadas.

Art. 4º. O patrimônio da Fundação será constituído:

- I - dos prédios necessários e de uma gleba com a área mínima de 300 (trezentos) hectares, a serem doados pelo Município de São Carlos;
- II - dos bens imóveis e móveis que adquirir;
- III - das doações e ajudas financeiras que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União e por entidades públicas ou particulares;
- IV - das contribuições previstas em convênios;
- V - de outras incorporações que resultem dos trabalhos realizados pela Universidade.

§ 1º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados, com exceção dos mencionados no inciso I do artigo.

§ 2º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio da União restituindo-se ao Município de São Carlos os que lhe tiverem sido por êle doados.

Art. 5º. O orçamento próprio da instituição deverá ser executado mediante plano de aplicação, elaborado, sob a forma de orçamento-programa, para cada unidade, pelo Conselho Universitário, sujeito à aprovação do Conselho de Curadores, de acôrdo com o § 5º art. 6º.

Art. 6º. A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores constituído de seis membros e três suplentes, escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência, devendo renovar-se pelo têtço em cada dois anos.

§ 1º Os membros do Conselho exercerão mandato por 6 (seis) anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

§ 2º Ao ser constituído o primeiro Conselho, por livre escolha do Presidente da República, dentro de 30 (trinta) dias da data da publicação dêste decreto, um têtço de quatro anos, respectivamente.

§ 3º O Conselho elegerá, entre os seus membros, o Presidente da Fundação.

§ 4º A renovação do Conselho se fará por livre escolha e nomeação do Presidente da República.

§ 5º Ao Conselho caberá a jurisdição superior da Fundação, e em especial, a aprovação do orçamento, a criação de novas unidades, faculdades ou cursos, a celebração de quaisquer ajustes e a admissão do pessoal docente e administrativo da Universidade.

§ 6º O Conselho elegerá livremente, ainda, o Reitor e os Vice-Reitores, cujas funções executivas e didáticas serão definidas no estatuto da Universidade, devendo a escolha recair em pessoa com os requisitos previstos no art. 6º.

§ 7º O Conselho deverá elaborar dentro de 60 (sessenta) dias da posse, o estatuto da Fundação e submetê-lo ao Conselho Federal de Educação, para posterior aprovação do Poder Executivo.

§ 8º O estatuto poderá ser modificado pela mesma forma prevista para sua elaboração.

Art. 7º. O estatuto disporá sôbre a estrutura universitária em geral e, ainda, sôbre a competência dos órgãos de direção, deliberativos e consultivos, assim da Universidade, como dos institutos básicos ou especializados e faculdades.

§ 1º O estatuto, a que se refere o artigo, observará as normas e princípios estabelecidos na Lei N.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e nos Decretos-lei números 53, de 18 de novembro de 1966, e 252, de 28 de fevereiro de 1967 e no presente decreto.

Art. 8º. A Universidade será constituída de um ou mais "*campus*", situados em cidades diferentes e integradas por institutos básicos de ensino e pesquisa, e por faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I - aos institutos:

- a) ministrar cursos básicos de ciências, letras e artes;
- b) fornecer pesquisadores especialistas; e
- c) realizar cursos de pós-graduação, estudos e pesquisas, nas respectivas especializações; e

II - às faculdades:

- a) ministrar cursos de graduação, para formação profissional e técnica;
- b) realizar cursos de especialização e pós-graduação;
- c) realizar estudos e pesquisas nas respectivas áreas de trabalho.

§ 1º O primeiro núcleo universitário, com "*campus*" próprio, será instalado progressivamente no Município de São Carlos, sede da Fundação e da Universidade.

§ 2º A Universidade será dirigida por um Reitor e cada núcleo universitário por um Vice-Reitor.

§ 3º Sempre que, em cada núcleo, as instalações de uma unidade possam ser utilizadas por diferentes cursos, será vedada a duplicação.

§ 4º Não será instalado novo curso, instituto básico ou faculdade em qualquer núcleo, antes de esgotada a capacidade de expansão dos já existentes.

§ 5º Integrará o primeiro núcleo universitário uma Faculdade de Educação, que incluirá obrigatoriamente curso de pós-graduação, em administração escolar, e realizará estudos e pesquisas nesse campo de atividades.

Art. 9º. Dos recursos consignados no Orçamento da União, para a Universidade Federal de São Paulo, durante os exercícios de 1968 a 1972, inclusive a Fundação destinará 20% (vinte por cento), no mínimo, a projetos, construções e instalações ao centro universitário de São Carlos.

Art. 10. A Fundação poderá incorporar:

I - como integradas, as instituições de ensino superior ou de pesquisa, oficiais ou particulares, devidamente reconhecidas, com sede ou não no Município de São Carlos, passando seus bens e direitos integralmente ao patrimônio da Fundação sem ônus para esta;

II - como agregadas, as instituições referidas no inciso anterior, conservando sua autonomia administrativa e patrimonial e podendo ser, em qualquer tempo, desagregadas;

§ 1º A incorporação de que trata o artigo dependerá sempre de resolução do Conselho de Curadores e aprovação por decreto do Poder Executivo.

§ 2º A incorporação se fará filiação do estabelecimento ao núcleo universitário da respectiva localidade, e, quando se tratar de instituição integrada, esta deverá adaptar-se à estrutura orgânica do núcleo que a incorporar.

§ 3º No caso de ser oficial o estabelecimento integrado, serão assegurados os direitos dos servidores públicos, sem prejuízo da extinção dos cargos à medida que vagarem.

Art. 11. O pessoal docente, técnico e administrativo, da Fundação e da Universidade, será admitido de acordo com a legislação do trabalho, e demais normas legais sobre a matéria podendo, também, ser solicitado ao serviço público, centralizado ou não.

§ 1º O quadro de pessoal será elaborado pelo Conselho de Curadores, na forma prevista no estatuto.

§ 2º Nenhum docente ou servidor poderá ser admitido sem que se verifiquem previamente a criação da função e a instalação do respectivo serviço.

§ 3º A Fundação poderá contratar pessoas ou organizações especializadas, sob regime de tarefas, para quaisquer trabalhos específicos relacionadas com seus objetivos.

Art. 12. A Universidade Federal de São Paulo poderá celebrar ajustes com a Universidade Estadual de São Paulo e outras, para a utilização recíproca de equipamentos e instalações e intercâmbio de pessoal docente, técnico ou administrativo.

Art. 13. A Universidade Federal de São Paulo poderá, ainda, promover convênios ou entendimentos com organismos nacionais, internacionais ou multinacionais de educação e cultura, para a realização de pesquisas científicas, cursos de pós-graduação, de formação de pesquisadores e de professores de nível universitário.

Art. 14. Enquanto o número de faculdade, unidades e cursos não for suficiente para o funcionamento legal da universidade, caberá ao Conselho de Curadores atuar como comissão organizadora, bem como promover o planejamento geral, receber e aplicar recursos financeiros, contratar pessoal docente e administrativo e celebrar os ajustes previstos nos artigos 12 e 13.

Art. 15. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Hélio Beltrão. (BRASIL, 1968).

A criação da FUFSP marcava definições indeléveis: (1) de que a Universidade Federal de São Paulo estava em vias de ser efetivamente instalada; (2) de que sua sede seria, enfim, estabelecida na cidade de São Carlos, ainda que outras instituições educacionais, com o tempo, lhe pudessem ser agregadas; e (3) de que a mesma estava livre para se organizar como lhe aprouvesse, não se exigindo, no decreto instituidor de sua organização mantenedora, a agremiação forçosa de nenhuma outra escola, faculdade ou instituto de educação superior em seu bojo. Esta era a oportunidade perfeita para que Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz pudessem organizar a nova instituição em moldes próprios, sem amarras que os prendessem a culturas organizacionais preexistentes ou a mecanismos de organização já consolidados, como congregações e conselhos outros que não os da própria universidade que ora se criava. Enfim, cabiam agora as negociações relativas ao terreno para a criação física da nova universidade, a constituição de seu conselho de curadores, a conquista de recursos financeiros e a organização de seu primeiro exame vestibular. O trabalho, certamente, seria tão volumoso quanto aquele com o qual se envolveu o antigo Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD) da U. F. S. P. à época de Marcos Lindenberg. Não havia mais nenhum minuto a se perder. A Universidade Federal de São Paulo estava prestes a começar!

2.8 – Os preparativos finais... ou seriam os iniciais...?

De acordo com o que vimos um pouco antes, analisando o Decreto N.º 62.758 de 1968, em especial o seu artigo 3º que tratava das finalidades institucionais da nova Universidade, é possível observar que para a U. F. S. P. anteviam-se grandes desígnios. Não podemos saber ao certo quando Pereira Lopes e Lauro Cruz compreenderam que sua tarefa primaz estava concluída, mas nos parece claro que, em dado momento, eles entenderam que a formatação da estrutura acadêmica da Universidade não seria uma tarefa de sua competência direta (talvez até mesmo devido às experiências acumuladas graças às idas e vindas dos anos precedentes). A recém-conquistada proximidade com os acadêmicos da EESC/USP, em especial com Sérgio Mascarenhas, parece ter ilustrado, se não ativamente, ao menos passivamente, ou seja, pelo engajamento social e acadêmico que descrevemos anteriormente ou pela simples constatação das limitações atinentes à tarefa, que o trabalho de Pereira Lopes e de Lauro Cruz diante das cortinas do palco da UFSCar deveria diminuir. Contudo, diferentemente de Galadriel, a bela Senhora Branca dos Noldor, descrita nas obras de J. R. R. Tolkien, em especial em *O Silmarillion*, *O*

*Hobbit e O Senhor dos Anéis*¹⁰², Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz não “diminuíram” após seus anos de agruras e testes defronte à tarefa de tornar realidade a nova Universidade, pelo contrário, instituíram um Conselho de Curadores onde poderiam permanecer presentes, sob aspectos políticos, atuando nas coxias a fim de manter seu controle sobre a obra criada por suas mãos. Aparentemente, para continuar a parafrasear Tolkien, os deputados almejavam a UFSCar como Morgoth almejava as Silmarils¹⁰³, mas estavam dispostos a abandonar seu protagonismo desde que mantivessem sua hegemonia política intacta nos bastidores da nova instituição, numa espécie de presença auxiliar ou sombra constante a pairar sobre o colegiado. A respeito disso não nos ateremos muito, considerando que a obra de Sguissardi é pródiga em discorrer sobre os impactos que a dominação do CC-FUFSCar teria, por mais de dez anos, sobre os rumos os quais tomou a instituição então nascente (contando sempre com a presença de Pereira Lopes e Lauro Cruz em suas fileiras, ativamente ou “nas sombras”), contudo, faz-se necessário destacar, ainda que resumidamente, alguns dos encaminhamentos promovidos durante os meses que precederam o início efetivo de funcionamento da UFSCar.

Outrossim, desta forma Sguissardi descreveu o momento, em seu *Universidade, Fundação e Autoritarismo*:

Era chegada a hora da construção da UFSCar, ou, quando os políticos precisam de acadêmicos competentes para dar identidade à sua obra.

Até esse momento a tarefa tinha sido da alçada dos políticos e políticos-empresários, que souberam tirar proveito tanto dos reclamos populares organizados por lideranças locais quanto da conjuntura política que lhes era extremamente favorável naquele ano de 1968. Entretanto, era chegada a hora dos acadêmicos, dos cientistas e professores, fossem eles de direita, de centro de esquerda. Sem eles, sem a concepção e efetiva construção de uma

¹⁰² Esta descrição refere-se à seguinte passagem do livro *O Senhor dos Anéis*, após a personagem Galadriel ser tentada pelo poder do Um Anel, criado por Sauron, o Senhor do Escuro: “— Passei pelo teste — disse ela. — Vou diminuir e me dirigir para o Oeste, continuando a ser Galadriel”. Vide Tolkien, J. R. R. *O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel*. Tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves e Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 389.

¹⁰³ Morgoth Bauglir, ou Melkor, seu nome primitivo, é um personagem das obras de Tolkien, que pode ser descrito como um “anjo caído”, ou talvez uma espécie de “Lúcifer”, que embora tenha sido criado pela luz do “deus único”, Erú Ilúvatar, abandonou seu pai e seus irmãos angelicais, os Ainur, pela crença de que poderia criar algo melhor que o grande Ser que o gerara, crendo que a destruição de tudo o que existia no universo era uma resposta à altura para toda a criação divina. Degredado à Terra (Arda), Morgoth cobiça as esferas produzidas pelo elfo Fëanor, joias que continham em si fragmentos das luzes das árvores que foram colocadas para iluminar o mundo, antes mesmo da criação da lua e do sol: Telperion e Laurelin. Contudo, o poderio de Morgoth seria desafiado por um simples humano, Beren, e pelo ser por quem este se apaixonou, a elfa Lúthien. A história de Beren e Lúthien que, para Tolkien, poderia ser encarada como uma alegoria de sua própria história de amor à sua esposa, Edith, se tornou um de seus contos mais admirados, e talvez a obra que mais amava dentre todos os contos componentes da gigantesca mitologia que criou. Vide Tolkien, J. R. R. *O Silmarillion*. Tradução de Waldéa Barcelos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

universidade de alto nível, o projeto pelo qual se havia lutado por oito anos tenderia ao fracasso.

Ernesto Pereira Lopes e Lauro Monteiro da Cruz eram experientes e perspicazes. Foram buscar ajuda junto aos professores da Escola de Engenharia de São Carlos que mais se destacavam por conjugar qualificação acadêmica e vontade de contribuir na construção dessa nova universidade. A experiência da Escola de Engenharia de São Carlos constituiu-se numa excelente e providencial referência para enfrentar-se o novo desafio e construir uma universidade “pequena, mas de alta qualidade”. (SGUISSARDI, 1993, p. 124).

Às páginas 125 a 130 da mesma obra, o autor continua a discorrer sobre o quanto se engajaram, acadêmicos e políticos, cada um à sua maneira, mas certamente irmanados em objetivos e ações integrados e coesos, para conseguir efetivar, no menor tempo possível, a nova instituição universitária. Com o apoio de Sérgio Mascarenhas, discutiram-se a formação e a composição do Conselho de Curadores, os programas orçamentários de 1968 e 1969, a instauração dos institutos básicos de química, de física, de matemática e de geologia, e a alocação imobiliária da UFSCar em um *campus* definitivo, a fim de dar início às suas atividades escolares. Sguissardi enfatiza duas questões bastante relevantes encontradas nas ações desses articuladores primazes da Universidade: primeiramente, os nomes selecionados para compor o primeiro CC-FUFSCar eram todos de elevada capacidade científica e acadêmica, conhecedores mesmo do que era uma universidade e como se deveria agir a fim de se criar uma instituição relevante e adequada. Ademais, almejavam-se, em comum acordo, tanto entre os políticos quanto entre os cientistas, o ideal de construir uma universidade inovadora e atualizada, que produzisse conhecimento de ponta e que fosse capaz de se mostrar engajada rumo ao progresso, na busca por soluções aos profundos problemas nacionais. Tal visão certamente era derivada direta do espírito da Reforma Universitária de 1968, que seria aprovada pela Lei Federal N.º 5.540, de 28 de novembro 1968, cujos teores, nesse sentido, seriam ainda ampliados e ratificados por meio do Decreto-Lei N.º 464, de 11 de fevereiro de 1969 que, já sob a égide do AI-5, assim se manifestava quanto ao funcionamento das universidades:

Art 2º Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional. (BRASIL, 1968).

Logo, precisava-se de uma instituição que atendesse aos anseios de progresso e desenvolvimento nacionais, sobre a base tecnicista das teorias norte-americanas de

educação aplicadas nos trópicos com o forte apoio da USAID, considerando ser este o momento propício para que o Brasil saísse de sua subserviência econômica e política e se tornasse o “florão da América” a qual preconizava o seu hino nacional. A U. F. S. P. (que, a esta altura, já começava a ter o seu nome questionado entre seus pioneiros idealizadores, graças às determinações da Lei N.º 4.759/1965) seria, segundo seus criadores, um dos agentes responsáveis pela transformação do Brasil, através da ciência, qualificando mão-de-obra de qualidade para atender às novas demandas nacionais. Para se atingir tais objetivos, seria preciso selecionar uma verdadeira casta de notáveis lentes para compor as fileiras professorais da instituição que ali surgia.

O autor informa-nos, através da entrevista que fez, em 1992, com Sérgio Mascarenhas (SGUISSARDI, 1993, p. 124), que Pereira Lopes procurou o professor de física da USP a fim de obter nomes para a composição do corpo docente, e que este, ainda que temerário com tal possibilidade, sugeriu alguns nomes de relevância acadêmica e científica que, no entanto, haviam sido perseguidos pelo “governo democrático” de então, tendo sido, mesmo alguns deles, presos em ocasiões anteriores. A lista de indicados envolvia personagens dos mais variados alinhamentos ideológicos, pró e contra o regime vigente. De fato, Pereira Lopes considerou todos os nomes apresentados por Mascarenhas, independentemente de sua condição sócio-política, entendendo serem todos nomes de reconhecida competência científica e intelectual, tanto que vários destes acabaram se tornando membros do primeiro Conselho de Curadores a ser empossado na nova instituição, enquanto outros atuaram como alguns dos primeiros docentes da recém-nascente UFSCar. Além disso, Pereira Lopes compreendeu que as indicações de Mascarenhas quanto a uma universidade pequena, completamente nova, iniciada “a partir do zero”, eram uma saída tanto política quanto inteligente para os impasses que ainda se avizinhavam, embora em muito menor grau, com instituições que, no passado, haviam sido integradas ao projeto, como a própria EESC/USP, que agora tanto auxiliava a nova empreitada, e também a EPM¹⁰⁴. Ademais, tal proceder, ao mesmo tempo, se constituir-se-ia em uma valiosa fórmula para se manter o controle político da empreitada nas mãos de seus idealizadores (os deputados), com algum controle acadêmico nas mãos dos

¹⁰⁴ Isso, graças à abertura que o artigo 12 do Decreto N.º 62.758/1968 dava para que se integrassem à nova instituição organizações escolares alheias, localizadas em cidades outras que não São Carlos, o que ainda gerava, em número mais tímido, mas ainda com algumas esperanças, a cobiça de outros municípios do Estado com vistas a ter suas escolas isoladas integradas na nova instituição universitária (inclusive visando a solução de inúmeros problemas nelas existentes), ou então a criação de outros “núcleos virgens” da nova universidade, criados “do zero” como o núcleo central e logo agregadas à instituição matriz, contemplando as aspirações de prefeitos, governadores, ou outros indivíduos interessados em soluções de mesma natureza.

cientistas, que aos poucos se agremiavam à U. F. S. P., tornando-se, em grande medida, seus associados¹⁰⁵. Logo, adotou-se o mantra de uma universidade pequena, porém notável — imagem que, como dissemos às páginas 66 a 68 deste trabalho, se solidificaria mais à frente —, construída em “terra virgem”, sem amarras institucionais, pronta para constituir-se unicamente das mais inovadoras e avançadas ciências de seu tempo, e dos homens¹⁰⁶ capazes de produzi-las e divulgá-las.

Aos 3 de outubro de 1968, deu-se a posse do primeiro Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Paulo, em evento realizado, na presença do Governador do Estado, Abreu Sodré, e do Ministro da Educação, Tarso Dutra, no salão nobre do Palácio dos Bandeirantes, a então jovem sede do Governo do Estado (SGUISSARDI, 1993, p. 128)¹⁰⁷. Dois dias depois, na Sala de Reuniões do Ferrareto Hotel São Carlos, deu-se a instalação do colegiado, em sua primeira reunião ordinária (SGUISSARDI, 1993, p. 128). Contando com a participação de Pereira Lopes e de Lauro Cruz como convidados, o CC-FUFSP elegeu o Prof. Edson Rodrigues (da EESC) como seu primeiro presidente, ficando Sérgio Mascarenhas posicionado como um dos suplentes do colegiado, conforme determinação presidencial. O maior dos compromissos do nobre conselho era a criação do Estatuto da FUFSP/FUFSCar¹⁰⁸, com vistas a submetê-lo, sem

¹⁰⁵ Uma ilustração disso se pode observar quando Mascarenhas propôs o nome de Lauro Cruz para presidir o CC-FUFSCar, enquanto ainda CC-FUFSP, embora tal encaminhamento não tenha se efetivado.

¹⁰⁶ O uso da expressão “homens”, nessa passagem, tem a intenção de trazer à nossa mente uma oportuna reflexão: temos, hoje em dia, no âmbito da UFSCar, a constante memória de que o Professor Sérgio Mascarenhas foi um dos “idealizadores”, ou mesmo um dos “fundadores” da Universidade. No decorrer dos últimos anos, nos parques eventos e momentos em que se procurava discorrer a respeito da memória da instituição, o nome do Prof. Mascarenhas sempre foi lembrado, e não raras vezes o ilustre mestre esteve entre nós, palestrando sobre os desejos que tinham os idealizadores em construir esta nova e inovadora universidade que aqui então descrevemos. Há de se convir, no entanto, que a então esposa do Prof. Mascarenhas, a Prof.^a Yvonne Primerano Mascarenhas, era uma docente e pesquisadora tão graduada quanto seu então esposo, contudo, embora certamente participante desta história, é menos lembrada no decorrer dos presentes acontecimentos, motivo pelo qual podemos auferir sobre o quanto, também na ciência e na academia, o papel da mulher ainda é secundarizado, semelhantemente ao que ocorre em tantos outros setores de nossa sociedade.

¹⁰⁷ Vale a pena acrescentar o complemento que Sguissardi deu à instalação do CC-FUFSCar, à página 128 de seu livro: “Esta convivência entre o MEC e o Governo Estadual, que então se verificava, não iria se repetir tão facilmente nos 25 anos de história da UFSCar” (SGUISSARDI, 1993, p. 128). Infelizmente, passados mais 25 anos, a convivência entre União e Estado de São Paulo, e, por consequência, também entre as estruturas componentes destes diferentes poderes e de seus respectivos sistemas de ensino, continuam tão desarmoniosas quanto o foram no passado, resultando esta ocasião registrada como uma rara parceria estabelecida entre as duas instituições governativas.

¹⁰⁸ É proposital aqui a mistura dos termos U. F. S. P. e UFSCar, CC-FUFSP e CC-FUFSCar, FUFSP e FUFSCar. Ao assim fazermos, declaramos explicitamente a confusão encontrada nos materiais originais pesquisados. Sguissardi prefere, sempre que possível, designar o Conselho de Curadores como CC-FUFSCar, mas aparentemente, à luz dos documentos da época, os membros do colegiado ainda deveriam designá-lo como CC-FUFSP, pois a universidade ainda era designada como U. F. S. P., e a fundação

demora, à apreciação do Conselho Federal de Educação (CFE), para aprovação pelo MEC. O documento, redigido antes do advento da Reforma Universitária de 1968, incorporava os elementos determinados pela legislação que em breve seria promulgada, considerando ser Lauro Monteiro da Cruz o seu relator no Congresso Nacional. Outros compromissos assumidos pelo CC-FUFSCar, além de normatizar as relações institucionais com a EESC/USP, foram:

[definir uma] filosofia de ação para a universidade e sua organização administrativa e acadêmica; [lidar com os problemas dos] Estatutos e problemas com a constitucionalidade do decreto instituidor da FUFSCar; [definir o] terreno para o *campus* e [a] reforma e construção de prédios para funcionamento dos primeiros laboratórios e cursos; [a] escolha do reitor e [a] contratação de funcionários e docentes; definição de projetos e programação dos cursos que dariam início efetivo às atividades da universidade; e problemas com manutenção financeira da universidade. (SGUISSARDI, 1993, p. 130).

A pacificação com a USP, aparentemente, foi tida como prioridade máxima. Uma ementa de convênio entre a UFSCar e a EESC, com a interveniência da USP, foi logo preparada. Sguissardi, citando a ata da primeira reunião do CC-FUFSCar, de 5 de outubro, registra que “a meta principal deste convênio é deixar bem claro o espírito de cooperação da U. F. S. P. (UFSCar) e não da absorção da EESC pela U. F. S. P.; não haverá competição e sim auxílio mútuo” (SGUISSARDI, 1993, p. 129). Sua tramitação, no entanto, demorou um pouco para ser concluída. Aprovado no final de 1971, o primeiro convênio da UFSCar foi publicado nos seguintes termos¹⁰⁹:

CONVÊNIO VISANDO O ENTROSAMENTO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS E DE PESQUISA ENTRE A ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (1, 2, 3)

ÁREA DE GRADUAÇÃO

1. Ambas as entidades aceitarão mutuamente créditos para matrículas em disciplinas de programas de graduação.

mantenedora como FUFSP. Uma análise mais aprofundada dos documentos da época poderia dizer a partir de que momento precisamente os documentos oficiais passam a chamar a UFSCar como Universidade Federal de São Carlos, e sua fundação mantenedora, pelo nome e sigla como são hoje conhecidos. Embora não tenha sido possível fazê-lo no âmbito deste trabalho, é suficiente destacar que, em atenção ao que determinava a Lei Federal N.º 4.759, de 20 de agosto de 1965, os estatutos da Universidade e da Fundação, quando aprovados, já designavam a instituição pelo nome de Universidade Federal de São Carlos, com a sigla UFSCar, agindo de igual forma quanto à sua instituição mantenedora. Os documentos relativos ao primeiro exame vestibular, da mesma forma já caracterizam a Universidade como UFSCar, logo, não é impossível se imaginar que a questão tenha sido discutida e deliberada entre fins de 1968 e meados de 1969 no âmbito do Conselho de Curadores.

¹⁰⁹ Vide <http://www.prograd.ufscar.br/conselho-de-graduacao-1/arquivos-conselho-de-graduacao/normas/eesc-ufscar.pdf>

2. Ambas as entidades colaborarão relativamente a programas de bacharelado, licenciatura e engenharia.
3. Os pedidos de matrícula referidos no item 1 serão analisados pela Comissão Coordenadora deste Convênio.

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Ambas as entidades estudarão a possibilidade de integração do curso de Engenharia de Materiais e de um Centro de Pesquisas de Materiais em São Carlos.
2. Haverá consultas mútuas para criação de novos cursos, tendo em vista evitar superposições e duplicações não convenientes.
3. Na implantação deste Convênio serão mantidas a independência administrativa e didática de ambas as entidades inclusive adaptando-se os alunos de cada entidade aos estatutos, regulamentos e regimentos da outra entidade na qual esteja realizando suas atividades.
4. Este Convênio será coordenado por uma comissão de 2 (dois) membros indicados cada um pela respectiva entidade.

E por estarem de acordo, assinam o Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor. São Carlos 29 de dezembro de 1971

Prof. Heitor G. de Souza, Reitor da Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Morency Arouca, Diretor da Escola de Engenharia de São Carlos da USP
 Prof. Miguel Reale, Reitor da Universidade de São Paulo

- 1 - Aprovação dada em sessão do Conselho de Curadores da Fundação Universidade Federal de São Carlos em 27/06/1970.
- 2 - Aprovação dada na 53ª sessão da Congregação da Escola de Engenharia de São Carlos de 21 e 24 de agosto de 1971.
- 3 - Aprovação dada pela Câmara de Ensino e Pesquisa (CEPE) do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo em 16/07/1971 e pelo Conselho Técnico-Administrativo (CTA) deste mesmo Conselho em 17/08/1971. (UFSCar, 1971).

Problemas resolvidos com a USP, os demais encaminhamentos a serem providenciados também encontraram certa morosidade de condução, sendo aplicados ou efetivados conforme as possibilidades. Sguissardi comenta que:

Se examinadas as atas das reuniões do CC/UFSCar – mais de uma dezena durante o primeiro ano, antes de começarem as aulas – verifica-se que as discussões sobre a “filosofia” da nova universidade iriam acontecer de modo precário e esporádico. Ocorreram quando eram discutidos os cursos, as necessidades do mercado etc., mas, não chegavam os conselheiros a qualquer documento que definisse uma clara filosofia de ação. Esta poderá ser, na sua complexidade, inferida de várias fontes, como o texto do Estatuto que será elaborado e aprovado, as entrevistas [que fiz] com alguns membros do Conselho de Curadores (24 anos passados), a organização administrativa e acadêmica (institutos básicos) e os cursos e suas justificativas, os projetos de pesquisa que foram implementados e, sob alguns aspectos, um documento intitulado “TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS”, divulgado em junho de 1969 e assinado pelo prof. Edson Rodrigues, pres. do Conselho de Curadores.
 (...)

As primeiras reuniões do Conselho de Curadores da Fundação se realizaram à razão de duas por mês, no início de suas atividades e, à razão de uma por mês, depois de aprovado o Estatuto. (SGUISSARDI, 1993, p. 124).

Os citados Termos de Referência para o Projeto de Implantação da UFSCar, que anexamos, em sua íntegra, como o Anexo 6 a este trabalho, se mostraram um passo adicional do CC-FUFSCar, através de seu presidente, em vias de concretizar uma “filosofia” de trabalho para a Universidade. Tal documento permeou as práticas educacionais e administrativas da instituição nos seus primeiros dias, mas não se constituía efetivamente como um programa filosófico completo para a UFSCar, e sim, como seu nome indicava, como um conjunto de referências a serem perseguidas e, se possível, alcançadas. De fato, Sguissardi critica (1993, p. 136) a ausência de uma visão crítica quanto à sociedade e à cultura desenvolvimentista e econômico-industrial do período, dada a subserviência do documento ao *status quo* então vigente, bem como, especialmente, também uma completa ausência de visão ou de reflexão quanto à necessidade das ciências humanas para a efetivação de um projeto sumamente universitário, uma vez que, como dissemos, o documento era focado exclusivamente nas “ciências duras”, exatas, que poderiam contribuir com o parque tecnológico e fabril nacional, excluindo qualquer preparo ou visão institucional com foco nas demais ciências. Exceto por repetir que a Universidade se tornaria um foco de disseminação de pesquisas na área educacional, e ainda assim, na promoção de uma educação que atendesse às demandas técnicas e tecnológicas e nas ferramentas para um fazer educacional moderno e inovador, nada do documento preserva a compreensão de que uma das missões da Universidade é a agremiação, em pés de igualdade, de cursos, recursos e estudos nas áreas das ciências exatas, das ciências biológicas e da saúde, e, muito especialmente, também das ciências humanas. Aparentemente, como se mostra cada vez mais presente nos ideologizados dias atuais, também no passado as ciências humanas eram vistas como desnecessárias, consumo de recursos com pouco proveito prático, ciências subalternas, entre outras acepções pejorativas, imprudentes, equivocadas e inverídicas que volta e meia ouvem-se de bocas incultas ou de textos enviesados, munidos de pouca qualidade científica ou prática. De toda forma, nota-se que os Termos de Referência, por mais imprecisos que sejam, ainda se constituem como “diretrizes fundantes” da UFSCar, tanto

que, mesmo hoje, passados mais de cinquenta anos desde sua publicação, ainda aparecem, volta e meia, sendo citados em documentos oficiais publicados pela Universidade¹¹⁰.

Pelo que nos consta, muito pouco do que foi discutido e elaborado pelos curadores efetivamente se fez presente às atas de suas reuniões. Como expressamos anteriormente, outro trabalho se fará necessário com vistas a uma análise mais aprofundada dos arquivos emanados deste colegiado, cujos esforços não cabem à presente obra neste momento. Contudo, se faz claro que, por maiores que tenham sido os desejos de inovação, os planejamentos e as definições a serem adotadas antes da chegada dos primeiros estudantes, muitas das decisões e das ações que se levaram a cabo no projeto de efetivação da UFSCar foram se constituindo a partir das necessidades mais urgentes, empreendidas à medida que não mais podiam ser adiadas, algo, infelizmente, ainda hoje muito comum à coisa pública. Até onde verificamos — o que é passível de novas constatações posteriores —, um dos assuntos que mais tomou tempo e exigiu interações dos curadores com outros organismos ou instituições foi a seleção, desapropriação, aquisição e instalação do *campus* São Carlos da Universidade. No subtópico a seguir, iremos nos debruçar um pouco mais a respeito disso.

2.8.1 – Uma casa para a UFSCar: selecionando um local para o seu *campus*

Embora a designação e posse de um Conselho de Curadores e a aprovação, pelo MEC, de um estatuto para a FUFSCar, pudessem significar muito quanto à certeza da instalação da Universidade Federal paulista em São Carlos, é muito verdade que ainda existiam esperanças em outros municípios quanto a uma repentina guinada nos acontecimentos que lhes pudesse devolver seus sonhos, por menores que estes agora fossem. Isso poderia vir pela incapacidade do Município de São Carlos em fornecer as terras e os recursos pactuados para que a União desenvolvesse a implantação da nova instituição, ou ainda que o orçamento do Governo Federal, por algum motivo, não desse conta de absorver a nova unidade acadêmica. Por mais que esta comparação possa parecer um tanto quanto rude ou infeliz, não é difícil imaginar que, após uma “novela” de oito

¹¹⁰ Entre outros, os Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos aparecem citados na Carta de Serviços ao Cidadão (<http://www.spdi.ufscar.br/servico-ao-cidadao>), publicada bianualmente pela Universidade, nos documentos relativos ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente e, de forma bastante interessante, também nas Propostas para Implantação do *Campus* Sustentável de Sorocaba (2006) e do *Campus* Rural Lagoa do Sino da UFSCar (https://www2.ufscar.br/documentos/projeto_lagoadosino.pdf).

anos – ou um filme de terror, se o(a) leitor(a) assim preferir – outras cidades e grupos interessados em absorver o que poderia vir a ser a U. F. S. P. pairavam sobre São Carlos como verdadeiros abutres, esperando somente um erro, um golpe sequer que pudesse inviabilizar o projeto, para então consumir suas vísceras sem demora, abocanhando os desejos de Pereira Lopes e Lauro Cruz mesmo após tanto esforço político e pessoal empreendidos.

Uma das garantias que sempre haviam sido dadas pela Prefeitura Municipal à causa de Pereira Lopes, desde o princípio do projeto, era a de que a municipalidade se encarregaria de fornecer o terreno para a instalação do *campus*, mediante as necessidades da instituição. Sguissardi relembra que já o projeto substitutivo de 1961¹¹¹, aquele encaminhado por Lauro Monteiro da Cruz na tentativa de fazer retroagir a decisão drástica de Jânio Quadros quanto à extinção da U. F. S. P., previa que o município doasse um terreno de, no mínimo, 300 hectares (ou 125 alqueires paulistas) para a empreitada (SGUISSARDI, 1993, p. 146). Logo, não era novidade alguma que esta demanda se faria necessária caso São Carlos ainda quisesse ter alguma esperança em ver finalmente instalada em seu solo a sede da instituição.

Segundo o autor, ainda em 1967, por meio da Portaria Municipal N.º 5.133, de 10 de maio, o Prefeito Antônio Massei designou uma comissão “para proceder à indicação dos prédios e terrenos necessários à instalação da Universidade Federal de São Carlos” (SGUISSARDI, 1993, p. 146). Dois dias depois, a comissão apresentou, como sugestões, o uso do edifício recém-construído pelo Colégio Diocesano de São Carlos, dos irmãos Lassalistas, nos limiões da Vila Prado, a título de empréstimo, combinado com o uso do antigo Paço Episcopal, no centro da cidade, que, deteriorado, demandava grandes reformas, ou então a aquisição direta de terras para a construção efetiva de um *campus* universitário (vide SGUISSARDI, 1993, pp. 146-147). Quanto às áreas propostas, segundo o documento:

“Além da área já proposta pela Prefeitura, situada entre a Av. Getúlio Vargas e Via W. Luís, a comissão aponta também, os seguintes locais:

- 1) Área com testada para a Via W. Luís, em frente à área declarada de utilidade pública pela Prefeitura, e acima da referida. Essa área, lateralmente, seria limitada pela Estrada Estadual de Descalvado e pela Estrada Municipal de Babilônia. Nesse local encontram-se as cabeceiras do córrego Gregório (passa pelo centro da cidade);
- 2) Área com testada para Via W. Luís, situada entre o trevo da Zona Sul e Vale do Córrego do Melo;

¹¹¹ Vide páginas 148 e 149 do presente trabalho.

- 3) Área com frente para a Estrada de Ribeirão Bonito, ao lado do Trevo de Acesso para a R. Cel. Augusto de Oliveira, próximo do Horto da [Companhia Paulista de Estradas de Ferro -] CPEF;
- 4) Área de terra com frente para a Via W. Luís, no local denominado “Chácara Papette”, no Vale do Monjolinho, tendo frente também pela Estrada Estadual de Ribeirão Preto;
- 5) Área de terra com frente para a Via W. Luís e o leito da CPEF, na altura da Estação do Retiro”. (SGUISSARDI, 1993, p. 147).

Sguissardi registra ainda que “as áreas eram apontadas por preencherem os seguintes requisitos: abundância em água; conformação topográfica razoável; beleza panorâmica; acesso fácil; possibilidade de se desmembrar, sem muita dificuldade, uma área de duzentos alqueires; [e] proximidade da cidade” (SGUISSARDI, 1993, p. 147).

Ainda segundo o autor, a comissão do CC-FUFSCar empenhada na busca por um terreno para o *campus*, presidida pelo deputado Ernesto Pereira Lopes, decidiu, em 1º de dezembro de 1968, pela indicação do terreno de número quatro da lista acima citada, uma gleba de posse de uma sociedade denominada Fazenda Trancham Ltda., sugerindo sua desapropriação (SGUISSARDI, 1993, p. 147). Estas terras, juridicamente conhecidas como Fazenda Trancham, eram também chamadas de Chácara Papette, seu nome anterior, ou Chácara dos Marigo, por ter pertencido, anteriormente, a membros da tradicional Família Marigo de São Carlos (SGUISSARDI, 1993, p. 147). A propriedade, no entanto, era mais comumente conhecida como Fazenda Santa Helena, nome pelo qual a maioria das pessoas da cidade a designava quando necessário.

Durante todos estes anos, nunca ficou expressamente claro o porquê de Pereira Lopes não ter escolhido uma de suas próprias terras, em especial a Fazenda São Miguel, local em que ficava uma de suas residências na cidade e onde foi realizado o velório de sua esposa, “Dona” Aracy Leite Pereira Lopes¹¹², em sua própria capela particular, como

¹¹² A Fazenda São Miguel é hoje conhecida como “Parque São Miguel”, e explorada como um centro de eventos, especialmente para a realização de casamentos, buffets e celebrações semelhantes. Localizada bastante próxima ao núcleo urbano do Distrito de Água Vermelha, na região norte do Município de São Carlos, a propriedade foi adquirida no final dos anos 1970 pelo engenheiro Anwar Damha, proprietário do Grupo ENCALSO (Engenharia e Construção da Alta Sorocabana) e transferida para a Damha Urbanizadora e Construtora Ltda., sua unidade de urbanização e empreendimentos imobiliários de alto padrão. A administração do Parque São Miguel é realizada em conjunto com outras operações do grupo Encalso-Damha em São Carlos, como o Parque Eco Esportivo Damha e o Parque Eco Tecnológico Damha. A extensão das propriedades e operações da Família Damha em São Carlos inicia-se próxima às atuais instalações do *campus* São Carlos da UFSCar e se estende até à região do Distrito de Água Vermelha, uma quantidade significativa de terras, algumas delas pertencentes, anteriormente, à Família Pereira Lopes. Nem todas as propriedades dos Pereira Lopes, no entanto, foram adquiridas pelo Grupo Encalso: existem trechos de terras que foram vendidos para outros interessados, trechos entregues aos governos locais e, notadamente, o antigo trecho em que funcionavam as operações da Companhia Brasileira de Tratores (CBT), agora pertence à *Latam Airlines*, antiga TAM Linhas Aéreas, onde fica localizado o seu centro de manutenção de aeronaves (MRO).

o lugar mais adequado para a instalação da U. F. S. P. em São Carlos. Segundo o Prof. Edson Rodrigues, presidente do CC-FUFSCar, no entanto, um dos fatores que determinaram a escolha da Fazenda Trancham foi a sua proximidade, mesmo uma vizinhança “de cerca”, com a Fazenda Experimental Canchim, pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento^{113/114}, que dentro em breve viria a integrar a Embrapa, o que poderia resultar em benefícios importantes graças a possíveis trabalhos conjuntos de pesquisa a serem realizados entre as duas instituições (vide SGUISSARDI, 1993, pp. 147-148). Talvez este tenha sido o grande diferencial que fez com que a Fazenda Trancham tenha sido a escolhida, diante de outras opções tão viáveis quanto. Aparentemente, embora Pereira Lopes desejasse amplamente empenhar a fundação da UFSCar, também não desejava desfazer-se de suas posses pessoais e familiares para atingir este objetivo, mesmo que pudesse utilizar tal pretensão para seu próprio benefício político e eleitoral. Além disso, a Fazenda Trancham era estrategicamente bem localizada na cartografia municipal, ao lado da Rodovia Washington Luís (SP-310) e, para Pereira Lopes, também estava próxima das terras pertencentes então à sua família, o que poderia mesmo valorizá-las significativamente, algo que, de certa forma, de fato acabou acontecendo. Sendo assim, não havia mais o que se discutir. Selecionada a Fazenda

¹¹³ Segundo o *website* da Embrapa Pecuária Sudeste (disponível em <https://www.embrapa.br/pecuaria-sudeste/historia>) esta é a história da Fazenda Canchim: “Até 1930, a área onde hoje está instalada a Embrapa Pecuária Sudeste foi uma fazenda de café, implantada no século XIX. A atual sede da administração era a “casa grande”, construída antes de 1880. Com a crise mundial de 1929, a economia cafeeira entrou em forte declínio e, em 1935, a fazenda foi repassada para o Ministério da Agricultura. Neste mesmo ano, o pesquisador e médico veterinário Antonio Teixeira Vianna chegou à fazenda para implantar ali uma estação experimental, iniciando os primeiros trabalhos de pesquisa. O local passou a se chamar Fazenda de Criação de São Carlos, mais conhecida como Fazenda Canchim, nome de uma árvore da região e também o nome dado à raça bovina aqui desenvolvida por Vianna, a partir da década de 1940. Em 1974, foi implantada em nível nacional a Embrapa, que incorporou as estações experimentais que então pertenciam ao Ministério da Agricultura, além de terem sido criados novos centros de pesquisa pelo país. Nesse processo, a Embrapa incorporou a unidade de São Carlos em 1975. Durante essas três primeiras décadas, a Embrapa Pecuária Sudeste passou por várias transformações para atender às diferentes necessidades da pecuária e da sociedade brasileira. Naquele primeiro momento a ênfase da pesquisa era no aumento da produção e da produtividade, necessário para a substituição de importações de carne, leite e outros alimentos. Como berço da raça Canchim, este Centro trabalhou, durante os seus primeiros anos de existência, principalmente na manutenção e seleção dessa raça, além de realizar pesquisas com equinos. A Embrapa Pecuária Sudeste diversificou gradativamente seus trabalhos, e atualmente tem pesquisas que abrangem: biotecnologia animal e vegetal, aspectos ambientais da pecuária, agricultura de precisão, nutrição e saúde animal com enfoque em produtos ainda chamados de alternativos, como os fitoterápicos para uso em animais. São tecnologias, produtos e serviços preocupados em atender o tripé ambiental, econômico e social”.

¹¹⁴ Embora a localização da Fazenda Canchim, ao lado da Trancham, pudesse significar a expectativa de um alto volume de parcerias entre as instituições, o fato de a UFSCar ter desenvolvido seus cursos de ciências agrárias somente a partir da assimilação do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool em Araras, mantendo ali as atividades congêneres, somado à ausência de cursos de zootecnia, medicina veterinária ou outros cursos na área de animais, agricultura ou mesmo na área de alimentos no *campus* São Carlos, resultou em um volume relativamente baixo de parcerias interinstitucionais no decorrer dos últimos cinquenta anos, ao certo, bem menos do que poderiam esperar os idealizadores da nova instituição acadêmica em 1968/69.

Trancham, passou-se a requerer da Prefeitura Municipal que a fizesse desapropriar e, em seguida, que a doasse à União, para o patrimônio da UFSCar.

Uma série de acontecimentos e interesses conflituosos se mostrará presente nos anos subsequentes, algo que trouxe conflitos significativos à empreitada e que quase resultou na perda definitiva da sede da universidade, uma vez mais. Poderíamos dizer, no entanto, que diferentemente das circunstâncias anteriores, estes novos revezes não se constituíram como mais uma oposição à UFSCar, mas sim, em algo como “quem pagará a conta pela UFSCar?”. Batalhas judiciais, ameaças de todos os tipos, discussões entre agentes públicos, a falência das contas municipais e até mesmo o *impeachment* do prefeito de São Carlos aparecerão no decorrer desta história. É imperativo destacar que, no interesse desta pesquisa, demos o nosso melhor para tentar encontrar as informações mais acertadas quanto a este momento crítico (e, porque não dizer, talvez um dos mais importantes) na história da Universidade Federal de São Carlos. Portanto, antes de dar continuidade à descrição dos incidentes, vale a pena destacarmos os esforços empregados em desvelar tais eventos por meio de diferentes vias de pesquisa empreendidas.

A obra de Sguissardi oferece-nos, em suas páginas 146 a 152, um resumo relevante dos passos que resultaram na seleção da Fazenda Trancham. No decorrer das últimas páginas deste trabalho, vimos que existia uma forte expectativa para que a Universidade logo iniciasse suas atividades, ocupando temporariamente os prédios oferecidos pela comunidade católica, contudo, ao menos desde 1961, já se antevia a construção de um *campus* definitivo para abrigar a Universidade em São Carlos. Embora o Conselho de Curadores tenha iniciado suas atividades de forma bastante engajada, não foram muito bem-sucedidos em levar a cabo suas boas intenções, discutidas em um significativo número de reuniões, em um tempo tão curto quanto queriam, algo que gerou atrasos de toda ordem, que seguramente impactavam as garantias de sucesso de sua empreitada. Dessa forma, a utilização de espaços adaptados (como aqueles a serem cedidos pelo Colégio Diocesano La Salle) se mostrou menos frutífera do que partir, diretamente, para o início das atividades já em sua sede própria, engajando-se efetivamente na obtenção da Fazenda Trancham.

Parecia-nos, portanto, que a desapropriação da Fazenda Trancham desempenhava um papel inexoravelmente importante no todo. Em outras palavras, se a desapropriação fosse bem-sucedida, teríamos a UFSCar, caso contrário, provavelmente a perderíamos de vez. Nesse sentido muitas perguntas pairavam no ar: quem eram as pessoas citadas por Sguissardi, seriam eles mesmo tão vis a ponto de tentarem impedir o progresso e o

desenvolvimento nacionais devido à mesquinhez em manter sua propriedade incólume? E, afinal de contas, o que significa “Trancham”? Será que este nome diferente teria alguma relação com o nome da fazenda vizinha, a Canchim (outro nome um tanto quanto incomum)? Muito pouco sabemos a respeito dos personagens por trás da Fazenda Trancham, e menos ainda restou na memória coletiva da UFSCar e dos membros de sua comunidade a respeito da fazenda que hoje abriga o *campus* São Carlos da instituição. Desvelar esta história foi um dos itens mais trabalhosos da presente pesquisa, mas, por sorte, foi-nos possível resgatar um pouco dela antes de que mais ainda se perdesse, como aconteceu, infelizmente, com alguns dos documentos que fazem parte deste precioso momento.

Certamente, Trancham era um nome significativo e diferente. Exatamente por esta especificidade, empreendemos pesquisas na *internet*, procurando saber mais sobre suas origens. Primeiramente, encontramos um *website* pertencente a uma empresa designada como Trancham S. A. Indústria e Comércio. Este *site* afirmava que a empresa, do ramo de materiais eletrônicos, tinha “mais de 20.000 itens de mais de 700 fornecedores do Brasil e do exterior” em seu catálogo. “Fundada em 1956, a Trancham conta hoje (2012) com mais de 200 funcionários qualificados, distribuídos em mais de 5.000 m² de lojas, escritórios, depósitos e estoques”, tendo como missão “manter-se líder no mercado nacional como a maior distribuidora de componentes eletrônicos através da oferta de produtos de qualidade a preços competitivos” (citações de <http://www.trancham.com.br/>). A partir desse endereço, procuramos maiores informações sobre a empresa, e encontramos um catálogo de produtos emitido em 2006¹¹⁵. Segundo o *site* e o catálogo, a empresa tinha cinco filiais, quatro delas na tradicional Rua Santa Ifigênia, nos números 280 (sede administrativa e loja), 459, 519 e 556 (estas últimas todas lojas comerciais), além de uma indústria, escritórios e loja na Rua dos Gusmões, 235, em localidade bastante próxima às demais unidades. Uma busca por esses endereços, no entanto, mostrava que todas as lojas se encontravam fechadas permanentemente, dando a entender que os negócios tinham-se encerrado definitivamente.

Foi-nos possível encontrar nestas buscas, no entanto, um pouco da história desta companhia. Além de seu logotipo, encontramos entusiastas em eletrônica que contavam, em blogs e comunidades profissionais, um pouco da história da empresa, desde os tempos em que esta reciclava componentes eletrônicos de aparelhos danificados para utilização

¹¹⁵ Disponível em <https://issuu.com/netcatalogobr/docs/tranchamreduzido>.


como peças de reposição na manutenção em outros equipamentos (algo muito comum antes do advento da indústria eletrônica nacional), até quando aventurou-se a montar ela mesma equipamentos completos, utilizando-se de componentes importados em seu interior.

Considerando que não havia meios válidos de contato com a companhia através dos telefones e dos endereços de e-mail fornecidos, tentamos uma última saída (algo que fez este pesquisador lembrar-se de seus bons tempos como técnico em informática, especialmente enquanto estudante no SENAC), empreendendo buscas no *website* de Registro de Domínios do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR). Procurando pela URL *trancham.com.br* no “Serviço de Diretório *WhoIs*” do *website* Registro.br, percebemos que o domínio, registrado em nome da Trancham Administração e Participações Ltda., pertencia ao proprietário Jaime Caridá. Curiosamente, o mesmo nome que Sguissardi citava como sendo um dos proprietários da Fazenda Trancham, às páginas 147 e 148¹¹⁶ de *Universidade, Fundação e Autoritarismo*. A busca se encontrava no caminho certo.

Uma vez que restou clara a relação entre a Fazenda Trancham e a Eletrônica Trancham, passamos à busca da Família Caridá, na pessoa do proprietário da URL da companhia eletrônica, o Sr. Jaime. A busca por pessoas relacionadas à Fazenda Trancham, que tinha começado já havia quase dois anos, sem grandes sucessos, se mostrava bastante infrutífera até aquele momento. Nada se encontrava disponível nas fontes até então pesquisadas (Fundação Pró-Memória de São Carlos, Cartórios e Tabelionatos de Registro das Pessoas Jurídicas ou de Registros Imobiliários etc.). A busca pelo nome de Jaime Caridá, no entanto, se mostrou extremamente bem-sucedida e muito mais rápida e fácil do que se poderia imaginar, o que demonstra que, para se encontrar algo, nem sempre os caminhos mais complexos são os mais efetivos, um aprendizado significativo apreendido também como parte desta pesquisa. Em poucos “cliques”, uma série de fontes se mostraram disponíveis nas buscas realizadas pelo *Google*, tendo “Jaime Caridá” como resultado. Curiosamente, nenhuma delas associava Jaime Caridá com a palavra Trancham, demonstrando rapidamente o erro de todas as pesquisas que realizamos anteriormente.

¹¹⁶ O autor afirma que: “Seus proprietários eram os irmãos Jaime, Antônio e Elias Caridá, residentes em São Paulo. Como veremos a seguir, tratavam-se, na realidade, de Jayme Caridá, Antônio Caridá e Ellis Caridad, irmãos que chegaram, em sua maioria, a residir por algum período na Fazenda Trancham.

Figura 32: Montagem com imagens históricas, de produtos e de propagandas da Trancham S. A.



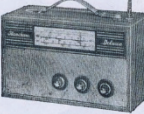
TRANCHAM

IND. E. COM. DE TRANSFORMADORES TRANCHAM LTDA.

CONHEÇA A NOVA LINHA TRANCHAM PARA 1965



RADIO DE MESA TRANS-ZEPHYR
3 faixas de ondas
7 transistores e 1 diodo
Alto-falante pesado
Grande alcance
Caixa em linhas clássicas
Escala em lindas cores
Dimensões: 43 x 30 x 18



RADIO TRANSISTORIZADO FORTATH "TRANCHAM DE LUXO"
3 faixas de ondas
7 transistores e 1 diodo
Alto-falante pesado
Alimentação: 4 pilhas comuns de lanterna
Ótima sonoridade
Finitimo acabamento e linda apresentação
Dimensões: 29 x 12 x 17

A MAIS COMPLETA LINHA DE MATERIAL ELETRÔNICO DO BRASIL.
Manuseio para bem servir de técnicos, montadores e amadores, estoque permanente de: resistências, capacitores, transformadores, pedras, transistores, válvulas, transistores, diodos, microtubo, chaves de ondas, knobs, alto-falantes, bobinas, solda, soldador, ferros de soldar, chaves de trena, parafusos etc., das melhores marcas nacionais e estrangeiras.

É mais...
Tela, amplificadores, toca-discos, circuitos comuns e de alta fidelidade, sem condensadores, televisores, instrumentos para laboratório etc.

CONHEÇA NOSSO PERFEITO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL E ABERTO. SOLICITEM AINDA HOJE NOSSA LISTA DE PREÇOS.

IND. E. COM. DE TRANSFORMADORES TRANCHAM LTDA.

MATRIZ — Rua Santa Ifigênia, 409 — Telefone: 36-3645
INDÚSTRIA — Rua Santa Ifigênia, 409 — Telefone: 34-2927
FILIAL N.º 1 — Rua Santa Ifigênia, 511 — Telefone: 34-5117
FILIAL N.º 2 — Rua Santa Ifigênia, 279 — Telefone: 34-4839
ESCRITÓRIO — Rua dos Guimarães, 303 — Telefone: 34-2927 — S. Paulo — Capital

COMERCIO DE TRANSFORMADORES E MATERIAIS DE RADIO

IND. E. COM. DE TRANSFORMADORES TRANCHAM LTDA. SÃO PAULO

KIT PARA RECEPTOR DE MESA, 3 FAIXAS COM 7 TRANSISTORES — MOD. T 367-1

CARACTERÍSTICAS:

FAIXAS: 535 — 480 Kc/s — Transido — 3 V (6 pilhas de lanterna)
Ondas médias: 1 575 — 74 Mc/s — Oscilador — com volume 0 — 75 Mc/s
2 8,3 — 21,8 Mc/s

Alimentação: 4 "C"
Sensibilidade: 100 µV
4 V para teste de 200 Mc/s
Sinal máxima: 100 mW
Frequência intermediária: 610 Kc/s
Modul.: 100% a 100% de 10 cm, modulado em 100 Hz

Preço: Cr\$ 11.000,00

SAO TRANSFORMADORES PELO REEMBOLSO POSTAL SEM ABERTO, SOMENTE COM CHEQUE VISA ou P/ QUALQUER BANCO DA CAPITAL.

INDÚSTRIA E COMERCIO DE TRANSFORMADORES TRANCHAM LTDA.

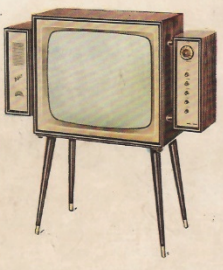
MATRIZ: Rua Santa Ifigênia, 409 — Fone: 36-3645
Filial: Rua Santa Ifigênia, 511 — Fone: 34-5117
Indústria: Rua Santa Ifigênia, 279 — Fone: 34-2927
Escritório: Rua dos Guimarães, 303 — São Paulo — Capital

ACOMPANHE A MAIORIA, COMPRANDO NO GRUPO INDUSTRIAL

TRANCHAM LTDA.

UMA ORGANIZAÇÃO PARA BEM SERVI-LO

TELEVISOR



O TELEVISOR DE CLASSE

Qualidade — Fabricado com componentes de alta qualidade, todos de fabricação nacional.

MEZAS — Elétrico moderno, silencioso e elegante, oferece a você alta fidelidade de reprodução de imagens com desfoque mínimo e ZEPHYR e recebe de um ponto de vista, São Carlos.


CONHEÇA O MAIS PERFEITO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL E ABERTO DO BRASIL.

SOLICITEM AINDA HOJE NOSSA LISTA DE PREÇOS.


IND. E. COM. DE TRANSFORMADORES TRANCHAM LTDA.

MATRIZ: Rua Santa Ifigênia, 409 — Fone: 36-3645 — C. Postal: 30.526
FILIAL N.º 1: Rua Santa Ifigênia, 511 — Fone: 34-5117
FILIAL N.º 2: Rua Santa Ifigênia, 279 — Fone: 34-4839
ESCRITÓRIO: Rua Santa Ifigênia, 511 — Fone: 34-5117
INDÚSTRIA: R. Sta. Ifigênia, 409 — Fone: 34-2927 — S. Paulo — Capital

ELABORADA POR



TRANCHAM





6 lojas a sua disposição

RUJA STA. IFIGENIA, 280.459.519.548.556.573

CONHEÇA O PERFEITO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL SEM ABERTO, SOMENTE COM CHEQUE VISA ou P/ QUALQUER BANCO DA CAPITAL.

IBRAPE Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	cce NANUQUARA DOS RIOS	1957 KAYAK	1979 Expel	ICOTRON A Resposta Eletrônica
BRIOSOM Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	torplás Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	ROSVAL Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	SINCLER Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	LOUSANO Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio
KMP Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	OLIMPIUS Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	JUPITER Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	LIFON Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	TELESTASI Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio
CONSTANTA Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	ALFATRONIC Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	SEMIKRON Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	SANYC Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio	ROHM Circuitos e cores branco e preto Transistores, diodos e circuitos integrados Válvulas Capacitores Kits de áudio

Fonte: Diversas fontes (Google, 2020).

Muito embora os resultados das buscas não tenham retornado assuntos relacionados com o termo “Trancham”, a presença do termo “Fazenda” se fazia quase que constantemente presente, isso porque as reportagens e os endereços que iam aparecendo como resultados tinham títulos tais como “Aposentado coleciona 125 trocores em fazenda de Itu: 'Não é exagero, é amor'”¹¹⁷, “Encontro com Fátima Bernardes: Jaime

¹¹⁷ Vide <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/05/aposentado-coleciona-125-tratores-em-fazenda-de-itu-nao-e-exagero-e-amor.html>; <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/videos/v/aposentado-coleciona-125-tratores-em-fazenda-de-itu-nao-e-exagero-e-amor/4982985/>; <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/videos/t/todos-os-videos/v/aposentado-coleciona-125-tratores-em-fazenda-de-itu-nao-e-exagero-e-amor/4982985/>

colecciona tratores - Ele diz que já nasceu colecionando”¹¹⁸, “Os colecionadores de trator”¹¹⁹, entre tantos outros títulos semelhantemente sugestivos. Foi possível conseguir acesso até mesmo a uma página na rede social *Facebook*, sob o título “Fazenda dos Tratores em Itu / SP”¹²⁰, entre os resultados da busca analisados. Dissecando estes materiais, foi possível descobrir um método de contato com “o Colecionador de Tratores” tantas vezes citado. Após enviar um e-mail ao Sr. Jaime, em pouquíssimas horas recebemos sua gentil resposta, acompanhada do número de seu telefone celular, de uma declaração de sua disponibilidade em conceder-nos uma entrevista e dos horários em que poderia ser contatado para isso.

Figura 33: *Screenshot* de reportagem com o Sr. Jaime Caridá



Fonte: Reportagem G1 TV-Tem, afiliada Rede Globo (Globo.com, 2016).

da-de-itu-nao-e-exagero-e-amor/4982985/ ou ainda <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/videos/v/confira-o-direto-do-g1-bauru-e-marilia-desta-segunda-feira/4982985/> (os vídeos foram editados com cenas e tempos diferentes em cada *link*, mas são, essencialmente, o mesmo material videográfico).

¹¹⁸ Vide <https://globoplay.globo.com/v/3108064/>.

¹¹⁹ Vide <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/nosso-campo/videos/v/os-colecionadores-de-trator/4012707/>.

¹²⁰ Vide <https://www.facebook.com/FazendaDosTratores>.

O(A) leitor(a) destas linhas encontrará, como o Anexo 3 desta publicação, a entrevista completa que nos foi concedida pelo Sr. Jaime... Bem, de fato, entrevista até certo ponto, uma vez que, aparentemente entusiasmado com a oportunidade de contar sua história e realmente interessado pelo teor de nosso trabalho, o entrevistado resolveu contá-la ele mesmo, sem nem mesmo aguardar as perguntas que lhe enviaríamos dentro de poucos dias. Tendo sido surpreendido dentro de um supermercado, fazendo suas compras do mês, este aspirante a pesquisador recebeu como presente um relato precioso que, como veremos, não traria qualquer necessidade de ser complementado pelo envio de respostas a perguntas adicionais, dada a clareza e a completude da narração que nos foi gentilmente elaborada e enviada pelo Sr. Jaime. Uma única pergunta fizemos posteriormente ao nosso entrevistado, filho de um dos proprietários originais da Fazenda Trancham, Jayme Caridá (e sobrinho dos demais), a fim de complementar seu relato original: “Sr. Jaime, de onde vem a palavra ‘Trancham’”? De forma não menos entusiasmada, assim disse-nos “o colecionador de tratores”:

— “Antes de perguntar para meu pai o significado da palavra “trancham”, eu fiz minhas próprias pesquisas à época e confesso que não cheguei a lugar nenhum. Eu achava a palavra *trancham* apenas na língua francesa, que significava algo como “dividido”, ou “partido”, mas meu pai não tinha nada a ver com franceses ou com aquele idioma. Um dia, conversando com ele, resolvi perguntar-lhe de onde tinha tirado essa palavra. Ele me respondeu que se tratava simplesmente de uma gíria de sua época de infância, que significava a mesma coisa que as expressões “poxa, que joia!”, ou “poxa, que legal!”, uma coisa muito boa, ou seja, uma coisa trancham! A expressão também se encaixava em outros contextos, como para se referir a uma pessoa “ponta firme”, positiva, bastante correta ou honesta, mantedora de sua palavra. Em outras palavras, trancham é algo “pá-pum”, é “direto e reto”, é “batata”! Enfim, o trancham não tinha nada a ver com “tran” de “transformadores”, ou algo do tipo, como muitos pensam. É só uma gíria que significa algo muito positivo, algo muito bom mesmo”.

Após conceder sua própria “entrevista”, o Sr. Jaime colocou-nos em contato com seu tio, o Sr. Antônio Caridá, ele mesmo um dos três proprietários da Fazenda Trancham. Primeiramente, o Sr. Jaime consultou seu tio se ele aceitaria falar conosco, e mediante uma resposta positiva, após triangular contatos com seu primo, o Sr. Anderson, filho do Sr. Antônio, foi possível entrevistá-lo, por telefone, alguns dias depois. O relato do Sr. Antônio, tão vivo e esclarecedor quanto o de seu sobrinho, serviu-nos para ilustrar ainda mais os acontecimentos que se abateram sobre suas famílias quando da desapropriação

da fazenda, o que apresentaremos mais apropriadamente logo a seguir. Para um relato completo da entrevista com o Sr. Antônio, convidamos o(a) leitor(a) a se debruçar sobre o Anexo 4 deste trabalho.

Antes de partir para o relato dos acontecimentos relativos à desapropriação da Fazenda Trancham, faz-se necessário relatar os contatos que tivemos em busca de documentos que servissem para confirmar ou acrescentar mais luz ao relato do Sr. Antônio e de seu sobrinho, o Sr. Jaime. Procuramos a Prefeitura Municipal de São Carlos por duas vezes. Na primeira, solicitamos cópias dos decretos municipais que desapropriavam a fazenda em benefício da prefeitura e que, posteriormente, doavam as terras à União. Fomos atendidos em nosso pleito pela Sra. Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Angélica Ramires, que gentilmente forneceu-nos cópias reprográficas dos originais manuscritos dos livros de registro das legislações municipais. O contato inicial foi feito por meio do Serviço de Informações ao Cidadão. Num segundo momento, perguntamos à Sra. Angélica se o seu departamento dispunha de cópia do Processo Administrativo Municipal N.º 13.898 de 1968, processo este que continha a tramitação completa dos procedimentos de desapropriação e doação das terras, que resultaram na aprovação do Decreto Municipal N.º 6.020/68 e da Lei Municipal N.º 6.085/69 (os mesmos que ela já nos havia encaminhado). Infelizmente, a Prefeitura não mantém arquivos internos dos processos municipais que, após um período no Arquivo Intermediário da Fundação Pró-Memória de São Carlos, são transferidos, como arquivo morto, para o acervo definitivo do Arquivo Público e Histórico (APH-FPMSC), gerido pela Divisão de Arquivo e Documentação da mesma Fundação. Procurando por este processo junto à Fundação Pró-Memória, recebemos a triste notícia, por parte da Sra. Luiza Shimada, de que, infelizmente, o processo em questão fora extraviado, tendo sua última movimentação sido registrada em 1988. Desta forma, infelizmente, não será possível complementar os dados apresentados por Sguissardi em seu relato (pois aparentemente o autor teve acesso ao processo em questão, pelas citações que faz ao mesmo), tampouco confirmar o relato da Família Caridá por meio da documentação da época. Ainda assim, os relatos do Sr. Jaime, do Sr. Antônio e do Professor Sguissardi, acrescidos dos documentos obtidos junto à Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) da UFSCar e junto à Prefeitura Municipal de São Carlos, serão suficientes para ilustrar um pouco melhor o cenário e o contexto deste importante momento, crucial, segundo

acreditamos, para a consolidação da existência da Universidade Federal de São Carlos aos moldes como foi concebida.

2.8.2 – A batalha pela Trancham

A pedido do Conselho de Curadores, a Prefeitura Municipal fez tramitar o processo de desapropriação da Fazenda Trancham, que recebeu o número 13.898/68. Nele, constavam documentos encaminhados pela comissão do CC-FUFSCar encarregada da seleção do terreno desejado, bem como as informações apuradas pela comissão da Prefeitura Municipal, aprovada pela Portaria N.º 5.133, de 10 de maio de 1967, que tinha tido a demanda de pré-selecionar os imóveis mais adequados, conforme já citamos anteriormente. Após toda a tramitação requerida, o prefeito promulgou, aos 2 de dezembro de 1968, o Decreto Municipal N.º 6.020, que assim dizia:

O Prefeito Municipal de São Carlos, no uso das atribuições que a lei lhe confere, decreta:

Artigo 1º - Ficam declaradas de utilidade Pública, para o fim de serem desapropriadas, amigável ou judicialmente, as seguintes áreas de terras abaixo caracterizadas e necessárias à instalação da Universidade Federal de São Paulo, a saber:

I - Gleba de terras de propriedade de Jaime Caridá, Antonio Caridá e Elias Caridá (sic) "Chácara Monjolinho - antiga Água Espraiada, imóvel rural com a área de 4 (quatro) alqueires de terras, mais ou menos, contendo casa de moradia, 4 (quatro) pavilhões para granja, tôda cercada e uma Bomba elétrica no poço existente, confrontando em sua integridade com Maria Augusta e Fazenda Santa Helena";

II - Gleba de terras de propriedade de Jaime Caridá, Antonio Caridá e Elias Caridá (sic) "Fazenda Santa Helena, imóvel rural agrícola, com área de 71.65,97 hc., ou sejam 716.597 m², contendo algumas benfeitorias, distante quatro quilômetros desta cidade, confrontando com a Associação dos Alfaiates, com herdeiros de José Papete (sic), com a Fazenda Jararaca, com Salvador de Cresci, com a estrada de Água Vermelha e uma de suas extremidades é atravessada por uma Estrada Estadual São Carlos - Ribeirão Preto";

III - Imóvel Agrícola de propriedade de Jaime Caridá, Antonio Caridá e Elias Caridá (sic), denominado Fazenda Santa Helena, antes Granja São José, contendo 5.865.360 metros quadrados, que assim se descreve [segue longa descrição de marcos demarcatórios da propriedade];

Parágrafo Único: É declarada de caráter urgente a presente desapropriação para os efeitos previstos no artigo 15 do Decreto-Lei N.º 3.365, de 21 de junho de 1941 e no Decreto N.º 4.152, de 6 de março de 1942.

Artigo 2º - Havendo acôrdo quanto ao preço e forma de pagamento, far-se-á a aquisição depois de satisfeitos os seguintes requisitos:

- a) que o justo valor do imóvel não ultrapasse o fixado no laudo de avaliação;
- b) que os proprietários ofereçam título de domínio cuja legitimidade não possa padecer dúvida.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta de verba própria do orçamento vigente.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Carlos, 2 de dezembro de 1968.
Antônio Massei
Prefeito Municipal. (SÃO CARLOS, 1968).

É digno de nota que o decreto expropriatório relacione as três propriedades juridicamente distintas que, na prática, compunham a mesma Fazenda Trancham, como um objeto único da desapropriação. Desejava-se a fazenda como um todo, e não apenas partes dela. Como relataram os senhores Jaime e Antônio Caridá, a família, consternada com a possibilidade de perder a fazenda, fez a sugestão de reter em sua posse as terras que hoje compõem a Área Sul do *campus* São Carlos, que se constituíam como a parte produtiva do imóvel de então, doando à municipalidade ou diretamente à União todas as terras localizadas além do lago que hoje divide o *campus* em Área Norte e Área Sul¹²¹. A sugestão, no entanto, foi negada pelos Curadores da FUFSCar, sendo tal decisão comunicada tanto aos proprietários da fazenda, por meio de seus advogados, quanto à Prefeitura, que tinha encaminhado a petição em seu favor e que parecia concordar com a solução, dada a possibilidade de gratuidade mediante doação das terras até então a serem adquiridas.

A aparente intransigência quanto a outras propostas que não a desapropriação onerosa e integral da Fazenda Trancham não passou para a história como uma demanda de Pereira Lopes, mas sim, de Sérgio Mascarenhas. Em uma ocasião em que esteve no *campus* de São Carlos, ainda no ano de 2019, em que o autor destas linhas se fez presente, o físico declarou que a UFSCar deveria ser uma universidade de longa duração, algo que deveria ser longo como as universidades europeias, logo, se faria necessária a posse de terrenos que lhe permitisse crescer por duzentos ou trezentos anos, sem que, com isso, ela tivesse de dispender recursos com a exploração imobiliária e a grande valorização dos terrenos de seu entorno, ou se preocupar com o avanço da cidade sobre suas divisas. Tal resposta, oferecida após mais de cinquenta anos dos eventos originais, demonstra ainda hoje que havia afinidade entre os membros do CC-FUFSCar, uma vez que, embora realmente fosse deleitoso que a Universidade dispusesse de um *campus* condigno às suas expansões sem necessitar de novas desapropriações ou sem ter que pagar mais por terras antes bem mais baratas, por outro lado, a presença de um grande volume de terras federais

¹²¹ Divisão mesma esta que, por muitos anos, significou a segregação das “empobrecidas” ciências humanas, separadas das ciências exatas e das biológicas que, mais facilmente capacitadas à captação de recursos externos, eram logo vistas sempre como mais abastadas, refletindo-se também esta divisão no poder aquisitivo dos alunos ingressantes pelo vestibular.

no entorno das terras pertencentes aos Pereira Lopes também era um grande negócio para a família do deputado federal. Os únicos que saíam perdendo, fosse qual fosse o cenário, seriam os Caridá.

Com um parecer do conselheiro Clóvis Salgado, ex-ministro da educação, emitido ao Conselho Federal de Educação aos 6 de dezembro de 1968, finalmente pacificava-se que o nome da fundação deveria ser Fundação Universidade Federal de São Carlos – FUFSCar, e, de igual forma, que o nome da universidade deveria ser Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, em atendimento ao que determinava a Lei Federal N.º 4.759/65. Não está claro quando o CC-FUFSCar passou a utilizar exclusivamente a nova nomenclatura nos seus documentos, mas parece-nos que o uso do termo U. F. S. P. ainda perdurou por mais alguns meses, intercambiado com o uso do termo UFSCar, cunhado para que não houvesse confusão com a sigla já utilizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É certo, no entanto, que, a partir de 1970, somente o nome e a sigla correntes estavam em plena voga.

Considerando-se a necessidade de dar início às atividades acadêmicas da UFSCar, algo que estava sendo preparado para o ano letivo de 1970, fazia-se peremptória a liberação de espaço físico para a instalação, ao menos, de salas de aula básicas e de espaços para a montagem de laboratórios simples para os primeiros cursos. Ocorre, no entanto, que os cenários já não mais continuariam a ser tão harmoniosos entre a Prefeitura Municipal e o Conselho de Curadores da FUFSCar, isto porque, a partir de 1º de fevereiro de 1969, tomou posse como prefeito municipal José Bento Carlos do Amaral. Diferentemente de Antônio Massei, que era apoiador de primeira hora de Ernesto Pereira Lopes e, como tal, estava disposto a servir-lhe como pudesse nos procedimentos de implantação da nova universidade, José Bento Carlos do Amaral era de oposição ao grupo político de Pereira Lopes. Embora também se mostrasse apoiador da vinda da U. F. S. P. para São Carlos, acreditava o novo prefeito que a municipalidade não deveria arcar sozinha com o ônus de tamanha empreitada. Mal tomou posse, o novo prefeito oficiou ao CC-FUFSCar exigindo (segundo SGUISSARDI, 1993, p. 150) que aquele colegiado providenciasse os recursos necessários para a desapropriação da Fazenda Trancham. Segundo o autor, o novo prefeito retomava a proposta de obter somente uma parte da Fazenda Trancham a título de desapropriação, diminuindo, assim, os valores a serem dispendidos na operação. Em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de fevereiro de 1969, porém, os Curadores da FUFSCar assim se manifestavam quanto ao caso:

“É discutido o assunto em profundidade, tendo o plenário decidido repudiar a proposta do prefeito, frisando-se (sic) na resolução básica: ou a prefeitura desapropria a área total da fazenda ou então não desapropria nada”. (SGUISSARDI, 1993, p. 150).

Mais uma vez, estendiam-se nesta decisão os tentáculos do poder aparentemente onipresente de Ernesto Pereira Lopes sobre os encaminhamentos a serem dados no âmbito da construção da UFSCar. Embora o discurso tenha sempre sido o de que Sérgio Mascarenhas assim o tinha determinado, estava claro que os interesses de Pereira Lopes falavam mais alto quando a questão era a aquisição parcial do terreno da Fazenda Trancham. A inflexibilidade quanto à desapropriação de apenas uma parte das terras trazia à história tantos problemas quanto a flexibilidade da aquisição de menos espaço, uma vez que ambos os cenários trariam ônus e benefícios à empreitada. No entanto, aparentemente, para o CC-FUFSCar, o ônus seria menor pela aquisição do terreno inteiro do que pela assimilação, onerosa ou gratuita, de somente parte dele.

Com a Lei Municipal N.º 166, de 9 de fevereiro de 1969, a Câmara Municipal aprovou o Decreto 6.020/68, autorizando a Prefeitura a dar início às tratativas de obtenção definitiva das terras desapropriadas. Sem demora, o Município de São Carlos emitiu nova legislação, por meio da Lei Municipal N.º 6.085, de 19 de fevereiro de 1969, que autorizava a Prefeitura Municipal “a transferir a posse, bem como doar à Universidade Federal de São Carlos, as áreas de terras declaradas de utilidade pública, destinadas à sua instalação”, nos seguintes termos:

A Câmara Municipal de São Carlos aprova e eu promulgo a seguinte Lei:
 Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a transferir a posse, bem como doar à Universidade Federal de São Carlos, as áreas declaradas de Utilidade Pública no Decreto desapropriatório N.º 6.020, de 2 de dezembro de 1968, destinadas à sua instalação, de conformidade com o que consta do processo protocolado ao N.º 13.898/68.
 Artigo 2º - A donatária obriga-se a construir nessas áreas, as instalações necessárias ao seu funcionamento.
 Artigo 3º - Reverterão ao Patrimônio do Município as áreas doadas, independentemente de qualquer interpelação, na hipótese da Universidade Federal de São Carlos vir a extinguir-se ou de não ser instalada dentro do prazo de 5 (cinco) anos.
 Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 São Carlos, 19 de fevereiro de 1969.
 José Bento Carlos do Amaral
 Prefeito Municipal. (SÃO CARLOS, 1969).

Sguissardi afirma que, em 25 de abril de 1969, a Procuradoria Municipal ingressou com uma ação expropriatória junto ao Tribunal de Justiça, contra os irmãos Caridá, com

vistas a tomar posse efetiva da Fazenda Santa Helena, fazendo cumprir a legislação municipal acima citada, considerando que a fazenda ainda não havia sido entregue pelos seus antigos proprietários. O valor da indenização a ser paga a título da desapropriação, pelo município, aos irmãos Caridá, era de NCr\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil Cruzeiros Novos), o que daria, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considerando a inflação do período, algo hoje em torno de R\$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil Reais)¹²². Tais valores já haviam sido depositados em juízo pela Prefeitura, e estariam disponíveis para saque imediato, ainda que a municipalidade entendesse, em sua nova administração, que caberia aos Curadores providenciar tal dotação. Inconformados com o relativamente baixo valor da indenização e com a falta de abertura para negociações por parte dos governantes envolvidos, aos 15 de maio de 1969 os irmãos Caridá entraram com recurso de apelação e contestação contra a Prefeitura, alegando que os valores da indenização não estavam corretos. Todavia, eles mesmos não apresentaram qualquer tipo de contraoferta aos valores originais, uma vez que não desejavam ter de renunciar às suas terras. Visando pacificar a questão, a Justiça determinou a realização de uma avaliação pericial dos imóveis que compunham a Fazenda Trancham, seus terrenos e construções, em todas as terras componentes da desapropriação. Em 26 de agosto de 1969, o perito, designado pelo poder judiciário, entregou sua avaliação, afirmando que a indenização aos antigos proprietários da fazenda deveria ser de NCr\$ 2.169.126,00 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e vinte e seis Cruzeiros Novos), algo em torno de R\$ 16.176.505,74 (dezesseis milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinco Reais e setenta e quatro centavos) – (Vide SGUISSARDI, 1993, p. 148; valores atualizados no âmbito da presente pesquisa, conforme nota 122 abaixo).

Enquanto a batalha judicial se desenrolava, aos 26 de abril de 1969 registrava-se, finalmente, a “certidão de nascimento” da UFSCar. A lavratura da Escritura de Instituição da Fundação Universidade Federal de São Carlos, realizada junto ao 2º Tabelionato, ou Cartório do 2º Ofício de São Carlos, teve a presença de personalidades ilustres, como o Ministro da Agricultura e o Governador do Estado do Paraná, que viajavam em companhia do enviado especial da Presidência da República, Alvaro Alvares da Silva

¹²² Os dados informados foram obtidos pela utilização do Serviço de Atualização de Valores da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando dados provenientes do Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI) calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o período. O serviço está disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>.

Campos, consultor jurídico do MEC que, juntamente com o prefeito José Bento Carlos do Amaral, assinaram juntos a escritura, na condição de outorgantes instituidores da nova Fundação. Estava, para todos os efeitos, instalada a primeira universidade pública federal no Estado de São Paulo! Diminuíam um pouco mais as possíveis “disposições em contrário”.

Mas a ocasião ainda não era para festas. Na prática, até aquele momento, a UFSCar não tinha a posse da Fazenda Trancham. Além disso, o recebimento de verbas federais advindas ao início da instalação da universidade foi utilizado pelo novo prefeito de São Carlos para fazer propaganda política de seu governo, algo como se a ação direta da prefeitura tivesse resultado no recebimento dos recursos advindos do MEC, o que é pouco provável que tenha ocorrido, mas que, contudo, trouxe consigo prestígio à administração de José Bento Carlos do Amaral diante da comunidade local. Esta ação aumentou as distâncias entre o CC-FUFSCar e a Prefeitura Municipal, acirrando ainda mais o já complicado cenário institucional instalado. Sguissardi destaca que o CC-FUFSCar não admitiria que o prefeito, adversário de Pereira Lopes e, portanto, adversário dos Curadores, se sobressaísse nesta questão. Logo, aos 8 de agosto de 1969, o Prof. Edson Rodrigues, presidente do Conselho de Curadores da FUFSCar, fez publicar na imprensa local uma Nota de Esclarecimento, em protesto contra o aproveitamento político que a prefeitura fazia para si neste caso. O autor explica que:

A nota do CC-FUFSCar informa que a FUFSCar não está “vinculada de forma alguma à administração municipal”, que “a obtenção e liberação de verbas federais determinadas à Fundação não dependem absolutamente da intervenção de órgãos de administração municipal ou da ação de políticos de quaisquer filiação partidária” e que “o Conselho de Curadores não autorizou pessoa alguma a divulgar dados referentes às suas dotações e movimentos bancários, responsabilidade que lhe compete exclusivamente”. Ao mesmo tempo que se tentava afirmar a autonomia universitária, buscava-se escamotear, no interesse dos políticos aliados, que a ingerência político-partidária fora e continuava sendo essencial e constitutiva tanto do processo de criação, quanto de implementação e consolidação da universidade, sendo o apressamento na liberação de verbas apenas um de seus aspectos. (SGUISSARDI, 1993, p. 150).

Ademais, a nota indicava que a UFSCar esperava da Prefeitura efetivas providências “para que a transferência de fato da área que lhe foi destinada [fosse] providenciada o mais breve possível, conforme repetidas solicitações” (SGUISSARDI, 1993, p. 151), e que, para tanto, o CC-FUFSCar havia designado uma comissão de engenheiros para nova (e mais efetiva) avaliação do terreno e de suas benfeitorias, a fim

de serem determinados precisamente os valores adequados do patrimônio inicial da Fundação. Como crítica à Prefeitura, “O Conselho de Curadores [indicava que] não [tinha] conhecimento de que a Prefeitura Municipal [tivesse] indicado efetivamente uma comissão sua para o mesmo fim” (SGUISSARDI, 1993, p. 151).

Temerosos de que a desapropriação da Fazenda Trancham não se consolidasse a tempo, devido aos problemas judiciais envolvendo a Família Caridá e aos de relacionamento existentes com a Prefeitura Municipal de São Carlos, os Curadores da FUFSCar resolveram trabalhar também em outra frente, na tentativa de dar início às atividades da nova Universidade ainda em 1969, se possível fosse. Em nossas buscas nos arquivos da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) da UFSCar, encontramos alguns interessantes documentos que sugeriam que o início das operações da nova Universidade poderia acabar ocorrendo de maneira muito semelhante e, até mesmo, no exato mesmo local em que ocorreu também o início das atividades da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos, entre 1951 e 1953.

Aos 24 de fevereiro de 1969, o Professor Edson Rodrigues, presidente do CC-FUFSCar, oficiou ao novo prefeito, José Bento Carlos do Amaral, nos seguintes termos:

Senhor Prefeito,

Como já é de conhecimento de V. Excia., no dia 20 de fevereiro p. p., o Excelentíssimo Sr. Presidente da República assinou decreto lei aprovando os Estatutos da Universidade Federal de São Carlos, e autorizando o funcionamento imediato da mesma.

A fim de dar cumprimento às determinações do Presidente, o Conselho de Curadores propôs à União a desapropriação do prédio da Sociedade Dante Alighieri¹²³, da Rua 9 de Julho, 1227, São Carlos, para ser usado como sede

¹²³ Nosella e Buffa, em seu “*Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos - os primeiros tempos*” discorrem sobre a história do *campus* USP de São Carlos, iniciado com a criação da EESC. A primeira localização física da EESC se deu no prédio da antiga *Società Dante Alighieri*, ou Sociedade Italiana Dante Alighieri de São Carlos, sociedade comunitária dos italianos e ítalo-descendentes radicados na cidade. As operações da Sociedade tiveram de ser interrompidas logo após o governo de Getúlio Vargas decretar guerra ao Eixo (Alemanha Nazista, Itália Fascista e Japão Imperial) em 1942, tentando, com isso, evitar possíveis atividades subversivas no interior de organizações de auxílio mútuo ou de promoção cultural estrangeiras localizadas no país. A Sociedade Dante Alighieri de São Carlos foi, assim, impedida de utilizar sua sede, que só lhes seria restituída passados cinco anos do fim dos conflitos, em 1950. Embora o prédio tenha sido devolvido à agremiação, as atividades associativas não voltaram a acontecer, provavelmente devido à dispersão de seus membros ou ao temor de que, mesmo após o fim do conflito, a Sociedade ainda pudesse ser vista como inadequada ou subversiva. Ao mesmo tempo, tendo sido criada por lei estadual em 1948, a USP procurava um local para instalação das primeiras atividades da EESC, enquanto o novo *campus*, que começou a ser construído em 1952, não ficava pronto. Assim, no segundo semestre de 1951, a USP passou a alugar o espaço. Contudo, desejando realizar algumas reformas estruturais, ao final do primeiro ano de aluguel, a USP e a Sociedade Dante Alighieri pactuaram um convênio visando a cessão onerosa do prédio, a título precário. Em 1953 as atividades acadêmicas da EESC tiveram início no novo prédio, enquanto o *Campus* USP de São Carlos continuava em obras. Em 1957, com a inauguração do novo *campus* e, em especial, do icônico edifício hoje conhecido como “E1”, a USP começou a transferir suas atividades para o novo ambiente, embora algumas cátedras e bibliotecas tenham permanecido no prédio da Sociedade Italiana. Com a Reforma Universitária de 1968 e a consequente consolidação das cátedras nos

inicial dos cursos básicos que deverão ser postos em funcionamento ainda este ano, pois o mencionado imóvel já conta com todas as instalações de laboratório, salas de aula, etc., necessários.

Nestas condições venho solicitar a colaboração de V. Excia no sentido de que não seja o mesmo imóvel objeto de medida semelhante por parte da municipalidade pois estaríamos, desta forma impossibilitados, por falta de local adequado, de dar início às nossas atividades dentro da urgência que se faz necessária.

Agradecendo as providências de V. Excia, que tem sempre apoiado de modo irrestrito todo o esforço que visa a concretizar o imediato funcionamento da Universidade, queira aceitar meus cumprimentos.

Atenciosamente,

Edson Rodrigues, Presidente. (RODRIGUES, 1969, ofício, p. 1).

Alguns meses depois, aos 11 de agosto, Edson Rodrigues oficiou ao ministro Tarso Dutra, do MEC, da seguinte forma:

Senhor Ministro,

1. A Fundação Universidade Federal de São Carlos constituiu o seu patrimônio inicial pela incorporação de uma Fazenda com algumas benfeitorias, doadas pelo Município de São Carlos. Tais benfeitorias incluem algumas construções típicas de fazenda, que por sua própria natureza, não podem de modo algum ser utilizadas para atividades de ensino.

As perspectivas de construção de prédios para salas de aulas, laboratórios e outros setores imprescindíveis ao funcionamento das unidades escolares são remotas, no presente semestre, por não dispormos atualmente de dotações orçamentárias específicas.

2. O início das atividades escolares no próximo ano letivo poderá se dar utilizando as instalações de um prédio pertencente à Sociedade Dante Alighieri, de São Carlos, situado à Rua 9 de Julho, 1227, em São Carlos, que há quinze anos foi cedido, por comum acôrdo, à Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), seu atual ocupante, que o aluga.

3. Nestes quinze anos de uso do citado imóvel, a Escola de Engenharia de São Carlos ampliou consideravelmente o acêrvo, adaptando-o às suas necessidades de ensino e pesquisa, pela construção e instalação de laboratórios de ensino e pesquisas, salas de aulas, gabinetes de professores, bibliotecas, oficina e demais instalações necessárias, onde funcionaram os cursos de matemática, física, química e geologia.

4. A Escola de Engenharia de São Carlos, neste interim, construiu suas instalações próprias, em outro local, para onde já removeu todos os seus departamentos, estando prevista para dentro de 30 dias a desocupação total do imóvel.

Deixa assim, para a Sociedade Italiana Dante Alighieri, tôdas as benfeitorias e instalações de ensino e pesquisa, conforme acôrdo inicial.

departamentos acadêmicos, a Escola de Engenharia de São Carlos desmembrou-se, dando início ao Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC), que passou a ocupar o imóvel quase que totalmente. As atividades acadêmicas do IFQSC somente deixaram de ser realizadas, em sua integralidade, no antigo prédio, sendo transferidas para o *campus* principal, no final da década de 1970, embora a USP continuasse a manter o prédio para atividades de apoio a pesquisa e a extensão, especialmente graças à Coordenadoria de Divulgação Científica e Cultural do IFQSC, ali instalada. Em 1985, com apoio do CNPq, da CAPES e da FINEP, além de suplementação por dotação própria, a USP adquiriu definitivamente o imóvel, que passou a integrar o patrimônio da Universidade. A Sociedade Dante Alighieri, então, procedeu à sua dissolução, não mais existindo atualmente. O CDCC, por sua vez, foi transformado em Centro de Divulgação Científica e Cultural, órgão da administração central da USP gerido em parceria pelo Instituto de Química de São Carlos (IQSC) e pelo Instituto de Física de São Carlos (IFSC), após a separação destas unidades acadêmicas, em 1994.

5. Para esta Fundação, a existência deste imóvel totalmente desocupado e equipado, é fato extremamente suspeito (sic), pois tôdas suas atividades iniciais de ensino e pesquisa poderão ser feitas com tôda facilidade, dentro de prazo curto, pelo uso do citado imóvel.

6. Ao examinar o problema da instalação da Universidade, no prazo mais curto possível, e início de suas atividades de ensino, o Conselho de Curadores chegou à conclusão da imperiosa necessidade de incorporarmos ao patrimônio da Fundação o citado imóvel.

7. Nestas condições, venho solicitar a V. Excia. seja autorizado o encaminhamento ao Exmo. Sr. Presidente da República decreto de desapropriação do imóvel pertencente à referida Sociedade Italiana Dante Alighieri, conforme descrição anexa, correndo as despesas decorrentes da mesma, pelas dotações orçamentárias consignadas pela União, a esta Fundação, de 1970 em diante.

Apresentando a V. Excia. os meus protestos de elevada consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Edson Rodrigues, Presidente. (RODRIGUES, 1969, ofício, pp. 1-2).

Aparentemente, a tentativa de utilização do prédio da antiga *Società Dante Alighieri di San Carlo* havia sido negociada com a USP, através de seu Instituto de Física e Química de São Carlos (IFQSC), demonstrando que não só a crise com a universidade paulista já se encontrava efetivamente no passado, como também a participação de docentes da instituição nos trabalhos de constituição da UFSCar se mostrava agora bem-vinda e aprazível, de forma que existia enfim harmonia entre o CC-FUFSCar e as unidades da USP localizadas em São Carlos.

Em 19 de agosto, provavelmente em resposta a determinações de Tarso Dutra, Edson Rodrigues enviava ao consultor jurídico do MEC exposição de motivos para desapropriação do imóvel da Rua 9 de Julho, solicitando urgência na tramitação do processo com vistas a uma rápida aprovação de um decreto-lei expropriatório. Aos 22 de agosto, o consultor jurídico Alvaro Alvares da Silva Campos, o mesmo enviado ministerial delegado a assinar a lavratura da Escritura de Instituição da FUFSCar em 26 de abril, retornava ofício à presidência do Conselho de Curadores, tendo "a honra de remeter a V. Exa. a página N.º 7.063, do Diário Oficial da União, de 20 do corrente, que publica o Decreto N.º 65.011, de 18/08/[19]69" (CAMPOS, 1969, ofício, p. 1). Assim dizia o decreto expropriatório então aprovado:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o item II, do artigo 83 da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis números 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fim de serem desapropriadas, por via amigável ou judicial em favor da Fundação Universidade Federal São Carlos, o prédio da rua 9 de Julho, e respectivo

terreno, registrado no cadastro do Plano Diretor da cidade de São Carlos, como ficha 7, da Quadra 165, medindo 40 (quarenta) metros de frente para a rua 9 de Julho e 47,60 (quarenta e sete metros e sessenta centímetros) para a rua 13 de Maio, confrontando com imóveis de propriedade de Júlio César Fazer, Sebastião Oliveira e Luiza Oliveira ou de quem de direito, imóveis estes de propriedade da Casa de Itália, ou de quem de direito, situados na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo e necessários à ampliação de instalações e desenvolvimento do serviço da referida Fundação.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra. (BRASIL, 1969).

Em 20 de setembro do mesmo ano, um ofício (o primeiro documento redigido em papel de carta com o novo nome da Universidade, bem como o primeiro assinado por pessoa que não membro direto do CC-UFSCar, segundo nossos levantamentos) foi enviado a três engenheiros da cidade, solicitando uma avaliação do imóvel da Sociedade Dante Alighieri, com vistas a iniciar as conversações com aquela sociedade para se efetivar as determinações do Decreto 65.011/69. Em 30 de outubro, os três engenheiros enviaram ao Secretário Geral da FUFSCar, José Franco de Lacerda (a pessoa que redigiu o documento supracitado), relatório de avaliação, indicando que o valor da propriedade, consideradas as reformas empreendidas pela USP e a depreciação do imóvel, era de NCr\$ 351.032,00 (trezentos e cinquenta e um mil e trinta e dois Cruzeiros Novos), o equivalente, em valores de hoje, a R\$ 2.588.000,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil Reais).

A partir daí, o assunto simplesmente morre. Não existe mais qualquer indicação ou registro quanto à efetivação da transferência da propriedade, o que, como bem sabemos, não veio a ocorrer, nem qualquer informação relativa ao porquê de, após tanto trabalho, tal desapropriação não ter, de fato, acontecido. Como a história demonstrou, o prédio da Sociedade Dante Alighieri continuou a ser ocupado continuamente pelas unidades da USP, que o adquiriu, em definitivo, em 1985.

Embora a desapropriação do atual prédio do CDCC-USP não tenha se concretizado, ainda corriam na justiça os processos que moviam contra si, a Prefeitura Municipal de São Carlos e os membros da família Caridá. Com base nas determinações da Lei Municipal N.º 6.085/69 e, muito provavelmente, diante de determinação judicial favorável à Prefeitura, tendo, provavelmente, a FUFSCar no polo passivo¹²⁴, a família

¹²⁴ Conforme anteriormente indicado, devido ao extravio do processo administrativo municipal relativo à desapropriação da Fazenda Trancham, não é possível saber se estes foram efetivamente os

Caridá foi obrigada a abandonar a Fazenda Trancham em algum momento entre junho e setembro de 1969 (considerando os documentos disponíveis e os relatos dos Srs. Jaime e Antônio). Embora a celeuma não estivesse concluída, a partir do segundo semestre de 1969 o Conselho de Curadores da FUFSCar pôde finalmente ter acesso à propriedade e tomar posse da então fazenda, com a finalidade de coordenar as atividades de reforma necessárias para transformar espaços agrários em laboratórios e salas de aula. Embora não tenhamos conseguido documentos mais precisos, nem tampouco tido acesso, neste momento, às atas do CC-FUFSCar, acreditamos que a posse da Fazenda Trancham tenha sido entregue efetivamente ao Conselho de Curadores da UFSCar por volta de setembro de 1969, motivo pelo qual se abandonou, por completo, a iniciativa de obter o prédio da Sociedade Dante Alighieri naquele mesmo mês, muito embora a resposta dos engenheiros convidados a avaliar o imóvel tenha chegado posteriormente ao CC-FUFSCar, no final de outubro daquele mesmo ano.

Sguissardi afirma que quando a UFSCar finalmente tomou posse do imóvel, a fim de “adequá-lo urgentemente a suas novas finalidades”, “a fazenda [encontrava-se] praticamente desativada e improdutivo (SGUISSARDI, 1993, p. 151). “Além de mais de um milhão de pés de eucaliptos, de cafezal e laranjais velhos e improdutivo e de “formiga em quantidade gigantesca”, dispunha de muitos prédios (sede da fazenda, casa do administrador, capela, garagens, barracões, coelheiras, galinheiros, pocilgas, casas de trabalhadores) muito antigos, necessitando todos de significativas reformas para poderem ser utilizados (SGUISSARDI, 1993, p. 151). Segundo relatos do Prof. Edson Rodrigues, em entrevista a Valdemar Sguissardi, além de contratar agrimensores para delimitação e cercamento do terreno, providenciou-se sem demora “a liquidação das formigas que existiam lá, que era uma coisa tremenda” (SGUISSARDI, 1993, p. 151). Além de reformas na sede da fazenda para abrigar a administração central da UFSCar, segundo entrevista do autor com o Professor Silvestre Ragusa, primeiro coordenador das disciplinas de ciências básicas, reformou-se também “duas coelheiras, que foram convertidas em duas salas de aula, porque eram dois cursos. A chocadeira se tornou a seção de alunos e o estábulo se tornou o laboratório de química” (SGUISSARDI, 1993, p. 152).

Embora o recorte temporal que empreendemos neste trabalho tenha buscado dar conta dos momentos históricos precedentes à efetiva instalação da Universidade, não nos

encaminhamentos dados ao caso, mas acreditamos que algo semelhante a isto tenha se dado no decorrer dos processos em questão.

parece adequado deixar de relatar, ao menos sob a perspectiva da pesquisa de Sguissardi, as soluções definitivas encontradas para o problema relacionado à desapropriação da Fazenda Trancham. Como dissemos anteriormente, em 26 de agosto de 1969, o perito judiciário avaliou a indenização a ser paga aos antigos proprietários da Trancham no valor de NCr\$ 2.169.126,00 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e vinte e seis Cruzeiros Novos). Em 30 de maio de 1972, no entanto, o judiciário oficiou à Prefeitura informando-lhe de que estava condenada a indenizar aos membros da família Caridá o valor de Cr\$ 3.587.842,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois Cruzeiros), o equivalente, em valores de hoje, a R\$ 17.861.000,00 (dezessete milhões, oitocentos e sessenta e um mil Reais) aproximadamente¹²⁵ (SGUISSARDI, 1993, p. 148). Por mais que a Prefeitura de São Carlos tenha apresentado recurso ao poder judiciário, a causa foi ganha, em sua integralidade, pelos irmãos Caridá e seus herdeiros.

O valor final da indenização, após as devidas correções monetárias, fechou em valores superiores a quatro milhões e quinhentos mil Cruzeiros, o equivalente a um terço do orçamento público municipal para o ano fiscal de 1972 (SGUISSARDI, 1993, p. 149). O Interventor Federal em São Carlos, à época, solicitou ao Tribunal de Justiça que aguardasse para sequestrar os recursos dos cofres públicos municipais, uma vez que se empenhavam esforços em Brasília visando poder tentar obter os valores necessários para o encerramento do processo. Apensavam-se a este ofício, cópias de correspondências enviadas aos ministros da Fazenda e da Educação, ao primeiro Reitor da UFSCar, ao deputado Pereira Lopes, ao já citado consultor jurídico do MEC, e a outras autoridades, implorando auxílio imediato e socorro para a solução do problema (SGUISSARDI, 1993, p. 149). Descobriu-se, neste processo, que muito embora desde 1961 estivesse sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal doar à U. F. S. P. (depois UFSCar) um mínimo de 300 hectares de terras, o equivalente a 125 alqueires paulistas, havia-se transferido ao final do processo, por meio da desapropriação completa e integral da Fazenda Trancham à União, 141 alqueires paulistas de terras a mais do que o inicialmente planejado, ou seja, 266 alqueires paulistas no total, o equivalente a 643,72 hectares ou aproximadamente 6.450.000 m², logo, mais do que o dobro de terras originalmente previstas para a criação do *campus* universitário são-carlense (SGUISSARDI, 1993, p. 149).

¹²⁵ Vide nota 122 à página 207 desta dissertação.

O Interventor Federal à época (1972) era o Dr. Antonio Teixeira Viana, que tinha chefiado a Fazenda Canchim desde 1935 (vide nota 113 à página 195 acima), e que havia se aposentado em 1969, após 34 anos de dedicação contínua à fazenda que, muito em breve, passaria a integrar a recém-criada Embrapa. Viana havia sido indicado como Interventor Federal em São Carlos pelo governo federal, atuando entre 1970 e 1973 devido a uma determinação do General Emílio Garrastazu Médici, então Presidente da República, que, aos 23 de abril de 1970, mandou afastar o prefeito José Bento Carlos do Amaral, ainda em seu segundo ano de mandato. Alegava a presidência da República que o prefeito de São Carlos havia praticado improbidade administrativa no exercício de suas funções. Típico da época, o ex-prefeito foi afastado sem direito a julgamento formal, por decisão unilateral da presidência da República, sendo perseguido politicamente, coagido fisicamente e torturado psicologicamente, segundo relatos¹²⁶. José Bento Carlos do Amaral havia servido na administração de Antônio Massei como seu chefe de gabinete, por repetidas vezes. Embora ambos se conhecessem e houvesse confiança política um no outro, Antônio Massei era associado do deputado Ernesto Pereira Lopes, enquanto José Bento Carlos do Amaral era opositor do parlamentar. Tudo leva a crer que o *impeachment* de José Bento foi orquestrado por Pereira Lopes, uma vez que seu governo poderia se constituir como uma ameaça ao poderio do médico e empresário na região de São Carlos. O cenário político que se tinha desenhado neste momento transparece também na crise envolvendo o pagamento final pela aquisição da Fazenda Trancham. Sguissardi registra que, em um ofício encaminhado ao Ministério da Educação, o Interventor Federal assim se manifestava sobre a aquisição de mais terras do que o necessário para a instalação da UFSCar:

“A administração municipal que procedeu à desapropriação da área em questão [administração Antônio Massei] – assessorada por um elemento [José Bento Carlos do Amaral] que na administração imediatamente posterior viria a ser o prefeito afastado, pelo senhor presidente da República, por improbidade administrativa – desapropriou, desnecessariamente, 141 (cento e quarenta e um) alqueires a mais da exigência do Governo Federal, que era de 125 alqueires”. (SGUISSARDI, 1993, p. 149).

Via-se, portanto, que Antônio Massei e José Bento Carlos do Amaral, que participaram de importantes ações para o efetivo estabelecimento da UFSCar em São

¹²⁶ Para mais detalhes, vide <https://www.jornalpp.com.br/noticias/politica/ditadura-afastou-prefeito-eleito-com-70-dos-votos/> e <https://www.acidadeon.com/saocarlos/politica/NOT,0,0,1544535,voce-sabe-quem-foram-os-prefeitos-de-sao-carlos.aspx>.

Carlos, passados apenas alguns poucos anos desde que realizaram suas importantes contribuições, agora eram mesmo culpados por elas. Quanto aos irmãos Caridá, tendo sido bem-sucedidos em doar as terras além-lago para o estabelecimento da nova Universidade, retendo para si as terras que hoje conhecemos como a Área Sul do *campus* São Carlos, muito provavelmente acabariam ainda doando uma quantidade maior de terras do que o que inicialmente constava previsto no projeto de lei de Lauro Monteiro da Cruz, estabelecido em 1961.

Em agosto de 1973, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizaria a Caixa Econômica do Estado de São Paulo (Nossa Caixa Nosso Banco S. A.) a transferir como empréstimo ao Município de São Carlos a quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Cruzeiros, ou vinte milhões de Reais) a fim de, entre outras coisas, quitar a dívida relativa à desapropriação da Fazenda Trancham junto a seus ex-proprietários. Em 26 de setembro de 1973, o novo prefeito municipal, Mário Maffei, depositou em juízo aos membros da família Caridá a quantia final de Cr\$ 4.553.380,54 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta Cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), o que hoje seria algo em torno de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de Reais), pondo término aos processos junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) (SGUISSARDI, 1993, pp. 149-150).

2.8.3 – Sonho realizado, muito trabalho no porvir: Nasceu a UFSCar

A FUFSCar já existia, seu *campus* já estava conquistado, as necessárias reformas estruturais nos prédios da antiga fazenda estavam em andamento. De acordo com Sguissardi, “somente em fins de novembro de 1969 (...) começavam a ser definidas as áreas e cursos a serem implantados a partir de fevereiro/março de 1970” (SGUISSARDI, 1993, p. 153). Ainda segundo o autor:

Na reunião (10ª) [do Conselho de Curadores] de 29/11/[19]69, decidiu-se pela abertura dos cursos de Licenciatura em Ciências e Bacharelado em Engenharia de Ciências de Materiais (depois simplesmente [encurtado para] Engenharia de Materiais), com 50 vagas cada um. Os exames vestibulares foram marcados para a 2ª quinzena de fevereiro de 1970.

As inscrições para o vestibular foram abertas em janeiro de 1970 e a procura superava as expectativas. (SGUISSARDI, 1993, p. 153).

Em 27 de janeiro de 1970, no entanto, “a poucos dias da realização do 1º vestibular da UFSCar”, segundo o autor, o Conselho de Curadores da FUFSCar recebeu um

telegrama urgente da presidência do Conselho Federal de Educação (CFE), onde se exigia, enfaticamente, o cancelamento dos exames vestibulares para o ingresso de estudantes de graduação na nova instituição, sob pena de responsabilização da Universidade e dos membros de seu Conselho de Curadores. Esta tão drástica solicitação emanada do CFE se deu porque, embora os Estatutos da FUFSCar estivessem já aprovados por aquele colegiado e também por meio de decreto presidencial específico para tal, os Estatutos da UFSCar propriamente dita não tinham sido ainda aprovados pelo CFE (SGUISSARDI, 1993, p. 156). O CC-FUFSCar resolveu, no entanto, que a aprovação dos Estatutos da Fundação era suficiente para amparar a realização do vestibular, decidindo-se a manter sua data original e realizar as provas como previamente divulgado. Para os membros do Conselho de Curadores, postergar a data de realização do primeiro vestibular da UFSCar poderia trazer danos significativos à imagem da nova Universidade que se encontrava prestes a surgir. Por conta desta decisão, a UFSCar sofreu uma sindicância do CFE (SGUISSARDI, 1993, p. 156). Após as devidas apurações, no decorrer dos meses subsequentes, e à aprovação dos Estatutos e do Regimento Geral da UFSCar, a Universidade foi finalmente absolvida pelo plenário do Conselho Federal de Educação, não sofrendo qualquer tipo de punição ou impedimento nos atos realizados no âmbito de seu primeiro vestibular.

Chegamos, assim, finalmente, à aparente conclusão desta história. Como hoje sabemos, porém, tudo isso que pudemos observar por meio do relato de quase uma década de idas e vindas apresentadas no decorrer desta dissertação era apenas o início da construção de algo que, neste momento, completa já o seu primeiro cinquentenário. Parece-nos justo e muito oportuno encerrar estes nossos estudos utilizando-nos de uma citação da obra de Valdemar Sguissardi, fartamente referenciada no decorrer deste nosso trabalho. Depois de tanto esforço e luta pela criação desta nova instituição universitária, no interior do Estado de São Paulo, após anos de retrocessos e avanços, enfim:

[Aos] 13 de março de 1970, em torno de um sino¹²⁷, em frente à sede da Administração Central (ex-sede da Fazenda Trancham e depois sede da reitoria), 100 alunos, 10 professores, 20 e poucos funcionários¹²⁸ e curadores

¹²⁷ A nota original de Sguissardi para esta citação também deve ser preservada e repetida neste trabalho, segundo nossa interpretação. Ela diz o seguinte: “Através da consulesa de Portugal em São Carlos, da. Carminda Ferreira, recebeu a UFSCar a doação de um sino português de uns 20 kg, denominado popularmente de “cabra”, que foi instalado num toco campanário em frente à ex-sede da Fazenda. Serviu para sinalizar durante algum tempo horários das atividades universitárias” (SGUISSARDI, 1993, p. 158).

¹²⁸ Pertencendo à força de trabalho que compõe esta nobre categoria funcional, acreditamos ser prudente registrar que, muito embora este não fosse um termo amplamente corrente à época, melhor teria sido ao

da Fundação [participaram] da cerimônia inaugural dos cursos da Universidade Federal de São Carlos. Após as palavras do prof. Edson Rodrigues, pres. do CC-FUFSCar (não havia reitor) e do toque do sino, os 100 alunos e seus professores dirigiram-se às salas de aula (ex-coelheiras) para a primeira aula da UFSCar. (SGUISSARDI, 1993, p. 158).

Figura 34: Montagem com imagens do Sino da UFSCar



Fonte: o Autor (MORETTI, 2020).

autor indicar a expressão “servidores técnico-administrativos”, ao invés de funcionários, afinal, funcionário é aquele que exerce uma função específica, enquanto que servidor é aquele que tem a missão de servir a sua comunidade, aos seus concidadãos e ao seu país, algo mais próximo àquilo que, de fato, faz a força de trabalho responsável por manter funcionando esta instituição que demorou tanto tempo para finalmente se concretizar.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim da saga a que nos propusemos, desde muitos anos, auxiliar a resgatar. Os resultados de nosso labor, que antes se faziam realidade apenas no plano dos desejos, finalmente se tornam agora realidade tangível. No decorrer deste trabalho, procuramos traçar a história dos tempos pregressos da Universidade Federal de São Carlos. Sguissardi a chamaria de “pré-história da UFSCar”. Alguns poderiam achar que se trata, na realidade, da história da U. F. S. P., uma universidade que não existiu. Não existiu mesmo? O que será que existiu então? A nós, não nos importa saber se esta história é parte da Universidade Federal de São Paulo (U. F. S. P.), ou da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), graças à Escola Paulista de Medicina (EPM), ou mesmo da nossa UFSCar. Não importa se mais do que uma organização se acha donatária deste “pedacinho de tempo”. O importante, na verdade, é que essas memórias não se percam, como muitos dos relatos relacionados a ela, infelizmente, já se foram com as mentes dos que dela participaram, testemunhas oculares dos acontecimentos de então.

No título desta dissertação, nosso trabalho surgiu descrito como “dos currais da Trancham à ‘pequena notável’”. Apresentamos, no decorrer do texto, o que é esta “Trancham”, nome tão diferente dado à fazenda onde foi instalado o primeiro *campus* da UFSCar, anos antes de sua desapropriação. Da mesma forma, embora não tenha sido possível descobrir de fato e absolutamente as origens do apelido dado à Universidade, em seus primeiros tempos, acreditamos que restou clara a referência como adequada para designar a nova instituição nascida no interior das terras paulistas, rapidamente acolhida pela comunidade científica como um polo de inovação e lar do livre saber, e pelos estudantes, desejosos em conquistar uma vaga em uma universidade pública e engajados em fazê-lo em um momento de grandes dificuldades, tanto políticas quanto institucionais, haja vista a crise dos excedentes que impedia o acesso de todos os interessados à educação superior e o próprio momento crítico da história nacional derivado do regime de exceção então vigente. Ademais, nos propusemos, no subtítulo desta obra, a discorrer sobre os interesses, específicos e gerais, ocultos e desvelados, que, de tantas maneiras, se manifestaram, a favor ou contra o estabelecimento da UFSCar, as muitas oposições que, por diversas vezes quase determinaram o insucesso da empreitada, e as utopias de Ernesto Pereira Lopes e de Lauro Monteiro da Cruz, que, graças à incisividade de seu trabalho parlamentar e à insistência de seu desejo pessoal, se converteram em realidade tangível

quando finalmente a instituição abriu seus portões para receber seus primeiros alunos, em 1970.

Esperamos que este trabalho tenha servido para desvelar um pouco mais dos acontecimentos singulares que levaram esta história a tomar rumos certamente muito inesperados, passada uma década desde as ações iniciais empreendidas para a criação da Universidade Federal de São Paulo. Além disso, esperamos ter conseguido atingir nossos objetivos de contribuir para o registro e a preservação da história da UFSCar, por meio da construção de um relato fidedigno dos principais eventos ocorridos entre a criação legal e o efetivo nascimento desta Universidade. Propusemo-nos a investigar a atuação dos principais fundadores da nova academia paulista e os desdobramentos políticos e administrativos que resultaram na efetivação da U. F. S. P. Identificamos nos marcos normativos e decisórios qual era o modelo de Universidade que se desejava adotar em seu projeto inicial, tão diferente daquele que efetivamente se levou a cabo. Ao mesmo tempo, foi-nos possível compreender melhor o papel e a visão que seus criadores, tanto os políticos quanto os cientistas, almejavam para a UFSCar, algo que foi se estruturando, a cada desafio e oposição que se registrava, no decorrer dos anos em que se labutava pela efetivação da proposição de criação da nova Universidade. Através de um estudo mais singular sobre a biografia de Pereira Lopes e Lauro Cruz, conseguimos descobrir um pouco sobre seus interesses e aspirações, que os motivaram a empreender, sem desistir, a hercúlea jornada até a assinatura do decreto instituidor da FUFSCar, da qual viriam, depois, a fazer parte, como membros de seu Conselho de Curadores. Por fim, pudemos visualizar um pouco melhor os desafios que se apresentaram para a criação física da Universidade, por meio da obtenção de seu *campus* sede, motivo de sucesso para os deputados citados, de preocupações volumosas para a Prefeitura Municipal local, e de tristeza profunda para a Família Caridá, que, nesta história, se viu alijada de sua propriedade rural de veraneio.

Enquanto a UFSCar comemora seus 50 anos de existência prática, isto é, desde a chegada de seus primeiros estudantes, desde o início efetivo de suas pesquisas e desde suas primeiras aulas da graduação, muito poderíamos dizer, mesmo sobre uma instituição tão jovem. Quantas vidas terão sido impactadas pela Universidade? Será que somente aqueles que, como este estudante, que em breve se poderá dizer “mestre”, têm seus nomes marcados nos anais acadêmicos institucionais, são dignos da devida lembrança? Não será a Universidade uma multiplicidade de universais cidades, ou, em outras palavras, uma gama diversa de experiências localizadas em um mesmo meio físico? Não será a

Universidade escola? Será ela nossa casa? Ou a casa de toda a ciência? O que será que ela realmente é?

Como estudante e como servidor público, poderia dizer que é a casa das provas, do rigor científico, do aprender a pensar, do aprender a aprender... é também a casa da burocracia, das licitações, das regras e normas, dos documentos em muitas vias, dos registros, números e protocolos. É a casa da saudade, daqueles que vem de longe pra cá. É a casa da saudade, daqueles que aqui estiveram em outro tempo, com outro olhar. A UFSCar é, como qualquer outro lugar do mundo, apenas um lugar. Ao mesmo tempo, a UFSCar não é só um lugar no mundo, especialmente devido às experiências tão diversas e tão plurais que neste lugar fizeram morada.

Quantos primeiros beijos será que aqui ocorreram? Quantos amores por aqui começaram? Quantos corações, por outro lado, foram partidos? Nas moradias, ou mesmo, irregular e perigosamente, entre as árvores, quantos bebês será que não foram gerados? Quantos amores duradouros surgiram? E quanto choro será que não se viu por aqui? Amores rompidos, algumas doenças, alguns falecimentos, tantas experiências... Quantos jovens não viram ali a materialização da tão almejada liberdade? Quantos outros não desejavam tanto voltar ao colinho dos pais, depois de um longo dia de estudos? Quantas vitórias viraram diplomas? Quantas outras viraram desistências? E quantos fracassos também se fizeram? Derrota e vitória, que força motriz!

Quantos, como eu, vinham pra cá de ônibus urbano, correndo pra não perder o último veículo do dia, seja da companhia Irmãos Negri, ou da Vilela Franco (os ETRA VIFRA), da Renascença ou da Athenas Paulista? E quantos outros não ganharam o primeiro carro quando passaram em engenharia? Aposto que isso, para os “de humanas”, como eu, não passou de um sonho, não é mesmo? Quantos almoços no RU? Quantas risadas ao luar? Quantas conversas divertidas? Quantos sonhos realizados? Quantos docentes incríveis, e quantos outros tão chatos? Quanta gente diferente? Que lugar sem igual!

E o caminhar entre os bosques? As pipas nos dias de vento? A bola nas quadras de brita, o tênis no saibro vermelho? A criança que corre faceira, feliz não querendo mais nada? As mães que aqui tiveram as fotos tão almejadas? Os filminhos nos centrinhos da vida, as corridas entre as aulas diversas, as criancinhas na BCo, (gritaria!), e as descobertas silenciosas...?

A UFSCar, como tudo na vida, é vida, e vida é tudo! Milhares têm nela uma imagem, relatos de outros tempos, alguns a amam, outros a odeiam, alguns têm motivos,

outros nenhum. A verdade é que nunca conseguiremos documentar o tudo de todos, tentando nunca perder nada. Mas não é porque nunca teremos o todo que deixaremos de lado o pouco que se pode ter.

Como dissemos desde o princípio, antes destes devaneios, nosso objetivo era compreender a visão daqueles que moldaram a Universidade, em seus primeiros dias, o que pensavam e quais eram seus desejos e intenções. De fato, queríamos entender qual era o modelo de universidade que tinham em mente, e quais eram as contribuições que esperavam que esta instituição oferecesse à sociedade. Por certo, sabíamos que a UFSCar foi criada por interesses políticos – poderíamos dizer, escusos, talvez? Ou não? – mas queríamos utilizar a expressão destes interesses para compreender os muitos desafios que esta história registrou. Tantos revezes, tantas discussões, e ao mesmo tempo, tanta teimosia!

Não nos é possível compreender completamente os motivos de tamanha insistência registrados por Pereira Lopes e por Lauro Cruz. Podemos auferir, no entanto, duas possibilidades diametralmente opostas, ainda que ambas igualmente plausíveis: ou os parlamentares acreditavam muito no sucesso daquilo que pretendiam criar, ou, então, dedicaram-se tanto unicamente para “não manchar suas biografias”, o que, como vimos, parecia ser algo comum, ao menos para Pereira Lopes em anos de pleito eleitoral. Ocorrenos, no entanto, que a primeira destas hipóteses talvez seja a mais acertada. Se não acreditassem efetivamente na importância de seu projeto, afinal, por que tanto engajamento? Porque dispenderiam tanto tempo e recursos (se considerarmos o valor final da Trancham, por exemplo), somente para conquistar uma vitória com finalidades políticas ou empresariais?

Respostas a estas reflexões ficaremos, infelizmente, devendo. Não sabemos se um anjo do Senhor desceu do infinito, revelando aos nobres congressistas o que se faria da obra de suas mãos. Tampouco sabemos se o que se esperava, de fato, era uma conquista pra lá de mundana, daquelas que anjo algum poderia partilhar sem desvirtuar-se para todo o sempre. Se o que se desejava antevia o bem-estar de milhares de jovens mentes e o seu progresso educacional coletivo, talvez se antevisse o bem verdadeiro, contudo, se o que se procurava era mão de obra qualificada em abundância, para salários mais baixos, ou o superfaturamento de obras públicas, entre tantos outros desejos igualmente questionáveis, o que se queria não era nada digno de nota. Fugindo de um maniqueísmo simplista, não nos cabe julgar. Pelos documentos recolhidos, pelos nomes citados e pelas histórias narradas, tentamos juntar algumas peças deste enorme quebra-cabeças que o próprio

tempo não permitirá mais solucionar em sua completude. Esperamos, no entanto, que nossa contribuição tenha sido efetiva, suficiente e até mesmo divertida. Trabalhos acadêmicos, como o que aqui se encerra, não precisam ser chatos, ainda mais quando versam sobre um tema que todos amamos. Afinal, quem não gosta de história é porque não se vê nela, e quem não se vê na história, infelizmente, não se vê por completo.

Desejamos encerrar este trabalho reforçando os muitos agradecimentos que, no princípio fizemos. Ademais, desejamos reforçar a você, leitora ou leitor, que sua história com a UFSCar, seja ela qual for, é tão relevante e importante quanto qualquer outra que aqui já se viveu, pelos últimos 50, ou melhor, 60 anos. Não importa o tamanho de sua experiência. Se houve interesse em ler este material, é porque, certamente, a UFSCar lhe é, no mínimo, conhecida. E não importa muito a UFSCar que você conhece, ou o nível de sua afinidade com ela. Desejamos que todos tenham a consciência do papel que desempenham no todo, e que cada relato sempre conta. Nem todos serão escritos nos anais de nosso tempo, nos livros de história, ou contados repetidamente. Nem por isso são menos valiosos que os demais.

Que possamos ter um olhar mais precioso para com os relatos, os documentos, os registros, as memórias. Que daqui a 50 anos, nossos filhos e netos possam ter uma universidade que se esforce por documentar sua trajetória. A trajetória fria de uma instituição não faz sentido. O que vale a pena mesmo são as histórias das pessoas, as memórias dos seus passos, os documentos que registram suas vidas. A instituição fica, como um marco, um repositório. Mas o que vivemos, só nós sabemos, a menos que contemos histórias para aqueles que logo virão.

Que história vamos contar agora?

Figura 35: Pórtico das Primaveras, primeira portaria do campus São Carlos



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/acervodigitalfotograficofpmc/40500059243/in/album-72157679545344448/> (Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2016).

BIBLIOGRAFIA

25 ANOS da UFSCar: os novos desafios!. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 03 set. 1995. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=52208. Acessado em 15 nov. 2020.

A ESCOLA Paulista de Medicina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 set. 1964, p. 7. Assuntos Diversos. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

A ESTRUTURAÇÃO da UFSP está pronta mas será debatida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 1964, p. 9. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

A HISTÓRIA da Sanyo, uma marca japonesa símbolo dos anos 90 [vídeo]. *TecMundo (No Zebra Network S. A.)*, Curitiba, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/135233-historia-sanyo-marca-japonesa-simbolo-anos-90-video.htm>. Acessado em 15 nov. 2020.

A USP contra a lei que cria a Univ. Federal de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 dez. 1960, p. 15. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

AFASTADA responsabilidade da Blue Tree por atraso em obra de complexo hoteleiro que leva seu nome em SP. *Superior Tribunal de Justiça - STJ [Website]*, Brasília, 27 mar. 2019. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/2019-03-27_10-11_Afastada-responsabilidade-da-Blue-Tree-por-atraso-em-obra-de-complexo-hoteleiro-que-leva-seu-nome-em-SP.aspx. Acessado em 15 nov. 2020.

AOS 20 anos, UFSCar quer maior integração com a cidade. *A Folha*, São Carlos, SP, 18 mai. 1990. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=39510. Acessado em 15 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. *Website da ABERJE*. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/author/fabio-ernesto-vamprehumbert/>. Acessado em 15 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE. *Livro comemorativo dos 90 anos da Associação Evangélica Beneficente*. São Paulo: Gráfica RRDonnelley, 2018. 220 p. Disponível em: <https://aeb-brasil.org.br/livro-de-90-anos-aeb/>. Arquivado em: https://drive.google.com/file/d/1cwPzcv_2uplpM37-2Uu8aMU-Hez-fkfc/view. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Website da Associação Evangélica Beneficente*. Disponível em: <https://aeb-brasil.org.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

BALA, Marco. Sobre "UFSCar 40 Anos".... *A Folha*, São Carlos, SP, 17 dez. 2010. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=11048. Acessado em 15 nov. 2020.

BICALETTO, Gisele. Seminário busca apontar diretrizes para uma política de informação, memória e comunicação da UFSCar. *Informando: Informativo da Reitoria da Universidade Federal de São Carlos*, São Carlos, SP, 19 nov. 2010, p. 4. Disponível em: http://www2.comunicacao.ufscar.br/arquivos/informandos/informando_2010_11_19.pdf. Arquivado em: https://web.archive.org/web/20190215231922/http://www2.comunicacao.ufscar.br/arquivos/informandos/informando_2010_11_19.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

BRAGA, Cirilo. A história do Doutor Ernesto Pereira Lopes, um dos responsáveis pela vinda da UFSCar a São Carlos. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/a-historia-do-doutor-ernesto-pereira-lobes-um-dos-responsaveis-pela/124100/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. A visão de um jornalista sobre o prefeito Antonio Massei. *São Carlos em Rede*, São Carlos, SP, 6 nov. 2017. Disponível em: <http://www.saocarlosemrede.com.br/sao-carlos/a-visao-de-um-jornalista-sobre-o-prefeito-antonio-massei>. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20171107024308/http://www.saocarlosemrede.com.br/sao-carlos/a-visao-de-um-jornalista-sobre-o-prefeito-antonio-massei>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Doutor Ernesto Pereira Lopes, um nome e um legado na História de São Carlos e do Brasil. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/coluna-sca/doutor-ernesto-pereira-lobes-um-nome-e-um-legado-na-historia-de-sao/110411/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Memória São-Carlense: CBT, um sonho que voou. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 20 out. 2017. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/coluna-sca/memoria-sao-carlense-cbt-um-sonho-que-voou/93521/>. Acessado em 15 nov. 2020.

BRASIL. Arquivo da Câmara dos Deputados. Seção de História Oral do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. *Entrevista com o General Carlos de Meira Mattos, 15 mai. 2003*. Série Memória Política. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e Cultura. *Diário do Congresso Nacional: seção 1, Brasília, DF, ano XV, n. 168, pp. 7123 e 7124, 11 out. 1960*. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11OUT1960.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Biografia parlamentar do Deputado Federal Ernesto Pereira Lopes. *Website da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131496/biografia>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Biografia parlamentar do Deputado Federal Lauro Monteiro da Cruz. *Website da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131293/biografia>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Federal Daso Coimbra sobre a morte de Lauro Monteiro da Cruz. ***Diário do Congresso Nacional: seção 1, Brasília, DF, ano XLIV, n. 51, p. 3241, 6 mai. 1989.*** Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06MAI1989.pdf#page=35>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Federal Lauro Monteiro da Cruz. ***Diário do Congresso Nacional: seção 1, Brasília, DF, ano XIX, n. 12, pp. 153-154, 17 jan. 1964.*** Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD17JAN1964.pdf#page=15>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 41.557, de 22 de maio de 1957. ***Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba.*** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41557.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 41.797, de 08 de julho de 1957. ***Concede reconhecimento aos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia de São Carlos.*** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D41797.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 42.706, de 29 de novembro de 1957. ***Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André.*** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D42706.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 45.776, de 13 de abril de 1959. ***Concede autorização para o funcionamento de Cursos.*** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D45776.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 1.107, de 30 de maio de 1962. ***Incumbe o Diretor da Escola Paulista de Medicina de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade de São Paulo, para o fim de movimentar dotação global.*** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/374213/publicacao/15664459>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 53.372, de 31 de dezembro de 1963. ***Autoriza a Universidade Federal de São Paulo a criar e instalar cursos pré-universitários e dá outras providências.*** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/476035/publicacao/15641816>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 53.373, de 31 de dezembro de 1963. ***Designa os membros que devem integrar o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.*** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/476036/publicacao/15803693>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 53.885, de 13 de abril de 1964. ***Revoga os Decretos de nº 53.372 e 53.373, de 31 de Dezembro de 1963, referentes à Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.*** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/476481/publicacao/15787109>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 62.758, de 22 de maio de 1968. **Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/485385/publicacao/15643723>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 64.134, de 25 de fevereiro de 1969. **Aprova os Estatutos da Fundação Universidade Federal de São Carlos.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/486770/publicacao/15668847>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 65.011, de 18 de agosto de 1969. **Declara de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, em favor da Fundação Universidade Federal de São Carlos, os imóveis que menciona.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/487647/publicacao/15822554>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto Federal N.º 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 19.850, de 11 de abril de 1931. **Cria o Conselho Nacional de Educação.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/437836/publicacao/15754348>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 19.851, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 19.852, de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19852.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19890.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 20.158, de 30 de junho de 1931. **Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/438449/publicacao/15618394>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 21.241, de 04 de abril de 1932. **Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21241.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 53, de 18 de novembro de 1966. **Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0053.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 252, de 28 de fevereiro de 1967. **Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei N.º 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0252.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 464, de 11 de fevereiro de 1969. **Estabelece normas complementares à Lei N.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei Federal N.º 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 1.254, de 04 de dezembro de 1950. **Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1254.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956. **Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2712.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 3.834, de 10 de dezembro de 1960. **Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1961.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834.htm. Anexo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/anexo/Anl3834-60.pdf. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960. **Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13835.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 3.994, de 09 de dezembro de 1961. **Estima a Recita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1962.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3994.htm. Anexo disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/anexo/Anl3994-61.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3998.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 4.250, de 08 de agosto de 1963. **Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.994, de 09 de dezembro de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4250.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 4.421, de 29 de setembro de 1964. **Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14421.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14759.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Federal N.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 1.861/1960. **Autoriza a instituição da “Fundação Universidade de Brasília”.** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 1.861/1960. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=197024>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205152&filename=Dossie+-PL+1861/1960. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 2.007/1960. **Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências.** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 2.007/1960. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198689>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205296&filename=Dossie+-PL+2007/1960. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 2.569/1961. **Federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências.** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 2.569/1961. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=204693>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1203114&filename=Dossie+-PL+2569/1961. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 2.797/1961. **Revoga os artigos 11 e 12 e parágrafo único da Lei 3.835, de 13-12-60, que criou a Universidade Federal de São Paulo, constituída de diversos estabelecimentos de ensino superior do Estado de São Paulo.** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 2.797/1961. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=206835>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1203252&filename=Dossie+-PL+2797/1961. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 1.518/1963. ***Dá a denominação de "John F. Kennedy" à Universidade Federal de São Paulo.*** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 1.518/1963. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193116>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1197238&filename=Dossie+-PL+1518/1963. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 1.850/1964. ***Dá à rodovia BR-22 a denominação de Rodovia Presidente John Kennedy.*** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 1.850/1964. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=196899>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1197539&filename=Dossie+-PL+1850/1964. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Projeto de Lei Federal N.º 2.155/1964. ***Revoga dispositivos da Lei N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960 e dá outras providências.*** Câmara dos Deputados: Dossiê. Arquivo digital. PL 2.155/1964. Ficha de Tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=200372>. Dossiê disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1196049&filename=Dossie+-PL+2155/1964. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. ***Manual de Redação da Presidência da República.*** 3. ed. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2018. 189 p. ISBN 9788585142964. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

BUFFA, Ester. ***A questão das fontes de investigação em História da Educação.*** Série Estudos. Campo Grande: Editora da UCDB. n. 12, p. 79-86, 2001.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. ***Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971.*** São Carlos, SP: Brasília, DF: EdUFSCar, INEP, 2002. 175 p. ISBN 9788585173807.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. ***A escola profissional de São Carlos.*** São Carlos, SP: EdUFSCar, 1998. 151 p. ISBN 9788585173319.

CADERNO Especial de O Estandarte: Publicação Especial sobre a história da IPI do Brasil. ***O Estandarte: Veículo da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB).*** São Paulo: Editora Pendão Real, n. 10, ago. 2007. Edição especial. Disponível em: <http://docplayer.com.br/33688950-Ecos-do-centenario-ii.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

CAMARGO, Elenita Ferreira Meira. ***Democratizando o acesso à educação superior: o caso da UFSCar - campus Sorocaba.*** 2011. 221 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba (Uniso), Sorocaba, SP, 2011. Disponível em: http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2011/elenita_ferreira_meira_camargo.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

CAMPOS, Alvaro Alvares da Silva. [*Ofício N.º 208/1969-CJ*]. Destinatário: Presidente do Conselho de Curadores da F. U. F. S. C. Brasília, 22 ago. 1969. 1 carta. 1 p.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo”: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)*, 26º. 2002, Caxambu, MG. Anais, Grupo de Trabalho 18. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt18-19/4486-lcampos-os-politicos/file>. Acessado em 15 nov. 2020.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa, comp. *Ditaduras: memória, violência e silenciamento* [online]. Salvador: EdUFBA, 2017. 670 p. ISBN: 9788523220044. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220044>. Acessado em 15 nov. 2020.

CEMEI Lauro Monteiro da Cruz completa 50 anos. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/cemei-lauro-monteiro-da-cruz-completa-50-anos/105428/>. Acessado em 15 nov. 2020.

CLUBE de campo da ABASC é a imagem do abandono. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/clube-de-campo-da-abasc-e-a-imagem-do-abandono/83248/>. Acessado em 15 nov. 2020.

COLEGIO da Universidade Federal tem duas mil vagas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 jan. 1964, p. 9. Assuntos Diversos. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

COMEÇA em 68 a UFSP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1967, p. 28. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

COMEMORANDO 40 anos na vida dos são-carlenses. *Portal k3: Revista Kappa*, São Carlos, SP, 1º jun. 2010. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=7784. Acessado em 15 nov. 2020.

CONSELHO Universitário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1960, p. 13. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

CÔNSUL esteve em S. Carlos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 mai. 1966, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

COSTA vai regular a UFSP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 1967, p. 44. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 216 p. ISBN 9788571397729.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 300 p. ISBN 9788571397712.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 305 p. ISBN 9788571397750.

DE NOVO em foco o problema da Univ. Federal; reunião. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 1963, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

DEVERÁ ser em São Carlos a sede da Universidade Federal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1961, p. 9. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

DUARTE, Benedito Junqueira; SZANKOVSKI, Estanislau. *Uma Escola de Médicos*. Filme 35 mm, 9', P/B. [São Paulo: Escola Paulista de Medicina], 1963 (original). 1 vídeo (8 min. 27 sec.). Publicado por Sthar Mar Vasconcelos. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZCHXr-CIUUo>. Acessado em 15 nov. 2020.

DUAS cidades querem UFSP. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mai. 1967, p. 32. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

EDITORA CLA Cultural. *Website da Editora*. Disponível em: <https://www.editoracla.com.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

ELECTROLUX paga US\$ 50 milhões pela Refripar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/11/dinheiro/14.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

EM ESTUDOS a Universidade Federal de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 out. 1963, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

EMPOSSADOS os curadores da UFSP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 out. 1968, p. 11. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

EMPRESAS PIONEIRAS. *Teatro Universitário Florestan Fernandes*. [2010]. 1 fotografia digitalizada. Banco de Imagens. Acervo Digital Fotográfico. Disponível em: https://emc-src.eptv.com.br/dbimagens/teatro_universitario_790x444_09032020152309.jpg. Acessado em 15 nov. 2020.

ENCERRAMENTO do Jubileu de Prata. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 15 nov. 1995. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=50242. Acessado em 15 nov. 2020.

ENGENHARIA de São Carlos não quer integrar-se à Universidade Federal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 1968, p. 7. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

EPM condena criação do Conselho Consultivo da UFSP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1964, p. 7. Assuntos Diversos. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

ERNESTO PEREIRA LOPES. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. 3. ed. [online]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-pereira-lobes>. Acessado em 15 nov. 2020.

ERNESTO Pereira Lopes. In: **WIKIPEDIA: a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Pereira_Lopes. Acessado em 15 nov. 2020.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual N.º 5.015, de 6 de dezembro de 1958. **Dispõe sobre incorporação ao sistema estadual de ensino superior, na qualidade de instituto isolado, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, de Ribeirão Preto, mantida pela “Associação de Ensino de Ribeirão Preto”, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1958/lei-5015-06.12.1958.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

FAESP leva reivindicação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mai. 1967, p. 16. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

FALLEIROS, Helvio. **The Fighter: A trajetória de Nelson Peixoto Freira para erguer e consolidar uma indústria no Brasil**. São Paulo: Primavera Editorial, 2015. 194 p. ISBN 9788561977818. Disponível em: https://play.google.com/store/books/details/Helvio_Falleiros_The_fighter?id=7IfJCgAAQBAJ. Acessado em 15 nov. 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Rev. Educar em Revista [online]. 2006, n.28, pp.17-36. ISSN 19840411. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

FEDERALIZAÇÃO pode sair logo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 mai. 1967, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

FESTA da Uva é incentivada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 mai. 1967, p. 20. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

FONTES, Giulia. Morre o empresário paranaense Sérgio Prosdócimo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mai. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/morre-o-empresario-paranaense-sergio-prosdocimo-dse79wvtgg0qtecujmrwhx6n/>. Acessado em 15 nov. 2020.

FREY, João Guilherme. Há 22 anos, marca Prosdócimo começava a sair do mercado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/ha-22-anos-marca-prosdocimo-comecava-a-sair-do-mercado-0oo1i7usc5px9j9o6g77essrd/>. Acessado em 15 nov. 2020.

FRIENDSHIP Force Brasil. Website da Friendship Force Internacional no Brasil. Disponível em: <https://brasil.thefriendshipforce.org/>. Acessado em 15 nov. 2020.

FRIENDSHIP Force Internacional. Website da Friendship Force Internacional. Disponível em: <https://www.thefriendshipforce.org/>. Acessado em 15 nov. 2020.

FRIENDSHIP Force Internacional. In: **WIKIPEDIA: a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Friendship_Force_International. Acessado em 15 nov. 2020.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. *Manifestação pela Universidade*. [196-]. 1 fotografia digitalizada. Coleção Alemão. Acervo Digital Fotográfico. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/acervodigitalfotograficofpmc/46891022714/in/album-72157706501677491/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Pórtico das Primaveras*. [197-]. 1 fotografia digitalizada. Coleção Alemão. Acervo Digital Fotográfico. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/acervo_digitalfotograficofpmc/40500059243/in/album-72157679545344448/. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Repositório acervo digital fotográfico*. Disponível em: <https://acervodigitalfpmc.wixsite.com/fotoacervo>. Acessado em 15 nov. 2020.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Conselho de Curadores. *Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos*. UFSCar, 1969.

GIRALDI, Luiz Antonio. *História da Bíblia no Brasil*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2008. 329 p. ISBN 9788531113413. Disponível em https://play.google.com/store/books/details/Luiz_Antonio_Giraldi_Hist%C3%B3ria_da_B%C3%ADblia_no_Brasil?id=dZC8AWAAQBAJ. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Semeadores da Palavra: personagens que tiveram participação decisiva na divulgação da Bíblia no Brasil*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2015. 504 p. ISBN 9788531115141. Disponível em https://play.google.com/store/books/details/Luiz_Antonio_Giraldi_Semeadores_da_Palavra?id=vdOuCGAAQBAJ. Acessado em 15 nov. 2020.

GOVERNADOR agradece a ministro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1967, p. 11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

GRUPO Santa Cruz informa notas de falecimento. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 13 set. 2015. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/grupo-santa-cruz-informa-notas-de-falecimento-11/67204/>. Acessado em 15 nov. 2020.

Haidar, Rodrigo. Com R\$ 3 bilhões, Justiça fica livre de todo papel. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 19 mai. 2009. ISSN: 18092829. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2009-mai-19/bilhoes-preco-justica-brasileira-ficar-livre-todo-papel>. Acessado em 15 nov. 2020.

INSTALADA ontem a Reitoria provisória da Univ. Federal. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jan. 1964, p. 14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

INSTITUTO de Biologia da Universidade Federal de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1963, p. 14. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

INTERVENÇÃO ilegítima da União em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1960, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

JÂNIO contra a Universidade Federal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1961, p. 4. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

LACERDA, João Franco de. [*Correspondência*]. Destinatários: Luiz Gastão de Castro Lins; Mário Maffei; José Ary Lollato. São Carlos, 20 set. 1969. 1 carta. 1 p.

LANA, Rita de Cássia. *UFSCar: estado, reforma e autonomia universitária (1988-2002)*. 2015. 338 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17032016-130248/pt-br.php>. Acessado em 15 nov. 2020.

LAURO MONTEIRO DA CRUZ. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB*. 3. ed. [online]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-monteiro-da-cruz>. Acessado em 15 nov. 2020.

LOLLATO, José Ary; MAFFEI, Mário; LINS, Luiz Gastão de Castro. [*Correspondência*]. Destinatários: João Franco de Lacerda. São Carlos, 30 out. 1969. 1 carta. 2 p.

LOPES, Leandro de Proença. *Educação, protestantismo e sociedade: um estudo sobre o Seminário Teológico de São Paulo*. 2013. 281 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, 2013. Disponível em: https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/538/1/B_Leandro%20de%20Proenca%20Lopes.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

MAGALHÃES PINTO: terceira fôrça não tem ainda candidato adequado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º set. 1963, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. 13. ed. Tradução Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez, 2010. 455 p. ISBN 9788524916335.

MANIFESTA-SE oficialmente contra a Universidade Federal o Conselho Universitário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 dez. 1960, p. 8. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

MENDONÇA, Camila F. de. Empreendedores profissionais: quem são e o que querem?. *InfoMoney*, São Paulo, 17 mai. 2010. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/empreendedores-profissionais-quem-sao-e-o-que-querem/>. Acessado em 15 nov. 2020.

MERCADO LIVRE. *Antigo certificado de garantia usado geladeira Climax (1958)*. Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819790274-antigo-certificado-de-garantia-usado-geladeira-climax-1958-_JM. Acessado em 15 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Sistema e-MEC*. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Universidade Federal de São Paulo, Colégio Universitário, Inscrições (Edital). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 1964, p. 38. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura, Universidade Federal de São Paulo, Colégio Universitário, Inscrições (Edital). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1964, p. 41. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. Decreto N.º 6.020, de 2 de dezembro de 1968. Decreto Expropriatório. In *Livro Manuscrito de Legislação Municipal*. Vol. Ano de 1968. São Carlos, SP: Prefeitura Municipal de São Carlos, s. d.

_____. Lei Ordinária Municipal N.º 6.085, de 19 de fevereiro de 1969. Autoriza a Prefeitura transferir a posse, bem como doar à Universidade Federal de São Carlos, as áreas de terras declaradas de utilidade pública, destinadas à sua instalação e dá outras providências. In *Livro Manuscrito de Legislação Municipal*. Vol. Ano de 1969. São Carlos, SP: Prefeitura Municipal de São Carlos, s. d.

_____. Lei Ordinária Municipal N.º 7.233, de 4 de setembro de 1973. *Autoriza a Prefeitura Municipal fazer depósito na Caixa Econômica Estadual de São Paulo, correspondente à taxa de expediente de 1% do valor do empréstimo destinado a arcar com as despesas decorrentes da desapropriação da área de terras onde se acha instalada a UFSCar*. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_2231.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Lei Ordinária Municipal N.º 7.242, de 21 de setembro de 1973. *Dispõe sobre empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00, a ser contraído com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, destinado a liquidação de dívidas correspondentes ao pagamento das terras desapropriadas e doadas à União, para implantação da Universidade Federal de São Carlos*. Disponível em: https://file.gtp.net.br/lei/arquivo/70792/CODIGOLEI_2240.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Portaria Municipal N.º 5.133, de 10 de maio de 1967. Designa comissão para proceder à indicação dos prédios e terrenos necessários à instalação da Universidade Federal de São Carlos. In *Livro Manuscrito de Portarias Municipais*. Vol. Ano de 1967. São Carlos, SP: Prefeitura Municipal de São Carlos, s. d.

MURARA, Carmem. Electrolux do Brasil substitui Refripar. *Folha de Londrina*, Londrina, PR, 4 mar. 1997. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/electrolux-do-brasil-substitui-refripar-11766.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

NEMI, Ana (org). *EPM/SPDM: histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2012. 304 p. ISBN 9788561673499.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação*. EccoS - Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71570207>. Acessado em 15 nov. 2020.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Alínea, 2013. 91 p. ISBN 9788575166611.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Universidade de São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2000. 110 p. ISBN 9788585173470.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2002. 120 p. ISBN 9788585173130.

ONO, Maristela Mitsuko. *Design industrial e diversidade cultural: sintonia essencial. Estudos de casos nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos no Brasil*. 2004. 1.200 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PAINO, José Roberto Andrade. *Matizes de uma luta: capítulos tenebrosos da história sindical, empresarial e política de São Carlos. A tirania e a crueldade da ditadura e a volta à democracia, depois de muito sofrimento*. São Carlos, SP: Suprema, 2002. 190 p.

PANASONIC Acquires Majority of Sanyo. *The New York Times*, Nova York, EUA, 10 dez. 2009. Disponível em: <https://dealbook.nytimes.com/2009/12/10/panasonic-acquires-majority-of-sanyo/>. Acessado em 15 nov. 2020.

PANASONIC buying Sanyo and other unit for \$9.4 billion. *Reuters*, Nova York, EUA, 28 jul. 2010. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-sanyo-panasonic-idUSTRE66S03820100729>. Acessado em 15 nov. 2020.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A posição política da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) nos anos de chumbo (1964-1985)*. 2006. 189 p. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89510/235493.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

PINTO, Gelson de Almeida; BUFFA, Ester. *Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. 151 p. ISBN 9788576001782.

PLEITEADO laboratório regional. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1967, p. 16. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

POLÍTICA em São Carlos (São Paulo). In: **WIKIPEDIA: a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia *Foundation*, 2018. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Política_em_São_Carlos_\(São_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Política_em_São_Carlos_(São_Paulo)). Acessado em 15 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Parque Ecológico de São Carlos completa 44 anos com histórico de sucesso**. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2020/174365-parque-ecologico-de-sao-carlos-completa-44-anos-com-historico-de-sucesso.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

PROPOSTO nome de Kennedy à futura UFSP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1963, p. 38. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

PROSDÓCIMO vende a Sanyo para japoneses. **Folha de Londrina**, Londrina, PR, 27 abr. 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/prosdocimo-vende-a-sanyo-para-japoneses-73122.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

REDE Hoteleira anuncia investimentos de R\$ 35 milhões em São Carlos. **Prefeitura Municipal de São Carlos [Website]**, São Carlos, SP, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162696-rede-hoteleira-anuncia-investimentos-de-r-35-milhoes-em-sao-carlos.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

REFRIPAR. **Vídeo Institucional**, s.d. 1 vídeo (10 min. 21 sec.). Apresentação de Joelmir Beting. Publicado pelo canal de Cesar Kluge. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EXusDmTJJwA>. Acessado em 15 nov. 2020.

RELATÓRIO MEIRA MATOS. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. 3. ed. [online]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/relatorio-meira-matos>. Acessado em 15 nov. 2020.

REVISTA KAPPA. São Carlos, SP, 25 mar. 2015. Disponível em: http://www.revista-kappa.com.br/edicoes/saocarlos/edicao_99/files/revista%20kappa.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

REVOGAÇÃO do ato que federalizou a Escola de São Carlos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 1961, p. 6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

RIO PRETO: Faculdade planeja mais cursos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 jul. 1967, p. 11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

RODRIGUES, Edson. [**Correspondência**]. Destinatário: José Bento Carlos do Amaral, Prefeito Municipal de São Carlos. São Carlos, 24 fev. 1969. 1 carta. 1 p.

RODRIGUES, Edson. [**Ofício CC-FUFSCar N.º 111/1969**]. Destinatário: Deputado Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura. São Carlos, 11 ago. 1969. 1 carta. 2 p.

RODRIGUES, Edson. [**Ofício CC-FUFSCar N.º 112/1969**]. Destinatário: Consultor Jurídico do Ministro da Educação e Cultura. São Carlos, 19 ago. 1969. 1 carta. 1 p.

RODRIGUES, Jaime (org). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre história e memória*. São Paulo: UNIFESP, 2008. 296 p. ISBN 9788561673017.

ROGÉRIO, Marco. O homem que mostrou a outra história. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 3 nov. 2013. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=27870. Acessado em 15 nov. 2020.

ROTHEN, José Carlos. *Os bastidores da reforma universitária de 1968*. Educação & Sociedade, Campinas, v. XXIX, n. 103, p. 453-475, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

S. CARLOS: nota sobre a criação da Universidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jan. 1961, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

S. CARLOS pró novo ensino. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 out. 1968, p. 15. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SAMBAQUI instala a Universidade Federal de São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jan. 1964, p. 3. 2º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SANTOS, Joelma dos. *Avaliação institucional: o caso da UFSCar*. 2014. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2706>. Acessado em 15 nov. 2020.

SANYO DA AMAZÔNIA LTDA. *Website da Sanyo do Brasil*. Disponível em: <http://www.sanyo.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SANYO vai parar de produzir TVs no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 mai. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1005200028.htm>. Acessado em 15 nov. 2020.

SÃO CARLOS. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 1968, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SÃO CARLOS, 110 anos de progresso. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 nov. 1967, p. 12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SÃO CARLOS terá Universidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1967, p. 28. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 473 p. ISBN 9788574963228.

SEDE para Universidade Federal. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jun. 1967, p. 13. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

SEPARAÇÃO envolve acionista da Refripar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 set. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/14/dinheiro/24.html>. Acessado em 15 nov. 2020.

SERÁFICO, Luiz, *Washington Luís e Seus Argumentos*, São Paulo, Editora JMJ Ltda, 1997.

SGUISSARDI, Valdemar. *A crise de poder na UFSCar: descaminhos de um modelo?* Rev. Educação & Sociedade, Campinas, v. VII, N.º. 21, p. 53-82, ago. 1985.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 1993. 262 p.

SILVEIRA, Flávia. Sérgio Prosdócimo: indústria paranaense perde um de seus principais nomes. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 mai. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/sergio-prosdocimo-industria-paranaense-perde-um-de-seus-principais-nomes-3etip6wparg7hejcb5t44h35r/>. Acessado em 15 nov. 2020.

SOROCABA quer reaver coelhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 dez. 1967, p. 15. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

TÁCITO, Caio. Relator. *Relacionamento entre Fundação e Universidade. Relatório N.º 494/1986*. Conselho Federal de Educação. Aprovado em 4 ago. 1986. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd008647.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

TARSO contestado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1968, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

TARSO Dutra é contestado. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1968, p. 46. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

TARSO nada sabe sobre a Universidade Federal de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1968, p. 6. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

TARSO ouviu os deputados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1967, p. 28. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

TOLKIEN, J. R. R. *O Senhor dos Anéis: A Sociedade do Anel*. Tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves e Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOLKIEN, J. R. R. *O Silmarillion*. Tradução de Waldéa Barcelos e Ronald Edward Kyrmse. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRANCHAM S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Catálogo de Produtos*. Disponível em: <https://issuu.com/netcatalogobr/docs/tranchamreduzido>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Website da Trancham S. A.* Disponível em: <http://www.trancham.com.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

TRECO CERTO, O. *Anúncios antigos 2*. Disponível em: <https://otrecocerto.com/2011/07/20/anuncios-antigos-2/>. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar - 20 Anos. *A Tribuna*, São Carlos, SP, 18 mai. 1990. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=39318. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar - 20 Anos. *O Diário*, São Carlos, SP, 17 mai. 1990. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=39498. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar - 20 Anos. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 11 mai. 1990. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=39239. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar: A Pequena Notável. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 05 mai. 1995. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=9376. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar celebra 50 anos do decreto que determinou a instalação da Universidade. *A Folha*, São Carlos, SP, 23 mai. 2018. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=55284. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar comemora 25 anos reunindo seus ex-alunos. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 11 jul. 1995. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=49386. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSCar dá início às comemorações dos seus 45 anos. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 27 out. 2015. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/ufscar-da-inicio-as-comemoracoes-dos-seus-45-anos/68647/>. Acessado em 15 nov. 2020.

UFSP, sem vestibulares, é experiência nova no ensino. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1964, p. 10. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UM DIA, um clube destinado à família, hoje Abasc é relegada ao abandono. *São Carlos Agora*, São Carlos, SP, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/um-dia-um-clube-destinado-a-familia-hoje-abasc-e-relegada-ao-abandono/89155/>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário Estatístico Institucional*. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Convênio visando o entrosamento de atividades didáticas e de pesquisa entre a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de São Carlos*. 29 de dezembro de 1971. Disponível em <http://www.prograd.ufscar.br/conselho-de-graduacao-1/arquivos-conselho-de-graduacao/normas/eesc-ufscar.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE em S. Carlos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1967, p. 30. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Anuário Estatístico Institucional*. Disponível em: https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2019/filipeta2019_port.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO. *Anuário Estatístico Institucional*. Disponível em: <https://ape.unesp.br/anuario/>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Núcleo de Estudos Judaicos da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG. *Website do NEJ-UFMG*. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/index.php?web=nej&lang=1&page=3283&menu=&tipo=1. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *50 anos da UFSCar!* [São Carlos: UFSCar], 2020. 1 vídeo (11 min. 53 sec.). Publicado pelo canal TV UFSCar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LL83qINL5zs>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Administração (CoAd). *Relato para registro e arquivo da Coordenadoria de Comunicação Social da UFSCar*. Anexos à Pauta da 43ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (CoAd) da UFSCar. Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/coad/2017/arquivos/43a-reuniao-ordinaria-01122017/anexosof-ain252.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Ata da 45ª Reunião Ordinária do Conselho de Extensão (CoEx) da UFSCar, de 28 de fevereiro de 2013*. Disponível em: <https://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2013/atas/ata-da-45a-reuniao-do-coex-28-02-2013.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Ata da 63ª Reunião Ordinária do Conselho de Extensão (CoEx) da UFSCar, de 16 de outubro de 2014*. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/atas/ata-da-63a-reuniao-do-coex-16-10-2014.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Ata da 64ª Reunião Ordinária do Conselho de Extensão (CoEx) da UFSCar, de 20 de novembro de 2014*. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/atas/ata-da-64a-reuniao-do-coex-20-11-2014.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Ata da 82ª Reunião Ordinária do Conselho de Extensão (CoEx) da UFSCar, de 15 de setembro de 2016*. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2016/atas/ata-da-82a-reuniao-ordinaria-do-coex-15-09-2016.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Deliberação CoEx N.º 135/2014, de 16 de outubro de 2014*. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/2014/deliberacoes/deliberacoes-da-63a-reuniao-do-coex-16-10-2014.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho de Extensão (CoEx). *Deliberação CoEx N.º 122/2016, de 15 de setembro de 2016*. Disponível em: <http://www.proex.ufscar.br/arquivos/conselho/coex/>

2016/deliberacoes/deliberacoes-da-82a-reuniao-ordinaria-do-coex-15-09-2016.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho Universitário (ConsUni). **Ata da 225ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar, de 17 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/consuni/2017/arquivos/225a-reuniao-ordinaria-17022017/consuni225ata.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Conselho Universitário (ConsUni). **Resolução N.º 870 do Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar, de 17 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.soc.ufscar.br/consuni/2017/arquivos/225a-reuniao-ordinaria-17022017/deliberacoes_225.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). **Selos Comemorativos dos Aniversários Quinquênios da UFSCar**. 7 imagens digitais. Disponíveis em: <http://www.historia.ufscar.br/>. Arquivadas em: <https://web.archive.org/web/20050415000000/http://www.historia.ufscar.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Coordenadoria de Cultura. **UFSCar - o conhecimento como compromisso** [São Carlos: UFSCar], 1990 (original) / 2016 (republicado). 1 vídeo (22 min. 43 sec.). Publicado pelo canal da Coordenadoria de Cultura (CCult) da ProEx. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4SDIPq02nx4>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. **Estatuto da UFSCar**. Disponível em: https://www.soc.ufscar.br/arquivos/regimentos/estatuto_fufscar.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar: versão 2004**. 1. ed. São Carlos: UFSCar, 2004. 50 p. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-da-ufscar-.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar: versão final aprovada pelo Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar em 20 de dezembro de 2013**. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/diretrizes-gerais-especificas-e-para-gestao-do-espaco-fisico>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. **Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória**. Minuta. Disponível em: <http://www.ccs.ufscar.br/politica-integrada-de-informacao-comunicacao-e-memoria>. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20190108092651/http://www.ccs.ufscar.br/politica-integrada-de-informacao-comunicacao-e-memoria>. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. Portaria GR N.º 294/09, de 24 de setembro de 2009. **Instaura comissão para desenvolver atividades visando estabelecer uma Política Institucional de Informação e Comunicação para a UFSCar**. Disponível em: <http://www.ccs.ufscar.br/portaria-gr-294-09>. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20190108092644/http://www.ccs.ufscar.br/portaria-gr-294-09>. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. **Proposta para implantação do Campus Rural Lagoa do Sino da UFSCar**. Disponível em: https://www2.ufscar.br/documentos/projeto_lagoadosino.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Regimento Geral da UFSCar*. Disponível em: http://www.soc.ufscar.br/arquivos/regimentos/regimentofinal_ufscar.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Serviços ao Cidadão (Carta): versão 2019-2020*. 2. ed. São Carlos: UFSCar, 2019. 249 p. Disponível em: <http://www.spdi.ufscar.br/documentos/arquivos/carta-de-servicos-2019-2020>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Sistema de Apoio à Gestão Universitária Integrado (SAGUI)*. Disponível em: <https://sistemas.ufscar.br/sagui/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Sistema ProExWeb*. Disponível em: <https://www.proexweb.ufscar.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *UFSCar: como tudo começou!* [São Carlos: UFSCar], 2019. 1 vídeo (12 min. 16 sec.). Publicado pelo canal TV UFSCar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VufS6P5e70M>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM). *Website da Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM) da UFSCar*. Disponível em: <http://www.ueim.ufscar.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. Unidade Especial de Informação e Memória (UEIM). *Exposição Virtual "Memória da UFSCar no acervo da UEIM: imagens e afeto"*. Disponível em: <https://ueimceh.wixsite.com/memoriaufscar>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Website Comemorativo dos 50 Anos da UFSCar*. Disponível em: <http://www.50anos.ufscar.br/>. Acessado em 15 nov. 2020.

_____. *Website de Egressos da UFSCar*. Disponível em: <http://www.exalunos.ufscar.br>. Arquivado em: <https://web.archive.org/web/20000902003154/http://www.exalunos.ufscar.br/>. Acessados em 15 nov. 2020.

_____. *Website de História da UFSCar*. Disponível em: <http://www.historia.ufscar.br/>. Arquivado em: https://web.archive.org/web/20050415000000*/http://www.historia.ufscar.br/. Acessados em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *A UNIFESP em números*. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/indicadores/images/indicadores/Imprimir_grafica_Unifesp_numeros_2016.pdf. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1960, p. 19. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 mai. 1967, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1967, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE Federal de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1967, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE federal de SP terá 2 mil vagas este ano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1964, p. 8. 1º caderno. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *A UFABC em números*. Disponível em: <http://propladi.ufabc.edu.br/informacoes/ufabc-em-numeros>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADE Federal projeta São Carlos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 1968, p. 45. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

UNIVERSIDADES devem projetar o Interior. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1967, p. 13. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br>. Acessado em 15 nov. 2020.

VALENTE, Célia; HUMBERG, Fabio. *Ernesto Pereira Lopes: um homem, três dimensões*. São Paulo: Editora JMJ, 1994. 121 p.

VIEIRA, Ana Paula. Mostra na UFSCar resgata a memória da instituição. *Primeira Página*, São Carlos, SP, 13 fev. 2014. Disponível em: https://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=28735. Acessado em 15 nov. 2020.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira Vilela. *Discursos e Práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014. 293 p. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11870/1/TESE%20M%C3%A1rcio%20Ananias%20Ferreira%20Vilela.pdf>. Acessado em 15 nov. 2020.

WAR of the currents. In: *WIKIPEDIA: a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/War_of_the_currents. Acessado em 15 nov. 2020.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Para auxiliar ao(à) leitor(a) em seus estudos, segue abaixo, em ordem alfabética, um índice onomástico contendo os nomes citados no âmbito deste trabalho:

- ✓ Alvaro Alvares da Silva Campos.....páginas 207 e 211
– foi consultor jurídico do ministério da educação e enviado especial da presidência da república para tratar da implantação da UFSCar em São Carlos
- ✓ Ana Lúcia Lana Nemi.....páginas 36, 150, 155-158, 161, 163 e 165-166
– pesquisadora e professora na UNIFESP
- ✓ Ana Maria Frigerio Caridá.....Anexo 3
– mãe dos três irmãos proprietários da Fazenda Trancham
- ✓ Angélica Maria Adurens Cordeiro.....página 62
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Angélica Ramires.....página 202
– servidora pública municipal de São Carlos
- ✓ Antônio Angarita Silva.....páginas 158-159 e 161
– foi professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- ✓ Antônio Cabeça Filho.....páginas 120 e 122-124
– metalúrgico e político são-carlense
- ✓ Antônio Caridá.....páginas 198, 201, 204 e Anexos 3 e 4
– empresário, fazendeiro, irmão de Jayme Caridá
- ✓ Antônio Carlos.....páginas 107 e 109
– político
- ✓ Antônio Donato.....página 177
– político são-carlense
- ✓ Antônio dos Santos.....página 178
– estudante, foi presidente de centro acadêmico
- ✓ Antônio Ferreira de Almeida Júnior.....página 143
– foi médico e professor da USP
- ✓ Antônio Ferreira de Oliveira Brito.....páginas 109 e 152
– advogado e político
- ✓ Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno.....páginas 168-169 e 175
– político
- ✓ Antônio Massei.....páginas 175-177, 193, 204-205, 215 e Anexos 3 e 4
– político, foi prefeito de São Carlos
- ✓ Antônio Militão de Lima.....página 111
– político são-carlense
- ✓ Antônio Monteiro da Cruz.....página 129
– pai de Lauro Monteiro da Cruz

- ✓ Antônio Sílvio Cunha Bueno.....página 168
– político
- ✓ Antônio Stella Moruzzi.....páginas 141, 171-172 e 177
– vereador são-carlense, foi professor e diretor do Instituto de Educação e da Escola Normal local
- ✓ Antonio Teixeira Vianna.....páginas 195, 215 e Anexo 3
– médico veterinário, foi pesquisador da Embrapa
- ✓ Antônio Vicente Botta.....página 177
– político são-carlense
- ✓ Anwar Damha.....página 194
– empresário
- ✓ Aracy Leite Pereira Lopes.....páginas 111, 118 e 194
– esposa de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Ariadne Chloe Mary Furnival.....página 85
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Armando de Salles Oliveira.....páginas 123, 136 e 140-142
– engenheiro e político, foi governador do Estado de São Paulo
- ✓ Arminda Amaral da Cruz.....página 129
– mãe de Lauro Monteiro da Cruz
- ✓ Arno Fernando Arnt.....páginas 106-110
– político
- ✓ Arquimedes Dante Martinelli.....página 174
– pesquisador e professor da USP
- ✓ Artur da Costa e Silva.....páginas 40, 175-177, 183 e 212
– marechal do exército brasileiro, foi presidente da república
- ✓ Ary Pinto das Neves.....páginas 138, 141 e 143
– historiador, foi vereador são-carlense
- ✓ Benedito Junqueira Duarte.....páginas 155-156
– cineasta
- ✓ Beren.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Brígido Fernandes Tinoco.....páginas 147-148
– político, foi ministro da educação
- ✓ Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto.....páginas 137-138 e 143-144
– político, foi governador do Estado de São Paulo
- ✓ Carlos Augusto de Souza Martins Filho (Maranhão).....páginas 87-88 e 90
– foi servidor técnico-administrativo da UFSCar
- ✓ Carlos de Meira Mattos.....páginas 57, 102 e 170-171
– general do exército brasileiro, conspirador da revolução de 1964, preparou relatório sobre as condições da educação no Brasil
- ✓ Carlos Louzada.....página 178
– foi oficial de gabinete da presidência da república

- ✓ Célia Valente..... página 110 e Anexo 5, com numerosas citações à sua obra
– escritora e jornalista egípcia, radicada no Brasil
- ✓ Celso Teixeira Brant..... páginas 105, 107 e 109-110
– jurista e político
- ✓ Chieko Aoki..... Anexo 3
– empresária do ramo de hotelaria
- ✓ Cláudia Maria Simões Martinez..... páginas 88-90
– pesquisadora e professora, foi pró-reitora de extensão da UFSCar
- ✓ Clélia Pereira Lopes..... página 110
– mãe de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Clóvis Salgado da Gama..... página 205
– médico, político, foi ministro da educação
- ✓ Darcy Ribeiro..... páginas 109-110
– antropólogo, historiador, sociólogo, escritor e político
- ✓ David Wayne Smith..... página 132
– reverendo presbiteriano norte-americano
- ✓ Dermeval Saviani..... páginas 34-35
– pesquisador e autor em educação
- ✓ Dirceu Cardoso..... páginas 107-110
– político
- ✓ Dom João III..... página 92
– rei de Portugal à época do "descobrimento" do Brasil
- ✓ Dom José I..... página 93
– rei de Portugal
- ✓ Edith Mary Bratt Tolkien..... página 185
– esposa de John Ronald Reuel Tolkien
- ✓ Edson Rodrigues..... páginas 188, 190, 195, 208-211, 213, 217 e Anexo 6
– pesquisador e professor da USP, foi presidente da FUFSCar
- ✓ Eleanor Rosalynn Smith Carter..... página 132
– esposa de Jimmy Carter
- ✓ Electro Bonini..... página 143
– professor, proprietário da Universidade de Ribeirão Preto
- ✓ Eliane Colepícolo..... página 86
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Ellis Caridad..... página 198 e Anexos 3 e 4
– empresário, fazendeiro, irmão de Jayme Caridá
- ✓ Emílio Garrastazu Médici..... páginas 40 e 215
– general do exército brasileiro, foi presidente da república
- ✓ Epílogo Gonçalves de Campos..... página 178
– médico, jornalista e político, foi diretor de ensino superior do ministério da educação

- ✓ Ernesto Pereira Lopes Filho.....páginas 117-118
– empresário, filho de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Ernesto Pereira Lopes.....numerosas citações por todo o texto
– médico, empresário e político
- ✓ Erú Ilúvatar.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Estanislau Szankovski.....páginas 155-156
– fotógrafo cinematográfico
- ✓ Ester Buffa.....páginas 27, 33-35, 56-57, 95 e 209
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Eugênio Staub.....Anexo 5
– empresário
- ✓ Fabio Ernesto Vampre Humberg.....página 110 e Anexo 5, com numerosas citações
à sua obra
– jornalista e comunicador empresarial
- ✓ Fausto Castilho.....páginas 158-159 e 162
– foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara
- ✓ Fëanor.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Fernando Azevedo de Almeida.....página 145
– músico, foi um dos compositores do jingle de campanha de Jânio Quadros
- ✓ Fernando Collor de Melo.....páginas 60 e 81
– político, foi presidente da república
- ✓ Fernando Henrique Cardoso.....páginas 81, 157, 159, e 163
– pesquisador, professor da USP, político, foi presidente da república
- ✓ Flávio Suplicy de Lacerda.....páginas 164 e 170-171
– engenheiro e político, foi ministro da educação
- ✓ Francisco Alves Leite.....página 111
– pai de Aracy Leite Pereira Lopes
- ✓ Francisco Badaró Júnior.....páginas 107 e 109-110
– político
- ✓ Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro.....página 146
– político, foi ministro chefe da casa civil
- ✓ Francisco Pereira Lopes.....páginas 110 e 117
– pai de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Galadriel.....páginas 184-185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ George Westinghouse Jr.....Anexo 5
– empreendedor, empresário e inventor
- ✓ Gelson de Almeida Pinto.....página 95
– foi pesquisador e professor da USP

- ✓ Getúlio Dornelles Vargas.....páginas 99 e 209
– político, foi presidente da república
- ✓ Guerino Caridá.....Anexos 3 e 4
– pai dos três irmãos proprietários da Fazenda Trancham
- ✓ Heitor Gurgulino de Souza.....página 190
– professor e pesquisador, foi reitor da UFSCar e da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, Japão
- ✓ Helen Clarke.....página 132
– missionária presbiteriana, criadora do Fundo Cristão para Crianças
- ✓ Humberto de Alencar Castelo Branco.....páginas 40, 133-134, 164 e 170-171
– marechal do exército brasileiro, foi presidente da república
- ✓ Iracema Cabeça.....página 122
– esposa de Antônio Cabeça Filho
- ✓ Isaac Sverner.....Anexo 4
– empresário industrial
- ✓ Itamar Augusto Cautiero Franco.....página 81
– político, foi presidente da república
- ✓ J. Calvitt Clarke.....página 132
– missionário presbiteriano, criador do Fundo Cristão para Crianças
- ✓ Jaime Caridá.....páginas 198, 200, 203 e Anexos 3 e 4
– empresário, fazendeiro e colecionador
- ✓ Jaime Fernando dos Santos Junior.....páginas 150, 157-158, 160-161 e 163-164
– historiador e pesquisador
- ✓ James Earl Carter Jr. (Jimmy Carter).....página 132
– político, foi presidente dos Estados Unidos
- ✓ Jane Falcoski.....página 88
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Jânio da Silva Quadros.....páginas 40, 102, 127, 144-148, 158, 170, 193 e Anexo 3
– político, foi presidente da república
- ✓ Jayme Caridá.....páginas 198, 201 e Anexos 3 e 4
– empresário, fazendeiro, pai de Jaime Caridá
- ✓ João Baptista Isnard.....página 115
– comerciante
- ✓ João Belchior Marques Goulart (Jango).....páginas 40, 102, 135, 148, 152, 155, 158-161 e 170-171
– político, foi presidente da república
- ✓ João Dória.....Anexo 4
– político brasileiro, atualmente governador do Estado de São Paulo
- ✓ Joelma dos Santos.....página 29
– pesquisadora, ex-estudante da UFSCar
- ✓ Joelmir Beting.....Anexo 5
– foi jornalista e apresentador televisivo

- ✓ John Fitzgerald Kennedy.....páginas 167-169
– político, foi presidente dos Estados Unidos
- ✓ John Ronald Reuel Tolkien (J. R. R. Tolkien).....páginas 184-185
– filólogo, professor da Universidade de Oxford e autor renomado
- ✓ Jorge Marcos de Oliveira.....página 120
– foi bispo católico de Santo André
- ✓ José Bento Carlos do Amaral.....páginas 205-206, 208-209 e 215
– político são-carlense
- ✓ José Carlos Rothen.....página 29
– pesquisador e professor da UFSCar
- ✓ José Carlos Seixas.....páginas 158-159 e 162
– pesquisador e professor da USP, foi membro da União Nacional dos Estudantes (UNE)
- ✓ José de Anchieta.....página 92
– padre jesuíta, foi missionário no Brasil
- ✓ José de Oliveira (Zé Pintor).....página 137
– pintor de letreiros são-carlense
- ✓ José Franco de Lacerda.....página 212
– voluntário, foi Secretário Geral da FUFSCar
- ✓ José Humberto.....página 105
– médico e político
- ✓ José Lurtz Sabiá.....página 180
– político
- ✓ José Pedro Ferreira da Costa.....página 104
– foi ministro interino da educação e cultura
- ✓ José Pereira Lopes.....páginas 112 e 115
– irmão de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ José Ramalho Burnett da Silva.....página 169
– político
- ✓ José Roberto Andrade Paino.....páginas 119-124 e 135
– advogado são-carlense
- ✓ José Rubens Rebelatto.....página 69
– pesquisador e professor, foi reitor da UFSCar
- ✓ Júlio de Mesquita Filho.....páginas 140-141
– jornalista e empresário, entusiasta na criação da USP
- ✓ Júlio Furquim Sambaqui.....páginas 158 e 162
– foi político e ministro interino da educação
- ✓ Juscelino Kubitschek de Oliveira.....páginas 40, 101, 123, 138, 140 e 145
– político, foi presidente da república
- ✓ Lauro Monteiro da Cruz.....numerosas citações por todo o texto
– médico, político, filantropo e pastor presbiteriano

- ✓ Lenoir Vargas Ferreira.....páginas 105-107 e 109
– advogado e político
- ✓ Ligia Maria Silva e Souza.....páginas 85-86
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Lourival Kiçula.....página 110 e Anexo 5
– executivo e administrador de empresas
- ✓ Luciana de Souza Gracioso.....página 89
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.....página 134
– militar, Patrono do Exército Brasileiro
- ✓ Luís Inácio Lula da Silva.....páginas 45, 80, 154 e 200
– sindicalista, foi presidente da república
- ✓ Luiz Antônio Cunha.....páginas 96-98
– pesquisador e professor da UFRJ
- ✓ Luiz Henrique da Silva Cruz.....página 70
– designer criador da logomarca da UFSCar
- ✓ Luiza Shimada.....página 202
– historiadora, servidora da Fundação Pró-Memória de São Carlos
- ✓ Lúthien.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Luzia Sigoli Fernandes Costa.....páginas 85 e 89
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Manoel [ou Manuel] José de Almeida.....páginas 107 e 109-110
– político
- ✓ Manuel da Nóbrega.....página 92
– padre jesuíta, foi missionário no Brasil
- ✓ Márcia Regina Barros da Silva.....página 156
– historiadora, pesquisadora e professora da USP
- ✓ Marcos Lindenberg.....páginas 151-166, 177 e 184
– médico, foi professor e diretor da Escola Paulista de Medicina
- ✓ Maria Cristina Mathias.....página 62
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Maria de Lourdes Tasso de Souza Martins.....página 87
– servidora técnico-administrativa da UFSCar
- ✓ Maria do Carmo Miranda da Cunha (Carmen Miranda).....páginas 66-67
– atriz e cantora luso-brasileira, radicada nos Estados Unidos
- ✓ Mário Maffei.....páginas 212 e 216
– engenheiro e político, foi prefeito de São Carlos
- ✓ Mário Pereira Lopes.....páginas 112, 115, 117, 120 e 122
– empresário, irmão de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Maugeri Neto.....página 145
– músico, foi um dos compositores do jingle de campanha de Jânio Quadros

- ✓ Melkor, ou Morgoth Bauglir.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Miguel Reale.....página 190
– professor, foi reitor da USP
- ✓ Morency Arouca.....página 190
– pesquisador e professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da USP
- ✓ Napoleão Bonaparte.....página 94
– militar, foi imperador da França, rei da Itália e conquistador da Europa
- ✓ Nelson de Souza Carneiro.....página 169
– jornalista e político
- ✓ Norberto Harald Schmidt.....páginas 107 e 109-110
– político
- ✓ Octávio Pereira Lopes.....página 112
– irmão de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Oswaldo Baptista Duarte Filho (Barba).....página 72
– pesquisador e professor, foi reitor da UFSCar
- ✓ Oswaldo Britto.....página 112
– cunhado de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Otto Bier.....páginas 150 e 153-154
– médico, foi professor da Escola Paulista de Medicina
- ✓ Paolo Nosella.....páginas 27, 33-35, 56-57 e 209
– pesquisador e professor da UFSCar
- ✓ Paschoal Ranieri Mazzilli.....páginas 163-164
– político, foi presidente da república em diversas ocasiões
- ✓ Paulo de Camargo e Almeida.....páginas 157, 159 e 162
– foi pesquisador e professor da USP
- ✓ Paulo de Tarso de Moraes Dutra.....página 175
– advogado e político, foi ministro da educação
- ✓ Paulo de Tarso Santos.....páginas 155 e 157-158
– advogado e político, foi ministro da educação
- ✓ Paulo Eduardo Duarte.....página 124
– foi presidente da União da Juventude São-carlense e funcionário de Ernesto Pereira Lopes
- ✓ Paulo Ernesto Tolle.....página 175
– advogado e servidor público, foi professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), consultor político em matérias de educação e assessor militar e acadêmico
- ✓ Pedro Aleixo.....páginas 110 e 175
– jornalista e político, foi ministro da educação e vice-presidente da república
- ✓ Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão.....página 175
– médico e político, foi membro do Conselho Federal de Educação (CFE) e ministro da educação

- ✓ Rejane Cristina Rocha.....página 52
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Rhutemere Desiderá.....página 120
– capataz e gerente de Recursos Humanos das Indústrias Pereira Lopes
- ✓ Ricardo Biscalchin.....página 51
– servidor técnico-administrativo da UFSCar
- ✓ Rita de Cássia Lana.....página 28
– pesquisadora e professora da UFSCar
- ✓ Roberto Carlos.....Anexo 4
– cantor e compositor, membro da Jovem Guarda e considerado o “rei” da música popular brasileira
- ✓ Roberto Costa de Abreu Sodré.....páginas 176-177 e 188
– político, foi governador do Estado de São Paulo
- ✓ Roberto Frade Monte.....páginas 157-159
– foi professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie
- ✓ Romeu Santini.....página 111
– médico são-carlense
- ✓ Rudolph P. Atcon.....páginas 57 e 102
– colaborador da UNESCO, preparou relatório sobre as condições da educação superior no Brasil e em outros países da América Latina
- ✓ Ruy Serra.....páginas 134-135
– foi bispo católico de São Carlos
- ✓ Sauron, o Senhor do Escuro.....página 185
– personagem de J. R. R. Tolkien
- ✓ Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal.....página 93
– foi primeiro-ministro do Reino de Portugal
- ✓ Sérgio Mascarenhas de Oliveira.....páginas 49, 65-66, 174, 184, 186-188, 204 e 206
– cientista, pesquisador e professor da USP
- ✓ Sérgio Marcos Prosdócimo.....página 118 e Anexo 5
– foi empresário e empreendedor
- ✓ Silvestre Ragusa.....página 213
– pesquisador e professor da USP
- ✓ Sylvio Barros Sawaya.....páginas 158-159
– pesquisador e professor da USP, foi membro do Diretório Central dos Estudantes da USP
- ✓ Tancredo de Almeida Neves.....página 152
– político, foi primeiro-ministro da república e presidente da república eleito
- ✓ Thomas Edison.....Anexo 5
– empresário, empreendedor e inventor
- ✓ Thomaz Ceneviva.....página 122
– fotógrafo são-carlense

- ✓ Tomé de Souza.....página 92
– foi governador geral do Brasil
- ✓ Ulysses Silveira Guimarães.....página 175
– advogado e político
- ✓ Valdemar Sguissardi.....numerosas citações por todo o texto
– pesquisador e ex-professor da UFSCar
- ✓ Waldemar Pessoa.....páginas 107-108 e 110
– médico e político
- ✓ Wanderléia.....Anexo 4
– cantora e compositora, membro da Jovem Guarda
- ✓ Wilson Alves Bezerra.....páginas 88-89
– pesquisador e professor da UFSCar
- ✓ Xavierzinho.....página 122
– foi vereador são-carlense
- ✓ Yvonne Primerano Mascarenhas.....página 188
– pesquisadora e professora da USP

ANEXOS

Anexo 1: Atividades de extensão com temáticas relacionadas à memória e à história institucionais da UFSCar (2002-2020)

A presente lista inclui as atividades de extensão aprovadas no âmbito de um dos dois editais de apoio à realização de atividades com temática relativa à preservação da memória institucional da UFSCar em comemoração aos aniversários de 45 e de 50 anos da Universidade, além de outras atividades com temática congênere, incluídas no sistema ProExWeb (sistema de gestão das atividades e dos programas de extensão da UFSCar) até o mês de junho de 2020.

VI Seminário de Política de Informação e Memória - dialogando sobre os 50 anos da UFSCar			
Processo: 23112.108959/2019-49	Coordenador: Luzia Sigoli Fernandes Costa - DCI	Início: 01/06/2020	Status: aprovado/execução

Dialogando sobre a UFSCar na UFSCar: documentários sobre a história de vida dos servidores que ajudaram a construir a história da Universidade			
Processo: 23112.108919/2019-05	Coordenador: Claudia de Moraes Barros Ramalho - SIBi	Início: 20/05/2020	Status: aprovado/execução

DIÁLOGOS NA UNIVERSIDADE: espaços de cultura, espaços de memória, e a cidade.			
Processo: 23112.006991/2020-24	Coordenador: Jane Travassos Alves Falcowski - ProEx	Início: 12/05/2020	Status: aprovado/execução

Jornalismo e memória: digitalização e indexação do acervo histórico do Clipping UFSCar			
Processo: 23112.104833/2019-03	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 01/05/2020	Status: aprovado/execução

V Seminário de Política de Informação e Memória			
Processo: 23112.104489/2019-44	Coordenador: Luzia Sigoli Fernandes Costa - DCI	Início: 07/11/2019	Status: rel. em tramitação

A história da UFSCar contada pela comunidade: um resgate da memória institucional a partir da história oral			
Processo: 23112.001371/2019-65	Coordenador: Claudia de Moraes Barros Ramalho - SIBi	Início: 01/08/2019	Status: rel. em tramitação

Ações e estratégias de utilização de fotografias históricas para as atividades de comemorações dos 50 anos da UFSCar.			
Processo: 23112.001325/2019-66	Coordenador: Matheus Mazini Ramos - CCS	Início: 01/08/2019	Status: rel. em tramitação

ENTRE CONTINENTES: A PRESENÇA DO PROGRAMA ESTUDANTE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) NA UFSCAR

Processo: 23112.001282/2019-19	Coordenador: Eliana Marques Ribeiro Cruz - ProGrad	Início: 01/08/2019	Status: aprovado/execução
--	--	------------------------------	-------------------------------------

Apoio na criação do Museu do Instituto do Açúcar e Alcool - Campus de Araras

Processo: 23112.001291/2019-18	Coordenador: Alini Cristiani de Carli Demarchi - SIBi	Início: 01/08/2019	Status: rel. aprovado /execução
--	---	------------------------------	---

Os treze anos de presença(s) indígena(s) na UFSCar

Processo: 23112.001319/2019-17	Coordenador: Thais Juliana Palomino - CAAPE	Início: 01/08/2019	Status: aprovado/execução
--	---	------------------------------	-------------------------------------

Retratos de Mulheres nos 50 anos da UFSCar

Processo: 23112.001386/2019-23	Coordenador: Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues - DL	Início: 01/08/2019	Status: rel. em tramitação
--	---	------------------------------	--------------------------------------

Educação Tutorial na UFSCar: uma trajetória de formação acadêmica e cidadã

Processo: 23112.001440/2019-31	Coordenador: Paula Regina Dal Evedove - DCI	Início: 01/07/2019	Status: aprovado/execução
--	---	------------------------------	-------------------------------------

Jornalismo e memória: digitalização e indexação do acervo histórico do Clipping UFSCar

Processo: 23112.001324/2019-11	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 01/05/2019	Status: rel. aprovado /execução
--	--	------------------------------	---

Memórias Biotec (2009-2019)

Processo: 23112.001128/2019-47	Coordenador: Francis de Moraes Franco Nunes - DGE	Início: 15/04/2019	Status: aprovado/execução
--	---	------------------------------	-------------------------------------

IV Seminário de Política de Informação e Memória

Processo: 23112.004562/2018-06	Coordenador: Luzia Sigoli Fernandes Costa - DCI	Início: 23/11/2018	Status: rel. aprovado /execução
--	---	------------------------------	---

Jornalismo e memória: digitalização e indexação do acervo histórico do Clipping UFSCar

Processo: 23112.001658/2018-12	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 09/07/2018	Status: rel. aprovado /execução
--	--	------------------------------	---

Jornalismo e memória: digitalização e indexação do acervo histórico do Clipping UFSCar

Processo: 23112.000953/2017-62	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 03/04/2017	Status: rel. aprovado /execução
--	--	------------------------------	---

Jornalismo e memória: digitalização e indexação do acervo histórico do Clipping UFSCar

Processo: 23112.004310/2015-26	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 20/01/2016	Status: rel. aprovado /execução
--	--	------------------------------	---

UFSCar 45 Anos - Memória da Extensão			
Processo: 23112.001701/2015-99	Coordenador: Renato Aurelio Locilento - CCult	Início: 01/10/2015	Status: rel. em tramitação

III Seminário de Políticas de Informação e Memória da UFSCar: UFSCar – Diretrizes para o resgate da memória institucional nos 45 anos da universidade			
Processo: —	Coordenador: Renato Aurelio Locilento - CCult	Início: 13/05/2015	Status: em edição*

Mostra Imagem e Som (2000-2014)			
Processo: 23112.003931/2014-10	Coordenador: Ana Luiza Pereira Barbosa - DAC	Início: 01/04/2015	Status: rel. aprovado /execução

A Biblioteca na UFSCar: BCo 20 anos			
Processo: 23112.003374/2014-29	Coordenador: Ligia Maria Silva e Souza - BCo	Início: 01/04/2015	Status: rel. aprovado /execução

Resgate Histórico das Atividades de Extensão dos Docentes do Curso de Terapia Ocupacional da UFSCar.			
Processo: 23112.003675/2014-52	Coordenador: Mirela de Oliveira Figueiredo - DTO	Início: 20/03/2015	Status: rel. aprovado /execução

Desvelando os acervos invisíveis e contribuindo com a política de informação e memória nos 45 anos da UFSCar			
Processo: 23112.003356/2014-47	Coordenador: Luzia Sigoli Fernandes Costa - DCI	Início: 15/03/2015	Status: rel. em tramitação

UFSCar Premiada: a Atlético e sua memória esportiva museológica			
Processo: 23112.003083/2014-31	Coordenador: Claudia Aparecida Stefane - ProACE	Início: 15/03/2015	Status: rel. aprovado /execução

20 anos sem Florestan Fernandes			
Processo: 23112.003371/2014-95	Coordenador: Ligia Maria Silva e Souza - BCo	Início: 31/03/2015	Status: rel. aprovado /execução

Infância e formação profissional na Unidade de Atendimento à Criança da UFSCar.			
Processo: 23112.003360/2014-13	Coordenador: Andrea Braga Moruzzi - DTPP	Início: 02/03/2015	Status: rel. aprovado /execução

Digitalização, disponibilização e reconstrução da Memória da UAC- UFSCar			
Processo: 23112.003359/2014-81	Coordenador: Andrea Braga Moruzzi - DTPP	Início: 02/03/2015	Status: rel. aprovado /execução

10 anos da Unidade Saúde Escola - Uma proposta de integração com a Sociedade e Comunidade Acadêmica			
Processo: 23112.003605/2014-02	Coordenador: Marcia Niituma Ogata - DEnf	Início: 02/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
UFSCar 45 anos: simbologia e diplomacia nos mimos recebidos pelos reitores			
Processo: 23112.003036/2014-97	Coordenador: Jose Carlos Rothen - DEd	Início: 01/03/2015	Status: encerrado/arquivado**
UFSCar documental - projeto de ações de conservação e disseminação de conhecimento para fontes primárias da história da universidade			
Processo: 23112.003328/2014-20	Coordenador: Rita de Cassia Lana - DGTH-So	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Série: Os egressos do campus Araras			
Processo: 23112.003212/2014-91	Coordenador: Jozivaldo Prudencio Gomes de Moraes - DBPVA-Ar	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Memorial: A história da UFSCar campus Araras			
Processo: 23112.003114/2014-53	Coordenador: Jozivaldo Prudencio Gomes de Moraes - DBPVA-Ar	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Memória da UFSCar no acervo da UEIM: imagens e afeto			
Processo: 23112.003205/2014-99	Coordenador: Rejane Cristina Rocha - DL	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Abrindo a memória institucional da UFSCar à comunidade: o desenvolvimento e implementação de um repositório institucional digital			
Processo: 23112.003272/2014-11	Coordenador: Ariadne Chloe Mary Furnival - DCI	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Memória do curso de BCI: entre lembrar e esquecer 20 anos depois!			
Processo: 23112.003529/2014-27	Coordenador: Zaira Regina Zafalon - DCI	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
UFSCar 45 anos: a Atlética e sua memória esportiva documental			
Processo: 23112.003084/2014-85	Coordenador: Claudia Aparecida Stefane - ProACE	Início: 01/03/2015	Status: rel. aprovado /execução
Experiências de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O Caso do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares, de 1998 à 2014.			
Processo: 23112.003069/2014-37	Coordenador: Ioshiaqui Shimbo - NuMIEcoSol	Início: 01/03/2015	Status: aprovado/execução

UFSCar 45 anos: a história da extensão em cartaz			
Processo: 23112.003211/2014-46	Coordenador: Jane Travassos Alves Falcoski - ProEx	Início: 10/02/2015	Status: rel. aprovado /execução
Treinamento para os estagiários/integrantes ligados à atividade de extensão com temática específica sobre a memória da universidade em comemoração aos 45 anos da UFSCar			
Processo: 23112.000465/2015-93	Coordenador: Matheus Mazini Ramos - CCS	Início: 03/02/2015	Status: rel. aprovado /execução
Imprensa, história e memória: a UFSCar contada pelo Jornalismo			
Processo: 23112.003395/2014-44	Coordenador: Denise Fernandes Britto - CCS	Início: 01/01/2015	Status: rel. aprovado /execução
Fotografia e história: Digitalização, tratamento e (re)organização do acervo de fotografias da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)			
Processo: 23112.003396/2014-99	Coordenador: Matheus Mazini Ramos - CCS	Início: 01/01/2015	Status: rel. aprovado /execução
Documentário "A UFSCar é nossa" - Reflexões sobre o ensino público superior em Sorocaba.			
Processo: 23112.003275/2014-47	Coordenador: Andre Cordeiro Alves dos Santos - DBio-So	Início: 01/01/2015	Status: rel. aprovado /execução
A História do Curso de Psicologia da UFSCar e os Avanços na Área nos últimos 20 anos.			
Processo: 23112.001964/2014-17	Coordenador: Rachel de Faria Brino - DPsi	Início: 14/11/2014	Status: rel. aprovado /execução
Campus Lagoa do Sino: De fazenda histórica à produtora de conhecimento.			
Processo: 23112.003556/2014-08	Coordenador: Patricia Corrado dos Santos - CCN	Início: 10/11/2014	Status: rel. aprovado /execução
Educação Física e o DEFMH/UFSCar: Memória e História			
Processo: 23112.003902/2013-69	Coordenador: Ana Claudia Garcia de Oliveira Duarte - DEFMH	Início: 01/03/2014	Status: rel. aprovado /execução
II Seminário de Política de Informação e Memória da UFSCar			
Processo: 23112.002064/2013-14	Coordenador: Ariadne Chloe Mary Furnival - DCI	Início: 09/09/2013	Status: rel. aprovado /execução
Arquivo do CECH: informações administrativas e memória institucional (Etapa III)			
Processo: 23112.003504/2012-61	Coordenador: Jose Eduardo Marques Baioni - CECH	Início: 03/01/2013	Status: rel. aprovado /execução

Arquivo do CECH: memória institucional (informações acadêmico-administrativas e imagens). SIGProj N°: 80041.394.99017. 10042011. Projeto Edital PROEXT/MEC 2011

Processo: 23112.002318/2011-90	Coordenador: Jose Eduardo Marques Baioni - CECH	Início: 15/01/2012	Status: rel. aprovado /execução
--	---	------------------------------	--

I Seminário de Política de Informação e Memória da UFSCar

Processo: 23112.001901/2010-83	Coordenador: Ligia Maria Silva e Souza - BCo	Início: 28/09/2010	Status: rel. aprovado /execução
--	--	------------------------------	--

Arquivo do CECH: informações administrativas e memória institucional

Processo: 23112.001325/2010-96	Coordenador: Jose Eduardo Marques Baioni - CECH	Início: 01/06/2010	Status: rel. aprovado /execução
--	---	------------------------------	--

Registro fotográfico na implantação do Campus UFSCar- Sorocaba: memórias na educação do olhar

Processo: 23112.003108/2006-22	Coordenador: Hylio Lagana Fernandes - Camp-So	Início: 01/02/2007	Status: rel. aprovado /execução
--	---	------------------------------	--

Memória da UFSCar.

Processo: 23112.002077/2004-24	Coordenador: Carlos Eduardo de Moraes Dias - DAC	Início: 01/03/2006	Status: aprovado/execução
--	--	------------------------------	-------------------------------------

Memória da UFSCar.

Processo: 23112.002077/2004-24	Coordenador: Carlos Eduardo de Moraes Dias - DAC	Início: 01/03/2005	Status: aprovado/execução
--	--	------------------------------	-------------------------------------

Construindo a História do Curso de Educação Física da UFSCar: de A a Y.

Processo: 23112.001454/2003-21	Coordenador: Glauco Nunes Souto Ramos - DEFMH	Início: 01/01/2004	Status: aprovado/execução
--	---	------------------------------	-------------------------------------

TOTAL: 55 atividades

Legenda:

aprovado/execução: Proposta de atividade homologada pela ProEx; atividade encontra-se na fase de execução;

rel. em tramitação: Atividade encerrada; relatório da atividade encaminhado, em tramitação até sua aprovação final;

rel. aprovado/execução: Atividade encerrada; relatório da atividade aprovado; registro em arquivo permanente;

em edição: Proposta de atividade em edição; atividade ainda não encaminhada para avaliação; proposta ainda não aprovada;

encerrado/arquivado: Por algum motivo (normalmente indisponibilidade financeira de recursos via Editais ProEx), a proposta não foi aprovada em definitivo; tramitação encerrada sem aprovação da proposta; registro em arquivo permanente;

OBS*: Embora a proposta não tenha sido encaminhada e não tenha se formalizado junto à ProEx, é sabido pelo autor deste trabalho que a atividade foi realizada e que sua execução foi bem sucedida, motivo pelo qual foi incluída neste relatório.

OBS**: Embora a proposta não tenha sido executada por completo devido à não concessão de recursos ProEx para a atividade, é sabido pelo autor deste trabalho que a atividade foi realizada parcialmente pelo Coordenador, motivo pelo qual foi incluída neste relatório.

Anexo 2: Relação de Universidades Públicas Brasileiras

A presente relação, obtida a partir do Sistema E-MEC, do Ministério da Educação, contém uma lista completa indexada pela data do documento que deu origem a cada instituição universitária, em um total, até a presente data, de 114 Universidades Públicas, distribuídas entre o poder público federal (68 instituições), os estaduais (41 instituições), e alguns poucos municipais (5 instituições). A presente lista desconsidera as 91 instituições universitárias privadas existentes no país, divididas, até o presente momento, em 69 instituições sem fins lucrativos e 22 instituições com fins lucrativos, além de duas instituições descredenciadas que, por conta disso, não se encontram mais em operação.

Ministério da Educação - Sistema e-MEC
Relatório da Consulta Avançada
Resultado da Consulta Por: Instituição de Ensino Superior
Relatório Processado: 01/08/2020 - 23:59:59 - Total de Registro(s): 114

Razão Social da Mantenedora	CNPJ da Mantenedora	Natureza Jurídica da Mantenedora	Nome da Instituição (IES)	Sigla da IES	Município da Sede	UF	Categoria Administrativa	Data de Fundação	Tipo de Documento de Credenciamento
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	33.663.683/0001-16	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	UFRJ	Rio de Janeiro	RJ	Pública Federal	07/09/1920	Decreto 14.343 *
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	63.025.530/0001-04	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	USP	São Paulo	SP	Pública Estadual	25/01/1934	Decreto 6.283
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	29.427.465/0001-05	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	UFRRJ	Seropédica	RJ	Pública Federal	30/12/1943	Decreto-Lei 6.155
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	06.517.387/0001-34	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI (UFPI)	UFPI	Teresina	PI	Pública Federal	09/01/1945	Decreto 17.551
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	05.200.001/0001-01	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	UFRA	Belém	PA	Pública Federal	05/12/1945	Lei Federal 8.290
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	15.180.714/0001-04	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	UFBA	Salvador	BA	Pública Federal	08/04/1946	Decreto 9.155
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	75.095.679/0001-49	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	UFPR	Curitiba	PR	Pública Federal	06/06/1946	Decreto 9.323
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	24.134.488/0001-08	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	UFPE	Recife	PE	Pública Federal	20/06/1946	Lei Federal 9.388
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	24.416.174/0001-06	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	UFRPE	Recife	PE	Pública Federal	24/07/1947	Decreto 1.741
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	17.217.985/0001-04	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	UFMG	Belo Horizonte	MG	Pública Federal	16/12/1949	Lei Federal 971
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92.969.856/0001-98	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	UFRGS	Porto Alegre	RS	Pública Federal	04/12/1950	Lei Federal 1.254
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	33.540.014/0001-57	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	UERJ	Rio de Janeiro	RJ	Pública Estadual	04/12/1950	Decreto 547
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	16.888.315/0001-57	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	UFVJM	Diamantina	MG	Pública Federal	30/09/1953	Lei Estadual 990* (federalizada posteriormente)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	25.437.484/0001-61	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	UFTM	Uberaba	MG	Pública Federal	24/03/1954	Decreto 35.249
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	07.272.636/0001-31	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	UFC	Fortaleza	CE	Pública Federal	16/12/1954	Lei Federal 2.373

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	24.098.477/0001-10	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UFPB)	UFPB	João Pessoa	PB	Pública Federal	04/12/1955	Lei Estadual 1.366 (federalizada posteriormente)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	34.621.748/0001-23	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	UFPA	Belém	PA	Pública Federal	02/07/1957	Lei Federal 3.191
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	11.022.597/0001-91	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)	UPE	Recife	PE	Pública Estadual	30/05/1960	Portaria 964
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	92.242.080/0001-00	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	UFPEL	Pelotas	RS	Pública Federal	12/12/1960	Decreto 49.529
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	01.567.601/0001-43	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	UFG	Goiânia	GO	Pública Federal	14/12/1960	Lei Federal 3834-C
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	95.591.764/0001-05	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	UFSM	Santa Maria	RS	Pública Federal	14/12/1960	Lei Federal 3834 - C*
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	17.879.859/0001-15	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	UNIFAL-MG	Alfenas	MG	Pública Federal	18/12/1960	Lei Federal 3.854
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	UFSC	Florianópolis	SC	Pública Federal	18/12/1960	Lei Federal 3.849*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	24.365.710/0001-83	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	UFRN	Natal	RN	Pública Federal	18/12/1960	Lei Federal 3.849
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	28.523.215/0001-06	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	UFF	Niterói	RJ	Pública Federal	18/12/1960	Lei Federal 3.848
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF	21.195.755/0001-69	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	UFJF	Juiz de Fora	MG	Pública Federal	23/12/1960	Lei Federal 3.858
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	24.464.109/0001-48	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	UFAL	Maceió	AL	Pública Federal	25/01/1961	Decreto 3.867
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	32.479.123/0001-43	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	UFES	Vitória	ES	Pública Federal	30/01/1961	Lei Federal 3.868 *
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	92.967.595/0001-77	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	UFCSPA	Porto Alegre	RS	Pública Federal	17/02/1961	Decreto 50.165*
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	00.038.174/0001-43	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	UNB	Brasília	DF	Pública Federal	15/01/1962	Decreto 500
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	22.675.359/0001-00	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	UNIMONTES	Montes Claros	MG	Pública Estadual	24/05/1962	Lei Estadual 2.615*
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	04.378.626/0001-97	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	UFAM	Manaus	AM	Pública Federal	12/06/1962	Lei Federal 4.069-A
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	46.068.425/0001-33	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)	UNICAMP	Campinas	SP	Pública Estadual	28/12/1962	Lei Estadual 7.655

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	22.078.679/0001-74	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLLA)	UFLA	Lavras	MG	Pública Federal	23/12/1963	Lei Federal 4.307
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC	83.891.283/0001-36	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	UDESC	Florianópolis	SC	Pública Estadual	20/05/1965	Decreto 2.802
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	UEPG	Ponta Grossa	PR	Pública Estadual	12/01/1966	Lei Estadual 03
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA	12.671.814/0001-37	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA (UEPB)	UEPB	Campina Grande	PB	Pública Estadual	14/03/1966	Decreto 2.366
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	06.279.103/0001-19	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	UFMA	São Luís	MA	Pública Federal	21/10/1966	Lei Federal 5.152
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	13.031.547/0001-04	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	UFS	São Cristóvão	SE	Pública Federal	28/02/1967	Decreto 269
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFRSA	24.529.265/0001-40	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFRSA)	UFRSA	Mossoró	RN	Pública Federal	18/04/1967	Decreto 03
UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL	44.392.215/0001-70	Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SAO CAETANO DO SUL (USCS)	USCS	São Caetano do Sul	SP	Pública Municipal	19/09/1967	Decreto Municipal 1.611
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	45.358.058/0001-40	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS (UFSCAR)	UFSCAR	São Carlos	SP	Pública Federal	22/05/1968	Decreto 62.758
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)	UNICENTRO	Guarapuava	PR	Pública Estadual	15/07/1968	Lei Estadual 5.804
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN	08.258.295/0001-02	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	UERN	Mossoró	RN	Pública Estadual	27/09/1968	Lei Municipal 20 (estadualizada posteriormente)
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU	07.821.622/0001-20	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAU (UVA)	UVA	Sobral	CE	Pública Estadual	23/10/1968	Lei Estadual 214
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	82.662.958/0001-02	Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)	FURB	Blumenau	SC	Pública Municipal	24/12/1968	Lei Federal 1.557
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	25.944.455/0001-96	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	UFV	Viçosa	MG	Pública Federal	15/07/1969	Decreto 64.825
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	25.648.387/0001-18	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	UFU	Uberlândia	MG	Pública Federal	14/08/1969	Decreto 762
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34.023.077/0001-07	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	UNIRIO	Rio de Janeiro	RJ	Pública Federal	20/08/1969	Decreto 773*
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	94.877.586/0001-10	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	FURG	Rio Grande	RS	Pública Federal	20/08/1969	Decreto 774

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	23.070.659/0001-10	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	UFOP	Ouro Preto	MG	Pública Federal	21/08/1969	Decreto-Lei Federal 778
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	UEM	Maringá	PR	Pública Estadual	06/11/1969	Lei Estadual 6.034
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	14.045.546/0001-73	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)	UEFS	Feira de Santana	BA	Pública Estadual	23/01/1970	Decreto 2.784
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	UEL	Londrina	PR	Pública Estadual	27/01/1970	Decreto 18.110
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS - UNCISAL	12.517.793/0001-08	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS (UNCISAL)	UNCISAL	Maceió	AL	Pública Estadual	14/03/1970	Decreto 66.320
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	33.004.540/0001-00	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	UFMT	Cuiabá	MT	Pública Federal	10/12/1970	Lei Federal 5.647
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	04.071.106/0001-37	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	UFAC	Rio Branco	AC	Pública Federal	29/04/1971	Decreto 68.567
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO	06.352.421/0001-68	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)	UEMA	São Luís	MA	Pública Estadual	22/08/1972	Lei Estadual 3.260
FESURV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	01.815.216/0001-78	Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (FESURV)	FESURV	Rio Verde	GO	Pública Municipal	31/08/1973	Resolução 1.096
UNIVERSIDADE DE TAUBATE	45.176.153/0001-22	Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU)	UNITAU	Taubaté	SP	Pública Municipal	06/12/1974	Lei Municipal 1.498
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA - FUNECE	07.885.809/0001-97	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	UECE	Fortaleza	CE	Pública Estadual	10/03/1975	Decreto 11.233
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	48.031.918/0001-24	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)	UNESP	São Paulo	SP	Pública Estadual	30/01/1976	Lei Estadual 952
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	75.101.873/0001-90	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	UTFPR	Curitiba	PR	Pública Federal	30/06/1978	Lei Federal 6.545
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	01.367.770/0001-30	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO (UNEMAT)	UNEMAT	Cáceres	MT	Pública Estadual	20/07/1978	Decreto 190
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	15.461.510/0001-33	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	UFMS	Campo Grande	MS	Pública Federal	05/07/1979	Lei Federal 6.674

AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	13.069.489/0001-08	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)	UESB	Vitória da Conquista	BA	Pública Estadual	29/12/1980	Lei Estadual 12
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	04.418.943/0001-90	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	UNIR	Porto Velho	RO	Pública Federal	08/07/1982	Lei Federal 7.011
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14.485.841/0001-40	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	UNEB	Salvador	BA	Pública Estadual	30/05/1983	Lei Estadual 66
FUNDACAO UNIRG	01.210.830/0001-06	Pessoa Jurídica de Direito Público - Municipal	UNIVERSIDADE DE GURUPI (UnirG)	UnirG	Gurupi	TO	Pública Municipal	31/05/1985	Resolução 150
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	34.792.077/0001-63	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	UFRR	Boa Vista	RR	Pública Federal	12/09/1985	Lei Federal 7.364
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI URCA	06.740.864/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)	URCA	Crato	CE	Pública Estadual	09/06/1986	Lei Estadual 11.191
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL-REI	21.186.804/0001-05	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	UFSJ	São João del Rei	MG	Pública Federal	18/12/1986	Lei Federal 7.555
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	78.680.337/0001-84	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	UNIOESTE	Cascavel	PR	Pública Estadual	15/01/1987	Decreto 8.464
FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI - FUESPI	07.471.758/0001-57	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI (UESPI)	UESPI	Teresina	PI	Pública Estadual	01/08/1988	Lei Estadual 4.230
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	01.637.536/0001-85	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (UNITINS)	UNITINS	Palmas	TO	Pública Estadual	21/02/1990	Decreto 252
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	34.868.257/0001-81	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	UNIFAP	Macapá	AP	Pública Federal	02/03/1990	Decreto 98.997
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	40.738.999/0001-95	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)	UESC	Ilhéus	BA	Pública Estadual	04/12/1991	Lei Estadual 6.344
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA - UEP	34.860.833/0001-44	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA)	UEPA	Belém	PA	Pública Estadual	18/05/1993	Lei Estadual 5.747
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF	04.809.688/0001-06	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)	UENF	Campos dos Goytacazes	RJ	Pública Estadual	23/06/1993	Lei Estadual 223
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MATO GROSSO DO SUL	02.585.924/0001-22	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)	UEMS	Dourados	MS	Pública Estadual	22/12/1993	Decreto 7.585
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	65.172.579/0001-15	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)	UEMG	Belo Horizonte	MG	Pública Estadual	23/07/1994	Lei Estadual 11.539
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	60.453.032/0001-74	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	UNIFESP	São Paulo	SP	Pública Federal	15/12/1994	Lei Federal 8.957
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS	01.112.580/0001-71	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	UEG	Anápolis	GO	Pública Estadual	16/04/1999	Lei Estadual 13.456

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	05.149.726/0001-04	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	UFT	Palmas	TO	Pública Federal	23/10/2000	Lei Federal 10.032
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	04.280.196/0001-76	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	UEA	Manaus	AM	Pública Estadual	12/01/2001	Lei Estadual 2.637
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	04.732.975/0001-65	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	UERGS	Porto Alegre	RS	Pública Estadual	10/07/2001	Lei Estadual 11.646
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	05.055.128/0001-76	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	UFCG	Campina Grande	PB	Pública Federal	09/04/2002	Lei Federal 10.419
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	21.040.001/0001-30	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI)	UNIFEI	Itajubá	MG	Pública Federal	24/04/2002	Lei Federal 10.435
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	05.440.725/0001-14	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	UNIVASF	Petrolina	PE	Pública Federal	27/06/2002	Lei Federal 10.473
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC	07.722.779/0001-06	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	UFABC	Santo André	SP	Pública Federal	26/07/2005	Lei Federal 11.145
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	07.775.847/0001-97	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	UFGD	Dourados	MS	Pública Federal	29/07/2005	Lei Federal 11.153
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	07.777.800/0001-62	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA (UFRB)	UFRB	Cruz das Almas	BA	Pública Federal	29/07/2005	Lei Federal 11.151
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	08.240.695/0001-90	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR)	UERR	Boa Vista	RR	Pública Estadual	10/11/2005	Lei Estadual 91
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	00.394.577/0001-25	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP)	UEAP	Macapá	AP	Pública Estadual	31/05/2006	Lei Estadual 996
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	02.436.870/0001-33	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL)	UNEAL	Arapiraca	AL	Pública Estadual	21/12/2006	Lei Estadual 6.785
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	09.341.233/0001-22	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)	UNIPAMPA	Bagé	RS	Pública Federal	11/01/2008	Lei Federal 11.640
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO MARANHÃO	05.572.043/0001-65	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DO MARANHÃO (UNIVIMA)	UNIVIMA	São Luís	MA	Pública Estadual	24/01/2008	Resolução 01
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	11.234.780/0001-50	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	UFFS	Chapecó	SC	Pública Federal	15/09/2009	Lei Federal 12.029
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	11.118.393/0001-59	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	UFOPA	Santarém	PA	Pública Federal	05/11/2009	Lei Federal 12.085
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	11.806.275/0001-33	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	UNILA	Foz do Iguaçu	PR	Pública Federal	12/01/2010	Lei Federal 12.189

UNIV. DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	12.397.930/0001-00	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	UNILAB	Redenção	CE	Pública Federal	20/07/2010	Lei Federal 12.289
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP)	UENP	Jacarezinho	PR	Pública Estadual	07/12/2010	Portaria 1.369
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP	17.455.396/0001-64	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP)	UNIVESP	São Paulo	SP	Pública Estadual	22/03/2013	Portaria 120
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA	18.621.825/0001-99	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	UFCA	Juazeiro do Norte	CE	Pública Federal	05/06/2013	Lei Federal 12.826
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	18.641.263/0001-45	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)	UFOB	Barreiras	BA	Pública Federal	05/06/2013	Lei Federal 12.825
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	18.560.547/0001-07	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)	UFSB	Itabuna	BA	Pública Federal	05/06/2013	Lei Federal 12.818
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA - UNIFESSPA	18.657.063/0001-80	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	UNIFESSPA	Marabá	PA	Pública Federal	05/06/2013	Lei Federal 12.824
SECRET DE EST CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI	77.046.951/0001-26	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)	UNESPAR	Paranavaí	PR	Pública Estadual	05/12/2013	Decreto 9.538
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIAO TOCANTINA DO MARANHÃO	26.677.304/0001-81	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO (UEMASUL)	UEMASUL	Imperatriz	MA	Pública Estadual	03/11/2016	Lei Estadual 10.525
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	35.834.377/0001-20	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)	UFCA	Catalão	GO	Pública Federal	20/03/2018	Lei Federal 13.634
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI	35.840.659/0001-30	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ)	UFJ	Jataí	GO	Pública Federal	20/03/2018	Lei Federal 13.635
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS	35.854.176/0001-95	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR)	UFR	Rondonópolis	MT	Pública Federal	20/03/2018	Lei Federal 13.637
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE	35.872.812/0001-01	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE)	UFAPE	Garanhuns	PE	Pública Federal	11/04/2018	Lei Federal 13.651
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA - UFDPAR	33.519.114/0001-00	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA (UFDPAR)	UFDPAR	Parnaíba	PI	Pública Federal	11/04/2018	Lei Federal 13.651

* = Indica inconsistência na documentação original apresentada no sistema e-MEC (normalmente legislação estadual quando já federalizada, ou legislação não revista após modificações administrativas como divisões ou desmembramentos).

Anexo 3: Íntegra da entrevista com o Sr. Jaime Caridá, filho de um dos três proprietários da Fazenda Trancham

Conforme apresentamos no decorrer do item 8 do segundo capítulo desta dissertação, segue abaixo a íntegra da entrevista que me concedeu o Sr. Jaime Caridá. O Sr. Jaime é filho de um dos três proprietários da Fazenda Trancham, e lá viveu por algum tempo, conforme expõe sua própria fala abaixo transcrita em sua integralidade.

Entramos em contato com o Sr. Jaime por e-mail, aos 11 de maio de 2020, após meses de tentativas de contato com os antigos proprietários da Fazenda Trancham. O Sr. Jaime, muito elegante e gentil, rapidamente aceitou compartilhar suas memórias conosco, com a correspondente autorização de inclusão destas memórias no âmbito do presente trabalho. Indagado se poderia conceder uma entrevista por vídeo chamada em algum momento dos dias subsequentes, o Sr. Jaime não só se comprometeu a responder a todas as perguntas porventura formuladas por esse pesquisador, como resolveu adiantar-se e, em um áudio de pouco mais de 27 minutos, encaminhado via WhatsApp, resolveu ele mesmo contar suas memórias sem qualquer tipo de intromissão ou constrangimento.

Como o(a) leitor(a) poderá observar, não foi necessário perguntar mais nada ao Sr. Jaime. O cavalheirismo de suas respostas, narradas pausadamente, com toda a calma e grande interesse, em ordem cronológica e com alta riqueza de detalhes, não requereu que este pesquisador lhe fizesse mais nenhuma pergunta, pois isso já não mais se fazia necessário. O Sr. Jaime não só se comprometeu com esta pesquisa ao aceitar oferecer o relato de suas próprias memórias, como, especialmente, entrou em contato pessoalmente com seus familiares visando a permitir a este estudante que contatasse também o seu tio, o Sr. Antônio Caridá, último dos três proprietários ainda vivos da Fazenda Trancham. Ao Sr. Jaime, o autor agradece, mais uma vez, não só suas excelentes e enriquecedoras contribuições, como também o convite, sem demora feito, para que visitasse a “Fazenda dos Tratores”, de sua propriedade, em Itu, São Paulo. O autor destas linhas espera poder ter a oportunidade de retribuir o generoso convite e realizar esta visita em um momento futuro, esperando, na ocasião, poder conhecer pessoalmente o desprendido entrevistado que, sem dúvida alguma, faz todo jus em se considerar um grande entusiasta e amante da história.

Abaixo, a íntegra de seu relato:

Diego, meu nome é Jaime Roberto Brabo Caridá. Eu tenho sessenta e quatro anos, nasci em 1956 e eu vivi durante um ano e um mês na Fazenda Trancham, que antes era conhecida como Fazenda Santa Helena, em São Carlos. Isso foi de maio de 1968 a junho de 1969 e eu tinha 12 anos na época.

O que eu posso lhe dizer em relação à história desta fazenda, pelo que eu me lembro de quando eu tinha 12 anos, faz 54 anos já isso, é o seguinte: me desculpe, eu tenho que voltar um pouquinho no tempo porque não consigo pegar a história da compra da fazenda para a frente, eu tenho que te dar algum histórico para que você possa entender melhor de onde a gente vem e como a gente chegou até lá.

Então, é assim: o meu pai, que se chamava Jayme (com y) Caridá (o meu Jaime é com “i”), era neto de imigrantes italianos que se estabeleceram em São José do Rio Preto. A minha mãe, por sua vez, era filha de imigrantes espanhóis, que se estabeleceram em São Paulo. O meu pai nasceu numa fazenda, no município de Pindorama, a 40 km de São José do Rio Preto, fazenda esta que, à época, explorava a cultura de algodão e depois a plantação de café. Esta fazenda era conhecida como “Fazenda dos Mota”, da Família Mota da região de Pindorama e Catanduva. Não sei se a fazenda tinha outro nome, mas era conhecida localmente dessa forma.

Meu pai trabalhou na roça desde os cinco anos de idade. Ele me contou que se lembrava de quando era pequeno, onde, colhendo algodão, os dedos sangravam por causa das sementinhas, então, o que eu quero lhe dizer, na verdade, é que as raízes de meu pai são de fazenda, de roça, de terra. Ele nunca conseguiu ficar sem um pedaço de terra, desde quando ele pôde, naturalmente. O meu avô, num determinado momento, mudou-se para a cidade de Pindorama, onde abriu um armazém e depois uma mercearia. A família toda cuidava desses dois negócios. Ele foi trabalhar na praça, ou seja, virou motorista de táxi, também em Pindorama e região, e fazia muitas coisas também em Catanduva, naturalmente.

Meu pai viveu com sua família, pai, mãe e cinco irmãos, sendo duas mulheres e três homens, em Pindorama, até por volta de 1949, porque ele fez o Exército ainda naquela região. Na realidade, não era bem o Exército, era o Tiro de Guerra! Então ele fez o Tiro de Guerra e, dizia ele, logo em seguida foi para São Paulo.

Nessa época, São Paulo vivia o “boom” dos novos negócios. Era uma revolução no Brasil todo em novos negócios e as oportunidades iam surgindo por toda parte. Meu pai foi para São Paulo sozinho e começou a trabalhar na loja de um senhor chamado Porcaro, numa travessa da Rua Santa Efigênia. O bairro onde hoje fica a Rua Santa

Efigênia na época era conhecido como Bairro dos Campos Elísios. Era um bairro chique, onde ficava localizado o palácio do Governo do Estado, ao lado da Praça Marechal Deodoro (o que hoje é a Praça Marechal Deodoro), na avenida Rio Branco. O Palácio dos Campos Elísios permanece lá, mas a sede do governo, como você bem sabe, hoje fica no bairro do Morumbi, em São Paulo.

A Rua Santa Efigênia era, à época, uma rua que vendia roupas... roupas chiques, roupas de noite, roupas de marca, roupas importadas e principalmente casacos de pele. Naquela época, por incrível que pareça, o pessoal ainda conseguia usar casacos de pele em São Paulo, porque era uma época em que a cidade ainda era conhecida como “São Paulo da Garoa”. O clima da cidade era ainda um pouco frio, garoava muito, tinha muita neblina, o que dava condições para as pessoas ainda usarem esse tipo de roupas.

A irmã da minha mãe trabalhava numa dessas lojas de roupas da Rua Santa Efigênia. Meu pai continuava trabalhando com o Senhor Porcaro, que vendia válvulas e outras peças de eletrônica. Na época, eles também fabricavam transformadores para uso eletrônico. Minha mãe passou a trabalhar na oficina dessa empresa, desmontando e remontando transformadores para equipamentos de rádio e televisão. Meu pai acabou vindo a se tornar gerente dessa loja do Senhor Porcaro. Depois, ele veio a conhecer uma pessoa de sobrenome Sanches, que se tornou meu padrinho de crisma. Por fim, meu pai acabou fazendo uma sociedade com esse Senhor Sanches, que sabia calcular transformadores e sabia como desmontá-los e refazê-los, de forma que eles montaram um negócio, que começou chamando-se “Indústria e Comércio de Transformadores Trancham Ltda.”.

Dois anos antes da criação da Trancham, ainda em 1954, meu pai abriu uma empresa, à época individual, chamada simplesmente de Jayme Caridá. Esta empresa já tinha como sua finalidade comercializar componentes eletrônicos. Esses componentes eram retirados de rádios e televisores antigos e vendidos como peças de reposição para a manutenção de outros aparelhos. Nesse meio tempo, após conhecer o Senhor Sanches, meu pai montou, já em 1956, como disse anteriormente, a Trancham. 1956 foi o ano em que eu nasci, e esse foi o motivo dele ter montado a nova empresa!

Daí para a frente, meu pai se tornou um comerciante bastante próspero. Ele foi realmente um *self-made man*, um pioneiro, por assim dizer, e foi, desses pioneiros, o que melhor se deu no ramo de eletrônica, até o ano de 2005, quando ele faleceu. Quando meu pai faleceu, eu fiz um acordo com minha família, com meus irmãos, com meus meios-irmãos, com minha madrasta e com alguns outros parentes que tinham direito à herança

deixada por meu pai e acabei ficando com a Trancham toda para mim. À essa época, a Trancham se chamava “Trancham S. A. Indústria e Comércio”, e eu vou lhe explicar o porquê disso.

A primeira terra que meu pai pôde comprar foi um sítio em Mogi das Cruzes e isso foi por volta de 1960 e alguma coisa. Nessa época, ele já tinha mais de uma loja na Rua Santa Efigênia e já havia trazido toda a família de Catanduva, Pindorama, São José do Rio Preto, pessoal que estava espalhado por aquelas regiões, para ajudá-lo a administrar sua empresa na capital. Foi aí que ele comprou esse sítio em Mogi das Cruzes. Depois, mais pra frente, em uma fase ainda melhor de vida, economicamente falando, ele acabou sabendo da existência dessa fazenda em São Carlos, a Fazenda Santa Helena, que tinha vários galpões de galinhas poedeiras e que, de fato, explorava esse tipo de atividade. As galinhas poedeiras têm “vida útil”, ou seja, quando elas deixam de produzir, acabam indo para o abatedouro. A Fazenda Santa Helena de São Carlos tinha toda essa estrutura de abatedouro já pronta, tinha aproximadamente 10 galpões, com não sei quantas mil galinhas poedeiras em gaiolas localizadas em cada um desses galpões. Você imagina, muitas galinhas eram descartadas durante o mês ou durante a semana, não sei ao certo qual era o ciclo de abate por lá, mas a fazenda explorava essas duas atividades quando meu pai foi visitar a Fazenda Santa Helena e conheceu o que funcionava por lá.

Nessa época, o responsável pela granja era um senhor chamado Carlos, que a gente chamava de “Carlinhos”. Eu me lembro, pois acompanhei meu pai na ocasião. Não me lembro quantos anos eu tinha exatamente, talvez uns oito ou nove anos de idade, mas sei que o nosso primeiro contato com alguém na fazenda foi com esse Senhor Carlos.

Eu não sei se meu pai fez sociedade com dois de seus irmãos ou se ele simplesmente comprou a fazenda e deu uma participação para dois dos três irmãos que ele tinha, porque era mais ou menos isso que ele fazia costumeiramente. Foi assim que ele fez já à época da eletrônica Trancham, colocando os irmãos como gerentes ou administradores de cada filial que ele ia abrindo. Um dos irmãos, nessa sociedade de compra da Fazenda Santa Helena, se chamava Ellis (com dois Ls) Caridad (com o “D” mudo no final — era o único que tinha o nome com esse erro de grafia), e esse meu tio, também já falecido, na época era gerente das Casas Pernambucanas em Catanduva. O outro irmão com quem meu pai comprou ou pra quem deu sociedade na fazenda foi Antônio Caridá, que era o irmão mais novo, o caçula entre eles. Deles todos, todos homens, Antônio é o único que ainda vive, e é mais ou menos meu vizinho aqui em Itu, pois tem uma fazenda aqui na cidade, a qual depois falo dela para você, se tiver interesse.

Então, os três sócios da Fazenda Santa Helena, que eram Jayme Caridá, meu pai, Ellis Caridad, meu tio, o irmão do meio de meu pai, e Antônio Caridá, o irmão mais novo de meu pai, aproveitaram para mudar, na escritura, o nome da fazenda para Fazenda Trancham. A nova fazenda logo se tornou o ponto de encontro de toda a família. A gente ia sempre para lá, pelo menos uma vez a cada quinze dias nos reuníamos todos lá, sempre aos finais de semana, para as festas de aniversário, as festas de final de ano, natal, ano novo... nós sempre celebrávamos tudo em família (família típica italiana!), na Fazenda Trancham. Na verdade, ninguém nunca se acostumou a chamar a fazenda de “Fazenda Trancham”... todo mundo se referia a ela como Fazenda Santa Helena mesmo.

Infelizmente, em 1º de maio de 1968, minha mãe faleceu. Meu pai, querendo que eu e meus irmãos não passássemos pelo trauma do velório e do funeral de minha mãe, pois éramos todos ainda muito pequenos (eu tinha doze anos, meu irmão do meio, que também já é falecido, tinha então oito ou nove anos, e meu irmão mais novo tinha quatro ou cinco anos de idade nessa ocasião), resolveu pedir que, nesse mesmo dia, enquanto acontecia o velório e o funeral de minha mãe, sua própria mãe, minha avó, e uma tia, que já era viúva e que tinha uma filha pequena, ainda bebê, nos acompanhassem até à fazenda. Meu pai colocou um motorista da empresa, que até então fazia entregas, para atuar como nosso motorista pessoal, a fim de nos levar para lá.

Eu e meus irmãos não entendíamos muito bem o que se passava. Eu, que era o único que já tinha um pouquinho mais de idade para pensar melhor nas coisas e perguntar o que ocorria, nem me toquei muito do que poderia estar acontecendo. Nessa época, eu fazia o ginásio, que hoje ainda é parte dos primeiros oito anos do ensino básico, e eu estava no segundo ano do curso¹²⁹. Em 1968, São Paulo estava “em pé de guerra” com os estudantes da USP versus os estudantes das universidades particulares. A USP tinha um diretório na Rua Maria Antônia e o Mackenzie ficava do outro lado da rua. Eu fazia o ginásio no Mackenzie. Justamente neste ano e nesta época os estudantes brigavam na rua. Foi uma época bastante tumultuada. A polícia militar intervinha o tempo todo, com cavaleiros, aquelas coisas que você já deve ter lido ou, de certo, já ouviu falar a respeito.¹³⁰

¹²⁹ O equivalente, hoje, ao sétimo ano do Ensino Fundamental de nove anos.

¹³⁰ Aqui o Senhor Jaime discorre sobre suas experiências pessoais ocorridas no momento do recrutamento do regime militar. A briga a que o Sr. Jaime se refere entre estudantes da USP e do Mackenzie é hoje conhecida como a “Batalha da Maria Antônia”. Foi um conflito envolvendo os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) versus os estudantes da Universidade Presbiteriana Mackenzie, apoiados por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O conflito se deu em 2 de outubro de 1968, causando a morte do estudante José Carlos Guimarães, de vinte anos de idade, atingido por um tiro na cabeça. O episódio marcou a dissolução da

Já fazia trinta dias que eu e meus irmãos estávamos sem aulas por conta do tumulto que ainda acontecia no Brasil desde 1964, quando Jânio foi eleito presidente e, logo em seguida, renunciou e os militares assumiram o poder. Ainda era a época da ditadura militar, ou do regime militar (nunca senti nada parecido com uma ditadura, mas é assim que chamam, né?!). Então, nós fomos para a fazenda porque, em tese, não estávamos tendo aulas, não se tinha ainda previsão do retorno, todo mundo estava brigando, e então eu fui morar na Fazenda Trancham.

Morar na fazenda era muito conveniente, porque, como você sabe, até melhor do que eu, ela começava logo na Rodovia Washington Luís, quilômetro 235, se eu não me engano, e tinha aproximadamente 230 e poucos alqueires de tamanho, alqueires paulistas, com 24.200 metros quadrados cada alqueire. A fazenda fazia divisa com uma propriedade chamada de “Águas Espraiadas”, que pertencia à prefeitura, sendo uma espécie de parque municipal¹³¹, e lá no fundo da nossa fazenda ficava a Fazenda Experimental do Governo do Estado, chamada Fazenda Canchim¹³². Então, nós estávamos morando nesta fazenda, que ficava neste local, que tinha este tamanho, que explorava galinhas poedeiras e possuía um frigorífico de abate de galinhas, e vou lhe dizer que tudo isso acontecia apenas no trecho entre a Rodovia Washington Luís e o lago, aquele lago grandão que existe lá embaixo¹³³. Acho que ainda existe, né? Ainda mais hoje, que não se pode mexer em nada que é da natureza!

FFCL da USP e a transferência dos cursos dessa unidade para uma nova instituição, denominada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), agora instalada no *campus* da Cidade Universitária, que se encontrava ainda em construção. A USP perdeu a posse sobre os edifícios que ocupava, sendo-lhe restaurado o domínio sobre estes apenas entre 1991 e 1993, com a inauguração, no local, do Centro Universitário Maria Antônia, vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. A Universidade Mackenzie continuou sempre instalada no mesmo local. O conflito, que foi relatado em inúmeros livros e chegou a aparecer, até mesmo, em alguns filmes, foi um dos fatores marcantes para o advento do Ato Institucional N.º 5 (AI-5), promulgado aos 13 de dezembro de 1968.

¹³¹ A propriedade a que o Sr. Jaime se refere era, na ocasião, conhecida como “Piscina Municipal do Córrego Espraiado”. No passado, esta área havia pertencido a diferentes propriedades rurais, contudo, já a algumas décadas se encontrava a cargo da administração pública municipal, que fazia ali a captação das águas do Córrego Espraiado para prover o abastecimento da cidade de São Carlos, por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade. A captação do Córrego Espraiado é, até hoje, uma das duas principais captações de água que abastecem a cidade. A partir de 1976, um convênio entre a Prefeitura Municipal e a UFSCar criou uma fundação com a finalidade de reflorestar, proteger e revitalizar o uso da área. Após poucos anos de existência, tal fundação não resultou bem-sucedida, sendo logo encerrada, e o local foi abandonado por algum tempo. No início da década de 1980, a área voltou plenamente às mãos da administração pública municipal, onde, em 1988, foi inaugurado o Parque Ecológico de São Carlos “Dr. Antonio Teixeira Vianna” (PESC), uma autarquia pública municipal em funcionamento até os dias atuais.

¹³² Vide nota N.º 113, à página 195.

¹³³ Como podemos observar a partir dos comentários do Sr. Jaime, o “Lago da UFSCar”, histórico divisor das “áreas” norte e sul da Universidade, já existia antes mesmo da implantação do *campus* São Carlos da

Do lago até ao final da fazenda, junto à Fazenda Canchim, existia uma plantação de eucaliptos. Para o lado, indo para os fundos da fazenda pelo lado esquerdo, nós tínhamos divisa com a rodovia que liga São Carlos a Ribeirão Preto, e nós contornávamos ali a Associação dos Alfaiates¹³⁴, que eu me lembro, na época fazia divisa conosco, e nós tínhamos uma saída para aquela estrada, um pouco mais adiante, ainda na lateral desta rodovia.

Enfim, ficamos na fazenda eu, meus dois irmãos, minha avó, minha tia, minha priminha bebê e meu avô. Meu avô não era oficialmente separado de minha avó, mas eles residiam sempre próximos um do outro, não juntos em uma mesma casa, mas sempre moravam próximos. Eles se davam bem, conviviam cordialmente, eram um casal, mas ele sempre tinha a casa dele, e ela, a casa dela. Quando nós chegamos à fazenda, meu avô já morava por lá. O nome de meu avô, que era pai de meu pai, era Guerino Caridá. Minha avó era Ana Maria Frigerio Caridá, mãe de meu pai.

Meu avô Guerino ajudava a administrar a fazenda e o senhor Carlos cuidava da granja. Nós não tínhamos outro administrador formal. Ficamos por lá, eu e esse pessoal todo que falei para você, até junho de 1969, quando eu fiquei sabendo que nós tínhamos que voltar para São Paulo porque a fazenda havia sido desapropriada.

Como ocorreu essa desapropriação e o que aconteceu daí para a frente, foi o seguinte, segundo as minhas lembranças: eu soube que o meu pai, acompanhado dos meus tios, estiveram todos na Prefeitura falando com o prefeito de São Carlos à época¹³⁵.

UFSCar. O lago, um represamento do Rio Monjolinho, infelizmente não vive os seus melhores dias, estando constantemente ameaçado de ser esvaziado pela atual administração da Universidade, que alega que o represamento é perigoso, uma vez que a velha ponte que dá acesso ao Restaurante Universitário precisa ser substituída com urgência, sob risco de sérios acidentes ou, até mesmo, seu completo desabamento.

¹³⁴ O “Clube de Campo” da Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos (ABASC) ficava localizado próximo à área da Fazenda Trancham, na Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (SP-318). Infelizmente, após anos de bons serviços prestados à sociedade são-carlense, devido a políticas desastrosas e à má administração, a Associação viu-se atolada em dívidas e cheia de processos judiciais trabalhistas, tornando-se insolvente. A venda de sua sede social, no centro da cidade, para a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), durante a primeira década do século atual, infelizmente não foi capaz de solucionar o problema. Notícias publicadas em 2017 (vide <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/clube-de-campo-da-abasc-e-a-imagem-do-abandono/83248/> e <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/um-dia-um-clube-destinado-a-familia-hoje-abasc-e-relegada-ao-abandono/89155/>) indicavam o estado de abandono do local, que supostamente tinha sido vendido para a empresária Chieko Aoki, proprietária da rede hoteleira *Blue Tree Hotels* (vide <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162696-rede-hoteleira-anuncia-investimentos-de-r-35-milhoes-em-sao-carlos.html>). Aparentemente, no entanto, negócios jurídicos escusos envolvendo a construtora local Parintins Empreendimentos Imobiliários, que faliu, impediram com que este projeto se concretizasse (vide https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019-03-27_10-11_Afastada-responsabilidade-da-Blue-Tree-por-atraso-em-obra-de-comple-xo-hoteleiro-que-leva-seu-nome-em-SP.aspx).

¹³⁵ O Prefeito de São Carlos, na ocasião, era o Sr. Antônio Massei.

Aparentemente, existia a intenção do Governo Federal de abrir um novo *campus* universitário numa de três cidades do interior do Estado: uma das cidades propostas eu sei que foi São Carlos, as outras duas eu não tenho certeza sobre quais foram... se eu não me engano, uma delas seria Bauru, e a outra Sorocaba, mas não tenho certeza. De toda forma, o prefeito de São Carlos, querendo garantir que a universidade fosse instalada aí no município, se antecipou a tudo, desapropriou a Fazenda Trancham e doou a fazenda para o Governo Federal, para que este pudesse fazer a nova universidade. Isso é o que eu fiquei sabendo à época.

Meu pai e meus tios tentaram conversar com o prefeito por algumas vezes. Numa dessas ocasiões, eles propuseram o seguinte acordo: meu pai e meus tios permaneceriam em posse da área entre a Rodovia Washington Luís e o lago¹³⁶, que daria, mais ou menos, em torno de 30 alqueires, e doariam os outros 200 alqueires, do lago até à divisa com a Fazenda Canchim, para o Município de São Carlos. A partir daí o município faria o que quisesse com essas terras. No caso, como era essa a sua intenção e como eles mesmos já haviam proposto, o Município de São Carlos doaria a propriedade ao Governo Federal.

Bom, logicamente iniciou-se uma disputa jurídica. À época, as desapropriações ocorriam dessa forma: não existia uma maneira de se levantar valores, preços, condições de pagamento, nada. Tudo era em aberto, todas as condições das desapropriações eram incertas, cada governo fazia do jeito que achava melhor. O governo, tanto o federal, quando o estadual, como os municipais, agiam, cada qual, à sua maneira. Com o tempo, a coisa evoluiu para a forma como é hoje, onde, quando se deseja desapropriar uma determinada área qualquer, se faz um levantamento completo, se paga pela área recolhida e só então se toma a posse das terras desapropriadas. Naquela época não, desapropriavam aquilo que queriam, mandavam você sair e você ficava discutindo eternamente o valor a ser recebido.

Foi mais ou menos isso o que aconteceu conosco. Eu soube que, na época, a cidade de São Carlos sofreu uma intervenção federal porque não dispunha de recursos suficientes pra pagar pelas terras desapropriadas, já que não tinha caixa pra fazer esse tipo de pagamento. Existia o processo e tudo mais, mas não havia os fundos. O Governo Federal recebeu as terras em doação, logo, não tinha mais nada a ver com o caso. O processo prosseguiu por um longo período na justiça, alguma coisa em torno de vinte anos ou mais.

¹³⁶ Esta era a área produtiva da fazenda de então, a área que hoje conhecemos como “Área Sul” do *campus* São Carlos.

Foi só depois de vinte anos que a família recebeu algumas migalhas a título de desapropriação, valores que não deram para nada.

Meu pai recebeu a parte que cabia a ele e ao seu espólio, que seria a parte de minha mãe, falecida justamente quando nos mudamos para São Carlos em 1968. Quando eu e meus irmãos nos tornamos maiores de idade, ele nos deu a nossa parte, que seria equivalente a 1/3 pra cada um daquilo que caberia à minha mãe se estivesse viva.

Como eu já falei para você, todo mundo em nossa família era ligado à terra. Todos nasceram em fazendas, trabalharam em fazendas, tiveram fazendas e tudo o mais. Meu tio Ellis, nesse meio tempo, comprou terras em Água Vermelha, ou Terra Vermelha, um município daí na região¹³⁷, não sei exatamente onde, mas acho que era Água Vermelha. O meu tio Antônio Caridá, que é o único ainda vivo, como já te falei, comprou uma área aqui em Itu chamada Fazenda Nossa Senhora das Graças. Meu pai, visitando algumas vezes essa área de meu tio, chegou a pensar em propor sociedade a este seu irmão mais novo, comprando uma parcela de sua propriedade nesta fazenda, mas, depois, acabou abandonando a ideia e comprando outra fazenda aqui nesta mesma região, chamada Fazenda Guaiambú. Foi assim que nossa família continuou sempre com terras.

Como eu já lhe disse anteriormente, quando meu pai faleceu, em 2005 ele já não tinha mais nenhuma propriedade em Itu. Ele continuava com a empresa Trancham, em São Paulo, e tinha algumas terras somente na região de Capão Bonito, onde criava bois. Por algum motivo, eu acabei frequentando um pouco mais a região de Itu do que eu já fazia antigamente, e acabei, então, recomprando as terras que foram anteriormente do meu pai aqui na região, além de mais algumas terras lindeiras. Sou vizinho de cerca somente desse meu tio Antônio Caridá. Ele, com toda certeza, também teria muito prazer em lhe dar uma entrevista, um depoimento a respeito daquela época. Ele pode, muito melhor do que eu, lhe falar sobre como as coisas aconteceram, quero dizer, como ele e seus irmãos compraram a fazenda, como foram desapropriados, quais os traumas que todo mundo da família passou por conta disso, e poderá lhe confirmar algumas das coisas que eu já lhe falei, ou desmenti-las, ou até mesmo melhorar a forma como eu lhe falei, afinal, eu contei a você aquilo que eu me lembro do que ouvi quando tinha 12 anos de idade para a frente, né?! Eu e meus irmãos nunca nos sentamos com meu pai ou com meus tios para

¹³⁷ Obviamente, o Sr. Jaime se refere a Água Vermelha, distrito do Município de São Carlos localização ao norte da cidade, além da UFSCar e dos condomínios do Grupo Encalso/Dahma, próximo às antigas instalações da Companhia Brasileira de Tratores (CBT), hoje ocupadas pela *Latam Airlines*.

conversar mais sobre este assunto. As informações eram todas meio jogadas, coisas que a gente escutava aqui e ali, sem muita precisão.

Eu sei que, no último mês em que eu morei na Fazenda Trancham, nós tivemos um ultimato, e tivemos que sair de lá meio que correndo, às pressas, porque existia um prazo máximo para desocupar o imóvel. Acho que ninguém acreditou muito que isso poderia acontecer, tanto que eu, meus irmãos, minha avó, minha tia, minha prima, nós nos mudamos de volta para São Paulo mas meu avô permaneceu lá na fazenda, acho que meio que pagando para ver, sabe? E quando o pessoal foi assumir as terras, meu avô ficou na porteira, espingarda em punho, dizendo que “aqui ninguém entra!”. Eu sei que, ao final, alguém conseguiu fazer contato com meu pai e com meus tios em São Paulo, explicaram a situação, disseram que iam acabar tendo algum tipo de problema lá com meu avô, na melhor das hipóteses iriam acabar levando ele preso já que ele não queria desocupar a área, e aí meu pai acabou mandando um cunhado seu, casado com sua irmã mais nova, vir até São Carlos para persuadir meu avô a sair espontaneamente, sem maiores problemas, porque não havia mais nada a fazer. E assim foi feito...

Eu acho que os pontos principais (e muitos outros que nem vinham direito ao caso) eu falei para você aqui nesta gravação. É só um ponto de partida. Não sei se incluí em meu relato respostas a algumas das perguntas que você queria me fazer, mas, de qualquer maneira, você tem aí um roteiro para seguir. Eu continuo à sua disposição. Você pode me mandar suas perguntas por texto ou gravação. Vou ter muito gosto em lhe responder tudo o que eu souber. O que eu ia lhe pedir, até como um presente, você já me ofereceu em sua última mensagem, ou seja, uma cópia do seu trabalho, porque eu gostaria de saber tudo o que você conseguiu apurar a respeito de toda essa história, coisas além do que eu já lhe disse aqui, e com certeza, todas informações verídicas, né?! Talvez eu tenha que corrigir algumas das lembranças que eu tenho daquela época também. Então é isso, Diego. Um abraço para você! Até breve!

Anexo 4: Íntegra da entrevista com o Sr. Antônio Caridá, um dos três proprietários originais da Fazenda Trancham

Aos 14 de maio de 2020, recebemos do Sr. Jaime Caridá o contato de seu primo, o Sr. Anderson, com a informação de que este já tinha sido contatado e aguardava um momento para marcar uma entrevista com seu pai, o Sr. Antônio. Após conversar com o Sr. Anderson, fomos informados de que o Sr. Antônio já havia sido comunicado de nosso desejo em ouvi-lo, e que aceitaria conceder-nos uma breve entrevista, por via telefônica, em algum momento do período da manhã durante os próximos dias. Tentamos contato no dia 15 de maio, mas, por algum problema técnico, o contato não foi possível. Aos 18 de maio tentamos empreender novamente contato com o Sr. Antônio, no número que nos tinha sido fornecido pelo Sr. Anderson. Em uma breve chamada, fomos informados que o Sr. Antônio se encontrava em outra ligação telefônica, sendo-nos solicitado retornar a ligação em alguns poucos instantes. Feito isso, por volta das 9 da manhã, pudemos finalmente conversar com o Sr. Antônio, em um diálogo que perdurou por aproximadamente 22 minutos. Em uma conversa franca, coloquial e bastante simples, comum entre homens do interior, descobrimos no Sr. Antônio valiosas informações que complementavam as memórias já compartilhadas pelo Sr. Jaime. Ao final de nossa cordial conversa, o Sr. Antônio manifestou-nos seu interesse em poder rever novamente a “Fazenda Trancham”, agora transformada em Universidade Federal de São Carlos, pois nunca mais havia voltado a ver estas terras, depois de tudo o que aconteceu. A seguir, fazemos um relato completo do telefonema:

Sr. Antônio: Alô???

Diego: Bom dia, Senhor Antônio?

Sr. Antônio: Bom dia!

Diego: Bom dia, aqui é Diego Moretti falando, sou pesquisador da Universidade Federal de São Carlos. Tudo bom com o senhor?

Sr. Antônio: Tudo bem, e com o senhor?

Diego: Tudo bom, graças a Deus.

Sr. Antônio: O nome do senhor é Diego?

Diego: Diego Moretti...

Sr. Antônio: Diego Moretti (anotando).

Diego: Isso!!!

Sr. Antônio: — dirigindo-se a outra pessoa: Não, não, pode ficar sossegada... - Pois não,

Sr. Diego, bom dia para o senhor!

Diego: Bom dia, Sr. Antônio, desculpe incomodar o senhor...

Sr. Antônio: Não, o senhor não me incomoda, é que eu estava ao telefone...

Diego: (risos) Ah, sem problemas...

Sr. Antônio: (risos) E aí fica... (inaudível) desliga um, liga o outro, desliga o outro, liga o outro (inaudível)...

Diego: Tem horas em que a gente fica até louco, não, Sr. Antônio?

Sr. Antônio: É, ficamos até doentes, Deus me livre!!!

Diego: (risos)

Sr. Antônio: Mas está tudo bem. O senhor conhece lá a universidade?

Diego: Isso!!! Eu trabalho na universidade e também sou estudante lá.

Sr. Antônio: Ah, o senhor trabalha lá???

Diego: Sim, exatamente... Já faz algum tempo que eu estou pesquisando a história da UFSCar e, como parte dessa pesquisa, descobri que a UFSCar foi construída nas terras que pertenciam à Fazenda Trancham, certo?

Sr. Antônio: Isso, exatamente...

Diego: Na semana passada, eu consegui estabelecer contato com o Sr. Jaime, seu sobrinho. Após ele me contar sua história pessoal com a fazenda e me fazer um relato daquilo que viveu por ali, ele me disse que era apenas um menino de doze anos na ocasião. O Sr. Jaime, então, sugeriu que seria muito mais interessante eu conversar diretamente contigo, Sr. Antônio, uma vez que o senhor era especificamente um dos três donos da Fazenda Trancham. Ele me passou o contato de seu filho, o Sr. Anderson, me sugerindo que, por meio dele, eu conseguiria estabelecer contato com o senhor. Não tem problema?

Sr. Antônio: Não, tudo bem... Ele veio até aqui em minha casa e, na verdade, eu até já conversei um pouco com ele a respeito.

Diego: Ah, maravilha!!!

Sr. Antônio: Agora vamos conversar nós dois, não tem problema. É que, naquela época, o Anderson também era novinho, o Jaime também era novinho... quem tomava conta da fazenda era eu, que ia sempre para São Carlos. A desapropriação da fazenda me deixou uma marca muito grande...

Diego: Eu imagino...

Sr. Antônio: (inaudível) De vez em quando eu comento sobre a UFSCar e sobre São Carlos com as pessoas. Certa vez, um amigo meu me falou: — “São Carlos é o top do

Brasil!!!”, ao que lhe respondi: — Eu sei disso (risos), não diga mais disso que eu fico ainda mais “brabo” com essa história! (risos)

Diego: Né?! (risos) Ela é o top do Brasil, mas o senhor teria que dizer que é assim também graças ao senhor, Sr. Antônio! O senhor e sua família têm um papel importante nisso tudo também, não?!

Sr. Antônio: Ah, lógico, não tenha dúvida! Não tenha dúvida!

Diego: Sr. Antônio, se o senhor puder me contar um pouquinho mais sobre sua história, primeiro eu gostaria de saber se o senhor me autorizaria a gravar essa nossa ligação para que eu possa depois transcrever em texto aquilo que o me senhor responder. Pode ser?

Sr. Antônio: Tá bom!

Diego: Não tem problema mesmo para o senhor?

Sr. Antônio: Não, afinal, o que vamos falar é somente a verdade, é a pura da realidade...

Diego: Ah, Maravilha! Isso vai facilitar bastante para que eu possa ter o seu relato em texto acrescido ao meu trabalho!

Sr. Antônio: Tudo bem...

Diego: Se puder, me conte por favor, Sr. Antônio, como foi que vocês adquiriram a fazenda. De que maneira vocês tiveram essa ideia. Como foi que os irmãos se organizaram pra comprar a fazenda que depois vocês chamariam de Fazenda Trancham?

Sr. Antônio: Então, a Trancham era minha, do pai do “Jaiminho”, que era o Jayme Caridá, já falecido, e de nossos irmãos Jacid Caridá e Ellis Caridad, que também já são falecidos. Só eu ainda estou vivo... Acho que foi para poder dar esta entrevista para o senhor! (risos)

Diego: Amém!!! (risos)

Sr. Antônio: Era eu mesmo quem cuidava de lá. Eu ia para a fazenda quase toda semana. Antes de comprar aquela fazenda, eu tinha uma outra aqui em Mogi, mas a vendi logo que apareceu a oportunidade de adquirir a Fazenda Santa Helena, em São Carlos. Aí nós compramos a Fazenda Trancham. A família não saía de lá, todo final de semana nós estávamos por lá! E quem já (inaudível) foi o então prefeito de São Carlos, que desapropriou nossa fazendinha e automaticamente a doou ao Governo Federal. Essa desapropriação foi em 1968. Eu não sei por que cargas d’água o prefeito veio à fazenda, conversar conosco. Ele nos garantiu: “Vai sim, sua fazenda vai virar a universidade, vou desapropriar...”. Porém, sem dúvidas, quem mais lutou para garantir essa desapropriação foi o Pereira Lopes, porque ele tinha muitas terras em São Carlos, mas aí pegaram justamente a minha ao invés de tantas outras. Minha fazendinha era uma big de uma

fazenda... Ela era minha, do Jayme, e, se eu não me engano, do Ellis ou do Jacid, uma coisa assim... Dos quatro irmãos, três éramos os donos.

Diego: Interessante... O Sr. Jaime, seu sobrinho, me falou algo parecido. Realmente, então, quem teve o ímpeto, o maior engajamento, a maior vontade nessa desapropriação foi diretamente o deputado Ernesto Pereira Lopes, que era industrial, dono das Geladeiras Clímax, aqui, certo?

Sr. Antônio: Isso, é o da Clímax mesmo, eu nunca mais esqueci o nome dele! A desapropriação foi ideia dele!

Diego: Agora, por que será que ele não pegou sua própria fazenda para isso? O Sr. Jaime me disse que ele tinha, perto da Trancham, umas terras também muito boas que poderiam ser utilizadas, certo?! O senhor tem ideia de por que ele escolheu a sua fazenda e não a própria fazenda que ele possuía para criar essa nova universidade, que também era uma proposta dele?

Sr. Antônio: Então, eu nunca conversei pessoalmente com ele, sabe?... Eu o conheci, assim, de longe... Eu penso que como ele tinha algumas terras lá em São Carlos e era dono da Clímax, onde fabricavam geladeiras, ou onde os componentes das geladeiras eram feitos, eu não me lembro bem ao certo, e como ele tinha muitas associações com a prefeitura e com o prefeito pessoalmente, eles... bem, não vou falar que foi um “trambique” porque não foi propriamente um “trambique”... eles simplesmente chegaram até mim em um domingo qualquer em que eu estava lá na fazenda e falaram que iriam desapropriar a nossa fazenda e ponto. Eu pedi, pelo amor de Deus, para não fazerem isso, disse-lhes que aquele espaço era uma maravilha... Eu lhes disse muitas coisas, sabe?! São quase 300 alqueires, né?

Diego: Sim...

Sr. Antônio: 300 alqueires... Mas aí desapropriaram tudo e doaram minha fazenda ao Governo Federal. Sabe, nós contratamos um advogado. Passamos a ir à fazenda sempre na companhia do advogado. Como disse, nós íamos para lá quase todo final de semana, agora acompanhados do advogado. Não era para brigar nem nada, só queríamos ver se era possível fazer algo para impedir isso. O advogado nos dizia que, caso a desapropriação fosse inevitável, não deveríamos ceder antes de sabermos quanto iríamos receber, quanto propunham nos pagar, quais eram os valores corretos a serem recebidos e quando receberíamos.

Diego: Claro.

Sr. Antônio: Vou te falar o valor certo que pagaram, na época! Se desapropriaram as terras em 1968, eu consegui receber alguma coisa somente por volta de 1973. Na época, me pagaram quatro milhões, mas eu não sei o que significam esses 4 milhões em valores de hoje¹³⁸. O que eu sei é que era bastante dinheiro! Tanto é que o Jayme Caridá, que é o pai do Jaiminho, pegou a parte dele, eu peguei a minha, os outros meus dois irmãos também pegaram as deles, e então dividimos tudo certinho, que é o justo, certo?

Diego: Sim...

Sr. Antônio: Como o Jayme era uma pessoa mais entendida, ele passou por Alphaville, que estava começando a ser construída, e comprou, com essa sua parte que ele ganhou, (risos), sendo ele muito do sabido, ele comprou uma grande quantidade de terras em Alphaville! Aquilo era quase de graça à época, né?! Ele fez um excelente negócio! E nisso ele se saiu muito bem, porque, sinceramente, ele perdeu de um lado, mas ele ganhou muito do outro. E eu também! Eu peguei uma parte do que recebi e comprei 158 alqueires, ou 168 alqueires, alguma coisa assim, aqui em Itu, em uma excelente propriedade, praticamente dentro da cidade, pois estamos a apenas dois quilômetros do centro de Itu aqui em minhas terras atualmente.

Diego: Poxa, que excelente!

Sr. Antônio: Excelente mesmo!!! Eu perdi de um lado, mas ganhei muito de outro. Só que São Carlos é uma cidade completamente diferente de Itu. Não é xingando, nem brigando, nem nada, mas o povo ituano é um povo mais simples, sem uma grande visão de futuro, por isso a cidade não cresce nem se desenvolve tanto quanto aí em São Carlos. Veja, eu e meus filhos estamos querendo lotear o meu terreno aqui na cidade, pela sua localização próxima ao centro... brigamos primeiro com a empresa imobiliária a quem inicialmente entregamos a responsabilidade pelo loteamento, aí, como não deu muito certo, tentamos novamente com uma das empresas responsáveis pelo projeto de Alphaville, mas também não deu certo...

[A partir daqui o Sr. Antônio começou a discorrer sobre suas informações econômico-empresariais pessoais e as de sua família, relatando suas frustrações em ainda não ter sido capaz, mesmo após doze anos de tentativas, de lotear as terras da fazenda que adquiriu em Itu com recursos advindos da venda da antiga Fazenda Trancham. Por respeito ao Sr.

¹³⁸ Conforme apuramos anteriormente, o valor final da indenização foi de Cr\$ 4.553.380,54 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta Cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), o que, em valores de hoje, seria algo em torno de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de Reais).

Antônio e a seus familiares, achamos por bem editar esta parte de sua entrevista, removendo o trecho relatado, cuja duração aproximada foi de dois minutos e meio].

Sr. Antônio: Agora, em relação à Fazenda Trancham, quem mais insistiu mesmo na desapropriação, sem dúvida alguma, foi o Pereira Lopes mesmo, foi o dono da Clímax. Como ele era um homem bem importante lá em São Carlos, e colocou essa ideia fixa na cabeça em relação à minha propriedade, acabou sobrando mesmo para mim, que perdi meu pedacinho tão querido de chão.

Diego: Entendi, que pena! Mas Sr. Antônio, me diga uma coisa, por favor, aqui na Universidade, nós não preservamos muito a nossa própria história, inclusive este é o principal motivo pelo qual eu estou tentando resgatar um pouco disso... recuperar algumas histórias do passado da UFSCar, visando preservá-las, afinal, a instituição já está fazendo 50 anos desde que foi instalada, em 1970. Até por conta disso, muito do que existe hoje em relação a informações sobre os primeiros tempos da Universidade são verdadeiras “lendas urbanas”. Um dos casos emblemáticos é uma história que diz que o senhor seu pai teria ficado (risos) com uma arma em riste pra pegar o prefeito Massei na portaria (risos)...

Sr. Antônio: (risos)

Diego: ... da fazenda, (risos), a fim de evitar a desapropriação. O senhor se lembra mais ou menos como foi essa história? Sabe alguma coisa sobre isso?

Sr. Antônio: Não, infelizmente, dessa história eu não me lembro. Eu me lembro que o meu pai chegou a morar na fazenda, disso eu me lembro perfeitamente. Ali moraram ele, a minha mãe e o restante do pessoal da família que também se instalou por lá, além do administrador que tivemos por algum tempo. Outra coisa que eu me lembro foi de ouvir meu pai dizer: “Não vou sair daqui de jeito nenhum!!! Só se eu sair daqui morto!!!” O Sr. Guerino, meu pai, insistiu a todo custo que não sairia da fazenda, mas aí veio o Exército, carregou o caminhão e retirou ele na marra. Eu nem me lembro pra onde foi a mudança dele na ocasião!

Diego: ‘Tadinho...

Sr. Antônio: E ele amava muito aquele lugar, como nós... nós também gostávamos muito de lá. Sempre foi um lugar maravilhoso... Mas foi isso, Sr. Diego, foi tudo isso o que aconteceu, ainda em 1968, e eu só recebi o meu dinheiro em 1973. Tanto é que eu sempre passo pela universidade, sempre que eu vou para essa sua região aí, porque eu tenho alguns negócios um pouco além de São Carlos, então, quando passo pela Rodovia

Washington Luís, sempre me dá uma vontade enorme de entrar e rever a propriedade, mas sinceramente, a dor é tão grande que eu não entro, ainda dói bastante. Sempre me dizem que a universidade é linda e que está tudo muito bonito por lá, né?!

Diego: É, eu acho mesmo muito bonito (risos), mas sou suspeito para falar, né, Sr. Antônio...

Sr. Antônio: Não... não, se o senhor acha, eu também acho (risos)!!!

Diego: (risos)

Sr. Antônio: Um dos meus filhos, acho que foi o “Andersão”, quando precisou ir para não sei direito onde, passou pela UFSCar, entrou lá um pouquinho e falou: “Pai, mas está lindo, lindo, lindo...!!!” Tanto é que a nossa casa sede, onde a gente morava, ainda está no mesmo lugar! Nada foi mexido, está tudo no mesmo lugar...

Diego: Sim, a Universidade preservou alguns dos prédios, a casa sede, a casa do administrador, e inclusive algumas das coelheiras que vocês tinham, que depois viraram os nossos primeiros laboratórios, sabe... Algumas das construções daquela época ainda estão lá até hoje, outras, infelizmente, precisaram ser demolidas. Muitos dos prédios mudaram, mas, no geral, acredito que vocês conseguiriam reconhecer os prédios originais, especialmente porque vocês ficavam concentrados ali na região mais perto da Rodovia Washington Luís, certo? Me parece que todas as atividades da fazenda ficavam concentradas naquele pedacinho da terra, não?

Sr. Antônio: Sim, sim...

Diego: Certamente foi muito traumático para sua família perder a fazenda desse jeito, eu não tenho dúvida, não, Sr. Antônio? A gente sabe que não foi uma coisa muito fácil para vocês, né?

Sr. Antônio: Lógico, foi difícil, foi muito difícil mesmo. Eu... não é brigar né?! Mas eu lutei muito pra poder ver esse negócio desfeito e poder pegar de volta a fazenda. A gente queria muito desfazer o que a prefeitura tinha feito, mas como eles já tinham doado a propriedade ao Governo Federal e a universidade já estava começando, então já não se tinha mais quase com quem falar, não tinha mais o que se fazer. Fazer o quê, né?!

Diego: E vocês tentaram, não?! O senhor e os seus irmãos tentaram dividir a fazenda, doando um pedaço ao governo e retendo um outro pedaço consigo, não foi isso?

Sr. Antônio: Foi, nós queríamos dar uma parte, ficando com a outra, mas como já tinham desapropriado aí não deu mais negócio...

Diego: Entendi...

Sr. Antônio: Nós sugeríamos que poderíamos dar para eles 50 alqueires, 60 alqueires, mas não quiseram... eles queriam os 300 alqueires! Aí não teve jeito! Então não quiseram dividir, não teve mais negócio. Tanto foi assim que depois eu acabei comprando uma outra fazenda mais para a frente, ainda na Washington Luís... Onde ficava a sede era ali pelo quilômetro 235, né?

Diego: Isso, exatamente!

Sr. Antônio: Tô com a cabeça boa, hein!

Diego: É!!!

Sr. Antônio: Então (risos), passando embaixo do viaduto, seguindo em frente, se faz uma curva à direita, depois, lááááá na frente, bem mais para a frente, ficava a fazenda São Luís, que eu comprei. Ela era uma fazenda bem menor, tinha só 50 alqueires, já estava bom pra mim... e também, vai pra lá, vem pra cá... como eu também tinha parte na firma de eletrônica na Santa Efigênia, junto de meus irmãos, que é a Trancham, nem dava pra cuidar tanto assim da fazendinha. Então, a Fazenda Trancham herdou o nome da Eletrônica Trancham, que foi inaugurada bem antes. No fim, nada disso foi para a frente, exceto pela eletrônica. O senhor já ouviu falar na CCE¹³⁹? É uma firma de importação de material eletrônico. O dono era o Isaac Sverner.

Diego: Sim, sim, claro!

Sr. Antônio: Ele está vivo até hoje! Eu fiz um bom negócio com ele. Eu lhe disse que lhe daria a Fazenda São Luís, da qual ele havia gostado muito (de fato, ela era muito bonitinha, mesmo tendo só 50 alqueires) e em troca, como pagamento, ele me daria o valor correspondente em mercadorias, ou seja, o que eu perdia de um lado, eu ganhava do outro. Foi um excelente negócio!

Diego: Realmente, Sr. Antônio! Não entendo muito disso mas parece que o senhor fez mesmo um bom negócio. Mas, por favor, me deixe eu lhe fazer só mais uma perguntinha. O senhor me disse aqui que o senhor ia semanalmente lá para a Fazenda Trancham. O

¹³⁹ A empresa CCE, cuja sigla significava originalmente “Comércio de Componentes Eletrônicos”, foi fundada em 1964 em São Paulo. Hoje adotando a razão social CCE da Amazônia S. A., pertencente ao Grupo Digibras, da família Sverner, a empresa mudou sua sede para a Zona Franca de Manaus. Atualmente, produz apenas componentes eletrônicos como placas de circuito impresso e outros tipos de aplicações internas de equipamentos eletrônicos, mas, durante muitos anos de sua história, produziu os mais variados tipos de produtos, de fogões a geladeiras, de televisores a aparelhos de ar-condicionado, de computadores completos a videogames, além de videocassetes, *walkmans* e *discmans*, entre muitos outros dispositivos. Seus produtos, historicamente, eram considerados de qualidade inferior aos de seus concorrentes, atendendo sempre às camadas mais populares graças aos preços mais competitivos que eram capazes de praticar por conta disso, motivo pelo qual, durante os anos 1990, era comum ser chamada pelo nada simpático apelido “CCE - Comecei Comprando Errado”.

senhor chegou a cuidar das coisas por lá? O que o senhor costumava fazer quando ia lá para a fazenda?

Sr. Antônio: Eu cuidava um pouco. Na realidade, um pouco não, eu até que cuidava bastante de lá, dos animais, do gado... Nós tínhamos até uns cavalinhos para andar e algumas outras criações. Minha intenção, naquela época, era plantar eucaliptos em parte da propriedade. Era uma época boa para isso, e várias propostas boas para plantio de eucaliptos chegaram até nós. Ainda hoje eu tenho boas propostas para plantar eucaliptos em minhas terras, mas hoje já não é mais como era no passado. Hoje, esse negócio de eucaliptos, com empresas como a Eucatex e outras firmas, é rentável de outras maneiras, não como antigamente. Eu não sei se foi o Dória¹⁴⁰ agora, não sei quem foi... mas me fizeram uma proposta maravilhosa. Porém, como eu tenho gado nessa outra fazenda que eu tenho, umas 500 ou 600 cabeças, não posso misturar o gado no meio do eucalipto. Mas ainda hoje, o eucalipto está dando um bom dinheiro, e já àquela época, nossa intenção era plantar eucaliptos em uma parte da Fazenda Trancham, mas, no fim, infelizmente não deu nem tempo, né?! Nós ficamos pouco tempo com a fazenda, e logo já desapropriaram. O senhor se lembra do Roberto Carlos? Lógico que se lembra, quem não se lembraria?

Diego: Sim, sim...

Sr. Antônio: Como é que se chamava o grupo... tinha o Roberto Carlos, a Wanderléia...

Diego: O senhor se refere à Jovem Guarda?

Sr. Antônio: É, isso! Jovem Guarda... isso! A Jovem Guarda... Eu sei que era um pessoal muito bacana... Na época que eles estavam começando com o Roberto Carlos e tudo mais, foi exatamente onde ocorreu a desapropriação da minha fazenda.

Diego: Sim, sim, foi mais ou menos por volta dessa época mesmo¹⁴¹! O seu sobrinho chegou a dizer que a desapropriação foi em 1969, sabemos que a Universidade surgiu em 1970, então certamente a desapropriação foi entre 1968 e 1969.

Sr. Antônio: Ah, foi por aí mesmo. Eu ia toda semana também, às vezes com o advogado, a gente ficava negociando pra cá, negociando pra lá... Até que em 1973, como eu lhe falei, finalmente recebi o meu dinheiro. Eu reforço novamente o que já lhe disse: eu recebi por volta de quatro milhões, que eu não sei quanto valia na época nem sei quanto vale hoje, só sei que era muito dinheiro.

¹⁴⁰ Provável referência ao atual Governador do Estado de São Paulo, João Dória.

¹⁴¹ O movimento cultural da Jovem Guarda surgiu por volta de 1965.

Diego: Sim. E o senhor se lembra quando foi que vocês compraram essa fazenda, a Fazenda Trancham? Porque, pelo que eu entendi, vocês não ficaram muitos anos com ela.

Sr. Antônio: Não, realmente não ficamos não. Eu realmente não consigo me lembrar de tudo, mas acho que ficamos com a fazenda por uns 4 ou 5 anos... 68 menos 5... 1963... É, foi aproximadamente de 4 a 5 anos mesmo.

Diego: Entendo.

Sr. Antônio: Ali nós tínhamos o negócio de coelhos, também o de bois, alguns cavalos... A gente amava aquilo tudo! São Carlos é uma cidade tão bonita!

Diego: Vocês gostavam daqui?

Sr. Antônio: Ô, e como!!! Mas, na época da desapropriação, São Carlos era 10% do que é hoje!

Diego: Sim, sem dúvida.

Sr. Antônio: Acho que você era até menor, aquilo cresceu tremendamente!

Diego: Sim, sim... A cidade hoje está com seus 250 ou 255 mil habitantes... Na época, devia ser algo que não chegava a uns 80 mil habitantes¹⁴²...

Sr. Antônio: Não chegava, que eu me lembre realmente não chegava.

Diego: Sr. Antônio, acho que chegou a hora de eu parar de incomodar o senhor. Suas respostas foram muito esclarecedoras! Ouvindo o que o senhor me disse e também o que o Sr. Jaime já tinha me dito, eu consigo ter um panorama bastante interessante de como foi a história de vocês lá na Fazenda Trancham, como foi poder viver na fazenda, terem sua posse, viajarem e ficarem um pouco por lá e, mais especificamente, esse grande sentimento de tristeza e de perda que vocês têm devido à desapropriação da fazenda de sua família. Enquanto pesquisadores, estamos tentando resgatar um pouco as histórias das pessoas que passaram pela UFSCar, como parte de tentar descrever melhor a história da própria Universidade e, assim, documentar quem eram essas pessoas e quais foram suas contribuições, até para tentar fazer jus à participação que tiveram nessa história, como foi pela participação do senhor, que foi muito relevante. Por isso, sinceramente, eu gostaria de lhe agradecer por seu tempo e por me contar um pouquinho de sua história! Eu combinei com o seu filho, o Sr. Anderson, de que, quando meu trabalho for publicado, com a sua participação nele, eu vou lhe enviar uma cópia, por meio dele, para que o senhor também possa ter uma cópia deste meu trabalho e poder compartilhar com seus familiares, se assim o desejar, pode ser?

¹⁴² Dados estatísticos colhidos posteriormente indicavam uma população de 62.000 habitantes em 1960, contra 85.500 habitantes em 1970, segundo a Wikipédia, logo, nosso chute foi até que bastante preciso.

Sr. Antônio: Pode, lógico que pode! Mas é mais ou menos aquilo que eu já lhe falei. Nós vendemos a fazenda em Mogi e com o dinheiro compramos a Fazenda Trancham. Como também tínhamos a Eletrônica Trancham, que tinha muito movimento, eletroeletrônica, manutenção, e tal, nós estávamos sempre em trânsito, mas eu não saía de lá da fazenda em São Carlos... Aquilo era muito bonito, hoje deve estar ainda muito mais bonito!

Diego: Realmente, Sr. Antônio. Passados 50 anos, a gente nota que já existem alguns prédios um pouco mais velhinhos, mas, de toda forma, o ajardinamento do *campus* é muito bonito, especialmente pelas árvores, pelo lago... Realmente é um ambiente muito bonito de se trabalhar, eu me sinto um grande privilegiado por poder trabalhar na Universidade!

Sr. Antônio: E eu me sinto muito privilegiado por poder ter falado com o senhor, Sr. Diego. Eu vou verificar entre os documentos que eu tenho guardados se existe ainda algo sobre a Fazenda Trancham. Caso eu ache o nome da pessoa de quem nós compramos a fazenda (sei que é um nome fácil, era uma pessoa conhecida), aí eu entro em contato e passo para o senhor.

Diego: Maravilha! Se o senhor tiver ou achar qualquer coisa que julgue ser interessante em matéria de documentos e quiser fotografar, se possível for, ou mesmo se o senhor quiser nos enviar o material, o Sr. Anderson, seu filho, tem meu contato, basta o senhor me avisar! Dependendo do que seja, a gente inclui também em minha pesquisa, ou encaminha para registro na Unidade Especial de Memória e Arquivo Histórico da Universidade, o que for melhor!

Sr. Antônio: Certo! Me dê o telefone do senhor, por gentileza pode ser?

Diego: Claro! o senhor pode anotar?

Sr. Antônio: Posso.

[Após anotar o número...]

Sr. Antônio: Perfeito, o nome do senhor é Diego Moretti?

Diego: Exatamente!

Sr. Antônio: Eu vou lhe fazer uma proposta, pode ser?

Diego: Claro!

Sr. Antônio: Se eu for para São Carlos, por algum motivo... logo eu precisarei ir até Votuporanga, então, quando eu passar por São Carlos, eu posso dar uma passadinha aí na Universidade e procurar pelo senhor?

Diego: Sem dúvida! Só precisaremos combinar certinho, porque a universidade cresceu bastante...

Sr. Antônio: Não, tudo bem. Eu ligo para o senhor e nós marcamos!

Diego: Perfeito! Sem dúvida nenhuma, vai ser um prazer apresentar a UFSCar para o senhor, Sr. Antônio! Muito obrigado por sua ajuda!

Sr. Antônio: Não, o prazer foi meu! No que eu puder lhe auxiliar, pode ficar tranquilo...

Diego: Muito obrigado, Sr. Antônio! Obrigado mesmo pela sua entrevista!

Sr. Antônio: Obrigado o senhor. Quando precisar de alguma coisa, pode me ligar, não tem problema!

Diego: Tá certo, muito obrigado pela disponibilidade, mais uma vez.

Sr. Antônio: Obrigado o senhor! Tenha um bom dia!

Diego: Bom dia, até mais!

Sr. Antônio: Tchau, tchau...!

Anexo 5: Ernesto Pereira Lopes: Um Homem, Três Dimensões – pequena “genealogia” explicativa do livro “pseudo-auto-biográfico” de Pereira Lopes

Conforme descrevemos anteriormente na nota de rodapé de número 55 que aparece na página 110 desta dissertação, em 1994, pouco depois de seu falecimento, foi publicada uma biografia de Ernesto Pereira Lopes intitulada “*Ernesto Pereira Lopes: Um Homem, Três Dimensões*”, impressa em edições em capa dura e em brochura por uma editora denominada “Editora JMJ Ltda.”, de São Paulo, com edição de Célia Valente e de Fabio Humbert e prefácio de Lourival Kiçula. A obra é escrita em primeira pessoa, como se Ernesto Pereira Lopes narrasse suas memórias de sua própria consciência, conforme bem descreve a nota dos editores que acompanha o volume, afirmando que “embora esteja apresentado sob a forma de autobiografia, com Ernesto Pereira Lopes evocando a história de sua vida, nem tudo o que está registrado neste livro foi dito diretamente por ele” (VALENTE; HUMBERG, 1994). Procurando compreender mais apropriadamente em que condições se deu a escrita deste livro, foi possível compor uma verdadeira “genealogia” de pessoas e empresas que, de uma maneira ou de outra, estiveram associadas à vida de Pereira Lopes. Por curiosidade e como acreditamos que o(a) leitor(a) poderia se interessar por este tema, considerando-se o fato de que Ernesto Pereira Lopes foi o “pai” da ideia original de criação da UFSCar, resolvemos agregar mais detalhes sobre a composição do presente livro, descrevendo, no decorrer deste Anexo, esta “genealogia” proposta, acompanhada das fontes de pesquisa que nos fornecem as informações sobre as empresas e as figuras humanas a ele associadas.

Um Homem, Três Dimensões relata a vida de Ernesto Pereira Lopes sob uma perspectiva bastante positiva, fundamentada nos argumentos humanistas do médico, empresário e político que via na sua atuação política, no empreendedorismo mercantil e na medicina maneiras próximas ou associadas de cuidar de seus semelhantes e de promover o bem da humanidade. Escrita de forma independente e desinteressada (se é que isto é realmente possível), a obra poderia ter mesmo se constituído como uma bela homenagem póstuma ao personagem que descreve, mas as condições sob as quais veio à luz, infelizmente, sob a opinião deste pesquisador, trazem à tona a visão de que não foi uma publicação efetivamente imparcial e uma homenagem natural ao falecido homem público, mas, pelo contrário, foi apenas uma peça de propaganda pessoal bancada por associados, que por mais interesses que tivessem em homenagear o amigo recentemente

perdido, o faziam mais numa perspectiva de boas aparências ou de política de boa vizinhança do que na de carinho para com seu amigo querido recém falecido.

– O livro foi publicado tendo o “apoio cultural” da Sanyo da Amazônia S. A., com seu famoso logotipo compondo a assinatura principal da obra, em tamanho maior mesmo até que o da própria editora que o publicava. O prefácio indica que a material foi impresso com patrocínio fornecido pela empresa.

Figura: Logotipo da *Sanyo Electric Co. Ltd.* e de suas subsidiárias.



Fonte: Wikipédia, 2009.

– Entre 1991 e 1998, a Sanyo da Amazônia S. A. foi uma *joint venture* entre a *San'yo Denki Kabushiki-gaisha (Sanyo Electric Co. Ltd.)* e a Umuarama Administração de Bens e Participações S. A.¹⁴³, *holding* presidida por Sérgio Marcos Prosdócimo. Essa *holding* foi criada em 1990 a fim de permitir uma melhor organização dos ativos da Refrigeração Paraná S. A. (Refripar) e de seus controladores, de modo a fomentar a nova parceria com a empresa japonesa sem misturar seus ativos aos da Refripar diretamente. Desta forma, a partir de 1991, tanto a Refripar quanto a Sanyo da Amazônia passaram a ser controladas pela Umuarama. Em 1998, porém, a Umuarama vendeu sua participação na Sanyo da Amazônia à sua sócia japonesa *Sanyo Electric Co. Ltd.*, que passou a ter a totalidade do capital social da filial. Desde 2 de abril de 2012, a Sanyo da Amazônia Ltda. se tornou uma subsidiária integral da Panasonic do Brasil Ltda.¹⁴⁴ e a marca Sanyo deixou de ser utilizada comercialmente no Brasil¹⁴⁵. Esta ação foi um resultado direto da compra das ações globais da Sanyo pela Panasonic em 2009¹⁴⁶, tornando as duas empresas, associadas desde a sua fundação devido ao parentesco de seus fundadores, uma única companhia¹⁴⁷.

¹⁴³ Vide <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/prosdocimo-vende-a-sanyo-para-japoneses-73122.html>.

¹⁴⁴ Vide <http://www.sanyo.com.br>.

¹⁴⁵ Vide <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1005200028.htm>.

¹⁴⁶ Vide <https://www.tecmundo.com.br/mercado/135233-historia-sanyo-marca-japonesa-simbolo-anos-90-video.htm>.

¹⁴⁷ Vide <https://dealbook.nytimes.com/2009/12/10/panasonic-acquires-majority-of-sanyo/> e <https://www.reuters.com/article/us-sanyo-panasonic-idUSTRE66S03820100729>.

– A Umuarama Administração de Bens e Participações S. A. era, à época da publicação do livro, em 1994, uma *holding company* para os negócios de Sérgio Marcos Prosdócimo, negócios esses que, como se pode observar em um vídeo institucional da época¹⁴⁸, apresentado pelo jornalista televisivo Joelmir Beting, tinham como carro chefe a Refrigeração Paraná S. A. (Refripar). Além de comercializar produtos utilizando marcas associadas, como a marca Sanyo, descrita anteriormente, ou marcas licenciadas de empresas estrangeiras, como a marca *White Westinghouse*¹⁴⁹, a Refripar era responsável por produzir e comercializar os produtos de uma empresa associada, porém, administrada separadamente dentro da *holding* Umuarama, a Clímax Indústria e Comércio S. A. Este foi o nome com o qual foi batizada a empresa resultante da aquisição da Pereira Lopes - Ibesa Indústria e Comércio S. A. pela Refripar, de Prosdócimo, após a venda da companhia são-carlense para seus competidores paranaenses, em 1982¹⁵⁰.

Figura: Logotipo da Prosdócimo, principal marca da Refripar e de sua controladora, a Umuarama.



Fonte: Wikipédia, 2018.

¹⁴⁸ Vide <https://www.youtube.com/watch?v=EXusDmTJJwA>.

¹⁴⁹ A marca *White Westinghouse* surgiu como resultado da aquisição da divisão de eletrodomésticos da *Westinghouse Electric Corporation* pela *White Consolidated Industries*, em 1975. A *Westinghouse Electric Corporation* era um conglomerado que teve origem em 8 de janeiro de 1886, criada por George Westinghouse Jr., empreendedor famoso pela invenção do sistema de distribuição de energia por meio de corrente alternada, que competia diretamente com Thomas Edison, inventor do sistema de distribuição de energia por meio de corrente contínua, como o padrão que deveria ser adotado durante o processo de expansão da inovadora rede elétrica pelos Estados Unidos, no decorrer das décadas de 1880 e 1890. O episódio da competição entre os empresários, suas invenções e as respectivas empresas resultantes ficou conhecido como a “Guerra das Correntes” (vide https://en.wikipedia.org/wiki/War_of_the_currents), situação que somente se encerrou quando Edison sofreu um revés comercial que resultou na criação da empresa hoje conhecida como *General Electric Company (GE)*. Nos dias atuais, graças a uma enorme e complicada série de aquisições, desmembramentos e reestruturações societárias ocorridas durante os anos 1990, a marca *Westinghouse* pertence apenas nominalmente à *Westinghouse Electric Corporation*, que, por sua vez, somente existe como uma guardiã da propriedade intelectual clássica da antiga companhia e licenciadora da marca original, se constituindo meramente como uma divisão administrativa da *CBS Corporation* (a mesma proprietária da emissora de televisão aberta *Columbia Broadcasting System - CBS*), que, por sua vez, é parte da empresa de mídia *ViacomCBS Inc.*, controlada pela *National Amusements, Inc.* A *White Consolidated Industries*, por outro lado, foi adquirida em 1986 pela *Electrolux AB*, empresa sueca que já licenciava a marca *White Westinghouse* para alguns de seus produtos em mercados fora dos Estados Unidos, embora tal marca fosse licenciada pela Refripar no Brasil. Com esta aquisição, a *Electrolux* se tornou proprietária definitiva da marca *White Westinghouse*, passando a licenciar a mesma à Refripar no Brasil, ao mesmo tempo em que ia comprando participação em sua empresa-mãe, a Umuarama.

¹⁵⁰ ONO, Maristela Mitsuko. Design industrial e diversidade cultural: Sintonia essencial. Estudos de casos nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos no Brasil. 2004. 1.200 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 494.

– Parece-nos ser interessante apontar brevemente aqui o histórico da Pereira Lopes - Ibesa Indústria e Comércio S. A. após sua aquisição pela Refripar, em 1982. Renomeada como Clímax Indústria e Comércio S. A., a empresa continuou a operar isoladamente das demais empresas da Refripar, embora, aos poucos, negócios auxiliares fossem sendo fundidos entre as diferentes empresas do Grupo Umuarama, como os serviços de assistência técnica e os de exportação (vide vídeo à nota 148 acima). A partir de 1993, a Refripar começa a consolidar as operações da Clímax Indústria e Comércio às suas próprias, retirando a marca Clímax do mercado. Em 1994, dez anos após desfazer-se de uma expressiva participação no Grupo Arno, a *Electrolux AB*, da Suécia, adquire 10% do controle acionário da Refripar. Em janeiro de 1996, a *Electrolux* adquire a maioria do capital restante da Refripar¹⁵¹, passando a ter o controle da empresa que, pela primeira vez, saía das mãos da família Prosdócimo. A partir deste momento, a Refripar passa a oferecer os seus produtos sob a marca temporária “Electrolux-Prosdócimo”, combinando a identidade visual das duas empresas como sua logo comercial. No ano seguinte, a Refrigeração Paraná S. A. (Refripar) mudaria seu nome para Electrolux do Brasil S. A.¹⁵², e poucos meses depois, abandonaria a marca temporária em favor de sua identidade visual global¹⁵³. Sérgio Prosdócimo faleceria em 22 de maio de 2018¹⁵⁴.

– Lourival Kiçula, que assina o prefácio do livro, foi presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros). O livro “*The Fighter: A trajetória de Nelson Peixoto Freira para erguer e consolidar uma indústria no Brasil*”, de Helvio Falleiros¹⁵⁵, narra, em seu capítulo 8, “Modernizando a Abinee”, a batalha que se travou, no seio do empresariado industrial brasileiro na primeira metade dos anos 1990, entre os membros da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), apoiados

¹⁵¹ Vide <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/11/dinheiro/14.html> e <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/14/dinheiro/24.html>.

¹⁵² Vide <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/electrolux-do-brasil-substitui-refripar-11766.html>.

¹⁵³ Vide <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/ha-22-anos-marca-prosdocimo-comecava-a-sair-do-mercado-00o1i7usc5px9j9o6g77essrd/>.

¹⁵⁴ Vide <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/morre-o-empresario-paranaense-sergio-prosdocimo-dse79wvtgg0qtecjujmrwhx6n> e <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/sergio-prosdocimo-industria-paranaense-perde-um-de-seus-principais-nomes-3etip6wparg7hejcb5t44h35r/>.

¹⁵⁵ FALLEIROS, Helvio. *The Fighter: A trajetória de Nelson Peixoto Freira para erguer e consolidar uma indústria no Brasil*. São Paulo: Primavera Editorial, 2015. 194 p. ISBN 978-85-61977-81-8. Disponível em: https://play.google.com/store/books/details/Helvio_Falleiros_The_fighter.

pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e contrários ao crescimento indiscriminado da Zona Franca de Manaus, e aqueles que defendiam a expansão e os benefícios fiscais concedidos às empresas que faziam parte da ZFM, empresas estas que decidiram empenhar a criação da Eletros ao romper com a Abinee. À página 114 deste livro é dito que:

Na liderança do movimento dissidente estavam Philips, Gradiente, Prosdócimo, Semp/Toshiba, Sharp. Saíram da Abinee as empresas do setor de Imagem e Som, instaladas em sua maioria na Zona Franca de Manaus. Elas criaram a nova entidade, hoje Eletros, em 12 de agosto de 1994, presidida inicialmente pelo empresário Eugênio Staub, presidente da Gradiente, tendo o executivo Lourival Kiçula como porta-voz. (FALLEIROS, 2015, p. 114).

De acordo com seu próprio prefácio a *Um Homem, Três Dimensões*, Lourival Kiçula afirma que “[conheceu] o dr. Ernesto Pereira Lopes em 1971, quando trabalhava na Pereira Lopes/Ibesa” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 9). Reportagem do portal UOL de 17 de maio de 2010, intitulada “Empreendedores profissionais: quem são e o que querem?”¹⁵⁶ indica que:

Para quem acompanha de longe o mundo corporativo, deixar um cargo de alta gerência em uma grande empresa para assumir outra, em processo de falência, parece loucura. Porém, para Lourival Kiçula não foi tão difícil sair da presidência da Sanyo do Brasil, em 1998, para assumir a Tec Toy, que estava em concordata. Ele não sabia, mas naquele momento tornava-se um empreendedor profissional.

(...)

Foi o desafio que fez Kiçula, hoje presidente da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), sair da empresa onde trabalhou durante oito anos, e mantinha uma carreira sólida, para gerir uma outra em condições não tão estáveis assim. Em 1998, a Sanyo estava em processo de mudanças. Querendo sair da rotina que ele se impôs ao longo dos anos, Kiçula aproveitou o momento e saiu. “Eu não queria zona de conforto”, afirmou. (UOL, 2010).

Ao que tudo indica, a carreira do Sr. Lourival Kiçula esteve atrelada, primeiramente, às Indústrias Pereira Lopes, depois à Pereira Lopes/Ibesa, depois aos negócios associados da Refripar, em especial a Sanyo do Brasil, até que se desligasse dos negócios associados a Ernesto Pereira Lopes e a Sérgio Prosdócimo, já como presidente da Eletros, movendo sua carreira para presidir a tradicional empresa brasileira de videogames e brinquedos Tec-Toy. Segundo as fontes apresentadas, portanto, entre 1990

¹⁵⁶ Vide <https://www.infomoney.com.br/carreira/empreendedores-profissionais-quem-sao-e-o-que-querem/>.

e 1998, o Sr. Kiçula foi executivo da Sanyo, exatamente quando esta estava sob administração da Umuarama, de Sérgio Prosdócimo. Vale a pena destacar suas palavras, no prefácio do livro, quando afirma que “este projeto concretiza-se agora (...) [,] patrocinado pela Sanyo da Amazônia e contando desde o início com o apoio de seu presidente, Sérgio Prosdócimo, (...) após um extenso trabalho de pesquisa junto ao [próprio] dr. Lopes, sua família, amigos e colaboradores” (VALENTE; HUMBERG, 1994, p. 9), o que só solidifica nossa teoria quanto ao presente livro se constituir apenas como uma peça de propaganda encomendada que, infelizmente, não ficou pronta a tempo de ser vista pelo seu principal contratante, o próprio homenageado.

- Sobre a Editora JMJ, criada em 1992, pouco se pôde descobrir. Caso não tenhamos nos perdido entre homônimos, é possível supor que um dos autores de *Um Homem, Três Dimensões*, citado como Fabio Humberg, tenha sido o empresário e escritor Fabio Ernesto Vampre Humberg, colunista do *website* da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)¹⁵⁷, formado em Letras pela USP e atualmente diretor da Editora CL-A Cultural Ltda., especializada, segundo seu *website*, “em duas áreas principais: Comunicação Empresarial e Edição de Livros”¹⁵⁸. A outra autora, Célia Valente, é citada no *site* do Núcleo de Estudos Judaicos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como “Escritora e jornalista, [nascida] no Egito e [morando] no Brasil desde 1959”¹⁵⁹. É autora, segundo os registros encontrados em buscas pela *internet*, dos livros “Portas Abertas - A Experiência da Rhodia - Novos Caminhos da Comunicação” (em parceria com Walter Nori, Editora Best Seller, 1990), “O Salto Para a Vida: A história de Léa Mamber” (Editora FTD, 1997) e “Um Olhar Sobre a Família: Trajetórias e desafios de uma ONG” (Editora Ágora, 2004). É possível perceber-se que ambos os autores trabalharam no ramo de publicações de obras literárias encomendadas por empresas e organizações. Quanto à Editora JMJ Ltda. propriamente dita, consta dos cadastros da Secretaria da Receita Federal do Brasil que a empresa foi “baixada por omissão contumaz” em 9 de fevereiro de 2015, tendo publicado, além do livro ora

¹⁵⁷ Vide <http://www.aberje.com.br/author/fabio-ernesto-vampre-humberg/>.

¹⁵⁸ Vide <https://www.editoracla.com.br/>.

¹⁵⁹ Vide http://www.letas.ufmg.br/padrao_cms/index.php?web=nej&lang=1&page=3283&menu=&tipo=1.

pesquisado, apenas mais um, sobre a vida do Presidente Washington Luís (1869-1957)¹⁶⁰, segundo o que foi possível se apurar em relação ao seu catálogo bibliográfico.

¹⁶⁰ SERÁFICO, Luiz, Washington Luís e Seus Argumentos, São Paulo, Editora JMJ Ltda, 1997.

Anexo 6: Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos

A seguir, o(a) leitor(a) poderá ter acesso à íntegra dos Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos, conforme registrados pelo Conselho de Curadores da UFSCar, sob a presidência do Prof. Dr. Edson Rodrigues, em 23 de julho de 1969. O arquivo original encontra-se na posse da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), que gentilmente digitalizou o material, fornecendo-o para esta pesquisa, por meio do Departamento de Informações Institucionais (DeInfo) da Secretaria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais (SPDI), a quem este estudante agradece o incomensurável apoio para trazer novamente à luz este texto, produzido e arquivado já há 51 anos, porém, sob muitos aspectos, ainda tão atual no dia-a-dia do fazer acadêmico da UFSCar.

23/07/67

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SÃO CARLOS
CONSELHO DE CURADORES

TÉRMINOS DE REFERÊNCIA PARA O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

O projeto de implantação da Fundação Universidade Federal de São Carlos deverá se processar em 3 partes, intimamente ligadas e relacionadas, a saber:

I - RELAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

a) Esta fase do projeto deverá dar resposta através do levantamento de dados primários, a uma série de questões básicas relativas à demanda estudantil no período 1970-1975, nas escolas superiores, secundárias e primárias da região. Deve ser dada ênfase às carreiras de desenvolvimento científico-tecnológico e feita uma avaliação do potencial de interesse nestes aspectos da educação e que grau de necessidade de estímulos a serem injetados na comunidade, através dos meios de comunicação, para orientar a demanda maciça das referidas carreiras na Universidade. Deve ser dada ênfase a uma avaliação do nível de ensino nos mencionados centros e a possível necessidade do estabelecimento de escolas experimentais no ciclo primário-secundário, pela Universidade, para padronização de referencial.

Simultaneamente deverá ser feito um levantamento do interesse escolar pelas carreiras de técnicos de nível médio e estimativa de demanda futura à Universidade. Um levantamento do nível, número e qualificação do corpo docente associado ao ensino será necessário, como dados vitais na avaliação da estrutura básica pré-universitária do ensino na região.

Deverá ser feito um levantamento sobre a necessidade comunitária relativa a cursos de extensão universitária que acelere a participação da comunidade no empreendimento, com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e culturais.

No período de 1970-75 deverá ser feita uma estimativa do número efetivo de estudantes que a universidade poderá dispor no campo das ciências exatas e tecnológicas, através de exames vestibulares em todo o Estado.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SÃO CARLOS
CONSELHO DE CURADORES

- b) Um dos objetivos fundamentais da Universidade Federal de São Carlos é atuar, de forma decisiva, na formação de professores de ensino secundário e superior, principalmente na área das ciências básicas. Para tal disporá de uma Faculdade de Educação que deverá desempenhar papel preponderante na preparação de especialistas em educação pelos métodos mais avançados da tecnologia educacional. O dimensionamento destas atividades necessita de dados reais no quinquênio 1970-1975 relativas ao número, área de ação e qualificação de professores do ensino secundário e superior, em ciências básicas, no Estado, obtidos através de pesquisa junto à rede de ensino.

II - PROGRAMAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE

O estudo do relacionamento físico da Universidade com a comunidade e a avaliação do impacto da implantação da mesma na vida comunitária constituem o tema do presente item. Para tal é necessário abordar os problemas enumerados abaixo:

- a) Estudo da localização do Campus na área disponível.
- b) Estudo do acesso ao Campus por meio de transportes diversos.
- c) Estudo do fornecimento de força, luz, gás, água.
- d) Localização, na cidade, das áreas residenciais periféricas para alunos, funcionários, professores.
- e) Localização de áreas comerciais e de serviços que a comunidade pode oferecer.

A execução das tarefas mencionadas acima terá que ser feita levando em conta o Plano Diretor da cidade de São Carlos, a sua tendência de crescimento e seu projeto urbanístico.

Um dos objetivos do estudo é possibilitar atingir um nível de 5000 alunos no final do quinquênio 1970-1975 de forma planejada sem introduzir tensões na comunidade.

III - RELAÇÃO UNIVERSIDADE-COMPLEXO INDUSTRIAL-PESQUISA CIENTÍFICA

Esta fase do trabalho deve ter como elemento orientador a conceituação delineada a seguir:

- a) A nossa sociedade é caracterizada pela influência de forma intensa que a ciência e a tecnologia exercem sobre a vida moderna. A expansão explosiva da ciência e da tecnologia tornou o ensino convencional como é praticado nas universidades bra

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SÃO CARLOS
CONSELHO DE CURADORES

sileiras obsoleto não só porque o progresso da ciência gerou uma tecnologia tão nova que a formação que se dá aos estudantes já está ultrapassada, mesmo antes de saírem das mesmas, mas também pelos problemas cruciantes apresentados pelo ritmo intenso de industrialização que estamos sofrendo. Uma das missões da Universidade em qualquer sociedade subdesenvolvida ou não, é a de encaminhar à sociedade homens capazes de operar seus complexos sistemas industriais e gerar conhecimentos científicos-tecnológicos novos, que promovam o desenvolvimento de forma acelerada.

Nos países ainda em desenvolvimento, como o Brasil, a demanda às universidades se restringe quase que totalmente a profissionais que mantenham acelerado o ritmo de produção eficiente da tecnologia importada, pela qual pagamos "royalties" e serviços.

Embora o complexo industrial apresente problemas de grande magnitude, por inexistência da íntima relação universidade-indústria, nossa capacidade de gerar conhecimentos e aplicações tecnológicas imprescindíveis a rápida demanda suscitada pelos problemas gerados a curto prazo não encontra resposta adequada no nosso sistema, universitário, principalmente porque é praticamente inexistente o hábito de encontro de interesses entre o complexo industrial e a universidade.

Por sua vez a universidade, não sentindo demanda vitalizadora, só se concentra naquelas áreas de conhecimento rudimentar já obsoleta, tradicional, que fornece profissionais com capacidade somente operativa, incapazes de lidar com problemas que exigem uma formação técnica mais avançada.

É exatamente reconhecendo este crucial problema que há no país, atualmente, uma concentração de esforços no sentido de preparar profissionais do nível de mestre e doutor em ciências puras e aplicadas.

b) A implantação da Universidade Federal de São Carlos, dedicada principalmente ao desenvolvimento da área das ciências básicas (Matemática, Física, Química, Geologia, Biologia, etc.) visa não só oferecer aos estudantes um conceito de for

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SÃO CARLOS
CONSELHO DE CURADORES

mação profissional diferente do atual em uso, no nosso meio, dando destaque a uma preparação em ciências básicas intensa de modo a enfrentar a realidade do nosso progresso tecnológico, na área de ação que escolher, mas também através da escola de pós-graduação, preparando-os para atuar de forma criadora no processo de tornar realidade uma tecnologia nacional autônoma.

Somente profissionais capazes, com sólida formação científica, obtida em cursos de pós-graduação, estarão capacitados a concorrer para acelerar o desenvolvimento da tecnologia no país, intensificando o processo de substituição da tecnologia importada e estabelecendo padrões de produção tais que permitam ao produto industrial concorrer no mercado internacional.

Nestas condições, esta parte do projeto deverá ser orientada no sentido de ser obtida uma avaliação da demanda real do complexo industrial no que diz respeito às necessidades de pessoal científico de nível superior dos tipos abaixo especificados:

I - Tipo Operativo: Profissional tradicional.

II - Tipo Criativo: Profissionais com nível de mestre ou doutor.

O levantamento deverá ser feito nas indústrias abaixo enumeradas, classificadas em setores:

Indústria Química

Indústria Mecânica

Indústria de Materiais Cerâmicos

Indústria Elétrica e Eletro-Mecânica

Indústria Eletrônica

Indústria Metalúrgica

Indústria Alimentícia

Indústria Extrativa e de processamento de minerais não metálicos

Indústria Extrativa e de processamento de produtos vegetais

Indústria Textil

Indústria de produtos minerais

Outros

O trabalho deverá ser realizado em duas fases, a saber:

a) **Esclarecimento dos objetivos do levantamento.**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
SÃO CARLOS
CONSELHO DE CURADORES

Deseja-se do industrial ou empresário, que quase sempre ignora a função de profissionais como matemáticos, físicos, químicos, geólogos, microbiologistas, etc. na indústria, e que comumente confunde as atribuições destes profissionais com as do engenheiro, que declare suas necessidades daquele tipo de profissionais. Devera ser feito um esboço das atribuições dos profissionais do tipo operativo nas diversas indústrias e de forma semelhante, do tipo creativo. Este trabalho preliminar tem como objetivo permitir ao industrial ou empresário identificar o tipo e nível profissional do homem que poderá desenvolver pesquisa ou resolver os problemas de sua indústria.

b) Levantamento da demanda das necessidades profissionais do tipo I e II, em dedicação exclusiva à pesquisa ou exercendo simultaneamente outras funções no quinquênio 1970-1975, levando em conta a necessidade de aceleração do progresso industrial, criação de novas indústrias e necessidades de adaptação ao mercado interno de processos importados e aprimoramento de produtos que permita a entrada no mercado internacional. Simultaneamente deverá ser feito um levantamento da possibilidade das indústrias financiarem o desenvolvimento de programas de pesquisas na Universidade de São Carlos, ou contratarem serviços especializados.

A análise do mercado atual e o potencial, no quinquênio, devem reunir elementos que permitam dimensionar as atividades da Universidade de forma a que esta atue decisivamente no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de 1970 em diante.

São Carlos, 23 de julho de 1969.

Edson Rodrigues

Presidente

